

**PONTIFÍCIA UNIVERIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP**

SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA

**DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E
DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO SÉCULO XXI:
UMA ABORDAGEM À ECOLOGIA DE MARX**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

SERGIO LUIZ DE SOUZA VIEIRA

DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E
DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO SÉCULO XXI:
UMA ABORDAGEM À ECOLOGIA DE MARX

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

SÃO PAULO

2017

VIEIRA, Sergio Luiz de Souza, 1958 –

Do Serviço Social no Brasil e da Questão Socioambiental do Século XXI:
Uma Abordagem à Ecologia de Marx – 2017

Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, 2017.

Orientadora: Profa. Dra. Carmelita Yazbek

Serviço Social; Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Ecologia
de Marx.

BANCA EXAMINADORA

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

Nome:

Parecer: _____

Avaliação: _____

São Paulo, SP, 10 de abril de 2017.

Vista do crepúsculo, no final do século...

Está envenenada a terra que nos enterra ou desterra.

Já não existe mais ar, mas falta de ar.

Já não existe mais chuva, mas chuvas ácidas.

Já não temos parques, mas parkings.

Já não há mais sociedades, mas sociedades anônimas.

Empresas em lugar de nações.

Consumidores em lugar de cidadãos.

Aglomerações em lugar de cidades.

Não há mais pessoas, mas públicos.

Não há mais realidades, mas publicidades.

Não há mais visões, mas televisões.

Para elogiar uma flor se diz: “parece de plástico”.

Eduardo Hughes Galeano

Mensagem aos professores:

“Estar vivo é estar em conflito permanente, produzindo dúvidas, certezas questionáveis...

Estar vivo é assumir a Educação do sonho do cotidiano...

Para permanecer vivo, educando a paixão, desejos de vida e morte, é preciso educar o medo e a coragem...

Medo e coragem em ousar...

Medo e coragem em romper com o velho...

Medo e coragem em assumir a solidão de ser diferente...

Medo e coragem de ser diferente...

Medo e coragem em construir o novo...

Medo e coragem em assumir a Educação deste drama, cujos personagens são nossos desejos de vida e morte...

Educar a paixão (de vida e morte) é lidar com esses dois ingredientes, cotidianamente, através da nossa capacidade, força vital, que todo ser humano possui, uns mais, outros menos, em outros anestesiados, e desejar, sonhar, imaginar, criar...

Somos sujeitos porque desejamos, sonhamos, imaginamos e criamos na busca permanente da alegria, da esperança, do fortalecimento da liberdade, de uma sociedade mais justa, da felicidade a que todos temos direito...

Este é o drama de permanecermos vivos... Fazendo Educação.

Madalena Freire

Dedicatória

O conjunto de argumentos apresentados nesta tese de doutorado é dedicado primeiramente aos gestos de coragem dos(as) Assistentes Sociais, profissionais que optaram em obter seus sucessos profissionais por meio do bem-estar social, da justiça e da dignidade humana, aos quais aqui, sem exceções os homenageio, pois com cada um(a) pude sempre aprender um pouco.

Desejo particularmente dedicar este trabalho à sete mulheres, a saber:

À **Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek**, minha orientadora no doutoramento em Serviço Social, por ter acreditado em meu projeto de pesquisa antes mesmo de me conhecer e por ter, com toda a dimensão de seu cuidado essencial, orientar-me em meio às minhas angústias e inquietações, que não foram poucas;

À **Profa. Dra. Josildeth Gomes Consorte**, minha orientadora do mestrado e doutorado em Ciências Sociais, pelas correções nos rumos de minha fé e por ter plantado em mim a semente do interesse nas pesquisas acadêmicas;

À **Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli**, por suas intervenções sempre muito pontuais e pertinentes, e por ter demonstrado que é possível construir saberes acadêmicos sem descartar a felicidade no processo de edificação dos mesmos;

À **Profa. Marlene Bueno Zola**, por suas condutas sempre muito marcantes em defesa das sólidas bases educacionais que necessitam ser priorizadas e valorizadas em todos os contextos acadêmicos;

À **Profa. Dra. Ana Maria da Costa e Silva**, também minha orientadora em terras de além-mar, por me possibilitar os estudos transnacionais em Serviço Social.

À **Profa. Dra. Tânia Teixeira Laky de Sousa**, por ter me incentivado e acreditado que eu seria capaz de chegar até este momento, quando nem eu mesmo acreditava ser possível.

Por fim, mas não menos importante, à minha amada esposa, **Dra. Vera Lucia de Souza Vieira**, amiga e companheira nestes quarenta e cinco anos de convivência, na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, sem a qual jamais teria conseguido percorrer minha trajetória acadêmica. Obrigado, Verinha, você tem razão, somos realmente uma equipe...

Agradecimento Especial

Especial agradecimento é feito à **Fundação CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC – Ministério da Educação**, pela bolsa de estudos que me foi concedida, pois sem a qual seria impossível a realização desta tese de doutorado.

Resumo

A humanidade vive novos momentos de incerteza. Chegamos ao século XXI da era cristã em meio ao assombro da finitude dos suportes de vida no planeta, em função das afetações na biosfera. Diante deste contexto dramático, a ONU – Organização das Nações Unidas, tem feito constantes apelos para que todos os segmentos sociais reflitam sobre suas responsabilidades ambientais. Neste sentido esta tese busca propiciar novas reflexões sobre o sentido histórico do Serviço Social na contemporaneidade e busca chamar a atenção para os aspectos socioambientais que se articulam com as atribuições legais da profissão no Brasil. Parte da compreensão de que a miséria social e a questão social identificadas no século XIX por Karl Marx e Friedrich Engels eram na realidade disputas pelos diferentes usos dos recursos naturais, portanto, demonstra-se que eram expressões da questão socioambiental. Tem como suporte teórico os aspectos ecológicos abordados por Marx ao longo de suas obras, desde sua tese doutoral. Nisto se evidencia que tal autor, que é referencial no Serviço Social, teve grande preocupação com o meio ambiente. Alinha-se com tal aspecto o fato da terceira geração dos Direitos Humanos incluir também a preservação ambiental. Deste modo, pelo princípio ético da defesa intransigente dos Direitos Humanos, todos os Assistentes Sociais estão deontologicamente comprometidos a rever seus saberes e fazeres, quiçá, a promoverem nova reconceituação profissional, necessária, portanto, para os enfrentamentos das demandas que se apresentam em função destes sinais dos tempos. Trata-se de pesquisa exploratória cujo resultado busca aclarar um contexto. A metodologia utilizou-se da dialética, de entrevistas, de pesquisa de campo, fontes bibliográficas, documentos e estudos correlacionais.

Palavras chave:

Serviço Social; Meio Ambiente; Desenvolvimento Sustentável; Ecologia de Marx.

Abstract

The humanity experiences new moments of uncertainty. We came to the 21st century of the Christian was in the midst of the astonishment of the finite support of life on the planet, due to the affectations in the biosphere. Given this dramatic context, the UN - United Nations has made constant calls for all social segments to reflect on their environmental responsibilities. In this sense, this thesis seeks to provide new reflections on the historical sense of Social Work in contemporary times and seeks to draw attention to the socio-environmental aspects that are articulated with the legal attributions of the profession in Brazil. Part of the realization that the social misery and social question identified in the 19 st century by Karl Marx and Friedrich Engels were in fact disputes over the different uses of natural resources, therefore, it is shown that they were expressions of the socio-environmental question. It has as theoretical support the ecological aspects addressed by Marx throughout his works, from his doctoral thesis. In this it is evident that such author, who is referential in Social Work, had great concern with the environment. The fact that the third generation of human rights includes environmental preservation is also aligned with this aspect. Thus, due to the ethical principle of the intransigent defense of Human Rights, all Social Workers are deontologically committed to reviewing their knowledge and doing, perhaps, to promote new professional reconception, necessary, therefore, to meet the demands that arise in function of these Signs of time. It is an exploratory research whose result seeks to clarify a context. The methodology used dialectics, interviews, field research, bibliographic sources, documents and correlational studies.

Key words:

Social Work; Environment; Sustainable Development; Ecology of Marx.

Resumen

La humanidad vive nuevos tiempos de incertidumbre. Llegamos al siglo XXI de la era cristiana en medio del asombro de la finitud de soporte de vida en el planeta, de acuerdo a las afectaciones en la biosfera. Teniendo en cuenta este contexto dramático, las Naciones Unidas - las Naciones Unidas, ha hecho llamados constantes a todos los segmentos de la sociedad a reflexionar sobre sus responsabilidades ambientales. En este sentido, esta tesis busca promover una nueva reflexión sobre el significado histórico del trabajo social en la sociedad contemporánea y busca llamar la atención a los aspectos sociales y ambientales que están vinculados con las obligaciones legales de la profesión en Brasil. Parte de la inteligencia de que la miseria social y problemas sociales identificados en el siglo XIX por Karl Marx y Friedrich Engels eran, de hecho, se opone a los diferentes usos de los recursos naturales, por lo que se demuestra que eran expresiones de la cuestión ambiental. Sus aspectos ecológicos de apoyo teórico dirigidas por Marx en toda su obra, de su tesis doctoral. Es evidente que este autor, es referencia en el trabajo social, tuvimos una gran preocupación por el medio ambiente. Se alinea con ese aspecto el hecho de que la tercera generación de derechos humanos también incluyen la preservación del medio ambiente. Por lo tanto, el principio ético de defensa a ultranza de los derechos humanos, todos los trabajadores sociales están comprometidos éticamente para revisar sus conocimientos y prácticas, tal vez, para promover la nueva reconceptualización profesional necesario, por lo tanto, a los choques de las demandas que se presentan sobre la base de estos las señales de la época. Se trata de una investigación exploratoria, cuyo resultado se pretende clarificar el contexto. La metodología utilizada es la dialéctica, entrevistas, investigación de campo, fuentes bibliográficas, documentos y estudios de correlación.

Palabras clave:

Servicio Social; Medio Ambiente; Desenvolvimento Sustentable; Ecología de Marx

Sumário

Título	Pg.
Introdução a um tema transversal.....	15
Capítulo I – Da influência epicuriana no pensamento marxiano e seus contributos ao debate socioambiental do século XXI.....	37
1.1- O mundo bipolar: dois sistemas econômicos antiecológicos.....	62
1.2- Do materialismo epicuriano ao materialismo histórico dialético de Marx..	69
Capítulo II - Da Teologia Natural e do Desenvolvimento Sustentável.....	78
2.1- Da Teologia Natural ao Evolucionismo Darwinista.....	80
2.2- De Malthus ao Desenvolvimento Sustentável.....	90
2.3- Do Socioambientalismo, do Ecosocialismo e da Teologia da Libertação.	103
Capítulo III - Da Concepção Materialista da Natureza de Marx ao seu Materialismo Histórico Dialético.....	110
Capítulo IV - Da Abordagem Socioambiental na Perspectiva Profissional de Opção Marxista pelo Serviço Social Brasileiro.....	163
4.1- Da primeiridade e secundidade dos Direitos Humanos em relação aos Patrimônios Comuns da Humanidade.....	173
Capítulo V - Dos Assistentes Sociais no Brasil e da Questão Socioambiental do Século XXI.....	190
5.1- Do Serviço Social em áreas de mananciais de preservação ambiental...	203
5.2- Das adaptabilidades do Serviço Social no Brasil aos sinais dos tempos..	219
Capítulo VI - Dos Compromissos Socioambientais do Brasil e suas Implicações com o Serviço Social.....	250
6.1- A Agenda 21 e suas relações com o Serviço Social.....	263
6.2- Metas do Milênio e suas relações com o Serviço Social.....	272
6.3- A construção de competências acadêmicas para o enfrentamento da questão socioambiental.....	281
Por uma Conclusão.....	282
Bibliografia.....	291
Fontes Virtuais.....	300
Anexo 1 – Carta da Terra – ONU.....	307
Anexo 2 – Árvores extraídas de florestas nativas para demandas comerciais.....	317

Índice das Tabelas

	Título	Pg.
Tabela nº 1	Fases dos processos tecnológicos da Revolução Industrial.....	116
Tabela nº 2	Dialecticidade dos legados filosóficos sobre “O Ser” e o meio ambiente.....	129
Tabela nº 3	Nomes populares e científicos de espécies e famílias de árvores extraídas ilegalmente das florestas nativas para demandas comerciais nas áreas da educação física, esportes, turismo, folclore e religiosidade.....	197
Tabela nº 4	Matrizes curriculares da Escola de Serviço Social segundo Yazbek (1936-1940).....	221
Tabela nº 5	Matrizes curriculares da Escola de Serviço Social segundo Yazbek (1941-1945).....	221
Tabela nº 6	Defesa intransigente dos Direitos Humanos e correspondências socioambientais	262
Tabela nº 7	Proposta de matriz curricular para os cursos de Serviço Social no Brasil na perspectiva socioambiental.....	288

Lista de Siglas

AMA	Atendimento Médico Ambulatorial
CAP	Centro de Atenção Psicossocial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CPOR	Centro Preparatório de Oficiais da Reserva do Exército
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECO-92	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Fundação das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSW	Federação Internacional de Trabalhadores Sociais
IPHAN	Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NASA	Agência Nacional de Aeronáutica e do Espaço
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEP	Projeto Ético-Político
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VASP	Viação Aérea São Paulo

Introdução a um tema transversal

Diz uma lenda hindu que um jovem chamado Sidarta Gautama, ao refletir sobre os sofrimentos da humanidade, após quase desfalecer em virtude de jejuns e autoflagelações, em um esforço final para beber água, escutou perto da fonte um senhor ensinando um garoto a tocar cítara. O senhor disse ao menino: "se você afrouxar a corda, ela não toca, se você a apertar muito, ela estoura. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio para se obter o som perfeito". Assim, teria surgido desta lição a iluminação que Sidarta procurava, pois entendeu que a sabedoria se encontrava no equilíbrio entre todas as coisas e isto mudou sua vida, pois a encontrou naquele aprendizado. E de tal modo, a partir desta data passou a ser chamado de Buda, que em sânscrito significa: "O Iluminado".

Esta lenda é bem propícia para o início desta tese que aborda as atuações dos Assistentes Sociais em áreas de mananciais e de preservações ambientais. Tal investigação é movida pelo entendimento de que tais atuações profissionais podem servir como instrumentos de mediações das condutas humanas em busca da felicidade neste planeta, posto que, ao se procurar equacionar uma questão, buscase, igualmente, um ponto de equilíbrio entre as forças que interagem sobre os corpos dos sujeitos, neste caso, os vetores econômicos que movem as ações socioambientais, pois compreendem o habitat¹, ou seja, a "Nossa Casa Comum"², a Terra, que poucas vezes se pode realmente chamar de lar.

¹ Conceito utilizado no âmbito ecológico para definir o local em que se habita e que inclui além do espaço físico todos os fatores que exercem influências sobre os seres vivos em um determinado ecossistema. Aqui inserimos tal conceito no intuito de se repensar tal conceituação à luz das Ciências Sociais, em função do fato de que em tais fatores também se inserem os aspectos socioeconômicos dentre outros que afetam diretamente a vida humana.

² Terminologia surgida por ocasião da elaboração da "Carta da Terra", em 2000, proposta por iniciativa da ONU – Organização das Nações Unidas e que se desenvolveu sobre a iniciativa de entidades do Terceiro Setor na busca da construção do Ethos Planetário considerado necessário para o século XXI. Nela são encontrados quatro tomos: I- Respeitar e cuidar da comunidade da vida; II- Integridade ecológica; III- Justiça Social e Econômica; IV- Democracia, não violência e paz. Estes abrangem dezesseis princípios: 1- Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; 2- Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; 3- Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; 4- Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações; 5- Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida; 6- Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução; 7- Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário; 8- Avançar o estudo da

O conjunto de argumentos que aqui se discute integra uma trajetória cujo início se deu entre 1973 e 1976 no convívio com a Ordem Franciscana Menor - OFM, e que culminou com os estudos no Seminário São Frei Galvão, em Guaratinguetá, SP, ocasião em que houve o contato mais direto com a Filosofia e a Teologia da Libertação, que envolvia teólogos como Dom Paulo Evaristo Arns, Hans Küng, Gustavo Gutierrez, Hermógenes Harada, Clodovis Boff e Leonardo Boff, este último, em especial, inspirou de modo muito profundo, o conjunto temático aqui abordado, relativo à ética do humano e a compaixão pela terra.

Interrompidos os estudos clericais em função de conjuntura familiar houve a necessidade do cumprimento do dever constitucional por meio do serviço militar obrigatório, porém como havia concluído o antigo segundo grau, fui designado ao CPOR/SP - Centro Preparatório de Oficiais da Reserva do Exército, em que a noção de defesa territorial e de patriotismo ora se alinhavam aos ensinamentos teológicos, ora aos mesmos se conflitavam. Assim, houve a clara percepção de que a cruz e a espada possuem o mesmo formato, mas podem se posicionar em sentidos contrários conforme quem as manuseia, pois ambas simbolizam grupos que almejam o domínio sobre o povo, o território e a cultura³, cada qual ao seu modo.

Após esta fase, num breve contexto profissional em uma empresa limpadora existente até então na cidade de São Paulo, obtive um profícuo aprendizado, por meio do recrutamento de trabalhadores para serviços de faxina nas favelas⁴ paulistanas,

sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido; 9- Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental; 10- Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável; 11- Afiramar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas; 12- Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias; 13- Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça; 14- Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável; 15- Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração; 16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz. Um ponto importante da Carta da Terra é o seu último parágrafo, cujos compromissos se alinham aos do Serviço Social: “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida” (ANEXO 1).

³ O conceito de cultura aqui tratado é o que nos é fornecido por Herskovits “a cultura é a parte do ambiente feita pelo homem. Vale dizer que absolutamente tudo que em nosso mundo nasceu da inteligência, da intencionalidade e da habilidade do ser humano se objetiva em algo que é a cultura” (HERSKOVITS, 1964: 83).

⁴ O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conceitua favela como um “aglomerado subnormal”. Os censos demográficos produzem informações que permitem conhecer a distribuição territorial e as principais

terminologia esta que atualmente se tende a substituir por “comunidade”, em especial no meio acadêmico, em função do paradigma do “politicamente correto”, ainda que tal terminologia não esteja na Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos, lançada pela Presidência da República em 2004, mas que cria um paradoxo ao tentar eliminar todas as favelas do Brasil por meio do uso da linguagem, sem que efetivamente se busque remover o estigma social em que se constituíram desde o período do Império, muito menos prover a superação da condição em tais localidades⁵.

Naquela época, em 1980, a doce inocência de se considerar como benemérita a oferta de trabalho aos mais necessitados, como um dileto gesto de caridade cristã, de solidariedade e, sobretudo, de contribuição social por um Brasil melhor se fez evidenciar.

Tal visão era fruto, com certeza, da influência de certo romantismo herdado do convento e da caserna, mas não demoraria a ocorrer o choque da realidade, e de proveitoso aprendizado social, ao deparar com a inusitada condição de que para recrutar tais trabalhadores naquelas localidades havia o imperativo moral de se obter o consentimento tanto do “Xerife”⁶ quanto do “Prefeito da Favela”⁷, aos quais, as sete

características das pessoas e dos domicílios, e acompanhar sua evolução ao longo do tempo, sendo imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Por pesquisarem todos os domicílios do País, constituem a única fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos – distritos, subdistritos, bairros e classificação de acordo com a localização dos domicílios em áreas urbanas ou rurais – cujas realidades socioeconômicas dependem dos resultados censitários para serem conhecidas. Com esta definição o IBGE divulga novas informações sobre os recortes territoriais classificados como aglomerados subnormais no Censo Demográfico 2010, nomenclatura que engloba os diversos tipos de assentamentos irregulares existentes no País, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Nesta divulgação, contempla-se uma perspectiva essencialmente espacial de tais aglomerados, com base nos resultados do Levantamento de Informações Territoriais - LIT efetuado nos setores censitários assim localizados, aos quais se somam imagens de satélite e fotografias, além de outros recursos informacionais oriundos de prefeituras e órgãos de planejamento locais. As informações do LIT abarcam as características e a localização do sítio do aglomerado, seus padrões urbanísticos, acessibilidade e densidade de ocupação, bem como dados sobre a verticalização dos domicílios e o espaçamento existente entre eles. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm em 18/10/2015, 16:58 h.

⁵ A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil chegou a editar a Cartilha do Politicamente Correto e Direitos Humanos, de autoria de Antônio Carlos Queiroz, em 2004. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em 15/10/2015, 12:12 h.

⁶ Valentão local. Uma espécie de impositor da ordem local e que desse status usufruía para interesses pessoais.

⁷ Gestor territorial que define por onde passará o esgoto a céu aberto, as ligações clandestinas de água, luz e telefonia, assim como as frágeis ruas e os acessos a tal espaço.

horas da manhã, se cumpria a obrigação de se pagar cervejas aos mesmos como condição para se fazer o recrutamento daquelas pessoas em vulnerabilidade social e econômica. Assim, logo constatei que eram intermediadas por indivíduos que sobre as quais exerciam até então inimaginada relação de poder. E isto se evidenciava ainda mais pela relutância dos sujeitos em não aceitarem participar de tal recrutamento sem que antes obtivessem a autorização dos tais “guardiões” da ordem social e econômica local, que me demonstram claramente como é a relação microfísica do poder, pois não é somente a burguesia que afeta os pauperizados, mas também os detentores destes microfísicos poderes.

Em meio a tal panorama, adentrar aos esgotos a céu aberto sobre os quais algumas tábuas serviam de pavimentação daquelas precárias vias de acessos como os solos contaminados de um odor muito humano de esgotos e águas servidas e, sobretudo, nos quais as crianças em tenras idades e com indícios de verminoses brincavam de pés no chão naquelas lamas putrefatas, assim como observar o mosaicos dos “gatos”⁸ que criavam um cenário kafkiano⁹ com evidentes abandonos do Estado e da Igreja, e de cujo resultado de exclusão social também se associava a violência, as doenças sociais e as afetações ambientais, foram, certamente, grandes e inesquecíveis aprendizados¹⁰.

Hoje, decorridos trinta e cinco anos, as únicas mudanças ocorridas naquele espaço geopolítico que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística classifica como aglomerado subnormal¹¹, foram as transformações dos barracos de madeiras em casebres de alvenaria, sem acabamentos, que possibilitaram a verticalização das problemáticas condições de moradia pelo aumento da densidade demográfica em função do exponencial aumento da população local, resultado de décadas de abandono do poder público.

⁸ Terminologia popular utilizada como referência a ligações clandestinas de água e esgoto.

⁹ Alusão a Franz Kafka ao surrealismo as condições locais, em uma região muito próxima do centro da maior cidade da América Latina.

¹⁰ Sobre tal condição há uma importante contribuição do Prof. Dr. Boaventura Sousa Santos: Notas sobre a História Jurídico-Social de Pasárgada, que é um estudo sociológico sobre as estruturas internas das favelas. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_pasargada_passar.pdf. Acesso em 15/10/2015, 12:05 h.

¹¹ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>, acesso em 21/02/2017, 08:53 h.

Após aquele período surgiu a oportunidade laboral na Aviação Civil, notadamente na VASP – Viação Aérea São Paulo, em cuja função de Comissário de Voo foi exercida durante vinte anos, ocasião em que foi possível conhecer o Brasil de ponta a ponta e outros 56 países. Assim, o contato com diversas culturas, governos e ideologias trouxeram a amplitude sobre as concepções do “humano” e do que denomino como “des-humano”¹².

Naquela época, entre 1981 e 2000, em virtude do desgaste orgânico ocorrido pela permanência ao longo de muitas horas de trabalho a bordo de aeronaves pressurizadas que resultavam em condições insalubres de trabalho¹³, era recomendado pelos médicos especializados em Medicina Aeroespacial a prática de atividades físicas ou esportivas num esforço para melhorar a oxigenação cerebral. E assim, a prática da Capoeira surgiu naturalmente como fator de compensação orgânica. A escolha da modalidade se deu também por conhecê-la aos seis anos de idade, em 1963, num momento de violência em uma favela no bairro de Jaçanã, São Paulo, memorável na canção de Adoniram Barbosa, cuja imagem mental da confusão criada entre os vizinhos que na época ao final da tarde colocavam cadeiras na frente de suas casas para conversarem com os outros¹⁴, jamais saiu da minha mente, pois numa verdadeira luta de Capoeira derrubaram cadeiras e implantaram uma grande confusão local. Lembro-me das frases: “Foi Capoeira”... “Era Capoeira”...

Ao passo em que a praticava mais crescia o interesse pela história daquela manifestação cultural e esportiva, e nisso foi possível perceber as grandes discriminações étnicas e socioeconômicas a que estavam submetidos os seus praticantes e familiares, em geral, povos afrodescendentes, cujas características eram idênticas aos excluídos naqueles bolsões de misérias das favelas de São Paulo.

Assim, a formação acadêmica em Educação Física foi um caminho para a obtenção de maior compreensão sobre os fundamentos daquela modalidade, como

¹² Hifenização proposital na busca de dar maior ênfase ao vocábulo desumano.

¹³ A jornada de trabalho poderia variar em 12 e 18 horas. E em função da insalubridade das condições de trabalho, a categoria profissional aposentava com 25 anos de trabalho.

¹⁴ Talvez porque naqueles idos raros possuíam aparelhos de televisão, e muito menos internet, e assim o nível interacional entre os vizinhos era exponencialmente muito maior. Hoje tal quadro seria impensável. Temos acesso a tudo pelas TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação, mas muitas vezes não sabemos o nome do vizinho. Desenvolveu-se uma vasta tecnologia de comunicação cujo resultado é a “incomunicação” entre os entes humanos. A empiria nos demonstra que até em restaurantes, entre familiares e amigos, deixa-se de se comunicar com os presentes para se estabelecer “conexões” como os “virtuais”. Há uma transição social importante a ser analisada em tudo isso.

uma dupla possibilidade. Por um lado, buscar mitigar exclusão esportiva e por outro abrir uma via de projeção social daqueles praticantes que a mantinham com os seus orçamentos familiares e este caminho era o da aplicação dos princípios da gestão desportiva a que me dediquei durante vinte e cinco anos. E assim se fez, tanto na graduação quanto em duas pós-graduações em Lato Sensu, uma em Educação Física Infantil e outra em Ginástica, as quais foram insuficientes para tamanho desafio ora proposto.

Na Educação Física trilhei o segmento da abordagem do “Corpo, Cultura e História”, cujo foco se dá na área sociológica e antropológica, a partir do “corpo”, pelo qual o indivíduo estabelece suas representações sociais ao mesmo tempo em que afeta e é afetado pela sociedade em função de suas subjetividades. Nela, o corpo é “sentimento e movimento”, ou seja, naquilo que as Ciências Sociais se referem ao indivíduo, ao ser-social, à cidadania e ao homem, se reporta nesta abordagem da Educação Física diretamente ao corpo e ao modo como este sente e reage às situações do cotidiano, suas somatizações e seus efeitos sociais¹⁵. Assim, seu foco é o *Homo sapiens demens*, sábio e louco; o *Homo volens*, que tem vontade própria; o *Homo somaticus*, que sente o mundo; o *Homo vivens*, que filosofa; o *Homo loquens*, que se comunica; o *Homo socialis*, que vive em sociedade; o *Homo culturalis*, que produz cultura; o *Homo faber*, que trabalha; o *Homo ludens*, que joga; *Homo transcendens*, o que transcende. E deste modo, em função da fundamentação sociocultural da Educação Física se seguiram, conseqüentemente, o Mestrado e o Doutorado em Ciências Sociais, na PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com concentração na área da Antropologia, em ambos sob a orientação da

¹⁵ Aqui se reporta ao fato de como o corpo sente os efeitos sociais, afetivos e psicológicos da relação como outros corpos existentes na sociedade e os transfere aos sistemas metabólicos. Neste sentido a Educação Física necessita agir como um instrumento de libertação integral deste mesmo corpo para a construção de uma sociedade ideal. Nesta abordagem são estabelecidas analogias entre as regras esportivas e as codificações sociais, por meio de suas legislações. Ou seja, as regras de organizações do Futebol, do Basquetebol, do Voleibol e outras práticas esportivas, são interpretadas e reelaboradas como regras de condutas sociais que precisam ser construídas coletivamente e não impostas subjetivamente. Assim o profissional de Educação Física precisa desconstruir todas as regras esportivas para que sejam reconstruídas a partir da realidade de cada grupo social, de modo a reestruturar as relações corpóreas dos alunos ao universo participativo de reuniões condominiais, de associações de bairros, preparando-os para a efetiva participação na construção das regras sociais em uma câmara municipal, numa assembleia legislativa e no próprio congresso nacional e na construção social, de modo mais amplo, como um fator promotor da Saúde Coletiva na medida em que busca amenizar os efeitos psicossomáticos, aqui entendidos como a conversão das experiências psicossociais ao âmbito orgânico.

Profa. Dra. Josildeth Gomes Consorte e que propiciaram a amplitude desejada na área das corporalidades.

Entre 1994 e 1997 foi possível prospectar sobre a possibilidade de a Capoeira propiciar à Educação Física Brasileira um sentido histórico, antropológico, filosófico e social, capaz de lhe conferir um novo sentido de identidade cultural às aulas nos diversos níveis do Ensino Básico, até então despercebidos, devendo apenas ser sistematizada. O resultado foi a Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, na área de Antropologia, defendida na PUC/SP, denominada: Capoeira: Matriz Cultural para a Educação Física Brasileira.

Já no doutorado que foi realizado entre 2000 e 2004 a abordagem se deu por meio da investigação do que poderia ser culturalmente patrimoniável na Capoeira, cuja Tese, denominada: Da Capoeira, Como Patrimônio Cultural, foi inusitadamente requisitada pela Presidência da República, pelo Ministério da Cultura, pela SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, que a utilizou como fundamentação para a reabertura do processo de registro da Capoeira como patrimônio cultural imaterial do povo brasileiro, e que se desdobrou no registro da mesma como um patrimônio cultural imaterial da Humanidade pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Em função dos argumentos nela defendidos foi possível a alteração dos procedimentos relativos a outras manifestações folclóricas, cuja legislação anterior abordava a terminologia “tombamento”, mas que se comprovou que tal designação era incompatível com os patrimônios imateriais, pois deveriam ser substituídas para simples “registro”, como se deu, abrindo caminho para outras formas de expressões culturais existentes no Brasil, pois a tese central defendida foi a de que tombamentos de patrimônios culturais imateriais se posicionavam contrários aos dinamismos da cultura, pois são sempre mutáveis, representando assim uma contradição.

Por ocasião do doutorado um tema surgiu adjunto ao objeto de pesquisa, que foi o problema ambiental, mas não pode ser aprofundado, pois sairia da delimitação do objeto de estudo, e que se dava a partir do uso de madeiras extraídas ilegalmente das florestas nativas para o atendimento de demandas esportivas, folclóricas, turísticas e religiosas, portanto, culturais, pois não há programas de replantios das

espécies utilizadas, e que são extraídas, em geral, dos fragmentos da Mata Atlântica, pois nela não existem manejos sustentáveis.

Tal estudo somente foi possível no Pós-Doutorado em Administração, na área de Gestão Socioambiental, realizado na FEA/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, realizado entre 2006 e 2007, sob a orientação do Administrador Prof. Dr. Jacques Marcovitch, ex-Reitor da USP e ex-Secretário de Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, tendo como coorientador o Economista Prof. Dr. Hélio Janny Teixeira. Nesta ocasião se tornou compreensível à magnitude da afetação da Capoeira ao meio ambiente, bem como suas implicações, o que resultou em grande preocupação, ao serem analisadas as cadeias produtivas destas extrações ilegais e seu comércio nacional e internacional, o que evidenciou uma contradição na Constituição da República Federativa do Brasil, pois seus artigos relacionados com a cultura permitem tais extrações em função da preservação e reprodução de dos saberes e fazeres das manifestações étnicas que formaram o povo brasileiro. No entanto os artigos que tratam da preservação ambiental não permitem as afetações ao patrimônio ambiental e, deste modo, tais práticas são consideradas ilegais. Ou seja, detectou-se que a preservação do patrimônio cultural entra em conflito com a preservação do patrimônio ambiental e que ainda não há política pública que adentre ao mérito deste contrassenso.

Naquela pesquisa foram identificadas as espécies nativas utilizadas em tais processos produtivos, assim como as condições em que são extraídas, pois para tal manuseio são usadas árvores jovens, que ainda não atingiram a maturação reprodutiva, isto é, não formaram flores e nem sementes e com isto se torna impossível à reprodução das mesmas. Ou seja, entram em processo de eliminação seletiva pois não geram sementes, conseqüentemente, novas mudas em função do interesse comercial de algumas espécies¹⁶, portanto, uma clara afetação do capitalismo predatório contemporâneo.

¹⁶ No mercado externo, uma verga de berimbau, chega a ser vendida por US\$ 150,00 (cento e cinquenta dólares), pois as madeiras aqui utilizadas apresentam características morfológicas de resistência à tensão, resultando na capacidade de ressonância e conseqüentemente produção sonora, e que são extraídas, em geral, da Mata Atlântica, e assim suas qualidades não são encontradas em espécies nativas de outros países. Sendo assim, a empiria também demonstrou a exportação ilegal de tais vergas, facilmente observável no embarque de

Concomitantemente, em função das dinâmicas acadêmicas, surgiu em 2008 a possibilidade de lecionar no Curso de Serviço Social de uma universidade na cidade de São Paulo, em que lecionei desde então em dedicação integral ou parcial¹⁷.

O contato com tal profissão e seus fundamentos históricos e metodológicos instigou o estudo das afetações ambientais que havia identificado como causadas pela Capoeira, todavia por meio de outro enfoque, o das vulnerabilidades socioeconômicas daqueles que fazem tais extrações ilegais. Isto é, por detrás das cadeias produtivas da cultura material¹⁸ utilizada na reprodução da cultura imaterial do Jogo da Capoeira estavam escancaradas as estratégias de sobrevivências daquelas populações que adentram nas áreas de preservações ambientais, em especial da Mata Atlântica, e acabam por cometer crimes ambientais, pois como na Mata Atlântica não há manejo sustentável, aparentemente não encontram alternativas de sobrevivências, senão recorrer às ilegalidades das extrações de madeiras das florestas nativas, e assim foi possível elaborar as primeiras prospecções sobre esta pesquisa em função das motivações para tais atos.

Não demorou muito para a identificação de que a dimensão do problema era muito mais abrangente do que os aspectos relacionados a tal modalidade, de modo que não bastava estudar apenas as madeiras extraídas ilegalmente, mas as afetações das áreas de mananciais e de proteção ambiental em função de fatores de vulnerabilidades socioeconômicas. Tal contexto se tornou o ponto de partida para a elaboração desta tese.

Assim surgiu naturalmente a conjectura relativa à pesquisa em Serviço Social e nela o que ora se estabelecem as seguintes perguntas-problema:

- ⇒ Se há uma vulnerabilidade socioeconômica identificada pela observação e experiência, e que afeta o meio ambiente, então como ocorrem as intervenções dos Assistentes Sociais nestas regiões, em especial na região metropolitana de São Paulo?

passageiros nos principais aeroportos brasileiros, pois a Capoeira se encontra presente em mais de 130 países em todos os continentes.

¹⁷ Neste período foram lecionadas as seguintes disciplinas: Sociologia, Antropologia, Teoria Política, Filosofia, Economia, Política Social, Terceiro Setor, Relações de Gênero e Sociedade, Estudos Sociais Latino Americanos, Trabalho e Questão Social, Métodos de Pesquisa, Introdução à Pesquisa Acadêmica, Introdução ao Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁸ Alusão aos instrumentos musicais utilizados na prática do Jogo da Capoeira, cuja matéria prima é extraída de florestas nativas: berimbaus, atabaques, pandeiros e agogôs de madeira.

- ⇒ Se as populações economicamente vulneráveis não são assistidas em seus Direitos Sociais, e acabam, por conseguinte, recorrendo à sobrevivência por meio da extração ilegal de madeiras extraídas das florestas nativas qual é a função do Serviço Social em relação à preservação do meio ambiente?
- ⇒ A par disto, se estabelece também outra inquietação, no intuito de se investigar se a atual formação acadêmica instrumentaliza os egressos dos Cursos de Serviço Social para o enfrentamento das demandas relativas ao meio ambiente?

Assim, com base nos questionamentos acima nos foi possível estabelecer uma conexão transversal entre a Educação Física, a Capoeira, o Patrimônio Cultural, o Meio Ambiente e o Serviço Social.

Deste modo, a visão macro do problema nos levou diretamente aos Temas Transversais da Educação¹⁹ e destes aos desafios colocados pela ONU – Organização das Nações Unidas, pertinentes à Agenda 21, as Metas do Milênio e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que se presumiu que os impactos ambientais ora empreendidos pelo homem enquanto ser-social, podem ter interfaces passíveis de intervenções do Serviço Social em busca da mitigação deste problema global, em função dos aspectos da construção da sustentabilidade socioambiental, no intuito do equacionamento dos dramas sociais em áreas sujeitas a tais impactos.

Diante desta conjuntura, o caminho pela pesquisa no Serviço Social ocorreu naturalmente, em duas oportunidades simultâneas, que foram imediatamente aproveitadas.

A primeira se deu por meio de um Pós-Doutorado em Ciências da Educação, no Departamento de Desenvolvimento Curricular do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal, para o qual enviei no início de 2012 um projeto de pesquisa sobre a formação acadêmica dos Assistentes Sociais na Europa e no Continente Americano e, que ao ser aprovado nas instâncias colegiadas, me propiciou uma bolsa de estudos e respectiva matrícula neste estágio que durou de dezembro de 2012 a julho de 2014, e que ao final apresentei o Relatório: “O Currículo de Formação em Serviço Social no Brasil e os Desafios da Questão Socioambiental do

¹⁹ Estratégias advindas da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996, em que são abrangidos como temas a cultura, a sexualidade, a saúde e o meio ambiente, dentre outras temáticas.

Século XXI”. Para tal analisei as grades curriculares dos Cursos de Serviço Social em dez países e em dez cursos existentes no Brasil em sete estados, e no qual tive como supervisora a Assistente Social²⁰ Profa. Dra. Ana Maria Carneiro da Costa e Silva.

A segunda se deu também em 2013, por meio do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em que foi possível adentrar aos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão, tendo como orientadora a Assistente Social Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek.

A par do que se pode identificar do Serviço Social no Brasil, tanto na docência quanto na pesquisa, considera-se relevante a necessidade de um novo olhar sobre a chamada “questão social” na contemporaneidade²¹, à luz das condicionantes ambientais, pois se evidencia o insustentável consumo dos recursos naturais em relação ao exponencial aumento populacional, o que implica em novos olhares para o materialismo histórico dialético, que por sua vez se torna indissociável das condições do meio ambiente. Ou seja, se o materialismo histórico dialético é fundamental para as bases teóricas do Serviço Social, então se tornam imperativas novas e aprofundadas reflexões para as condições ambientais em que se encontram as demandas da profissão.

Este materialismo histórico dialético foi utilizado por Marx ²²e Engels²³ no final do século XIX para fundamentar seus argumentos em relação ao que entendiam como

²⁰ Em Portugal e na Europa de modo geral a terminologia aplicada é Trabalhador(a) Social.

²¹ No Ensino Superior se fala muito sobre a expressão “questão social” como um termo surgido no séc. XIX, por Friedrich Engels, em referência ao processo de pauperização dos trabalhadores na Inglaterra, para a qual Marx utilizava a expressão “miséria social” no mesmo contexto. No entanto, duas situações não são tratadas sobre o assunto: 1- toda questão implica necessariamente em uma resolução, caso contrário tratamos só do problema sem nos preocuparmos com sua solução; 2- O que significa exatamente esta questão? Para fins desta tese temos a esclarecer em relação ao item 1, que este trabalho busca apresentar caminhos para o seu equacionamento. E sobre o item 2, cabe salientar que a questão social envolve não só uma dúvida, mas várias, das quais se destacam: 1- A razão humana tem condições de intervir no mundo social e moldá-lo para melhor? 2- O desenvolvimento das cidades modernas e que resulta nas grandes desigualdades econômicas representa realmente um progresso? 3- Como as intervenções governamentais impactam os processos sociais e a natureza? 4- Regular a economia por quaisquer mecanismos é algo realmente plausível? Nestas quatro dúvidas que se associam com a chamada “questão social” temos grandes debates mundiais que tiveram grande ênfase no século XIX e cujas consequências avançaram no século XX e nos chegam a atualidade e que serão tratadas ao longo deste trabalho.

²² Karl Marx (1818-1883). Filósofo, sociólogo e jornalista prussiano. É considerado um dos quatro fundadores da Sociologia.

²³ Friedrich Engels (1820-1905). Industrial e filósofo social e político prussiano. Foi um dos autores, junto com Karl Marx, do Socialismo Científico, atualmente denominado por Marxismo, e que parte da análise crítica e científica do capitalismo desregado e seus efeitos, por meio de uma concepção real e não idealista deste modo de produção econômica.

exploração da classe trabalhadora pela burguesia industrial. Naquele momento da segunda fase da Revolução Industrial, vivia-se o capitalismo desregulado, formado por indústrias de pequeno porte, em geral familiares, com poucas centenas de empregados. Assim não tiveram condições de antever o impacto que as novas formas de capitalismo surgidos a partir do século XX, nomeadamente financeiro, comercial, especulativo e cooperativo, que se seguiriam à intensificação do desenvolvimento tecnológico, e que trouxeram nova reconfiguração econômica em âmbito mundial resultando em inovações nos desdobramentos nas relações entre capital e trabalho com grandes afetações à insustentabilidade das condições de vida humana no planeta.

Ocorre que, pelo que foi possível observar ao longo dos anos em vários cursos de graduações em Serviço Social, as bases de formação acadêmica destes profissionais ainda se encontram focadas no paradigma do capitalismo industrial do século XIX, de modo que se faz necessária a atualização de tais conteúdos, com a finalidade de se prevenir o chamado sofrimento ético ante o impacto das demandas dos novos contornos sociais, em que se tornam imprescindíveis os cuidados com o meio ambiente.

Em função do panorama descrito, buscar-se-á defender a tese de que a “miséria social” identificada por Marx em 1844 e a “questão social”²⁴ assim denominada por Engels²⁵ em 1845, ambas decorrentes da pauperização da classe trabalhadora na Inglaterra e nos demais países que conviveram com aquele estágio

²⁴ Conceituamos por “questão social” para fins desta tese, o estado de miséria extrema em que se submetem os trabalhadores em função da desregulação do capitalismo, resultando na espoliação das classes laboriosas, na forma identificada por Friedrich Engels no século XIX. Tal contexto foi muito presente nas primeiras fases da Revolução Industrial, não sendo rara na contemporaneidade em diversos segmentos sociais. Salienta-se que Marx utilizava a expressão “miséria social” para tal contexto, no entanto o vocábulo “questão” aponta o contexto Socialismo Científico, na medida em que significa uma pergunta sobre um tema geral que implica numa discussão, cujo problema necessita ser justamente resolvido, em outras palavras, uma questão necessita ser equacionada. Portanto, enquanto Marx identifica o problema, Engels busca a solução.

²⁵ Friedrich Engels, igualmente a São Francisco de Assis, nasceu em uma rica família industrial, e em sua juventude Engels ficou impressionado com a miséria extrema em que viviam os trabalhadores das fábricas de sua própria família. Fruto desta indignação resolveu estudar a situação da classe operária. Enquanto Francisco de Assis, um homem do século XII, renunciou aos bens materiais, vivendo em absoluta pobreza e contemplação da natureza, portanto do meio ambiente, em que via a expressão e a compaixão de Deus, exercendo assim grande influência nos rumos da Igreja Católica, Engels, no entanto, tratou de documentar, por meio da análise crítica, a necessidade de novas reflexões sobre o uso desta mesma natureza, em sua transformação em produtos, por meio do trabalho, dando origem assim ao “materialismo histórico dialético”, desenvolvido juntamente com Marx, resultando no “Socialismo Científico”, que por sua vez derivaria na propositura do fim da propriedade privada. E neste sentido nos é lícito aproximar o pensamento de São Francisco de Assis ao de Friedrich Engels.

Revolução Industrial do século XIX, decorreu das disputas de classes pela posse dos recursos naturais e a primazia de suas transformações em produtos nas diversas cadeias produtivas industriais, inclusive para os nutrientes necessários à restauração da força de trabalho, eram em sua origem, uma questão socioambiental²⁶ e não única meramente uma questão social, contexto este que se desdobra até a contemporaneidade. E assim, se faz absolutamente necessário que o Serviço Social brasileiro se desperte para o fato de que o enfrentamento das demandas cotidianas de suas atribuições legais, passa, fundamentalmente, pelo enfrentamento dos problemas socioambientais do século XXI, bem como pela articulação com o equitativo desenvolvimento econômico sustentável em função da necessidade de equacionamento ou mitigação do alarmante quadro de desigualdade social advindo principalmente pela falta de acesso aos Direitos Sociais Básicos e Fundamentais, pois neles também se encontram os Direitos Ambientais. Tal tese se apresenta em função do princípio ético da defesa intransigente dos Direitos Humanos, que consta no Código de Ética do Serviço Social, situação esta, que os implica diretamente, pois a terceira geração dos Direitos Humanos inclui a preservação socioambiental, todavia, em geral, tal aspecto não é observado nos saberes e fazeres destes profissionais e passa ao largo da formação e aprimoramento acadêmico. Assim, em função de tal desatenção, agravam-se os micro e macro impactos ambientais, pois a pauperização, a pobreza e a miséria são também fatores de degradação ambiental. Diante deste quadro, defende-se o entendimento de que se faz necessária a renovação do olhar dos Assistentes Sociais brasileiros sobre as relações entre a sociedade e o meio ambiente, pois se nota, claramente, que o imperativo deontológico, portanto ético, não está sendo plenamente atendido pela categoria, resultando, quiçá, na necessidade de nova reconceitualização profissional para o atendimento dos sinais dos tempos que se apresentam no século XXI, nomeadamente em relação aos aspectos socioambientais.

O pressuposto da tese que aqui se apresenta é o de que se considera como relevante a necessidade de ampliar o olhar sobre a chamada “questão social” à luz do século XXI, pois em função da escassez dos recursos naturais e do exponencial

²⁶ Conceituamos igualmente por “questão socioambiental” para fins desta tese, a atualização do conceito de “questão social” mediante a percepção de que está sempre teve em seu cerne as consequências da miséria de muitos e o da riqueza de poucos, em função dos aspectos que se derivam da transformação dos recursos naturais, logo do meio ambiente, para o atendimento de demandas sociais. Diante disto se estabelece por meio da teleologia do inter-relacionamento entre a economia, o meio ambiente e a sociedade.

aumento populacional, implica agora em novos desdobramentos do materialismo histórico dialético²⁷, que por sua vez, como visto, se torna indissociável das condições do meio ambiente, na medida em que os aspectos socioambientais relacionam o meio ambiente, a economia e a sociedade, no entanto, ao se considerar apenas o aspecto social da questão, reduz-se a visão sobre o problema, pois se consideram apenas as consequências socioeconômicas em relação aos expropriados, pauperizados e desvalidos, e não as conjunturas das causas da questão em si, como se buscará demonstrar, pois jamais haverá o equacionamento da questão social se os aspectos socioambientais não forem efetivamente equacionados.

A pertinácia desta constatação, que transpõe a questão social para a questão socioambiental, incide também na transposição dos debates acerca da temática, do campo da Sociologia para o da Ecologia Humana²⁸, o que implica na necessidade de novas reflexões para tal conjuntura, assim como novas instrumentalizações para os embates nos cotidianos profissionais do Serviço Social, em busca do equacionamento ou mitigação de seus efeitos no século XXI.

Evidencia-se também nesta tese, que não existem novas atribuições legais a serem desempenhadas pelos Assistentes Sociais, mas uma nova abordagem em seus saberes e fazeres, a partir da busca da equidade socioambiental nas demandas do cotidiano. Corrobora-se com tal afirmação o fato de que na atualidade já não se lida mais com as contradições entre o capitalismo desregrado e pauperismo proletário que motivou a percepção da chamada “miséria social” por Marx e a “questão social” por Engels, que ao se desdobrar na contemporaneidade se alinham como o uso dos recursos naturais para a produção econômica, todavia em desequilíbrio social e ambiental. Deste modo o tripé: economia, meio ambiente e sociedade precisa ser reavaliado no cotidiano dos Assistentes Sociais, pois se trata do cerne da questão socioambiental do século XXI e, como tal, se agrava ao focarmos tal aspecto na região

²⁷ O materialismo histórico dialético elaborado por Marx e Engels será abordado aqui em seu sentido básico e original: a teleologia do uso dos recursos naturais ao longo da história. Em outras palavras a finalidade com que os recursos advindos do meio ambiente são transformados em produtos por meio das relações entre o trabalho e capital.

²⁸ Conceitua-se para fins desta Tese, como Ecologia Humana a contribuição de Montbeller, que a define como “uma ciência interdisciplinar voltada aos dinâmicos processos biológicos e sociais que acontecem entre o homem e, igualmente, entre este ambiente – natural, social, técnico e cultural” (MONTBELLER, 2004, p. 112), consequentemente, também econômico, na medida em que o homem é um ser-social.

megalopolitana²⁹ do sudeste brasileiro, influenciada, principalmente, pela macrometrópole paulista³⁰, que por sua vez é integrada por áreas urbanas, rurais e de transição, integrada por 173 municípios e mais de trinta milhões de pessoas.

Cabe esclarecer que o que se apresenta aqui como questão socioambiental, não se dissocia do pensamento marxiano, em sua originalidade, a partir de sua base epicuriana³¹, e assim, aponta para a necessidade de revisão dos referenciais teóricos do Serviço Social para o desenvolvimento de competências requeridas na atualidade, como também se buscará demonstrar, a partir das fontes utilizadas por Marx na elaboração de sua teoria social, as quais não são normalmente abordadas na formação acadêmica.

Em função do exposto, há razões para se crer, tratar-se de um tema inédito, oportuno, atual e relevante, na medida em que se propõe a retomar as bases do

²⁹ Megalópole é a integração de áreas metropolitanas conjugadas em avançada conurbação em virtude do elevado processo de desenvolvimento urbano e na qual as áreas rurais vão sendo gradativamente reduzidas até se extinguirem. Apresenta forte integração econômica e social, caracterizada por intensos fluxos de pessoas, serviços e mercadorias, por meio de meios de transportes de massa que os sustentam, tais como trens expressos, linhas de metrô, autopistas e pontes aéreas. Tal concentração resulta em amplo mercado consumidor de diversificada e alta capitalização. Caracteriza-se por sua dispersão em uma diversificada coletânea de subúrbios em função das vias de acesso às áreas residenciais, industriais e de lazer fora dos principais focos de congestionamentos, sem perder a centralidade do acesso às melhores facilidades de vida. Neste sentido as áreas de mananciais e de preservações ambientais sofrem grandes pressões, a exemplo do Distrito de Pedreira, próximo das Represas Billings e Guarapiranga, que registra invasão destas áreas de preservações ambientais por cerca de 150.000 famílias, segundo dados fornecidos pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social da região. Estima-se que nos próximos dez anos estarão interligadas urbanamente as regiões metropolitanas de Santos, Campinas, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro em uma só área urbana.

³⁰ Segundo dados da EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S. A., trata-se de uma região com alta densidade urbana, que reúne 173 municípios numa área de 49.927,83 Km², com uma população de 30.500.00 habitantes, semelhante ao Canadá, cujo PIB – Produto Interno Bruto é igual ao da Suíça, da ordem de R\$ 389.317.167.000,00, em que se incluem quatro regiões metropolitanas (São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte), integrada por ampla rede de rodovias, 22 aeroportos, 2 portos, 250 museus, 351 bibliotecas, 179 centros culturais, 361 casas de cultura, 371 teatros, 352 parques, 146 cinemas e 135 centros de convenções (Fonte: EMPLASA, 2012). Nesta região as áreas rurais estão sendo gradativamente reduzidas em função das pressões causadas pela alta densidade demográfica, implicando em graves problemas de abastecimento de água potável, de saneamento básico, de segurança pública, e de drásticas afetações às áreas de mananciais e de preservações do meio ambiente. Tal realidade implica em novas dinâmicas de formações acadêmicas e de atualizações profissionais aos Assistentes Sociais que atuam nesta região, posto que, em tese, vive-se um ambiente suíço com graves problemas de distribuições de rendas em função dos bolsões de miséria que ainda se concentram, em especial, nas zonas limítrofes entre os municípios, criando uma margem geográfica e social que não se quer ter assumida nem por uma cidade e nem em outra, carecendo, portanto, de nova ordem política e social capaz de resultar políticas públicas macrometropolitanas, posto que não vivemos mais a mesma relação Município, Estado e União. Fonte de informações: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/macrometropole/macrometropole.pps> 23/04/2016, 21:18 h.

³¹ Referência ao pensamento original de Epicuro (341-270 a.C.). Filósofo helenístico grego cujos postulados foram utilizados por Marx na elaboração de sua tese de doutorado em Filosofia defendida na Universidade de Jena, em 1841, denominada: A Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro.

pensamento original de Marx, em relação à Filosofia da Natureza, apresentado em sua tese de doutorado pela Universidade de Jena³², cabendo transpor tal essência, atualizando-a para o século XXI, além de buscar contribuir com novas reflexões para tal exercício profissional na contemporaneidade.

O referencial teórico adotado neste trabalho será o próprio Marx, a partir de suas bases originais na Filosofia da Natureza, com especial atenção aos textos complementares de Demócrito³³, Epicuro, Malthus³⁴, Millar³⁵, Kant³⁶, Hegel³⁷, Guizot³⁸, Darwin³⁹ e Foster⁴⁰, dentre outros, para se refletir sobre o conceito marxiano de “falha metabólica” na relação entre natureza e a cultura, no intuito de se rever as bases do materialismo histórico dialético a partir da concepção materialista de natureza, cujas contribuições e pertinências essencialmente ambientalistas, são imprescindíveis para a busca de soluções neste século XXI. Assim, na busca do pensamento primordial de Marx, buscar-se-á desconstruir determinados equívocos que o consideram como um pensador antiecológico, assim como trazer à luz suas muitas contribuições ecológicas.

³² Trata-se de uma das dez universidades mais antigas da Alemanha, e está situada na cidade de mesmo nome. Tal tese foi apresentada em 18 de abril de 1841 e constitui-se em importantíssima contribuição para a correta compreensão da evolução do pensamento de Karl Marx.

³³ Demócrito de Abdera (460-370). Filósofo grego precursor do atomismo.

³⁴ Thomas Malthus (1776- 1834), economista britânico considerado o pai da demografia, ao tratar dos conflitos de disputas pelos alimentos e pelos recursos naturais em função do número de nascimentos e de óbitos.

³⁵ John Millar (1735-1801), advogado, filósofo liberal e historiador escocês, discípulo de Adam Smith. Este por sua vez entendia que o sustento da sociedade não dependia da benevolência de cada produtor de alimentos, bens, produtos ou serviços, mas da determinação de cada um em empreender seus próprios interesses. Millar foi o introdutor do conceito de “luta de classes” cinquenta anos antes de Marx, por meio de sua obra: *Observation Concerning the Distinction of Ranks in Society Under the Following Heads*, Observações Concernentes às Distinções de Classes na Sociedade e Sobre seus Chefes, publicada em 1778. Sua obra visionária abordou a condição da mulher, dos escravos, das classes laborais em função das grandes transformações causadas pelo capitalismo. Tentou alertar para a necessidade das mudanças políticas que seriam necessárias para evitar uma revolução popular, como ocorreria mais tarde, com a Revolução Francesa. Fonte: https://books.google.com.br/books?id=VuIdIKRAT_oC&pg=PP11&lpg=PP11&dq=John+Millar&source=bl&ots=VEbTmUb1QF&sig=2Z_nLq86Ocn2XITQBfKHZp7P2fY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj7lb_H74TOAhWDQZAKHb_jBesQ6AEIXDAN#v=onepage&q=John%20Millar&f=false, acesso em 21/07/2016, 12:32 h.

³⁶ Immanuel Kant (1724-1804). Filósofo prussiano, considerado o mais importante na modernidade.

³⁷ Georg Wilhelm Hegel (1770-1831). Filósofo prussiano, discípulo de Kant e que exerceu influências sobre Marx e Engels.

³⁸ François Guizot (1787-1874), advogado e político francês. Fundamentado em Millar e Malthus, foi o autor das primeiras tentativas de explicação da história a partir da Teoria das Lutas das Classes Sociais.

³⁹ Charles Darwin (1809-1882) – Naturalista britânico, celebre pela Teoria da Evolução das Espécies, em que firmou como postulado básico que o mais forte ou mais adaptado sobrevive e mais fraco ou menos adaptado desaparece. Salienta-se a semelhança desta afirmação com a Teoria Malthusiana e a das Lutas de Classes.

⁴⁰ John Belamy Foster. Sociólogo e economista político marxista nascido em 1953, vinculado à Universidade de Oregon.

Apresenta-se como objetivo geral desta tese prospectar as novas demandas profissionais dos Assistentes Sociais no Brasil em relação aos aspectos da sustentabilidade social, ambiental, ecológica, cultural, econômica, política, energética e empresarial, de modo a correlacioná-las com o que é ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso, além de pesquisar nas grades curriculares de formação de Assistentes Sociais no Brasil, os componentes curriculares capazes de desenvolver as competências profissionais em relação ao quadro em tela.

Por fim, buscar-se-á investigar eventuais fatores de sofrimento ético-profissional entre os Assistentes Sociais que possuem dificuldades de lidar com a realidade dos cotidianos socioambientais em que se inserem, em virtude de não terem tais competências desenvolvidas no âmbito acadêmico de graduação ou de pós-graduação.

A opção metodológica da pesquisa é a do tipo exploratória, de natureza predominantemente qualitativa, que buscará aprofundar o entendimento sobre o assunto com a finalidade de subsidiar novas reflexões sobre o tema. Atenção especial foi dada aos documentos legais de inserção do Serviço Social no Brasil e as matrizes curriculares de seus cursos, bem como aos compromissos assumidos pelo Brasil tanto na Agenda 21, quanto nas Metas do Milênio e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sempre em correlação com a realidade profissional. Recorreu-se também a diversas fontes de informações na coleta de dados, tais como a pesquisa documental, dados oficiais, observação direta e entrevistas abertas, que permitiram a interpretação teórica sobre o contexto da formação e da atuação do Serviço Social no Brasil. Salienta-se que a pesquisa documental se deu por meio de levantamentos cartográficos e documentos legais disponíveis na Internet.

Cabe ainda esclarecer no que se concerne à metodologia adotada, que a sistematização da pesquisa de campo, se deu com base no Distrito de Pedreira, que fica na Cidade de São Paulo – SP, e que é uma área de manancial, próxima das Represas Guarapiranga e Billings e que foi invadida por cerca de 150.000 famílias a partir da segunda metade do século XX, localidade em que foram coletadas entrevistas com Assistentes Sociais e líderes comunitários. O resultado das informações coletadas na pesquisa de campo não estará separado cartesianamente em um capítulo à parte, pois será dialogicamente tratado ao longo dos capítulos

temáticos o que decorre em função da dialeticidade com que se abordará as construções dos argumentos ora apresentados. Deste modo, a pesquisa de campo dialogará constantemente com as fundamentações dos argumentos apresentados.

Assim, se partirmos da compreensão de que um problema de pesquisa é uma questão sobre como as variáveis envolvidas no objeto de estudo estão relacionadas, as que se apresentam no caso em tela, estão, por conseguinte, associadas com as estratégias de abordagens ao problema ambiental, adotadas pelos Assistentes Sociais no atendimento de suas demandas cotidianas e como as buscam equacionar. Diante disto, considera-se pertinente a investigação sobre o modo como solucionam tais atribuições, se por formação acadêmica, intuição ou empiria.

Ainda em relação aos aspectos epistemológicos⁴¹ o “caminho teórico”, buscou tornar algo desconhecido em algo conhecido fundamentando o modo como tal percurso foi construído, de modo a viabilizar o conjunto epistemológico constituído. No entanto como todo o caminho se faz em alguma direção, aqui se adotou a dialética⁴² para se tratar das relações entre a questão social e a questão socioambiental, em função de sua capacidade de abrangência da totalidade, da historicidade, da complexidade, da dialeticidade, da praxidade, da cientificidade e da concreticidade.

Salienta-se que tal metodologia se alinha também como os referenciais teóricos aqui definidos. A dialética, cujo significado da palavra nos reporta a diálogo, e que foi tratada por filósofos pré-socráticos como, Parmênides⁴³, Heráclito⁴⁴, Sócrates⁴⁵, Platão⁴⁶ e Aristóteles⁴⁷, como sendo a essência da Filosofia.

⁴¹ Forma pela qual é concebida a relação sujeito/objeto no processo de construção do conhecimento. No âmbito das Ciências Humanas e Sociais há um pluralismo paradigmático, pois, ao tentar compreender e explicar a natureza humana e suas razões, encontrar-se-á um rol de possibilidades subjetivas, que também variam sobre suas formas de compreensão e da busca da explicação. Sendo assim, o Homem não pode ser explicado simplesmente pela Ciência Natural como fizeram os positivistas, mas também não pode ser restringido às teorias da complexidade, pois se busca encontrar a justa medida, de nosso Sidarta Gautama, ou seja, o equilíbrio como forma de iluminação científica

⁴² Tradição filosófica cuja epistemologia estabelece reciprocidade entre o sujeito e o objeto em eminente interação social ao longo da história. Trata da relação entre o saber e o poder na trajetória da ação histórica e social, bem como sua noção de intencionalidade em busca de um sentido associado à transformação da condição da existência humana.

⁴³ Parmênides de Eleia (530-460 a. C.). Filósofo pré-socrático. Afirmou que o ser é e o não ser não é.

⁴⁴ Heráclito de Éfeso (535-475 a.C.), filósofo pré-socrático. Afirmou que tudo muda, tudo se move, tudo flui.

⁴⁵ Filósofo grego (469-399 a.C.). Considerado o Pai da Filosofia. Buscou entender a natureza humana.

⁴⁶ Filósofo grego (428-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Celebrizou-se pelo mundo das ideias e o Mito da Caverna.

⁴⁷ Filósofo grego (384-328 a.C.). Foi discípulo de Platão. Celebrizou-se pelo conhecimento via mundo real.

Na modernidade, por Kant, Hegel, Engels e Marx, constitui-se num método dedutivo em que a busca da veridicidade consiste na formulação de questões levantadas para se trazer à tona as inconsistências das compreensões comuns ou concepções equivocadas de um determinado contexto relativo a um problema de pesquisa. Além disto, tal opção se fundamenta também por seu potencial de analisar cada coisa como um processo, um porvir, um constante tornar-se, conforme a tradição filosófica hegeliana, por meio da reflexão sobre as correlações de processos que trazem em si o debate de suas próprias contradições em diversos momentos das análises aqui abordadas.

Nesta via a Arqueogenealogia⁴⁸ nos auxiliará na capacidade reflexiva sobre a subjetividade humana. Esta tendência desterritorializa o sujeito, substituindo o foco da economia da razão pelo da economia do desejo, pois os desejos se sobrepõem as necessidades, e este é um ponto crucial de insustentabilidade socioambiental.

Além disto a construção do conhecimento abordará dimensões que vão além da lógica racional, tais como a paixão, a vitalidade, os ideais, os messianismos, as relações de liberdade e de poder, bem como as demais energias instintivas, que ampliam as subjetividades, que em si, retratam o atual modelo de formação acadêmica, pois se evidenciam discursos marxistas superficiais que se tornam dogmáticos impossibilitando sua discussão abrangente pelos estudantes do Serviço Social, e que assim se tornam meros depositários de informações fragmentadas, conforme nossa observação e experiência.

Cabe esclarecer que na busca por referências sobre o tema desta tese não foram encontradas produções que abordaram a formação e a prática em Serviço Social com base na Ecologia de Marx e nem na Agenda 21, nas Metas do Milênio e nos Objetivos do Desenvolvimento sustentável, de tal modo que, salvo maior engano, se trata de uma produção inédita.

Salienta-se que foram encontradas poucas produções análogas, a saber: o livro Serviço Social e Meio Ambiente, organizado por José Andrés Domingos Gómez, Octávio Vásques Aguado e Alejandro Gaoma Pérez, organizadores, publicado em 2009 pela Editora Cortez. Há também o livro Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um Desafio Ético-Político ao Serviço Social, de Maria das Graças e Silva,

⁴⁸ Método de análise discursiva local.

também publicado pela Editora Cortez, em 2010. Foi também localizada a Tese de doutorado: Sustentabilidade e Serviço Social: Novos Paradigmas, de autoria de Ilda Chicalé Atauri, defendida na PUC/SP, em 2009.

O conjunto temático dos argumentos desta tese encontram-se distribuídos nos seguintes capítulos que se seguem.

Capítulo I – Da influência epicuriana no pensamento marxiano e seus contributos ao debate socioambiental do século XXI, em que serão tratados os danos ecológicos causados tanto pelos modos de produções socialista e capitalista. Nele se abordará a primeira obra da Marx, estabelecida a partir de sua tese de doutorado denominada: “Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro”⁴⁹, que raramente é abordada pelos próprios marxistas, pois muitos também a desconhecem, e que foi defendida em 1841, no Departamento de Filosofia da Universidade de Jena, na atual Alemanha, e serviu de base para a concepção da Ideologia Alemã e do Materialismo Histórico Dialético do autor. Será tratado também a adoção do pensamento epicuriano por Marx, que se deu em sua tese de doutorado e cuja essência se desdobrou em muitas de suas obras, resultando no seu materialismo histórico dialético.

Capítulo II - Da Teologia Natural e do Desenvolvimento Sustentável. Este capítulo busca rever a trajetória da construção do pensamento sobre a abordagem Ecológica e do Desenvolvimento Sustentável, assim como pelas convenções climáticas da ONU – Organização das Nações Unidas e demais eventos mundiais que resultaram no estabelecimento da Agenda 21 e das Metas do Milênio, cujas ações e metas tangenciam as práticas profissionais dos Assistentes Sociais, na mesma

⁴⁹ A Filosofia Transcendental de Immanuel Kant, introduzida no final do século XVIII, trouxe uma reviravolta no rumo da Filosofia em âmbito mundial acerca dos princípios fundamentais do conhecimento e da realidade, que seriam abordadas por Hegel, resultando em reinterpretações que derivaram nas chamadas direita e esquerda hegelianas, sendo propulsores do Idealismo Alemão, ao passo em que buscava os fundamentos últimos de todo o conhecimento humano como sustentáculo da racionalidade enquanto tal. Tal contexto foi fundamental para que Marx viesse a buscar os princípios desta racionalidade sobre a realidade a partir da Filosofia da Natureza, em Demócrito e em Epicuro, tendo como consequência tal síntese, por meio do Materialismo Histórico Dialético que seria desenvolvido por Marx. Saliente-se que há quem afirme que Marx se rebelou contra o pensamento hegeliano, o que é algo muito discutível, pois para o mesmo não seria razoável abandonar tal filosofia sem analisá-la em seus pormenores, e para isto a análise da ideia de liberdade no atomismo epicuriano, a partir do qual concebeu ideias próprias de liberdade e de ética, portanto, o arcabouço fornecido por Hegel foi também fundamental para a construção do pensamento marxiano. Considera-se, portanto, como pertinente tal resgate histórico posto ser possível suas coalizões entre a Filosofia da Natureza, o Materialismo Histórico Dialético, a Ética e a Liberdade, temas estes imprescindíveis para o debate socioambiental do século XXI.

medida em que com o agravamento da questão socioambiental, serão também de imediato requisitados. Fará também conexões entre as representações de Deus na chamada Teologia Natural e as influências que seus adeptos exerceram sobre Malthus e no evolucionismo darwinista e como que a partir dos desdobramentos de seus postulados se chegou ao Socioambientalismo, ao Ecosocialismo, ao Desenvolvimento Sustentável e suas interfaces com a Teologia da Libertação, sempre em transposição ao foco no Serviço Social.

Capítulo III - Da Concepção Materialista da Natureza de Marx ao seu Materialismo Histórico Dialético. Neste capítulo serão analisadas as atividades dos Assistentes Sociais, com ênfase nos aspectos ambientais em que se inserem os diversos sistemas sociais, alvos das atenções destes profissionais. Serão feitas aqui conexões entre a influência epicuriana em Marx e como esta se desdobrou em sua visão ecológica pela qual a concepção materialista da natureza serviu de base ao materialismo histórico dialético.

Capítulo IV - Da Abordagem Socioambiental na Perspectiva Profissional de Opção Marxista pelo Serviço Social Brasileiro. Este capítulo tratará da primeiridade e secundidade dos Direitos Humanos em relação aos Patrimônios Comuns da Humanidade e suas correlações com a deontologia do Serviço Social.

Capítulo V - Dos Assistentes Sociais no Brasil e da Questão Socioambiental do Século XXI. Neste capítulo será analisada a trajetória do Serviço Social no Brasil e seus atrelamentos com as condições a cada época, buscando motivar uma discussão sobre as demandas que se fazem presentes neste século XXI, em relação à preservação das áreas de mananciais de preservação ambiental e das adaptabilidades do Serviço Social no Brasil aos sinais dos tempos.

Capítulo VI - Dos Compromissos Socioambientais do Brasil e suas Implicações com o Serviço Social. Nele será inserida uma síntese das Conferências da ONU em busca do estabelecimento de um compromisso entre os países na busca da mitigação dos problemas socioambientais que afetam a todos. E no bojo desta temática buscar-se-á fundamentar a correlação existente entre a questão socioambiental e os Assistentes Sociais. Serão abordadas a Agenda 21, as Metas do Milênio, os Objetivos do Desenvolvimento sustentável e suas correlações com o Serviço Social, assim

como a construção de competências acadêmicas para o enfrentamento da questão socioambiental.

Com base nos capítulos acima se pretende estabelecer a organização dos argumentos pelos quais se espera fundamentar esta tese, segundo a qual o recorte ideológico anacrônico tem impedido uma maior atenção socioambiental do Serviço Social brasileiro.

Resta ainda ressaltar que muito se pôde aprender com todos os que pudemos manter contato nestes anos, sendo este trabalho o resultado de uma síntese deste percurso, pelo qual aqui se agradece a todos os que conosco estiveram ao longo do caminho, que sempre feito na própria caminhada.

Convidamos os leitores a refletirem conosco estes escritos, que foram os resultados de inquietações e de argumentações a respeito do Serviço Social e de Nossa Casa Comum, a Terra. Sejam, portanto, todos, muito bem-vindos à reflexão que se buscará construir.

Capítulo I

Da influência epicuriana no pensamento marxiano e seus contributos ao debate socioambiental do século XXI.

Adentrarmos a este trabalho a partir da tese doutoral de Marx, nomeadamente, *Diferença Entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, defendida em 18 de abril de 1841 na Universidade de Jena, que nos propiciará certa base epistemológica para a compreensão apropriada da evolução do pensamento deste autor, na medida em que passamos a resgatar aspectos básicos e primordiais que nos serão importantes para o alinhamento dos argumentos que aqui serão expostos. Cabe, porém, esclarecer, que esta tese de doutorado é desconhecida de muitos simpatizantes do pensamento marxista, assim como nos meios acadêmicos, de tal modo que se perde um pouco o ponto de partida para a análise geral das obras deste autor. Assim, considera-se pertinente tratarmos de um ponto central do objeto da tese doutoral de Marx, que é sua conexão com a filosofia grega, como segue:

“Constitui uma verdade banal a afirmação de que o nascimento, o desenvolvimento e a morte constituem o círculo de bronze a que se acham confinadas todas as coisas humanas e que estas devem percorrer integralmente. Não haveria, portanto, nada de estranho no fato de a filosofia grega, depois de haver alcançado o mais elevado florescimento com Aristóteles, ter decaído imediatamente. Porém a morte dos heróis assemelha-se ao pôr do sol e não ao rebentar de uma rã que tenha inchado. Mas ainda: o nascimento, o desenvolvimento e a morte são representações muito genéricas, demasiado vagas, nas quais tudo pode ser introduzido, mas não dão a conhecer as particularidades de coisa alguma. A própria morte se forma a partir do vivo; a figura da morte deveria, então, tal como a vida, ser compreendida como caráter específico. E afinal, se lançarmos um olhar à história, veremos o epicurismo, o estoicismo e o cepticismo como fenômenos particulares? Não serão arquétipos do espírito romano? A forma sob a qual a Grécia emigra para Roma? Não terão uma característica, intensiva e eterna que o próprio mundo moderno foi obrigado a conceder-lhes direitos de cidadania intelectual? Só insisto nesse aspecto para recordar a importância histórica desses sistemas; mas não tratamos aqui de sua importância para a civilização em geral; o que nos interessa é a sua conexão com a filosofia grega anterior” (MARX, s.d., pp. 17-18).

Destacam-se neste contexto a busca do desprendimento de um ambiente niilista⁵⁰, que se reduz ao nascer, crescer e morrer. Assim, Marx ao negar o niilismo resultante da alienação do modo de produção capitalista, busca ir além do homem⁵¹, razão pela qual, no entendimento deste autor, nada é como está, mas como poderá vir a ser. Trata-se, portanto, de vontade de potência, por meio da criação de novos valores. Em função disto, nesta visão, o maior inimigo do homem passa a ser o próprio homem que não supera a sua condição humana. E isto ficará evidente em suas futuras obras da maturidade, tais como o Manifesto do Partido Comunista e a Ideologia Alemã.

Face ao exposto, percebe-se claramente em sua tese doutoral que considera como princípio da filosofia, o absoluto e a liberdade da consciência de si, mesmo que esta consciência de si seja constituída sob a forma da singularidade, como se observa:

“Se a consciência de si abstratamente-singular é considerada como princípio absoluto, toda a ciência verdadeira e real é suprimida no sentido de que não é a singularidade que reina na própria natureza das coisas. Mas isso equivale também à destruição de tudo aquilo que transcende a consciência humana e pertence ao entendimento imaginativo. Se, pelo contrário, se constituir em princípio absoluto a consciência de si que apenas se conhece sob a forma de universalidade abstrata, abre-se a porta ao misticismo supersticioso e servil. A prova histórica do que afirmamos encontra-se na filosofia estoica. A consciência de si abstratamente universal possui em si, com efeito, a tendência para se afirmar nas próprias coisas em que apenas se afirma enquanto a nega. Epicuro é, portanto, de todos os gregos, o maior filósofo das ‘luzes’ e repetimos o elogio que Lucrécio lhe dirige...” (MARX, s.d., p. 60).

Assim, Marx passa a considerar Epicuro como o primeiro filósofo iluminista, capaz, portanto, de libertar o homem da escuridão em que jaz, no intuito de buscar a sua superação, por meio da consciência de si e do mundo ao seu redor. Em sua Carta Sobre a Felicidade a Meneceu encontramos uma ética que nos aponta diretamente para o que na atualidade, no que se concerne à sustentabilidade, a chamada Política

⁵⁰ Corrente filosófica que concebe a vida humana como desprovida de qualquer finalidade. Tem como sintoma a fraqueza e a exaustão do espírito e, conseqüentemente, o fim da crença na vida em função da inadequação dos valores de uma cultura, ou seja, seus valores e princípios, que gradativamente vão se desfazendo em função de seus conflitos internos, quer pela negação dos valores do mundo ou pelo esgotamento da vontade de potência, ou ainda a recusa em seguir preceitos considerados divinos. Assim, afirma que a vida não vale a pena ser vivida.

⁵¹ O além do homem, ou seja, o homem que supera a sua condição é encontrado na obra de Nietzsche, assim como o niilismo. Trata-se de uma característica comum dentre os filósofos alemães.

dos 5 “Rs”⁵², nomeadamente: repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar e responsabilizar, e que buscam reduzir a extração dos recursos naturais e dos resíduos nos aterros, aumentando assim suas vidas úteis, bem como os gastos do poder público no tratamento do lixo e o uso da energia nas indústrias por meio de estímulos à economia local de sucateiros, catadores e aqueles que sobrevivem das cadeias das engenharias reversas.

“Consideremos também que, dentre os desejos, há os que são naturais e os que são inúteis; dentre os naturais, há uns que são necessários e outros, apenas naturais; dentre os necessários, há alguns que são fundamentais para a felicidade, outros para o bem-estar corporal, outros, ainda, para a própria vida. E o conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda a escolha e toda a recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito, visto que esta é a finalidade da vida feliz: em razão deste fim praticamos todas as nossas ações, para nos afastarmos da dor e do medo” (EPICURO, 2002, p. 35).

Diante disto surge facilmente a construção do materialismo histórico dialético, que em si é uma teleologia⁵³ do uso dos recursos naturais ao longo da história, cuja elaboração desta teoria marxiana se deu com a colaboração de Engels:

“Seja-me aqui permitido um pequeno comentário pessoal. Tem-se feito, ultimamente, insistentes alusões à minha coparticipação nesta teoria; não posso, pois, deixar de dizer algumas palavras para por este ponto em claro. Que antes e durante os quarenta anos de minha colaboração com Marx tive certa parte independente na fundamentação e, principalmente, na elaboração da teoria, é coisa que nem eu próprio posso negar” (ENGELS, 1962, p. 291)⁵⁴.

Temos, assim, a base do Socialismo Científico, concebido por Engels e Marx, que parte de três pontos de análises: o materialismo⁵⁵, a base econômica da

⁵² Fonte: <http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9410-a-pol%C3%ADtica-dos-5-r-s>, acesso 23/04/16, 19:49 h.

⁵³ Doutrina busca identificar finalidades, metas e objetivos últimos direcionando a natureza e a humanidade.

⁵⁴ Sobre esta contribuição de Engels à obra de Marx, Magalhães afirma: “A despeito de atribuir o que hoje chamamos de marxismo ao próprio Marx, na sua quase totalidade, é conhecido de todos o débito que ele tem para com Engels em seu caminho para o estudo da Economia, desde que leu o esboço que este escreveu sobre a situação da classe operária na Inglaterra, nos Anais Franco-Alemães” (MAGALHÃES, 2009: P. 9).

⁵⁵ O termo Materialismo foi utilizado pela primeira vez por Robert Boyle (1627-1691) que foi um filósofo natural, químico e físico irlandês, que se dedicou ao estudo das partículas. O termo surge em sua obra A Excelência e Fundamentos da Filosofia Mecânica, publicado em 1674, designando: “toda doutrina que atribua causalidade apenas à matéria”, conforme nos afirma Abbagnano (2014, p. 747), existem quatro formas básicas de materialismo: “1º Metafísico ou Cosmológico – que se identifica com o atomismo filosófico; 2º Metodológico – segundo o qual a única explicação possível dos fenômenos é a que recorre aos corpos e aos seus movimentos;

superestrutura política e a luta de classes⁵⁶. Neste sentido, há que se enfatizar as concepções particularistas destes dois autores para duas formas de materialismo, nomeadamente, o histórico e o dialético.

O primeiro é o materialismo histórico, em que

“Engels designou o cânon de interpretação histórica proposta por Marx, mais precisamente o que consiste em atribuir aos fatores econômicos (técnicas de trabalho e de produção, relações de trabalho e de produção) peso preponderante na determinação dos acontecimentos históricos. O pressuposto deste cânon é o ponto de vista antropológico defendido por Marx, segundo o qual a personalidade humana é constituída intrinsecamente (em sua própria natureza) por relações de trabalho e de produção a que o homem participa para prover às suas necessidades. A ‘consciência’ do homem (suas crenças religiosas, morais e políticas” (ABBAGNANO, 2014, p. 750).

No segundo, o materialismo dialético, entende-se a

“teoria dialética da realidade (natural e histórica). Mais que um materialismo, trata-se na realidade de um dialetismo naturalista, cujos princípios foram propostos por Marx e desenvolvidos por Engels, e depois mais ou menos seguidos servilmente pelos filósofos do mundo comunista, que são os únicos seguidores dessa filosofia. Segundo Engels, Hegel reconheceu perfeitamente as leis da dialética⁵⁷, mas considerou-as ‘puras leis do pensamento’, visto que não foram extraídas da natureza e da história, mas concedidas a estas do

3º Prático – que reconhece no prazer o único guia da vida; e 4º Psicofísico – para o qual os fenômenos psíquicos são causados estritamente por fenômenos fisiológicos.

⁵⁶ Cabe salientar que a Teoria das Lutas de Classes não são concepções originais de Marx e nem de Engels, como muitos pensam, mas de autoria de Guizot que foi o autor das primeiras tentativas de explicação da história a partir da Teoria das Lutas das Classes Sociais, a partir da concepção de Millar, reconhecidamente por Marx. Cabe salientar que tal teoria foi por sua vez inspirada no economista britânico Thomas Malthus, ao tratar dos conflitos de disputas pelos alimentos e pelos recursos naturais. Portanto, a genealogia da Luta de Classes usada por Marx a partir de Guizot e Malthus está diretamente associada à disputa dos recursos naturais. E sobre esta influência de Guizot sobre Marx, que também foi que o Ministro do Interior que decretou sua expulsão da França em 1845 encontramos a seguinte contribuição: “Poderá ser observada a atração exercida por Guizot sobre certos textos de inspiração marxista, na medida em que ele tinha sido considerado por Marx como um dos historiadores burgueses que tinham inventado a noção de luta de classes” (ROSANVALLON, 1985, 394). Maiores informações podem ser obtidas na obra: História da Civilização Europeia desde a Queda do Império Romano até a Revolução Francesa, de Guizot, 1832.

⁵⁷ Conforme nos afirma Abbagnano (2014, p. 749), as leis da dialética identificadas por Engels são: 1ª lei: da conversão da quantidade em qualidade e vice-versa; 2ª lei: da interpenetração dos contrários; e 3ª lei: da negação da negação. A primeira significa que as variações qualitativas só podem ser obtidas somando-se ou subtraindo-se matéria ou movimento. A segunda garante a unidade e a continuidade da mudança incessante da natureza. A terceira sustenta que cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese. Portanto tudo se movimenta, se transforma e se modificada num eterno porvir, sendo assim, algo não é o que é, mas o que poderá vir a se tornar e isto se aplica tanto à matéria, quanto aos homens em sua realidade histórica e natural.

alto, como leis do pensamento. Porém, ‘se invertermos as coisas, tudo se tornará simples e claras como o sol’ (ABBAGNANO, 2014, p. 749).

A partir destes esclarecimentos salienta-se que neste capítulo objetivamos revisitar as bases da concepção do materialismo histórico dialético proposto por Marx, a partir de sua concepção primordial por meio do legado de Epicuro⁵⁸, visto pelo mesmo como um visionário da antiguidade, em função de sua percepção e inserção das bases conceituais do materialismo.

Antes de prosseguirmos nesta matéria, faz-se necessário salientar um aspecto importante às discussões que se seguirão, e que se perfazem no entendimento de que adentraremos ao pensamento de dois filósofos. Epicuro é um filósofo clássico, grego do período helênico, que viveu no século IV a.C.; e Marx, por sua vez foi um alemão, do século XIX, Doutor em Filosofia, formado, portanto, em uma Universidade⁵⁹.

Assim, com base no contexto em tela, se torna importante rediscutir a nuance conceitual do vocábulo dialética, como segue

“Este termo, que deriva de diálogo, não foi empregado, na história da Filosofia, como significado unívoco, que possa ser determinado e esclarecido de uma vez por todas; recebeu significados diferentes, com diversas inter-relações, não sendo redutíveis uns aos outros ou a um significado comum. Todavia é possível distinguir quatro significados fundamentais: 1º dialética como método de divisão; 2º dialética como lógica provável; 3º dialética como lógica; 4º dialética como síntese dos opostos. Esses quatro conceitos têm

⁵⁸ Em síntese, Epicuro argumentava que a felicidade se encontra na simplicidade, de modo que devemos nos contentar com o que temos e não com o que desejamos ter.

⁵⁹ Karl Marx dedicou-se à elaboração de sua Tese de Doutorado entre 1838 e 1841, se beneficiando de sua dispensa do serviço militar por sua descendência judaica, obtendo assim, tempo para se dedicar às obras de Hegel, Spinoza, Kant, Leibniz, Aristóteles, Epicuro e Demócrito. Na ocasião desejava ser catedrático e ter estabilidade econômica para se casar. Com a morte de Guilherme III, em 1840, a princípio os liberais prussianos se animaram, mas Guilherme IV se mostrou mais conservador que seu pai. E assim, a filosofia de Hegel passou a estar sob suspeita, e os “Jovens Hegelianos”, posteriormente denominados como “Esquerda Hegeliana” foram perseguidos. Com a morte do Reitor da Faculdade de Direito, Prof. Eduard Gans (1778-1840), filósofo, jurista e historiador, e que fora aluno do filósofo Hegel, e que como liberal hegeliano protegia os jovens judeus e descendentes, servindo assim de intermediário entre Marx e Hegel, sobretudo na contextualização filosófica à realidade, Guilherme IV nomeou um velho jurista conservador, absolutista e teocrata para ser Reitor da Faculdade de Direito, o Prof. Friedrich Julius Stahl (1802-1861). Em função disto, Marx, para não ser obrigado a defender sua tese perante Stahl, decidiu se transferir da Universidade de Berlim para a Universidade de Jena, onde em 15 de abril de 1841 defendeu brilhantemente sua tese de Doutorado em Filosofia, original e erudita, ao tratar da liberdade da natureza em relação ao determinismo, todavia Marx não conseguiu obter a cátedra acadêmica em função de seu alinhamento com a esquerda hegeliana, combatida pelo governo naquele momento, agravada por sua descendência judaica.

origem nas quatro doutrinas que mais influenciaram a história desse termo, mais precisamente na doutrina platônica, aristotélica a estóica e a hegeliana” (ABBAGNANO, 2000, p. 269).

Na Antiguidade Clássica a origem do termo dialética é atribuído a Zenão de Eléia⁶⁰,

“Zenão é o discípulo mais importante de Parmênides, continuador de sua escola. Também de Eléia. Parece ter sido uns quarenta anos mais jovem que Parmênides. Sua descoberta mais interessante é seu método, a dialética. Esse modo de argumentar consiste em tomar uma tese aceita pelo adversário ou comumente admitida e mostrar que suas consequências se contradizem entre si ou a contradizem em suma, que é impossível, segundo o princípio de contradição, implicitamente utilizado por Parmênides” (MARIÁS, 2004, p. 27).

Esta mesma dialética era também o modo como agiam filósofos clássicos do período socrático, e este é um ponto importante nesta tese sobre as reflexões que serão feitas em relação ao século XIX, pois,

“O modelo socrático traduz-se pelo mito, a prova, a explicação dos poetas, o método de pergunta-resposta, o humor, o personalismo, a ironia, a insolência. Esta filosofia não é um mero processo teórico de pensamento. É simultaneamente uma exortação e uma educação. Exige que o homem se preocupe mais com a alma em vez de se preocupar com os ganhos. Utilizando o método atualmente conhecido por diálogo ou dialética, Sócrates retirava o conhecimento dos seus alunos através da formulação de questões e examinando as implicações das suas respostas” (PARASKEVA, 2000, p. 27).

Este modo personalista, irônico e insolente também foi utilizado por Marx em suas obras e intervenções, e em função disto há muita semelhança entre o método socrático e o método marxiano na busca da clarificação do objeto central em debate a partir da dialeticidade, ressaltando-se ainda que esta preocupação com a alma acima dos ganhos, de Sócrates é também encontrada em Epicuro, no século seguinte, bem como em Marx no Século XIX. Assim a dialética ocupa lugar central na análise crítica da sociedade e nesta condição também fora utilizada por Platão e Aristóteles:

“Sócrates e Platão defendiam o desenvolvimento que valorizasse a verdade acima de qualquer outro valor. Os sofistas defendiam o valor dos cidadãos prudentes e eloquentes do Estado democrático. Platão já havia feito a

⁶⁰ Filósofo grego pré-socrático (485-430 a.C.).

distinção entre o *Trivium*⁶¹ – artes *sermocinales* ou *racionales*: gramática, retórica e dialética - e o *Quadrivium*⁶² - artes *reales*: aritmética, geometria, música e astronomia (PARASKEVA, 2000, p. 27).

Encontraremos em Aristóteles o avanço da dialética, rumo aos primeiros passos do saber científico. Nele a mesma se traduz como a lógica do provável ao distinguir o silogismo e o sofisma, por meio de processos racionais a partir do movimento, considerado como a atualidade do possível enquanto possível, distinguindo assim o ato e a potência, como a passagem do não-ser ao ser⁶³. Assim, enquanto movimento, a dialética passou a ser um processo de identificação não do que se é, mas do que se poderá vir a ser, concepção essa originalmente desenvolvida por Heráclito, no século VI a.C. e que seria adotada por Aristóteles, Hegel e Marx.

“Para Aristóteles, a ciência, que é do universal, porque o individual tem uma finalidade de aspectos e não pode se esgotar num saber, e que não é do acidente, mas da essência, é antes de tudo ciência demonstrativa, que faz conhecer as coisas por suas causas e princípios. Saber não é mais discernir, como nos pré-socráticos; nem sequer definir, como em Sócrates e Platão, mas demonstrar, saber o porquê” MARIÁS, 2004, p. 79).

Na Idade Média, o vocábulo dialética se aplicava ao que hoje denominamos como Filosofia, como se observa:

“Na Idade Média o currículo se compunha de uma classificação do conhecimento composto do *Trivium* (três caminhos ou disciplinas: Gramática, Retórica e Dialética), que chamaríamos hoje de disciplinas instrumentais, e do *Quadrivium* (quatro vias: Astronomia, Geometria, Aritmética e Música), que apresentavam um caráter nitidamente mais prático. Essas sete artes constituíram uma primeira organização do conhecimento, que perdurou durante séculos nas universidades europeias” (SACRISTÁN, 2013, p. 17).

Esta dialética que se inseria no *Trivium* tinha como finalidade prover a construção do conhecimento por meio da especulação filosófica e do pensamento crítico, em oposição ao pensamento mítico, o que perdurou por mais de mil anos.

⁶¹ As três vias do conhecimento da conversação, *sermocinales* ou da racionalidade, *racionales*.

⁶² As quatro vias do conhecimento da realidade, *reales*.

⁶³ Segundo MARIÁS, “quem come um ovo, come um ovo em ato, não uma galinha em potência; quando essa potência, em vez de permanecer como possível, se atualiza, há movimento, que é concretamente a geração” (2004, p.78).

Na modernidade a mesma começou a ser resgatada pelo filósofo alemão Schelling⁶⁴ ao tratar, entre outros sistemas, da “metafísica da natureza e do espírito”⁶⁵, e que exerceu fortes influências sobre o filósofo Hegel⁶⁶, igualmente alemão.

Este é um processo muito rico e muito pouco explorado pelos marxistas contemporâneos, mas que consideramos ser pertinente para a construção dos argumentos que aqui se buscam ser fundamentados, pois assim como Millar, Guizot⁶⁷, Thierry⁶⁸ e Mignet⁶⁹ que notadamente foram historiadores burgueses que exerceram influências em Marx e Engels, pertinentes à luta de classes e sobre a concepção materialista de história. Hegel também desempenhou fortes alcances sobre os mesmos, no que se concerne às leis da dialética, na medida em que esta foi tratada por Hegel como “lógica dialética”, que em si é uma “lógica metafísica”⁷⁰, pois implica em dualidades ou multiplicidades de razões. Nele a mesma se apresenta pelas noções do emergir, do desenvolver e do movimentar, sendo assim um objeto não é o que é, mas o que poderá vir a ser, noção esta adotada também por Marx.

Sobre tal contexto temos a seguinte contribuição de Engels:

⁶⁴ Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854). Filósofo alemão representante do chamado Idealismo Alemão, que em si é uma profunda teoria filosófica que partiu da uma renovação literária germânica em reação ao espírito racionalista inglês e que teve base no idealismo platônico. Em seus primórdios se destacaram os poetas Johan Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Schiller (1759-1805), além dos irmãos Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e Alexander von Humboldt (1769-1859), respectivamente, filósofo e naturalista, dentre outros, e que exerceram influências sobre Kant e Hegel, e estes, por suas vezes que acabaram exercendo influências sobre os pensamentos Marx e Engels. Portanto, se faz necessária uma conexão entre o Idealismo Alemão e o socialismo científico, protagonizado por estes pensadores.

⁶⁵ Deve-se aqui ressaltar que a tese de doutorado de Marx, trata exatamente da Filosofia da Natureza e, portanto, há uma estreita ligação entre Schelling, Hegel e Marx no que se é pertinente à trato dialético da natureza.

⁶⁶ Georg Wilhelm Friedrich Hegel, (1770-1831). Suas concepções serão tratadas adiante. Deve-se aqui ressaltar, no entanto, que a tese de doutorado de Marx, trata exatamente da Filosofia da Natureza e, portanto, há uma estreita ligação entre Schelling, Hegel e Marx no que se é pertinente à trato dialético da natureza.

⁶⁷ Guizot seguiu a concepção de Millar e desenvolveu Teoria das Lutas das Classes Sociais na história, reconhecidamente por Marx, muito embora muitos marxistas atribuam equivocadamente ao mesmo tal teoria. Cabe salientar que tal concepção guizotiana foi inspirada, por sua vez, inspirada também em Malthus, ao tratar dos conflitos pelas disputas dos alimentos e dos recursos naturais. Sobre tal influência encontramos a seguinte contribuição: “Poderá ser observada a atração exercida por Guizot sobre certos textos de inspiração marxista, na medida em que ele tinha sido considerado por Marx como um dos historiadores burgueses que tinham inventado a noção de luta de classes” (ROSANVALLON, 1985, p. 394). Este reconhecimento de Marx é muito importante, pois foi Guizot que o expulsou da França.

⁶⁸ Augustin Thierry (1795-1856). Historiador francês.

⁶⁹ François Mignet (1796-1884). Historiador e jornalista francês.

⁷⁰ Esta metafísica dialética foi o motivo da ruptura de Engels com o pensamento hegeliano, pois para Engels, a ciência é a natureza geral da dialética, ou seja, Engels desenvolveu a natureza geral da dialética como ciência das relações, em contraste com a metafísica hegeliana. Isto se constata em sua obra: A Dialética da Natureza., escrita entre 1872 e 1882, sendo publicada em 1924, após sua morte, com o aval de Albert Einstein (HALDANE in ENGELS, 1979, P. 12).

“Essas leis foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua própria concepção idealista, como simples leis do pensamento: a primeira parte de sua lógica, na doutrina do Ser; a segunda ocupa toda a sua segunda parte de sua Lógica, a mais importante, que é a doutrinas da Essência; a terceira, finalmente figura como lei fundamental da construção de todo o sistema. O erro consiste em que essas leis são impostas à Natureza e à História. Não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação, mas sim como leis do pensamento. Toda sua construção, erigida sobre essa base, é tão forçada que chega, por vezes, a nos eriçar os cabelos: o mundo, quer queira, quer não, deve adaptar-se a um sistema de ideias que, por sua vez, nada mais é do que o produto de determinada fase do desenvolvimento do pensamento humano. Se, entretanto, invertermos a coisa, tudo se torna simples e as leis dialéticas, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o sol. Por outro lado, todo aquele que conheça razoavelmente a obra de Hegel saberá que ele arranja as coisas, em centenas de pontos de seus trabalhos, de maneira que os exemplos mais esclarecedores das leis da dialética ele os vai buscar na Natureza e na História. Não nos propomos redigir um tratado de dialética, mas apenas ressaltar que as leis dialéticas são leis reais de desenvolvimento da Natureza e, por conseguinte, válidas no que diz respeito à teoria das ciências naturais. Por esse motivo, não podemos entrar em detalhes quanto à correlação entre essas leis” (ENGELS, 1979, pp. 34-35).

Com base nesta constatação esperamos contribuir nesta tese para o esclarecimento de um ponto obscuro, o da parcial ruptura de Engels com Hegel, pois o mesmo considera como pertinentes as leis da dialética propostas por Hegel, mas não aceita que as mesmas sejam concebidas a partir de bases metafísicas, mas com base nas ciências naturais, ou seja, na realidade, e no determinismo biológico

Hegel resgata o modelo dialético concebido por Heráclito, ou seja, como um movimento em busca da verdade, isto é, como uma transformação, pois nada permanece para sempre como é. Ressalta-se, no entanto, que Engels fez uso das Ciências Naturais, portanto, do Positivismo, para a concepção do Socialismo Científico, pois buscou fundamentar na ciência as bases para a compreensão da luta de classes e do materialismo histórico dialético⁷¹, a partir da natureza.

⁷¹ Em sua obra sobre A Dialética da Natureza isto fica muito claro em Engels, ao constataremos suas concepções científicas: “Nas moléculas de corpos simples, aparecem os átomos livres, que exercem efeitos inteiramente diferentes: os átomos livres de oxigênio nascente fazem facilmente o que os átomos prisioneiros na molécula de oxigênio atmosférico não conseguem jamais [...] Na mecânica, não se trata de qualidades, mas quando muito de

Já em Karl Marx, a quem Hegel exerceu certa influência relativa a esta constante modificação, tal dialeticidade é renovada sob o prisma epicuriano, na forma de “materialismo histórico dialético” aqui entendido como as diferentes concepções histórias da transformação da natureza, ou seja, “a finalidade do uso da matéria prima, para a felicidade ou para a angústia dos homens”. Sendo assim, para Marx a natureza e o meio ambiente não eram suas imanências, mas possibilidades de modificações, pela intervenção humana, implicando no devir. Ou seja, pelo fruto da transformação da natureza por meio do trabalho e assim, a ciência era considerada uma via deste processo. Em outras palavras, a natureza não era o que era, mas o que poderia vir a ser, para a agonia ou alegria dos homens.

“O materialismo dialético, filosofia que [Engels] criou juntamente com Marx, não é apenas uma filosofia da história, mas uma filosofia que ilumina toda classe de acontecimentos, desde a queda de uma pedra até as imaginosas criações de um poeta. Ele empresta um particular interesse à interconexão de todos os processos naturais e o caráter artificial das distinções estabelecidas pelos homens, não só entre os vertebrados e invertebrados ou líquidos e gases, mas também entre os diferentes domínios do conhecimento humano, tais como a economia, a história e as ciências naturais” (HALDANE in ENGELS, 1979, p. 13).

Neste contexto, o filósofo Hegel⁷² foi realmente um referencial da concepção dialética para Marx e Engels, pois embora dissidentes dos aspectos metafísicos apresentados pelo mesmo, concordaram com suas leis, pois também se aplicavam à cientificidade do materialismo histórico dialético, pois para eles

“a realidade é o absoluto, que existe numa evolução dialética de caráter lógico, racional de acordo com sua famosa afirmação, ‘todo real é racional e todo o racional é real’. Tudo o que existe é um momento desse absoluto, um estágio dessa evolução dialética, que culmina na Filosofia, em que o espírito absoluto possui a si mesmo no saber” (MARIÁS, 2004, p. 349).

estados de equilíbrio, o movimento, a energia potencial, os quais consistem na transmissão mensurável do movimento e podem ser expressões quantitativamente. Se for produzida, nesse processo, uma mudança qualitativa, esta será determinada por uma correspondente mudança quantitativa” (ENGELS, 1979, p. 36). Trata-se, portanto, do uso da ciência natural para a explicação da sociedade, ou seja, uma abordagem Positivista foi o moto propulsor do marxismo socialista. E ressalta-se ainda que a tese de doutorado de Marx, aborda exatamente o comportamento de átomos livres, que não seguem o determinismo, na forma proposta por Epicuro em contraposição a Demócrito.

⁷² Como visto se trata da influência de seu amigo, e contemporâneo, Schelling, oriundo de Kant.

Há que se salientar que tais concepções da dialética hegeliana surgem em função dos avanços científicos do século XIX e que foram incorporados por Marx e Engels, na medida em que estes se utilizaram da Ciência Natural para a concepção do Socialismo Científico, que posteriormente passou a ser denominado por Marxismo. Citam-se aqui a descoberta da Teoria Celular por Schleiden⁷³ e Schwann⁷⁴, das quais todos os corpos animais e vegetais são constituídos; da descoberta por Mayer⁷⁵ e Joule⁷⁶, da Lei da Conservação e Transformação da Energia, tais como o calor, a eletricidade, o magnetismo, e a energia química entre outras; e a teoria da evolução das espécies, proposta por Darwin.

Este é um fato que incomoda muitos marxistas contemporâneos, que preferem ignorar que Engels e Marx se utilizaram do Positivismo para o estabelecimento do Socialismo Científico, que em si se reporta a tal sistema filosófico.

“A sua hipótese [do Positivismo] é de que a sociedade humana é regulada por leis naturais, ou por leis que tem todas as características das leis naturais invariáveis, independentes da vontade e da ação humana, tal como a lei da gravidade ou do movimento da Terra em torno do Sol: pode-se até procurar criar uma situação que bloqueie a lei da gravidade, mas isso se faz partindo de que essa lei é totalmente objetiva, independente da vontade humana. Desse modo a pressuposição fundamental do Positivismo é de que essas leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política, são do mesmo tipo que as leis naturais, portanto, o que reina na sociedade é uma harmonia semelhante à da natureza, uma espécie de harmonia natural” (LÖWY, 1991, p. 35-36).

Ao fazer uso das teorias biológicas celulares e das leis que buscam explicar a conservação e transformação da energia, da eletricidade, do magnetismo, das reações químicas e do evolucionismo, Marx e Engels alinham-se a Condorcet⁷⁷, Saint-

⁷³ Mathias Jakob Schliden (1804-1881). Botânico alemão, fundador da Teoria Celular.

⁷⁴ Theodor Schwann (1810-1882). Fisiologista alemão, também fundador da Teoria Celular.

⁷⁵ Julius Robert Mayer (1814-1878). Físico alemão e um dos fundadores da Termodinâmica.

⁷⁶ James Prescott Joule (1818-1889). Físico britânico que estudou as relações termodinâmicas e a produção do trabalho mecânico.

⁷⁷ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet (1743-1794) – Filósofo e Matemático francês. É considerado o último iluminista. Foi ativista da Revolução Francesa e pela mesma perseguido. Serviu de referência para Marx e outros autores progressistas. Criticava a degradação da natureza pelo homem e se inquiria sobre como os homens não faziam nada para evitar a destruição da natureza e, por conseguinte, a da própria humanidade. Defendia a socialização da Educação e a democracia direta.

Simon⁷⁸, Comte⁷⁹, Durkheim⁸⁰, Spencer⁸¹ e Weber⁸², dentre outros. Tal fato é confirmado pelo geneticista britânico Haldane⁸³, em seu prólogo à obra de Engels: A Dialética da Natureza:

“O marxismo tem, com a ciência, uma dupla conexão. Em primeiro lugar, os marxistas a estudam como parte de outras atividades humanas, e procuram mostrar como as atividades científicas de qualquer sociedade dependem de suas variáveis necessidades e, assim sendo, em um sentido mais amplo, de seus métodos de produção; e finalmente, como a ciência transforma esses métodos de produção e, dessa forma, tende a modificar a sociedade em seu conjunto” (HALDANE in ENGELS, 1979, p. 7).

Com isto há que se estabelecer novos olhares a partir da luta de classes, bem como sobre materialismo histórico dialético e ainda a respeito da própria questão social, não só a partir das práticas da burguesia, mas também pelas transformações científicas advindas com a ciência na modernidade, em especial a partir do século XIX, em especial pelo desenvolvimento da tecnologia.

A par disto temos a constatação metafísica de Hegel, para quem a realidade é o absoluto, e que resultou na dissidência de Marx e Engels. Esta concepção, herdada do Idealismo Alemão, concebia o Estado como o “Espírito no Espaço” e a História como o “Espírito no Tempo”. Nas mãos destes pensadores, a dialética hegeliana se transformou numa dialética material por meio do que passou a ser denominado de concepção materialista da história, na medida em que ambos entendiam que a natureza é uma física natural e não meramente uma metafísica. Em outras palavras, não haveria um espírito no espaço e nem no tempo, mas a física do próprio espaço-

⁷⁸ Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760-1825) – Filósofo e Economista francês, fundador do Socialismo Moderno e um dos fundadores do Socialismo Utópico. Defendia uma sociedade industrializada com base na meritocracia, como forma de abrandar os conflitos sociais.

⁷⁹ Augusto Comte (1798-1857) – Filósofo francês considerado o pai da Sociologia e do Positivismo. Defendia o único entendimento da ciência como critério de verdade e de parâmetro para a organização social.

⁸⁰ Émile Durkheim (1858-1917) – Filósofo, Sociólogo e Psicólogo Social francês. Notabilizou-se por suas contribuições sobre a divisão social do trabalho, as regras do método sociológico, e sobre os desdobramentos da Sociologia nas áreas Jurídica e da Educação.

⁸¹ Herbert Spencer (1820-1903). Filósofo liberal inglês. Suas observações levaram à concepção do Darwinismo Social, em que a Teoria da Evolução das Espécies, logo do mais forte e do mais apto, se aplica aos humanos, o que contribuiu para a segregação racial.

⁸² Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920) – Jurista e Economista alemão. Notabilizou-se por suas contribuições sobre as bases protestantes do capitalismo e sobre as formas de estratificações sociais, bem como sobre as bases da sociologia compreensiva.

⁸³ John Burdon Sanderson Haldane (1892-1964). Biólogo e geneticista britânico, fundador da Genética Populacional.

tempo, constatação esta feita por Einstein⁸⁴, o que nos traz um interessante alinhamento teórico, pois para Marx, esta mesma natureza seria relativa ao ser potencialmente transformada pelo trabalho humano.

“Para Hegel, a realidade é o absoluto, que existe numa evolução dialética de carácter lógico racional. De acordo com sua famosa afirmação, todo real é racional e todo racional é real. Tudo o que existe é um momento desse absoluto, um estágio dessa evolução dialética, que culmina na filosofia, em que o espírito absoluto possui a si mesmo no saber (MARIÁS, 2004, p. 349).

Existindo assim, numa evolução dialética de carácter lógico racional, decorreu no entendimento de Hegel, de que tudo o que existe foi criado pela racionalidade humana, que em outras palavras significa afirmar que a razão cria o real, que por sua vez se tornou relevante para o estabelecimento de dois posicionamentos de seus seguidores, derivando na direita hegeliana e na esquerda hegeliana.

Para melhor elucidação, salientamos que na forma como culturalmente se inseriu o hegelianismo na sociedade contemporânea seu pensamento resultou nas seguintes teses:

“1ª Identidade entre racional e real, em virtude da qual a realidade é tudo aquilo que deve ser, ou seja, justifica-se absolutamente em todas as suas manifestações, que, portanto, são ‘necessárias’ no sentido de não poderem ser diferentes daquilo que são. Desse ponto de vista, contrapor à realidade o ‘dever de ser’, uma norma ou um ideal à qual ela não se adequaria, significa simplesmente erigir em juiz da realidade o intelecto finito (o interesse ou o arbítrio do indivíduo humano), e não a razão;

2ª Interpretação da necessidade racional em termos de processo dialético, entendendo-se por dialética a síntese dos opostos;

3ª Reconhecimento, como termo último desse processo, de uma autoconsciência absoluta, que também será chamada de pelos partidários de Hegel de Espírito, Conceito Puro, Consciência Absoluta, etc.;

4ª Interpretação da história como realização de um plano providencial no qual os povos vencedores encarnam, alternadamente, o Espírito do Mundo, ou seja, a Autoconsciência ou Deus;

⁸⁴ Albert Einstein (1879-1955). Físico teórico alemão, desenvolvedor da Teoria da Relatividade e da Física Quântica.

5ª Interpretação do Estado, como encarnação ou manifestação do Espírito do Mundo ou, em outros termos, como realização de Deus no mundo” (ABBAGNANO, 2000, p. 497).

Para a direita hegeliana, que adotou as teses 2ª, 3ª e 5ª, se a razão cria o real, então qualquer tipo de mudança social seria contrária à razão, resultando assim em uma postura conservadora, pois qualquer mudança na realidade seria ilógica. A ela se alinharam os positivistas, os conservadores⁸⁵, as oligarquias⁸⁶ e as aristocracias⁸⁷.

No entanto, para a esquerda hegeliana, que incorporou as teses 1ª e 2ª, se a razão cria o real, e não se poderia assim mudar a realidade, então havia a necessidade de mudança na razão das coisas e, por conseguinte, posicionou-se de modo progressista. E nesta esquerda hegeliana se alinharam Marx, Engels, e os anarquistas: Bakunin⁸⁸ e Proudhon⁸⁹.

No que se concerne à interpretação marxiana da realidade naquela segunda fase da Revolução Industrial na Inglaterra, o resgate de Epicuro se tornou um importante referencial sobre a liberdade da Natureza, em oposição ao determinismo de Demócrito que assim se consubstanciaram em sua tese de doutorado, ao se opor ao fatalismo, como se observa:

“Segundo Marx, a teoria atômica de Demócrito, que se distingue primeiramente pela crença universal na lei de causa e efeito, aplica-se tanto ao mundo da natureza quanto ao homem. Portanto, Demócrito do ponto de vista filosófico, pode ser imediatamente considerado como determinista ou fatalista. Quanto a Epicuro, se é verdade que aceitava a teoria de Demócrito na parte referente à constituição e ao comportamento da matéria, por outro

⁸⁵ Entendemos por conservadorismo, para fins desta tese, não um comportamento social estático, mas aquele que se transforma com o tempo dentro de um mesmo princípio de organização social, portanto uma adequação conforme as necessidades de cada época, contrariamente aos processos revolucionários que implicam em uma ruptura com a ordem social e econômica estabelecida.

⁸⁶ Pequeno grupo de pessoas que controlam o poder político.

⁸⁷ Grupo de nobres que controlam o poder político.

⁸⁸ Mikhail Bakunin (1814-1876). Teórico político russo, expoente do Anarquismo. Foi um forte opositor do autoritarismo marxista no que se relacionava com a ditadura do proletariado.

⁸⁹ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865). Filósofo político e econômico francês. É considerado como um dos mais importantes teóricos do Anarquismo, posteriormente se denominando como federalista. Marx o rotulou como socialista utópico. Foi autor da obra Sistema de Contradições Econômicas ou a Filosofia da Miséria, ao qual Marx respondeu com o texto A Miséria da Filosofia, causando a ruptura entre ambos.

lado repelia veementemente o determinismo e o fatalismo” (LORENCINI & CARRATONE In EPICURO, 2002, p. 12)⁹⁰.

Embora tal situação possa parecer algo muito distante do paradigma construído a partir de recortes do pensamento marxiano, o que se constata nas Convenções Climáticas Mundiais promovidas pela ONU, são reflexões sobre duas vertentes muito debatidas nestes encontros e que se dão, não sem conflitos, pela busca da compreensão se estamos diante de um determinismo natural planetário ou se perante uma fatalidade construída pela ação do homem. Ou ainda, se ambas as possibilidades possam estar associadas, contexto este, para o qual se convergem as tendências ambientalistas. Sobre tal aspecto temos uma interessante e profética contribuição de Rousseu⁹¹ sobre a Educação das crianças, e que se encontra na obra: Emilio, escrita em 1762, após seu clássico, Do Contrato Social, a saber:

“Tudo é bom quando sai das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele força um terreno a nutrir produtos próprios de outro, uma árvore a dar frutos de uma outra; mistura e confunde os climas, os elementos, as estações, mutila o seu cão, o seu cavalo, o seu escravo; subverte tudo, altera tudo, ama as deformidades, os monstros; não quer nada do modo como foi feito pela natureza, nem mesmo o homem; ele precisa adestrá-lo como a um cavalo de manejo; precisa conformá-lo à sua maneira como uma árvore do seu jardim. Sem isso tudo ainda seria pior, e nossa espécie não quer ser formada pela metade” (ROUSSEAU, 1968, p.10).

Diante deste contexto, fundamentados também em Rousseau⁹² e em Epicuro, consideramos ser pertinente rever o pensamento marxiano à luz deste início do século

⁹⁰ Nota-se aqui a clara opção de Marx pela Dialética de Heráclito, em que tudo flui, tudo se transforma, característica no pensamento de Epicuro, ao invés da opção por Parmênides, identificado pelo mundo estático e constante do “ser é e o não ser não é”, presente no pensamento de Demócrito.

⁹¹ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Filósofo e teórico político suíço, considerado como um dos mais importantes do Iluminismo e também precursor do Romantismo. Considerava que a Natureza (exterior) e a natureza (humana) eram forças criadoras e complementares e que traduziam as dádivas divinas ao homem.

⁹² Sobre sua visão profética encontramos a seguinte contribuição: “Rousseau lançou as bases de uma escola naturalística, defendendo a ideia da felicidade inerente à existência primitiva e da influência perniciosa da civilização urbana. Na Inglaterra, as condições sanitárias da população que vivia nos grandes centros, atraída pela oferta de trabalho criada pela revolução industrial, ajudaram a reforçar as ideias de Rousseau. As fugas para os campos asseguravam, nas épocas críticas, alguma proteção contra dois flagelos, a peste e o tifo. Fugindo da poluição miasmática e do contágio, os emigrantes temporários ou sazonais evitavam a promiscuidade com ratos, pulgas e piolhos infectados, que pulavam na insalubridade urbana e cujo papel na transmissão das doenças só seria revelado e compreendido nos fins do século XIX. As duas grandes guerras mundiais que viram mais gente morrer de doenças de caráter epidêmico, provocadas pela facilidade de contágio e desorganização social, que nos campos de batalha. Ainda hoje, nas cidades mais desenvolvidas, encontramos parcelas da população em micro habitats inaceitáveis ambientais inaceitáveis, segundo os padrões modernos de segurança sanitária” (AVILA-PIRES, 1983, p. 51-52).

XXI, pois a comunidade científica mundial participante das referidas convenções climáticas, ao debater as propostas de mitigação dos efeitos causados pelo homem na Biosfera⁹³ vem cada vez mais prenunciando a finitude das condições dos mecanismos de suporte de vida humana no planeta. E neste contexto, as temáticas do determinismo ou do fatalismo, bem como de sua possível combinação encontram amparo nestes debates mundiais.

“Por mais que se queira não se consegue fugir ao tema que o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, chamou durante a conferência Rio+20, em junho, de “exaustão do sistema econômico e social planetário” – 868 milhões de pessoas que passam fome todos os dias, 1,3 bilhão vivendo abaixo da linha da pobreza, população total de 7 bilhões avançado para 9 bilhões até meados do século, recursos naturais usados em ritmo superior à reposição, “crise de finitude de recursos”, impasse na produção de alimentos. Como produzir para mais 2 bilhões de pessoas no atual quadro?” (OESP, 06/11/2018)⁹⁴

Saliente-se aqui, no entanto, que nelas não há notícia sobre a visão marxiana do problema, pois o paradigma dominante não considera Marx um autor ambientalista, o que é um grave equívoco, que por sua vez foi construído em função dos estigmas atribuídos a este importante pensador, decorrente da radical ideologização da esquerda conferida ao mesmo, em especial durante a Guerra Fria (1945-1989) e suas consequências, em que o mundo se dividiu na bipolaridade entre o Liberalismo Econômico⁹⁵ e o que se passou a denominar como Marxismo-Socialista. Todavia Marx ao transpor o pensamento epicuriano vai direto à análise do meio ambiente e sua transitoriedade, bem como ao exame das condições da existência do ser-aí⁹⁶, como se observa:

⁹³ Designa o conjunto dos seres vivos que habitam o planeta e seus *habitats*, que por sua vez designa o local e a condição ambiental para o estabelecimento de populações. Assim, faz-se necessário repensar os *habitats* humanos e as funções dos Assistentes Sociais para o equilíbrio das condições de vida.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.ufjf.br/ladem/2012/11/06/evolucao-do-sistema-economico-e-social-planetario-e-nao- apenas-exaustao-artigo-de-washington-novae/>, acesso em 21/02/2017, 16:56 h.

⁹⁵ Modelo econômico baseado na iniciativa dos indivíduos a partir de seus próprios interesses e que encontrou no filósofo economista escocês em Adam Smith (1723-1790) seu principal pensado, que alegava que para se obter o melhor dependeria do interesse econômico de outros e assim, as nações alcançariam a prosperidade. Está diretamente associado ao empreendedorismo, por sua vez, estudado por pelo economista político inglês David Ricardo (1772-1823), o qual elaborou a teoria do “valor-trabalho”. Ambos foram utilizados por Marx em suas obras ao tratar das “mais-valias do trabalho”.

⁹⁶ Cabe ressaltar que o ser-aí de Marx, igualmente ao posterior *dasein*, ser-aí, de Martin Heidegger (1889-1976), filósofo alemão politicamente alinhado ao partido nazista, não é uma consciência separada do mundo, pois ao ser nele inserido interage com o mesmo desde o seu nascimento. Deste modo deve buscar o sentido de sua

“Os átomos são a substância da natureza, de onde tudo provém e onde tudo se dissolve. Porém a destruição perpétua do mundo fenomênico não conduz a qualquer resultado. Surgem novos fenômenos, mas o átomo se mantém eternamente como sedimento. Assim, quando se pensa o átomo de acordo com o seu conceito, conclui-se que sua existência será o espaço vazio, a natureza destruída; mas quando ele passa à realidade efetiva, é rebaixado ao estado de base material que, enquanto suporte de um mundo de relações múltiplas, só pode existir nas formas que lhe são indiferentes e exteriores. Essa é uma consequência necessária porque o átomo suposto como um ser abstrato, singular e acabado, não pode realizar-se como potência que idealizaria e dominaria essa multiplicidade. A singularidade abstrata constitui a liberdade relativamente ao ser-aí e não a liberdade no ser-aí. Nunca pode ser iluminada ao ser-aí, pois com a união deste elemento ela perde seu caráter e se torna material. É por esse motivo que o átomo não se revela no fenômeno; ou melhor, quando surge é apenas no estado de base material. O átomo como tal só existe no vazio. Assim, é a morte da natureza que se tornou sua substância imortal” (MARX, s.d., p. 48).

O que é interessante neste ponto é que Marx utilizou-se do termo ser-aí, em sua tese de doutorado, mas passou a adotar nos Manuscritos Econômico Filosóficos a terminologia ser-social e que, por sua vez, foi amplamente tratada por Lukács⁹⁷. Segundo Bottomore, isto se deu porque:

“Marx transcendeu a dicotomia entre o individualismo egoísta e o coletivismo abstrato e primitivo. O indivíduo humano é, ao mesmo tempo, uma pessoa única, voltada para a autoafirmação e a objetificação de suas forças subjetivas, e um ser social, já que todas as suas forças são moldadas socialmente e sua atividade criativa satisfaz as necessidades dos outros. “É necessário, acima de tudo, evitar postular a ‘sociedade’, mais uma vez, como uma abstração que está acima de e contra o indivíduo. O indivíduo é um ‘ser social’ (Manuscritos Econômicos e Filosóficos; terceiro manuscrito). Marx deu vida nova à distinção estabelecida por Aristóteles entre realidade e potencialidade. Por mais degradada e alienada que a existência humana real possa ser, o homem preserva sempre um potencial de emancipação e

existência, de cuja reflexão possa interpretar sua condição no intuito de orientar suas ações, na medida em que é também ser-no-mundo. Portanto, deve atingir a felicidade e a plenitude, mas para isto suas escolhas precisam ser responsáveis em relação ao meio ambiente, para não lhe abreviar a vida. Deste modo, ambas compreensões do “ser-aí”, de Marx e de Heidegger, são também antagônicas ao niilismo.

⁹⁷ György Lukács (1885-1971). Filósofo húngaro de grande importância para o pensamento contemporâneo, ainda que sua obra seja controversa e que possa ser dividida em fases: pré-marxista: kantiana e posteriormente hegeliana, posteriormente marxista stalinista, e finalmente desestalinista. Destacam-se suas obras: Para uma Antologia do Ser Social I e II.

criatividade. Especificou, também, as condições sob as quais a potencialidade humana é atrofiada e desperdiçada: a divisão do trabalho, a propriedade privada, o capital, a opressão do Estado, a falsa consciência ideológica. Sua abolição é uma condição necessária para a emancipação universal” (BOTOMORE, 2012, p.440).

Cabe ressaltar que o ser-aí de Marx se diferencia também do ser-aí de Hegel, na medida em que para o primeiro, se trata de um ser real, biológico, interativo, mas para o segundo é o resultado da consciência pura, portanto abstrato e metafísico, muito próximo do racionalismo cartesiano⁹⁸.

Neste sentido, pode-se afirmar que a diferença entre Hegel e Marx é semelhante com a de Platão e Aristóteles, que não divergiam propriamente entre si, mas que propunham vias diferentes para o alcance de seus objetivos comuns, ou seja, a busca do conhecimento, o primeiro pelas noções e o segundo pelas vivências⁹⁹. Deste modo, o ser-aí que Marx herdou de Hegel¹⁰⁰ e este por sua vez da metafísica de Leibniz¹⁰¹ e de Wolff¹⁰², e que se encontram em sua tese de doutorado, evoluiu para o ser-social, como visto, em seus Manuscritos Econômico Filosóficos. E este ser-social, que por sua vez se constrói a partir de sua conexão com a sociedade e, portanto, se modifica a cada instante, é também uma herança do pensamento hegeliano, notadamente em sua contribuição com a noção do vir-a-ser, que em si é a dialeticidade do ser-aí, como se pode observar:

“O vir-a-ser é a verdadeira expressão do resultado de ser e de nada, enquanto sua unidade; não é apenas a unidade do ser e do nada, mas é o

⁹⁸ Alusão a René Descartes (1596-1650). Filósofo e matemático francês, fundador da Filosofia Moderna, ao definir o cogito, em que considerou em sua constatação: “penso, logo existo”, que a verdade absoluta se encontra no “eu” do homem e não no “eu” de Deus, o que consolidou o Antropocentrismo e abriu o entendimento de que a existência do homem depende de sua consciência de sua existência por sua racionalidade, em outras palavras, a não existência efetiva do homem alienado.

⁹⁹ Para tornar mais clara a afirmação, podemos afirmar, de modo superficial, que em Platão a noção de cadeira propiciava o conhecimento de todas as cadeiras, mas em Aristóteles o experimentar cada cadeira possibilitava a obtenção do conhecimento real sobre cada uma.

¹⁰⁰ Tanto o ser-aí, quanto o vir-a-ser, podem ser encontrados na obra a Ciência da Lógica, de Hegel. Saliente-se que deste pensamento hegeliano se derivou o marxiano e o lukacsiano.

¹⁰¹ Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716). Filósofo, matemático, diplomata e bibliotecário prussiano. Aqui se trata de sua obra: Monologia, em que as mônadas, equivalentes à metafísica, tais como os átomos para a física, As mônadas são "formas substanciais do ser com as seguintes propriedades: elas são eternas, indecompostas, individuais, sujeita às suas próprias leis, sem interação mútua, e cada uma refletindo o próprio universo dentro de uma harmonia preestabelecida, como um centro de substâncias de forças, que interferem no espaço e no movimento.

¹⁰² Christian Wolff (1679-1754). Importante filósofo prussiano. Insistia em que tudo pode ser provado, inclusive Deus e a imortalidade. É considerado um dos referenciais da Economia e da Administração.

desassossego em si — a unidade que não é simplesmente, enquanto relação-a-si, carente-de-movimento; mas que, mediante a diversidade do ser e do nada, a qual nela há, é dentro de si contra si mesma. O ser-aí, ao contrário, é essa unidade, ou é o vir-a-ser nessa forma da unidade; por isso o ser-aí é unilateral e finito. A oposição é como se tivesse desvanecido; está contida na unidade somente em si, mas não está posta na unidade. O vir-a-ser é o primeiro pensamento concreto e, portanto, o primeiro conceito; enquanto, ao contrário, ser e nada são abstrações vazias. Se falamos do conceito do ser, então ele só pode consistir em ser vir-a-ser; pois, enquanto o ser é o nada vazio, como este, ao contrário, é o ser vazio. No ser temos, pois, o nada, e, neste, o ser; mas este ser que no nada permanece junto a si é o vir-a-ser. Na unidade do vir-a-ser, a diferença não pode ser abandonada, porque sem ela se retornaria de novo ao ser abstrato. O vir-a-ser é apenas o ser-posto daquilo que é o ser, segundo sua verdade. O vir-a-ser, enquanto primeira determinação-de-pensamento concreta, é ao mesmo tempo a primeira verdadeira. Na história da filosofia, é o sistema de Heráclito que corresponde a esse grau da ideia lógica. Quando Heráclito diz: ‘Tudo corre’ (*rcavxa pēl*) o vir-a-ser é expresso aí como a determinação fundamental de tudo o que é; enquanto, ao contrário, os eleatas - como antes se notou - apreendiam o ser, o ser imóvel, carente-de-processo, como o único verdadeiro” (HEGEL, 1995, p. 183-184).

A partir de tal contexto, da interatividade com a realidade, Marx não só anuncia que estamos em oposição à natureza, como também adverte que podemos reduzi-la apenas à substância de que se compõe como ainda afirma o contraditório em relação ao homem ser real, plural e inacabado, portanto em constante estado dialético. E este é o ponto da negação do ser-aí, pois é determinado por outro, consequentemente pela sociedade que o afeta na medida em que também afeta a outros.

Assim, surge a Teoria Social de Marx, ao considerar que, no que tange à liberdade relativa, que o princípio ético que fundamenta o agir humano rumo ao desvio da angústia e da ansiedade, na continua busca da felicidade e da serenidade, se fundamenta na natureza, pois esta deve ser utilizada em prol da completude humana, mas se for inviabilizada impossibilitará este porvir, ou seja, o futuro do próprio homem.

Este fato é facilmente identificável em sua transposição sobre o movimento dos átomos, pois Epicuro admitia três tipos de movimentos no vazio: a queda em linha reta, o desvio da linha reta e a repulsão dos diversos átomos, como se observa:

“A existência relativa que se opõe ao átomo, o ser-aí que ele deve negar, é a linha reta. A negação imediata desse movimento é um outro movimento, isto é, representando-o espacialmente, a declinação da linha reta. Os átomos são corpos puramente autônomos, ou melhor, constituem o corpo em sua autonomia absoluta, como corpos celestes. Eles se movem com efeito, como estes últimos, não em linha reta, mas oblíqua. O movimento da queda é o da não autonomia. Se então Epicuro representa no movimento do átomo em linha reta a materialidade desse átomo, ele realiza na declinação da linha reta a sua determinação formal; e essas determinações opostas são representadas como movimentos imediatamente opostos. Por isso afirma com razão Lucrecio¹⁰³ que a declinação nega os *fati foedera* (determinações do destino) e, como aplica em seguida isso à consciência pode-se dizer que a declinação constitui no coração do átomo esse algo que pode lutar e resistir” (MARX, s/d., p. 35).

Em outras palavras, para que o homem enquanto homem (átomo enquanto átomo) se torne para si próprio (autonomia do átomo), seu único objetivo efetivamente real, é necessário que tenha negado o seu ser-aí relativo (ser em função de outros átomos), a força dos seus desejos e da simples natureza, pois a sua repulsão (repulsão do átomo), deve ser percebida como a forma primária da consciência de si, e esta consciência de si é também a consciência da existência dos outros (átomos) e de seus movimentos (de queda em linha reta, de desvio da reta e de repulsão aos outros átomos). Diante disto surgem as noções de alienação e de ideologia.

“Assim, o homem cessa de ser um produto natural quando o outro com quem se relaciona for um homem singular, e não uma existência diferente, ainda que, todavia, não seja ainda o espírito. Porém, para que o homem enquanto homem se torne, para si próprio, o seu único objeto efetivamente real, é necessário que tenha negado o seu ser aí-relativo, a força de seus desejos e da simples natureza. A repulsão é a primeira forma de consciência de si; corresponde, portanto, à consciência de si que se aprende como algo imediatamente-sendo e abstratamente-singular. A repulsão é, pois, a realização efetiva do conceito de átomo segundo o qual este é a forma abstrata, mas é igualmente a realização do oposto, a matéria abstrata, pois aquilo com o qual o átomo se relaciona são com efeito, átomos. Não obstante, se me reporto a mim mesmo como algo imediatamente-Outro, minha relação é material (MARX, s/d., p. 38).

¹⁰³ Tito Lucrecio Caro. Filósofo epicurista latino do século I. Afirmava que o medo da morte criou o mito da imortalidade da alma, e que a finalidade da vida era a busca da felicidade.

É muito interessante o fato de Marx se utilizar da Ciência Natural para explicar a sociedade, conseqüentemente, a relação entre os homens e a natureza. Este controle de seus apetites e da simples natureza identificado por Marx se associa diretamente com o uso dos recursos naturais e a teleologia com que são apossados os recursos naturais pelo homem. E, por conseguinte, reportam-se diretamente ao pensamento de Epicuro em sua concepção de liberdade fundamentada em princípios universais, ao subordinar o determinismo da natureza à concepção moral do homem. E este é um ponto importante na concepção marxiana da relação entre a natureza e a sociedade.

Ocorre que os ideais de Marx e de Engels, nunca foram colocados efetivamente em prática em nenhum local do mundo, pois o que estes apresentaram foi uma Teoria Social, ou seja, uma proposta de ética planetária, pela qual os homens deveriam por meio do trabalho transformar a matéria prima, de modo racional, objetivando a obtenção do prazer e da felicidade, sem ter como consequência a angústia, a miséria e os conflitos entre as classes sociais proletárias e proprietárias dos meios de produção.

Esta visão de mundo marxiana foi consolidada não só pela influência epicuriana, mas em consonância com a obra de Engels: A Situação da Classe Trabalhadora Inglesa, publicada na Alemanha, em 1845, cujo referencial passou a denominar o que foi tratado como “questão social”, que na concepção do autor era a causa de uma guerra entre ricos e pobres, motivada pela revolta dos trabalhadores contra a burguesia em função das condições de vida antagônica de ambos, conforme nos afirma:

“A primeira forma, a mais brutal e estéril, que essa revolta assumiu foi o crime. O operário, vivendo na miséria e na indignação, via que os outros desfrutavam de existência melhor. Não podia compreender racionalmente porque precisamente ele, fazendo pela sociedade o que não faziam os ricos ociosos, tinha de suportar condições tão horríveis. E logo a miséria prevaleceu sobre o respeito inato pela propriedade: começou a roubar. Já vimos que o aumento da delinquência acompanhou a expansão da indústria e que, a cada ano, há uma relação direta entre o número de prisões e o de fardos de algodão consumidos. [...]. Na verdade, não é pouca coisa para um operário, que conhece a miséria por experiência, ir voluntariamente ao seu encontro, com a mulher e os filhos, e suportar fome e privações por dias e meses e

permanecer, apesar de tudo, irreduzível e inabalável. Que coisa é a morte, que coisa são as galés que ameaçam os revolucionários franceses, diante da visão cotidiana da família esfaimada, diante da certeza da vingança subsequente da burguesia, que os operários ingleses preferem a submeter-se ao jugo da classe proprietária? (ENGELS, 2008, pp. 259, 515).

Tal guerra entre proletários e proprietários a que Engels se refere decorreu da própria Lei dos Pobres editada na Inglaterra pela primeira vez em 1601 e sob a denominação de Nova Lei dos Pobres, em 1831, desta vez influenciada pela teoria malthusiana da população, e que tinha como fulcro, acima de tudo, a disputa sobre o acesso aos recursos naturais e a primazia de suas transformações em produtos, a exemplo do que se deu na Inglaterra naquele século XIX, tais como o uso de carvão, água potável, roupas, alimentos, medicamentos, sabão, moradia, etc., portanto, a questão social sempre foi uma questão socioambiental.

“Mas não há nenhuma dúvida de que a aberta declaração de guerra da burguesia contra o proletariado é a teoria malthusiana da população, assim como a nova lei sobre os pobres, que diretamente nela se inspira. Já nos referimos à teoria de Malthus; num breve resumo, esta é sua conclusão fundamental: a Terra está superpovoada e, pois, são inevitáveis a carência, a miséria, a indigência e a degradação moral; faz parte do eterno destino da humanidade o excesso de homens e, por isso, eles devem estar divididos em classes diferentes, umas mais ou menos ricas, cultas, morais e outras, mais ou menos pobres, miseráveis, ignorantes e imorais. Do ponto de vista prático - e é o próprio Malthus que extrai esta consequência -, a beneficência e as associações assistenciais são um contrassenso, uma vez que apenas servem para manter viva a população excedente e estimular seu crescimento que, por outra parte, força para baixo o salário dos trabalhadores ao aumentar a concorrência entre eles; também é insensato que a assistência pública ofereça trabalho aos pobres porque, como só se pode consumir uma determinada quantidade de produtos do trabalho, cada desocupado a quem a assistência pública garante um emprego põe no desemprego um outro até agora ocupado e, por isso também, a indústria privada é prejudicada em relação àquela gerida pela administração da assistência. Em síntese, a questão não está em providenciar a sobrevivência da população excedente: está em limitá-la, de um modo ou de outro, o mais possível. Malthus afirma secamente que o direito, até hoje reconhecido, de todo homem subsistir por seus próprios meios é um absurdo puro e simples. Recorre às palavras de um poeta: o pobre vem à mesa festiva da natureza e não encontra nela o seu

lugar e, acrescenta ele, a natureza ordena-lhe que se retire porque, ‘antes de nascer, não perguntou à sociedade se ela o queria’” (ENGELS, 2008, p.315).

Este assunto será tratado adiante quando abordaremos a Teologia Natural. Todavia, por ora, faz-se necessário esclarecer que tal temática, abordada por Engels, se associa diretamente com a gestão socioambiental¹⁰⁴, pois o que se discute é o uso dos recursos naturais pelo número de habitantes no planeta, como oportunamente se pode constatar anteriormente na citação do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, sobre a produção de alimentos no mundo, portanto, Malthus ainda continua a assombrar o mundo.

Assim, a partir da rica contribuição de Engels, a questão social apontada pelo mesmo, deve ser percebida por aqueles que entram em contato com sua obra, que esta compreendia a miséria extrema e a pauperização dos trabalhadores ingleses, em relação à falta de acesso aos recursos naturais, conforme se dava em oposição, com os proprietários dos meios de produção, que tinham o local, as máquinas, as ferramentas e, sobretudo, o acesso à matéria prima. E o uso destes meios é que resultavam no enriquecimento da burguesia concomitantemente ao empobrecimento do proletariado, como nos afirma Pastorini:

“A questão social vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho... à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social. A industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral... dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política” (PASTORINI, 2004, p. 110).

E quanto à mesma ainda temos os contributos de Yazbek relativos à nossa época, pois não se trata de uma nova questão social, mas sim da mesma, porém, reconfigurada no espaço-tempo, como segue:

“Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente” (YAZBEK, 2004, p. 33).

¹⁰⁴ Aqui nos referimos às interrelações que se estabelecem entre a sociedade, a economia e a natureza.

Encontramos também um Marx que, reiteramos, se utilizava da expressão miséria social ao invés de questão social, uma interessante relação entre Malthus, o pauperismo, a legislação e o meio ambiente, como se segue:

"A atual legislação inglesa sobre a pobreza data da lei contida no Ato 43 do governo de Elisabeth. Em que consistem os meios desta legislação? Na obrigação imposta às paróquias de socorrer os seus trabalhadores pobres, no imposto para os pobres, na beneficência legal. Essa legislação - a assistência por via administrativa - durou três séculos. Depois de longas e dolorosas experiências, quais são as posições do parlamento no seu *Amendment Bill* de 1834? Antes de mais nada, o assustador aumento do pauperismo é atribuído a uma "falha de administração". Por isso, a administração do imposto para os pobres, constituída por empregados das respectivas paróquias, é reformulada. São constituídas Uniões de cerca de vinte paróquias, unidas em uma única administração. Um comitê de funcionários - *Board of Guardians* - eleitos pelos contribuintes, reúne-se em um determinado dia na sede da União e avalia os pedidos de subsídio. Esses comitês são dirigidos e supervisionados por delegados do governo, da Comissão Central da *Somerset House*, o ministério do pauperismo, segundo a precisa definição de um francês. O capital de que essa administração cuida quase equivale à soma que a administração militar custa na França. O número de administrações locais que dependem dela chega a quinhentas e cada uma dessas administrações locais, por sua vez, ocupa, pelo menos, doze funcionários. O parlamento inglês não se limitou à reforma formal da administração. Segundo ele, a causa principal da grave situação do pauperismo inglês está na própria lei relativa aos pobres. A assistência, o meio legal contra o mal social, acaba favorecendo-o. E quanto ao pauperismo em geral seria, de acordo com a teoria de Malthus, uma eterna lei da natureza: "Uma vez que a população tende a superar incessantemente os meios de subsistência, a assistência é uma loucura, um estímulo público a miséria. Por isso, o Estado nada mais pode fazer do que abandonar a miséria ao seu destino e, no máximo, tornar mais fácil a morte dos pobres". A essa filantrópica teoria, o parlamento inglês agrega a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito. Surgiu, assim, o regime das *workhouses*, isto é, das casas dos pobres, cuja organização interna desencoraja os miseráveis de buscar nelas a fuga contra a morte pela fome. Nas *workhouses*, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade. Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o

pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida” (MARX, 2010-2, p.51-54).

Cabe ainda esclarecer que no contexto da miséria social, Marx identificava também o meio ambiente em que viviam os proletários e nos apresenta o seguinte quadro social que, segundo o mesmo, atingia toda a Inglaterra no século XIX, como se fosse uma epidemia nacional para a qual a imprensa não dava atenção. Todavia, isto hoje se insere como um dos pilares da sustentabilidade socioambiental, que trata das condições de vida no ambiente em que se inserem as pessoas, a saber:

“Bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo trabalho e pela miséria; as crianças que jazem no esterco; os abortos provocados pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força! Até mesmo aquela parte da burguesia inglesa que está consciente do perigo do pauperismo concebe este perigo, como também os meios para repará-lo, não apenas de forma particular, mas, para dizê-lo sem rodeios, de forma infantil e sem graça. Assim, por exemplo, o doutor Kay, no seu opúsculo *Recent measures for the promotion of education in England*, reduz tudo a uma educação descuidada. Adivinhe-se por que motivo! Com efeito, por falta de educação o que o reduzem necessariamente ao pauperismo. Daí a sua rebelião. Isto pode "perturbar a prosperidade das manufaturas inglesas e do comércio inglês, abalar a confiança recíproca dos homens de negócios, diminuir a estabilidade das instituições políticas e sociais". A tal ponto chega a desconsideração da burguesia inglesa e de sua imprensa pelo pauperismo, por esta epidemia nacional da Inglaterra” (MARX, 2010, p. 49-50).

A teoria social marxiana fundamentada no materialismo dialético da natureza chegou a alcançar as cátedras universitárias em função das abordagens deste autor e seus seguidores, mas sempre foi vista com desconfiança por setores conservadores, muitas vezes nestas próprias instituições, em função das diretrizes

revolucionárias deste postulado. Culminou com tal discriminação também os interesses de grupos hegemônicos ávidos pelo poder, que acabaram instalando Estados burocráticos, extremamente autoritários e repressivos, que exploraram seus operários do mesmo modo que os orientados pelo Liberalismo Econômico, porém com vertentes distintas¹⁰⁵.

“O marxismo foi, incontestavelmente, a estrela guia das sociedades socialistas do Leste Europeu. Desaparecidos esses países, enquanto modo de produção socialista, nada levava a crer que seus fundamentos teóricos pudessem manter-se ativos. O combate das mais diversas correntes da esquerda ao espírito do totalitarismo – e que variantes enxergavam naqueles países uma burocracia instaurada por governos pós-revolucionários que fugiam aos princípios do ‘socialismo científico’ – não foi capaz de livrar a associação entre Marx e o comunismo soviético. A maldição estava lançada e nenhum ato de conjuração seria capaz de banir do marxismo o espectro do mal” (MAGALHÃES, 2009, p. 11).

O grande problema destes países do leste europeu que adotaram o socialismo tinham um discurso marxista, todavia a prática era opressiva em relação aos seus cidadãos, que passaram a ser espoliados de suas autonomias em função da causa, mas nestas imposições de poderes Marx também foi deixado de lado para o atendimento das conveniências de lideranças, que passaram a adotar outra sociedade de classes, a dos trabalhadores e a dos agentes governamentais.

1.1- O mundo bipolar: dois sistemas econômicos anticológicos

Após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945, houve imediatamente a divisão do mundo em dois segmentos economicamente antagônicos, mas próximos na afetação ao meio ambiente e à biosfera e que perdurou até a queda do Muro de Berlim, em 1989¹⁰⁶. Este período passou a ser denominado como mundo

¹⁰⁵ Salienta-se que este fato é muito bem tratado na obra: O Paraíso Perdido: Nos Bastidores do Socialismo, de autoria de Frei Betto. Trata-se de um diário de viagens que realizou juntamente com Luís Inácio Lula da Silva a partir de 1979 nos países de orientação marxista-socialista, e em que descreve o luxo em que viviam seus dirigentes em contraste com a situação precária e que viviam seus cidadãos.

¹⁰⁶ O muro de Berlim separava a Alemanha em dois Estados Nacionais: a República Democrática da Alemanha, sob tutela da URSS e a República Federal da Alemanha, tutelada pelos EUA, e representava o símbolo das lutas das classes sociais, todavia ao cair, em 9 de novembro de 1989, disparou um processo radical de mudança na ordem mundial, marcando o colapso dos países socialistas-marxistas.

bipolar. Neste período, também denominado por Guerra Fria, o mundo foi separado economicamente em dois blocos majoritários, os de orientações socialistas-marxistas e os direcionados pelo liberalismo econômico, cujos impactos ambientais se deram tanto pelo modo de produção socialista, quanto pelo modo de produção capitalista. O primeiro explorava os homens e a natureza em nome da causa. O segundo pela acumulação do capital. Ambos, porém, em detrimento das relações de trabalho de seus próprios cidadãos, por sua vez essenciais à construção do “ser-social”¹⁰⁷, aspectos estes que não se alinham à visão marxiana, na medida em que resultavam na angústia e na exploração dos trabalhadores por ambos sistemas.

No que se concerne à ontologia do trabalho, Marcuse denuncia tanto o marxismo-socialista quanto o capitalismo por agravarem igualmente a condição social dos trabalhadores causando a extinção da capacidade de mediação em relação à realidade em que viviam naquela época da sociedade industrial, cujas imedaticidades racionalizavam o irracional. Ou seja, entendia que ambos os regimes se tornaram igualmente cruéis, assassinos e nocivos aos trabalhadores, consequentemente ao meio ambiente, realidade está muito pouco difundida por acadêmicos marxistas no âmbito das Ciências Sociais.

“Nas sociedades comunistas contemporâneas, o inimigo externo, o atraso e o legado de terror perpetuam as características opressivas do propósito de ‘alcançar e ultrapassar as realizações do capitalismo. A prioridade [do uso] dos meios sobre os fins se agrava desse modo – uma prioridade que só poderia ser derrubada com o alcance da pacificação – e capitalismo e comunismo continuam competindo sem força militar, em escalada mundial, e por meio de instituições mundiais. Essa pacificação significaria o surgimento de uma economia mundial genuína, a extinção do Estado-Nação, dos interesses nacionais, dos negócios juntamente com suas alianças, internacionais. E esta é precisamente a possibilidade contra a qual o mundo atual está mobilizado” (MARCUSE, 1973, pp. 66-67).

Marcuse publicou tal obra, a Ideologia da Sociedade Industrial, em 1964, dois anos antes do maior clímax da Guerra Fria, com a chamada Crise dos Mísseis em Cuba¹⁰⁸, fato este que resultou em constante estado de alerta diante de possível guerra nuclear. Assim, as mediações internacionais daquele mundo bipolar, se

¹⁰⁷ Alusão ao fato de que o “ser-social” se fundamentar por meio do trabalho, pela transformação da natureza.

¹⁰⁸ Ocorreu entre 16 e 28 de outubro de 1962.

mantinham realmente beligerantes principalmente entre a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte que estabelecia uma aliança militar entre as nações capitalistas da Europa, juntamente com os EUA - Estados Unidos da América; e o Pacto de Varsóvia, que associava nações do bloco socialista-marxista do Leste Europeu com a extinta URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como um pacto de ajuda mútua em caso de agressão militar.

Marcuse se tornou um profeta na medida em que identificou que este atraso econômico do socialismo ao competir com o capitalismo, chegaria ao colapso do próprio regime, cujo auge se deu após a queda do muro de Berlim, que além de unificar a Alemanha, também acarretou no esfacelamento da URSS, resultando na autonomia de diversas nações capitalistas, dentre elas a própria Rússia. Além disto, a China, que se tornou um voraz país de economia de mercado, consequentemente capitalista, tornou-se gigante na poluição ambiental e na degradação do meio ambiente e dos recursos naturais. E aquelas palavras de Marcuse, ainda nos parecem ser futurísticas:

“Após discutir a integração política da sociedade industrial desenvolvida, possibilitada pela crescente produtividade tecnológica e pela conquista cada vez maior do homem e da natureza, cuidaremos agora de uma integração correspondente no âmbito da cultura [...] As conquistas e os fracassos dessa sociedade invalidam sua cultura superior. A celebração da personalidade autônoma, do humanismo, do amor trágico e romântico parece ser o ideal de uma etapa atrasada do desenvolvimento. O que está ocorrendo agora não é a deterioração da cultura superior¹⁰⁹ numa cultura de massa, mas da refutação dessa cultura pela realidade. A realidade ultrapassa sua cultura. O homem pode fazer mais do que os heróis e semideuses da cultura; resolveu muitos problemas insolúveis. Mas também traiu as esperanças e destruiu a verdade que eram preservadas nas sublimações da cultura superior”. (MARCUSE, 1973, p. 69).

A partir desta constatação de Marcuse se associa aqui a realidade sobre o que se observou nos países que se afirmaram como socialistas-marxistas, em que foram

¹⁰⁹ Para Marcuse a cultura é redefinida pela ordem existente, assim é constantemente renovada por meio da historicidade, ao mesmo tempo em que aquilo que expressava vai perdendo sua verdade e validade. Assim, denomina como cultura superior, ou pura, a preservação de seu potencial como via antagônica da ordem social posta pela sociedade industrial, cujo progresso da racionalidade tecnológica busca liquidar seus elementos de oposição de transcendência. Trata deste modo, do conflito entre a cultura enquanto forma de resistência e a adequação tecnológica aos novos tempos.

deflagradas revoluções do proletariado, com o autoritarismo da implantação de Estados burocráticos, repressores e assassinos, via de regra ditatoriais. Neles imperavam o confisco das propriedades privadas, e prevaleciam as corrupções e as cassações das prerrogativas individuais. Deste modo, tais regimes não tornaram os homens nem livres, nem iguais e nem fraternos, separando, igualmente à Revolução Francesa (1789-1799) e o liberalismo econômico, os homens em classes sociais distintas, todavia agora em dois grupos: trabalhadores e agentes governamentais, numa relação muito mais perigosa para ambos, portanto, antagonicamente ao pensamento marxiano.

“Para justificar essa anistia, Beria enviara ao *Presidium* do Comitê Central, em 24 de março [de 1953] uma longa nota na qual ele explicava que somente 221.435 dos 2.526.402 prisioneiros que compunham os Gulag eram, ‘criminosos particularmente perigosos ao Estado’ em sua maior parte prisioneiros dos ‘campos especiais’. Em sua imensa maioria reconhecia Beria, os prisioneiros não constituíam nenhuma ameaça séria ao Estado. Uma ampla anistia era desejável para descongestionar rapidamente um sistema penitenciário excessivamente pesado e pouco rentável (KNIGHT, 1995, p. 276).

Os números acima são específicos do período leninista-stalinista¹¹⁰ na URSS, entre 1922 e 1953, não se contabilizando outras perseguições que se fizeram nos países que utilizaram o nome de Marx para a implantação de regimes autocráticos que também retiraram a liberdade das pessoas e afetaram o meio ambiente em função de uma dramática corrida contra o capitalismo, tais como China, Albânia, Cuba, Nicarágua, Moçambique, Angola, Etiópia, Vietnã, Laos e outros países do leste europeu.

“Numa reflexão geral sobre o fenômeno comunista no século XX, trata-se apenas de uma etapa num momento de mudança: o desmoronamento no âmago do sistema, em Moscou, no ano de 1991, e o acesso a toda uma documentação rica, até então mantida sob o mais estrito segredo. Todavia, o estabelecimento, indispensável, de um conhecimento mais aprofundado e

¹¹⁰ O leninismo foi uma criação do governo Joseph Stalin (1878-1953), para cultuar a memória de Vladimir Lenin (1870-1924). Lenin fez a adaptação do pensamento de Marx resultando no chamado marxismo socialista leninista para o atendimento das conveniências revolucionárias de sua época e que se internacionalizou no bloco comunista. Sob Stalin se estimam em cerca de 2.900.00 pessoas executadas, segundo pesquisas de Stephen Wheatcroft, 1999, conforme registros oficiais após a abertura política, cujo nível de repressão foi tão violento que houve a necessidade da desestalinização do Estado após a sua morte.

mais documentado não pode bastar para satisfazer a nossa curiosidade intelectual, nem nossa consciência. Fica, na verdade, a questão fundamental do ‘Por Quê?’. Por que foi que o comunismo moderno, surgido em 1917, se transformou quase imediatamente numa ditadura sangrenta e depois num regime criminoso? Os seus objetivos só poderiam ser atingidos por meio da violência extrema?” (COURTOIS et al, 2000, p. 863).

Deste modo acabaram por trair os princípios do Socialismo Científico de Marx e de Engels, condenando-os a certa maldição em alguns setores conservadores ao mesmo tempo em que se deturparam seus postulados em esferas progressistas. De tudo isto resultou que o Marx ideologizado, fosse condenado e estigmatizado, de um lado pelos segmentos liberais e de outro, desconstruído pelos grupos marxistas-socialistas que adotaram apenas recortes ideológicos de seu pensamento e não a totalidade do mesmo.

“O marxismo foi, incontestavelmente, a estrela-guia das sociedades socialistas do Leste Europeu. Desaparecidos esses países, enquanto modo de produção socialista, nada levava a crer que seus fundamentos teóricos pudessem manter-se ativos. O combate das mais diversas correntes da esquerda ao espírito do totalitarismo – e que variantes enxergaram naqueles países uma burocracia instaurada por governos pós-revolucionários que fugiam aos princípios do ‘socialismo científico’ – não foi capaz de livrar a associação de Marx e o comunismo soviético. A maldição estava lançada e nenhum ato de conjuração seria capaz de banir do marxismo o espectro do mal” (MAGALHÃES, 2009, p. 11).

Ocorre que ao se rever a base do pensamento de Marx encontraremos um pensador preocupado com o meio ambiente, ainda que equivocadamente todas as convenções de interpretação deste pensador o indiquem de modo diferente e o considerem descomprometido com a Ecologia, mesmo que tenha abordado temas como a agricultura e a circulação de nutrientes no solo. Há aqui também um alinhamento ao pensamento epicuriano, do qual consideramos um precursor da sustentabilidade ambiental, ao nos afirmar que:

“Nunca devemos nos esquecer de que o futuro não é nem totalmente nosso, nem totalmente não nosso, para não sermos obrigados a esperá-lo como se estivesse por vir com toda a certeza, nem nos desesperarmos como se não estivesse por vir jamais” (EPICURO, 2002, p. 33).

Este foi um ponto importante na concepção do materialismo histórico dialético de Marx, cuja essência aborda a finalidade social da transformação dos recursos naturais pelo trabalho ao longo da história. Ou seja, o materialismo histórico dialético é também um materialismo ecológico, de forte implicação com a sustentabilidade, e não há como se obstar a tal constatação, sendo esta característica do pensamento marxiano uma importante contribuição a ser trazida à tona no século XXI. E, observe-se, que de Marx também temos esta mesma compreensão, como nos demonstra Beckett:

“A grande revolução para o historiador contemporâneo, vem da Alemanha, quando Karl Marx escreve um manifesto que ganha dimensões de uma bomba. A história e a luta de classes. No manifesto de 1848, e nos Manuscritos estabelece-se um novo rumo para a história e os historiadores. A partir de noções abertas como formação econômico-social, consciência de classe, modo de produção, reinstaura-se um campo de debates com consequências de longo prazo. A dialética da natureza de Hegel é substituída pela constituição da noção de necessidade especialmente a partir das análises da escassez e da abundância” (BECKETT in QUEIROZ & LOKOI, 1988, p. 87).

Assim, a teoria social de Marx deveria estar no centro dos debates mundiais que envolvem a questão socioambiental, que por sua vez articula a Economia, a Sociedade e o Meio Ambiente, consequentemente a gestão socioambiental e o desenvolvimento econômico sustentável, mas não é isto o que se verifica. Logo, se torna imprescindível rever as bases do materialismo histórico dialético à luz da Filosofia da Natureza existente ao longo das obras deste pensador, em especial nos cursos de Serviço Social, tanto nas graduações quanto nas pós-graduações.

Orbitam aqui as discussões pretendidas no âmbito do Serviço Social, em especial, sobre a formação de novas competências acadêmicas aos Assistentes Sociais que os prepare para este repensar as práticas profissionais cotidianas pautadas nas Metas do Milênio e da Agenda 21, cujas temáticas perpassam a questão social e também se atrelam materialismo histórico dialético de Marx e o materialismo de Epicuro, pois a sustentabilidade tem como problemática exatamente o consumo desenfreado e muitas vezes estimuladas pelo próprio governo, como um fator gerador de empregos e de renda, mas nisto não reside a felicidade, pois a médio e longo prazo possuem o potencial de resultar em angústia, colapsos e mortes.

Ressaltam-se assim os aspectos abordados na introdução a esta tese, no que diz respeito à Arqueogenealogia, em especial sobre a economia do desejo em substituição à economia da razão como fatores de subjetividade humana, pois é exatamente sobre isto o que Epicuro abordou a cerca de 2.400 anos atrás, salientando-se ainda que tal temática se torna preponderante na atualidade, pois os desejos se sobrepõem às necessidades, resultando em insustentabilidade socioambiental.

“O desenvolvimento da civilização ocidental opera uma segunda disjunção no século XVII: para Descartes, o homem é o único indivíduo do universo, o único a possuir uma alma da qual os animais seriam desprovidos, com a vocação de tornar-se ‘um mestre e dominador da natureza’. A partir de então, o desenvolvimento técnico, econômico, capitalista da civilização ocidental começa a conquistar essa natureza, na qual tudo o que é vivo constitui objeto para escravizar, manipular e destruir. Enquanto no século XIX, seguindo os passos de Rousseau, escritores e poetas inscrevem o ser humano em uma Natureza maternal, as ciências a reduzem e a dividem em física, química e biologia. No século XX, a própria ideia de vida é negada pela biologia molecular, que não consegue senão interações entre moléculas, e pela genética pela qual o ser vivo é um autômato acionado por seus genes. A ciência reducionista é cega à autoeco-organização, que é produzida e produz a autonomia da vida” (MORIN, 2013, p. 98-99).

Assim, não há como deixar de observar que a produção do conhecimento humano é o resultado de uma espiral, que agrega constantemente saberes que vão sendo reelaborados ao longo do tempo, no entanto, não poderemos deixar de nos esquecer, dos referenciais teóricos e dos legados de nossos antepassados. Fato este que deveria ser cuidado com maior atenção na formação acadêmica.

A seguir abordaremos as especificidades dialéticas em Epicuro e em Marx, que se tornaram a base para a concepção do materialismo histórico dialético¹¹¹, no intuito de evidenciar suas bases fundamentais.

¹¹¹ O materialismo histórico dialético tem sido utilizado como metodologia para a elaboração de TCCs – Trabalhos de Conclusões de Cursos de graduações, assim como de pós-graduações, todavia a clareza do que significa não é suficientemente explicada aos estudantes.

1.2- Do Materialismo Epicuriano ao Materialismo Histórico Dialético de Marx

Dois entendimentos sobre a natureza foram fundamentais na idade antiga e no período helenístico. Tratam-se de duas visões de mundo. A primeira direcionada pelos seguidores de Epicuro, ou seja, os epicuristas, que entendiam que a finalidade da vida e do uso da natureza era o prazer, mas para isto seria necessário utilizar a razão, caso contrário encontraríamos a angústia. Este entendimento derivava do fato da inércia dos deuses em relação ao mundo natural. O segundo grupo era direcionado pelos discípulos de Zenão de Cicio, denominados como estoicos, para os quais a existência derivava de uma ordem universal racional, portanto, divina, para a qual o homem necessitaria usar a razão para estar em plena harmonia com o cosmo. Sendo assim, a finalidade da vida e do uso da natureza era a virtude. Portanto, o respeito à mesma, seria o ponto principal de preocupação.

Ateemo-nos neste texto ao filósofo Epicuro, em função de seu pensamento ter sido utilizado por Marx em sua Tese de doutorado, por sua vez, nosso ponto primordial.

Epicuro viveu entre os séculos IV e III a.C. e se tornou muito influente em todo mundo grego e helenístico. Vivera o trágico período seguido da hegemonia macedônica, em que o império construído por Alexandre, o Grande, foi disputado por seus sucessores. Naquele momento a atividade política se mostrava como ineficiente. Disto resultou a concepção do materialismo epicuriano de implicações práticas, mas também profundas.

Sua obra teve grande expressão na antiguidade, porém foi abandonada na Idade Média por ser considerada herética ante o cristianismo, mas ressurgiu na modernidade. Foi inspirada nos atomistas gregos, como Demócrito, que entendiam que a realidade consistia de átomos imutáveis que tinham tamanhos e formas diferentes, ainda que invisíveis, e que existiam no vácuo. Estes tinham a propriedade do movimento e se combinavam e separavam de modos variáveis para formar os objetos dos sentidos.

Epicuro aceitava o atomismo, mas entendia que alguns átomos não se moviam segundo padrões inteiramente determinados, pois se movimentavam diferentemente da maioria, em absoluta autoderminação, derivando no acaso e na indeterminação,

resultando deste modo no espaço para a liberdade¹¹², por sua vez, tema central das reflexões de Marx em relação a Epicuro, além de também ser a base do atual pensamento quântico.

Tal concepção era um sistema lógico e coeso, que se estabelecia a partir do pressuposto inicial seguido de postulados que se davam por dedução, dos quais a noção de espaço-tempo era ilimitada. No entanto também abordava a extinção de espécies e o desenvolvimento humano a partir de origens animais, ou seja, do evolucionismo, bem como a aniquilação das condições de vida, cujo pensamento antecipou grandes descobertas da ciência, além de influenciar a revolução científica do século XVII e o Iluminismo¹¹³.

Um ponto importante na filosofia natural de Epicuro era a de que nada era criado pela vontade divina ou do nada. Deste modo, o materialismo epicuriano desconsiderava o poder divino como decisório no mundo natural, assim como dos princípios teleológicos da natureza, muito embora aceitasse a existência de deuses confinados aos locais de intersecções dos mundos. E deste modo se opunha a qualquer determinismo no tratamento da natureza, pois não poderiam explicar ocorrências imprevisíveis, porque pertenciam aos estados contingenciais e acidentais.

“Os deuses existem: é evidente o conhecimento que temos deles. Não existem talvez do modo como os concebe a maioria, porque pelo conceito que faz acaba por retirar deles todo o fundamento de existência. Ímpio não é aquele que os deuses do vulgo renegam, mas quem aplica aos deuses as opiniões do vulgo, uma vez que não são conhecimentos prévios, mas juízos falazes e preconceituosos do vulgo a propósito dos deuses” (EPICURO apud NICOLA, 2005, p. 107).

Em outros termos, os deuses existem, mas não se ocupam dos homens. Este conceito do divino se aproxima muito do “Deus Perfeito” de Aristóteles, que não se movimenta e não faz nada, nem pensar, justamente por ser perfeito, muito embora

¹¹² Cabe ressaltar que o conceito de liberdade em Marx se encontra exatamente na liberdade e opções para a realização de movimentos, de modo que a exploração do trabalhador, no caso, se dá pela falta de opção do mesmo em buscar outras formas de subsistência de si e de sua família.

¹¹³ Movimento intelectual apoiado pela burguesia e que surgiu durante o século XVIII na Europa e defendia o uso da razão e de liberdades políticas e econômicas. São destacados neste sistema os seguintes filósofos: John Locke, Voltaire, Montesquieu, Rousseau e Adam Smith, dentre outros. Trata-se de uma consequência natural do Racionalismo e de Liberalismo.

Epicuro tivesse origem na Escola Platônica, por sua vez fundamentada no bem e no amor como finalidades do conhecimento.

A rejeição de Epicuro a qualquer reducionismo atribuído a posições materialistas se evidenciou no desenvolvimento de uma sofisticada epistemologia, que não dependia das sensações do que conceituou como “antecipação” (às vezes citado como “preconcepção”), um conceito que ele criou. Deste modo, sua noção de “antecipação” (*prolepsis*) era preconcebida pela mente, sem a qual a compreensão, a investigação e a discussão são impossíveis. Daí que o “Epicuro materialista” de Marx precisa ser entendido com uma clara compreensão da atividade do sujeito a cada etapa na aquisição do conhecimento. Isso implica em que os seres humanos são fisicamente dotados de características que incluem a capacidade de raciocinar e de mudar os rumos de suas direções, do mesmo modo como alguns átomos que não se moviam segundo padrões inteiramente determinados, como citado.

Apesar da sensação em si não ter conteúdo mental, ela dá lugar ao processo de discriminação de sensações em termos de categorias gerais construídas com base em percepções repetidas, mas que, uma vez adquiridas, existem na mente de forma um tanto independente e se tornam a base para organizar os dados em categorias prontas. É nesse sentido que Epicuro se refere a elas como “antecipações”.

“Categoria, em geral, é qualquer noção que sirva como regra para a investigação ou para a sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. Foi essa a concepção de Platão, que as chamou de ‘gêneros supremos’ e enumerou cinco desses gêneros, a saber: o ser, o movimento, o repouso, a identidade e a alteridade” (ABBAGNANO, 2014, p. 139).

A ética epicuriana deriva da “perspectiva materialista” que tem sua ênfase na mortalidade e na liberdade. O ponto de partida essencial para tal compreensão era a superação do medo da morte fomentado pela superstição e pela religião estabelecida. Assim, entendia que “a filosofia é o fármaco mais indicado para as três patologias psíquicas mais frequentes: o medo dos deuses, da morte e da dor” (NICOLA, 2005: 106). Isto levou Marx a afirmar ser Epicuro o maior “iluminista da antiguidade” (Ibidem).

Epicuro desenvolveu um “materialismo contemplativo” que podia ser agudamente distinto do amor mais idealista de Platão pela contemplação. O importante para ele era a admiração do que poderia se materializar na existência humana e não no mundo eterno ou do além. E isto se alinha também com a Teologia Natural e a Teologia da Libertação, como se observará oportunamente. Por enquanto se faz necessário registrar que sua ética defendia a satisfação das próprias necessidades neste mundo, ou seja, a busca do prazer e na forma de evitar a dor, embora não visse isto de modo cruamente hedonista¹¹⁴, porém em termos da existência global, que reconhecia em alguns prazeres imediatos dores maiores. Assim, defendia uma vida simples, abandonando a busca da riqueza como objetivo maior a vida.

“Toda a doutrina epicurista se dirige para a moral, para o tipo de vida que o sábio deve seguir. [...] Epicuro impõe condições muito determinadas para o prazer: tem de ser puro, sem mescla de dor nem de desagrado; tem de ser duradouro e estável; por último tem de deixar o homem dono de si, livre e imperturbável” (MARIÁS, 2004, p. 105).

Deste modo, o requisito mais importante de uma vida boa era a amizade, que se tornou a diretriz através da qual a vida e a sociedade deveriam ser ordenadas. A amizade não era apenas um princípio ético que dizia respeito a indivíduos, mas envolvia implicações políticas mais amplas, necessárias ao uso racional da natureza para a felicidade humana.

Um fato que desperta muito interesse nesta ética epicuriana é o seu alinhamento com a atualidade, pois os pressupostos das Convenções Climáticas protagonizadas pela ONU, e que buscam a sustentabilidade e a preservação das condições da vida humana no planeta, mais especificamente, o uso dos recursos ambientais não apenas para esta geração, mas também para as futuras gerações com especial atenção à promoção à sustentabilidade social, política, econômica, ecológica e ambiental por meio do desenvolvimento sustentável. Há, portanto, uma sinergia com o materialismo histórico dialético marxiano, que por sua vez, fundamentado em Epicuro, não é citado em tais eventos mundiais sobre este tema, todavia,

“de todas as coisas que a sabedoria adquire para produzir a benção da vida completa, a maior, de longe, é a posse da amizade. Esse não era apenas um

¹¹⁴ Doutrina filosófica e moral que preconiza que o prazer é a máxima finalidade da vida, ou seja, o supremo bem.

princípio ético relacionado principalmente aos indivíduos, mas envolvia implicações políticas mais amplas” (FOSTER, 2005, p. 60).

Ressalte-se que o conceito de amizade no mundo helenístico se atrelava à noção de coesão social, indistinta de gênero além de participativa a quem pudesse contribuir para a construção ética deste conhecimento.

Entre as contribuições mais importantes de Epicuro estava o seu conceito de justiça, que teve forte influência em Marx, a saber:

“A justiça nunca é nada em si mesma, mas nas relações dos homens uns com os outros em qualquer lugar e em qualquer tempo ela é uma espécie de pacto de não lesar nem ser lesado” (EPICURO apud FOSTER, 2005, p. 61).

Em Epicuro se encontrava uma concepção “materialista da lei” ao abordá-la de modo imanente e não transcendente, opondo-se deste modo a uma posição idealista da mesma. Neste sentido, mais uma vez se caracteriza sua ruptura da escola platônica e o aproxima da escola aristotélica. “Em função disto Marx salientaria, mais tarde, que Epicuro também originou a noção de contrato social” (EPICURO apud FOSTER, 2005, p. 61).

Foster ainda destaca que a Filosofia da Natureza epicuriana contribuiu para a construção da noção de “princípio de conservação”. Com isto hoje bem poderíamos afirmar que sua visão de mundo foi o ponto de partida para os princípios da Ecologia, de modo que a escola epicurista se preocupou também com a poluição atmosférica causada pela mineração, assim como da redução das colheitas pela degradação do solo e o desaparecimento de florestas para a indústria naval da época, além de argumentar que os seres humanos não eram distintos dos demais animais.

Como visto, Marx, que se fundamentou em Epicuro, é comumente e equivocadamente abordado como um pensador antiecológico, no entanto,

“A importância das ideias de Marx para o desenvolvimento da Ecologia estava no fato de que ele oferecia a análise histórico-materialista tão desesperadamente necessária à Ecologia, com suas noções malthusianas e em geral desatreladas da história. Que era possível interpretar Marx de um modo diferente, que concebia a Ecologia como central ao pensamento dele” (FOSTER, 2005, p. 7).

Aqui tem início nosso ponto de partida para a recuperação do materialismo histórico dialético e da dialética da natureza de Engels, como imprescindíveis para os

debates mundiais sobre a finitude das condições de vida humana no planeta, capitaneadas pela ONU e pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Salienta-se aqui, à guisa de exemplo, a noção marxiana de “falha metabólica”, na relação entre a natureza e a sociedade, em que se entende:

“Um componente essencial do conceito de metabolismo sempre foi a noção de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessária à vida e viabiliza o crescimento. Marx empregou o conceito de ‘falha’ na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista, das condições naturais que formaram a base de sua existência, o que ele chamou de ‘a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza’” (FOSTER, 2005, p. 229).

Esta falha é a relação direta entre o homem e a terra, tal como o metabolismo de algum alimento ingerido, que se devidamente processado, resulta em vida, saúde e prosperidade, felicidade enfim, caso contrário em indigestão, mal-estar, angústia e até doença, neste caso, a doença social.

Para Marx o trabalho, componente vital para a concepção do ser-social é uma relação entre o homem e o mundo em que habita, isto é, uma relação socioambiental, como se nota:

“O trabalho é antes de qualquer outra coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, as pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através deste movimento, ele atua sobre a natureza [...] Ele é a condição universal da interação metabólica entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza” (MARX, 1976, pp. 283- 289).

Ora... Demonstra-se assim, claramente, que o “ser-social” de Marx, é também um “ser-ecossistêmico”¹¹⁵, em seu existir lógico, pois se não fizer a busca racional do

¹¹⁵ Referência ao sistema que inclui todos os seres vivos e o ambiente em que vivem, com suas características e interrelações.

prazer e da felicidade, encontrará, como prenunciado por Epicuro, a angústia e a consequente morte... Morte pelas condições dos suportes de vida humana no planeta... E esta é história a que chegamos.

Um aspecto importante que aqui se busca evidenciar em nossa abordagem é a reflexão sobre a busca da felicidade que Marx se ocupou em seu doutoramento. Para muitos dos leitores deste intelectual, assim como seus simpatizantes, este fato pode parecer até surreal, pois muitas vezes este autor é pintado com as cores do radicalismo e a insensibilidade socioambiental, o que representa, como visto, um grave equívoco de interpretação, posto que, ao se fundamentar em Epicuro, temos que:

“Para Epicuro, o homem almeja ser feliz e tal felicidade consiste na ausência de dor e perturbação. Esse estado de vida é alcançado mediante a investigação das causas dos fenômenos naturais. A finalidade do conhecimento dessas causas quer as consideremos em suas relações recíprocas, quer isoladamente, é assegurar a paz de espírito ao homem, ser autárquico, dependente apenas de si para atingir essa felicidade. Conclui-se, daí, que a ética epicureia está diretamente relacionada com a filosofia da natureza” (OLIVEIRA, 1972, p. 263).

Há que se delongar sobre esta característica fundamental do pensamento de Marx, pois relaciona a felicidade com a concepção do materialismo histórico dialético, na medida em que busca formular outros olhares sobre o uso da matéria prima, consequentemente da natureza ao longo da história e com qual finalidade, pois tanto podem derivar na felicidade ou na angústia, consequentemente, as condições do uso do meio ambiente pelo homem interferem imediatamente na condição humana, o que em si é também uma lógica.

“Devemos ainda sustentar que a função da ciência da natureza é a determinação precisa da causa dos elementos principais e que nesse conhecimento consiste a felicidade, e também no conhecimento da natureza real dos corpos que vemos no céu, e na aquisição de conhecimentos afins que contribuem para o conhecimento completo a esse respeito, indispensável também à felicidade” (MARX, 1972, p. 301).

Ocorre que a contemporaneidade nos chega com um apelo à preservação dos chamados patrimônios naturais da humanidade como um Direito Humano ao meio ambientalmente preservado, tais como: à água, à terra, ao ar, ao mar, às florestas

nativas e aos rios despoluídos, à natureza enfim, para que possam realmente ser acessados por todos, em busca do bem comum, da felicidade e do prazer. Estas belas utopias epicurianas, são absolutamente necessárias à educação ambiental das futuras gerações, para que não sejam mais brasileiros, americanos, alemães, africanos ou asiáticos, dentre outras designações, mas cidadãos do mundo, cuidando da casa comum, o Planeta Terra, portanto, aponta para uma importante ética planetária. E ao observarmos as conexões socioambientais entre Epicuro e Marx encontramos alinhamentos com o Ecosocialismo¹¹⁶ e os apelos pela compaixão pela Terra, de Boff¹¹⁷, que por sua vez, mantém vivo o ideário de São Francisco de Assis¹¹⁸.

Como síntese, em oposição às interpretações de Marx como um pensador descomprometido com o meio ambiente, busca-se aqui demonstrar que o mesmo sempre esteve comprometido com o uso do meio ambiente e da natureza, bases estas epistêmicas do materialismo histórico dialético e, portanto, preponderante na percepção de sua época, em que identificou no pensamento do filósofo Epicuro, um ponto de partida para repensar o homem, a sociedade, a economia e a natureza, que em si perfazem os estudos socioambientais.

Sua tese de doutorado em Filosofia continua frutificando novos repensares sobre a condição humana e abre nova fronteira para a compreensão e atualização das questões ambientais não só de sua época como também na atualidade, no entanto, parece-nos que é mais tratado como um revolucionário do que um visionário.

Retomamos aqui o conceito de falha metabólica atribuído por Marx à relação entre a sociedade e a natureza, mediada pelo trabalho, na concepção do ser-social como um ser ecossistêmico, na medida em que sua racionalidade pode construir uma

¹¹⁶ Ideologia em que se fundem o marxismo com o socialismo libertário e a Ecologia, que e, si preconizam que a expansão do capitalismo resulta em pobreza, miséria extrema, exclusão social e degradação ambiental, entretanto aqui se discute se o problema está realmente na expansão do capitalismo ou no modo como esta expansão ocorre, que em si é a essência do materialismo histórico dialético. Nela encontramos os seguintes pensadores: Willian Morris, John Belamy Foster, Paul Burkett e Michael Löwy.

¹¹⁷ Pseudônimo de Genézio Darci Boff, teólogo brasileiro nascido em 1938, ativista da defesa dos excluídos e das questões ambientais. É um expoente mundial da Teologia da Libertação, que é uma corrente que parte da premissa de que a aplicação do evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e que para concretizar tal ação é preciso fazer uso das Ciências Humanas e Sociais. Foi excluído das funções sacerdotais pela Cúria Romana.

¹¹⁸ Giovanni di Pietro di Bernadone (1182-1226) é um santo da Igreja Católica Apostólica Romana e fundador da Ordem dos Frades Franciscanos. É associado à proteção dos animais e da natureza. Embora não se possa estabelecer nenhuma relação, seu ideário é essencial para a reflexão sobre os temas socioambientais do século XXI.

sociedade plural, com o fim das fronteiras nacionais e o compartilhamento dos patrimônios da humanidade.

Diante do exposto nos é lícito considerar o repensar de Marx às demandas socioambientais que ocupam a pauta dos debates mundiais, como se pretende abordar nesta tese, o que se buscará fundamentar nos próximos capítulos.

Capítulo II

Da Teologia Natural e do Desenvolvimento Sustentável

Não é tarefa simples situar um marco inicial para o estabelecimento do pensamento do desenvolvimento sustentável, em função dos diversos trajetos que resultaram na sua construção filosófica, teológica, bioética, ecológica, econômica, política e governamental. Trata-se, portanto de um tema complexo¹¹⁹ por excelência.

“Inicialmente a complexidade surge como uma espécie de furo, de dificuldade. Há claro, várias espécies de complexidade. Eu digo a complexidade por comodidade. Mas há complexidades ligadas à desordem, outras complexidades que são, sobretudo, ligadas a contradições lógicas. Pode-se dizer que o que é complexo diz respeito, por um lado, ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de ter certeza de tudo, de formular uma lei, de conceber uma ordem absoluta. Por outro lado, diz respeito a alguma coisa de lógico, isto é, à incapacidade de evitar contradições” (MORIN, 2011: p. 68).

Ao tomarmos como referência a afirmação de Morin sobre esta mescla de incerteza com empirismo e o propósito de não cometer erros ou contradições, nos reportamos às próprias complexidades alcançadas na atualidade pela humanidade. Neste contexto em que tudo é contestável e em que não há mais verdade absoluta¹²⁰, a formação acadêmica, conseqüentemente, se tornou mecanizada, sem objetividade e sem a capacidade de propiciar reflexões profundas sobre o cotidiano e a condição do homem em seu meio social e ambiente. Ou seja, ensina-se a profissão, mas não como exercê-la. Deste modo não podemos deixar de considerar também, neste momento, as inquietações que nos trazem Santos e que nos obrigam a um repensar se o que temos são conquistas ou derrotas históricas.

“A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos. Deve, pois começar por perguntar-se, se os direitos humanos servem eficazmente à luta

¹¹⁹ Complexo, para fins desta tese, se define como um conhecimento que não pode ser explicado por uma única área do saber, portanto, é interdisciplinar e transdisciplinar.

¹²⁰ Novas referências à economia do desejo e à fluidez de Heráclito.

dos excluídos, dos explorados e dos discriminado, ou se pelo contrário, a tornam mais difícil” (SANTOS, 2013, p.15).

Encontramo-nos, assim, neste início do século XXI, diante da necessidade da construção coletiva de novos conhecimentos, posto que na atualidade não há mais nenhuma área do saber capaz de fornecer exclusivamente um fundamento único e avalizado sobre um determinado conhecimento. Em outras palavras uma determinada área profissional como a Medicina, Administração, Serviço Social e Pedagogia, dentre outras, não consegue mais por si própria fornecer uma explicação segura sobre um tema em debate. Descobre-se, deste modo, que na contemporaneidade os saberes se entrelaçam em busca da construção de um macro conceito capaz de suprir as demandas necessárias para os grandes temas de nossa época, dentre os quais se destaca a questão socioambiental.

“Compreender a complexidade humana implica *ipso facto* complexificar o nosso modo de compreender. Implica em que situemos para além do conceito estático e entremos no espaço do macro conceito. O espaço intelectual do macro conceito é o espaço da conceituação complexa. Um modo de conceituar necessário para uma compreensão da realidade que não valoriza apenas o imutável e estático diante da tradição metafísica clássica, mas também o dinâmico, o que muda e o que flui¹²¹. Uma realidade que não é mais definida pelo sistema do ‘objeto’, mas pela concepção do sistema-organização” (PENA VERGA & NASCIMENTO, 1999: p. 92).

Muito embora não estejamos nos utilizando de Morin como referencial teórico nesta Tese, não poderíamos deixar de considerar como valiosas suas contribuições para a construção dos argumentos aqui pretendidos, uma vez que o mesmo nos propõe o neologismo “sistema-organização” como um sistema ativo, e assim, uma definição para as inter-relações dinâmicas que se estabelecem em um sistema complexo, como é o caso do meio ambiente, e dos quais doravante nos ateremos.

Assim, na busca da elaboração deste macro conceito que possa também servir de referencial à formação em Serviço Social voltada para o equacionamento ou mitigação da questão socioambiental, procederemos aqui uma revisão histórica sobre a construção do pensamento sustentável, cuja síntese nos será necessária adiante

¹²¹ Chamamos aqui a atenção para Heráclito (535-475 a.C.), considerado o “Pai da Dialética” é um dos mais importantes filósofos pré-socráticos, cujo pensamento se dava exatamente no entendimento de que tudo na natureza se modifica a cada instante.

para a reflexão sobre as práticas dos Assistentes Sociais diante dos sinais dos tempos. E para o estabelecimento de um ponto de partida iniciaremos pela inserção da Teologia Natural, a partir da qual adentraremos ao evolucionismo darwinista e às principais tendências ambientalistas de nossa época.

2.1- Da Teologia Natural ao Evolucionismo Darwinista.

Em sua historicidade o mundo ocidental parece ter perdido o referencial da denominada Teologia Natural, que busca provar a existência de Deus e de seus atributos por meio da Filosofia da Religião, ou seja, sem o uso dos aspectos sobrenaturais, transcendentais e da revelação¹²², surgida a partir das obras do filósofo romano Varrão¹²³, também foi influenciado pelo materialismo epicuriano¹²⁴, e que distinguiu, no século I a. C. três tipos de Teologias: a Teologia Mítica, que se relaciona ao teatro, tem como teólogos os poetas e os cantadores de Deus, e possui como finalidade resignação do pecador e com o objetivo da busca do perdão divino por meio de oferendas e sacrifícios; a Teologia Civil cujo espaço é o da cidade e cujos teólogos são os servidores públicos, posto que na época era regulada pelo Império por meio dos templos, portando de cunho político, na medida em que um povo resignado e em busca do perdão seria mais bem dominado, cabendo assim ao Estado prover locais oficiais de religião com o Divino¹²⁵; e a Teologia Natural, cujo espaço é o Cosmos e que por sua vez procurava demonstrar a existência de Deus pelo mundo físico e biológico, não pela Revelação Divina cujo referencial é a Bíblia.

“O conceito de razão não é necessariamente antirreligioso. A razão abre o caminho para a possibilidade de que o mundo possa ter sido criado por Deus,

¹²² Excetua as narrativas em que Deus se apresenta ao homem, tais como para Noé, Abraão, Moises e outros, bem como pelos fenômenos metafísicos como a transfixação das chagas de Jesus em São Francisco de Assis ou da transverberação do êxtase de Santa Teresa em chamas.

¹²³ Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.). Filósofo romano de expressão latina. É o expoente da Teologia Natural.

¹²⁴ Epicuro concebia como real a existência dos Deuses, mas considerava como ilusória a imagem que as pessoas faziam deles, pois estas se baseavam em juízos falsos e não em noções inatas, e assim advertia com veemência: “mais vale aceitar o mito dos Deuses, do que ser escravo dos naturalistas: o mito pelo menos nos oferece a esperança do perdão dos Deuses por meio de homenagens que lhes prestamos, ao passo que o destino é uma necessidade” (Epicuro, 2002, 49). Nota-se aqui mais uma vez a influência de Heráclito e os trâmites da economia da vontade.

¹²⁵ No Direito Romano havia a figura jurídica do *Res Divini Juris* (Coisas do Direito Divino), que não poderiam ser vendidas ou trocadas. Em outras palavras, previam até o Direito de Deus.

e de que a ordem do mundo seja divina e finalista, não se excluindo com isso o direito que tem o homem de moldar o mundo segundo suas necessidades e conhecimento. O sentido de um mundo racional implicava, em primeiro lugar, que ele pudesse ser compreendido e transformado pela ação intencional do homem. A natureza era tida como racional na sua própria estrutura, com o sujeito e o objeto se encontrando no elemento da razão” (MARCUSE, 1978, p. 233).

Diante deste quadro, faz-se necessário ressaltar que a Teologia Natural, ainda que componente da Filosofia da Religião dialoga com o materialismo de Epicuro, mas a partir do cristianismo foi cooptada por Santo Agostinho (354-430), e nos foi transmitida com base na tradição estoica¹²⁶. Todavia em nova abordagem, ao que aqui denominamos como neoestoicismo¹²⁷, aceita por cristãos, tanto católicos romanos e ortodoxos, quanto por evangélicos anglicanos e luteranos.

Evidencia-se, no entanto, que Santo Agostinho preserva a chamada Teologia Natural, também denominada como Teologia Física, mas não parte, nomeadamente, de Varrão, mas de Platão, na medida em que:

“Nas leis, Platão elabora o modelo de um regime político (*politeia*) que poderíamos qualificar de teocrático, isto é, um regime político em que a lei civil é concebida não como um artifício humano, mas como uma norma divina derivada de um *métro*¹²⁸ transcendente. Ora no contexto desse regime teocrático das leis, a religião possuirá, evidentemente, uma onipresença inequívoca em todos os aspectos da vida política e social, e funcionando assim, como fundamento precípua da moralidade pública da cidade” (OLIVEIRA, 2007: p. 335).

E assim, Santo Agostinho ao tratar das relações divinas com o mundo natural coopta, como visto, a Teologia Natural de Varrão e a submete hierarquicamente ao que passou a denominar como Teologia Sobrenatural, por sua vez originada na Teologia Revelada, ou seja, submeteu o mundo físico e, portanto, concreto, ao

¹²⁶ Escola filosófica helenística surgida a partir de Zenão de Citio e que tinha como fundamento o comportamento ético em respeito à natureza e assim, a virtude seria suficiente para se obter a felicidade, conforme se pode constatar no filósofo Sêneca.

¹²⁷ Entendiam que tudo é Deus, ou seja, estamos conectados a Deus pela natureza, sua obra e, como base em tal pensamento, não tardaria em ser cooptado pelo cristianismo, pois se tudo é Deus, somos irmãos em Deus, logo irmãos em Cristo.

¹²⁸ No pensamento clássico grego, *metron* traz a noção de “medida de todas as coisas” (*pan metron*) que se reporta diretamente à moral dos homens, correspondendo à “*mos*” latina. No caso se trata da moral cristã e a hegemonia da igreja como tarefa de salvação das almas dos Homens. Trata-se da linha divisória ínfima que separa os homens dos Deuses.

metafísico e abstrato, e deste modo a natureza passou a ser interpretada como um aspecto místico da face de Deus, no entanto, não teve como cercear o desenvolvimento da Teologia Natural nos séculos seguintes, inclusive nos segmentos cristãos não católicos, em que passou a ser denominada como Teodiceia¹²⁹, que em si é a busca de Deus pela razão e não pela fé, e de tal modo, a natureza e o cosmos se tornam expressões da benevolência divina ao homem.

Diferentemente de Santo Agostinho que era um teólogo e um filósofo neoplatônico¹³⁰, a expressão divina concebida por Varrão passou a ter nova expressão em São Francisco de Assis, que não era nem filósofo e nem teólogo, mas um contemplador das manifestações divinas na natureza e nela buscava, no universo, na flora e principalmente na fauna, as dádivas de Deus ao homem¹³¹. Seu Cântico das Criaturas é um importante marco na Teologia Natural. Nele Deus não é a natureza, mas o mundo real ao qual devemos eternamente ser gratos, conforme se observa:

“Altíssimo, onipotente, bom Senhor, teus são o louvor, a glória, a honra e toda a bênção. Só a ti, altíssimo, são devidos; e homem algum é digno de te mencionar. Louvado sejas, meu Senhor, com todas as tuas criaturas, especialmente o senhor Irmão Sol, que clareia o dia e com sua luz nos alumia. E ele é belo e radiante com grande esplendor: de ti Altíssimo, é a imagem. Louvado sejas, meu Senhor, pela Irmã Lua e as estrelas, que no céu formaste claras e preciosas e belas. Louvado sejas, meu Senhor, pelo Irmão Vento, pelo ar, nublado ou sereno, e todo o tempo pelo qual às tuas criaturas dás sustento. Louvado sejas, meu Senhor pela Irmã Água, que é mui útil, humilde, preciosa e casta. Louvado sejas, meu Senhor, pelo Irmão Fogo, pelo qual iluminas a noite. E ele é belo e jucundo E vigoroso e forte. Louvado sejas, meu Senhor, por nossa Irmã a Mãe Terra, que nos sustenta e governa, e produz frutos diversos, e coloridas flores e ervas. Louvado sejas, meu Senhor, pelos que perdoam por teu amor, e suportam enfermidades e

¹²⁹ Conjunto de argumentos que procuram justificar a crença na onipotência e supremacia da bondade de Deus ao homem, em defesa contra o mal existente no mundo ou àqueles que dele não creem ou duvidam de sua perfeição.

¹³⁰ Sistema filosófico que transpôs o “mundo das ideias” do pensamento platônico (Platão, Século IV a.C.) para o “mundo da fé” após reinterpretação pela via do cristianismo e que predominou durante a Idade Média, chegando aos nossos dias.

¹³¹ Para São Francisco de Assis a natureza não era um fenômeno metafísico, mas uma dádiva, um presente de Deus ao homem para que este o pudesse contemplar em todas as suas expressões, portanto, no mundo material. Trata-se, portanto, de um materialismo histórico dialético aplicado à graça divina, pois se trata de uma concepção materialista da natureza e como tal se conectará aos primórdios da obra de Marx, pois esta precedeu o materialismo histórico dialético.

tribulações. Bem-aventurados os que as sustentam em paz, que por ti, Altíssimo, serão coroados. Louvado sejas, meu Senhor, por nossa Irmã a Morte Corporal, da qual homem algum pode escapar. Ai dos que morrerem em pecado mortal! Felizes os que ela achar conformes à tua santíssima vontade, porque a morte segunda não lhes fará mal! Louvai e bendizei a meu Senhor, e dai-lhe graças, e servi-o com grande humildade”. (FRANCISCO DE ASSIS, 1963, p. 182-183).

Outros escritos de São Francisco de Assis, tais como: Admoestações e Exortações aos Irmãos, a Regra da Ordem dos Frades Menores, o Elogio das Virtudes e o seu Testamento, entre tantos escritos como suas Cartas para diversas comunidades, também exortavam a valorização da pobreza e à necessidade dos cristãos de se manterem em uma vida de simplicidade, aqui interpretada como uma censura contrária ao consumismo e ao conforto. Em outras palavras, considerava, portanto, que estas virtudes eram importantíssimas para a construção da sustentabilidade, de tal modo que encontramos nisto alinhamentos indiretos entre os ideais de São Francisco de Assis e os de Epicuro. E esta dialética ainda se encontra presente na visão de mundo franciscana, chegando até os nossos dias, tendo desdobramentos, a exemplo das obras de Boff.

O legado de São Francisco de Assis, assim como sua vida de austeridade e extrema pobreza, seu amor as criaturas e aos dons da natureza influenciaram a escola filosófica Escolástica¹³². Nela floresceram franciscanos como Alexandre de Hales¹³³,

¹³² Método de análise crítica que se tornou paradigmático nas universidades europeias entre 1100 e 1500, que buscava associar o pensamento racional à fé cristã, cuja dialética tinha como ênfase a ampliação do conhecimento, sobretudo da Filosofia Grega, buscando equacionar contradições.

¹³³ Teólogo e filósofo inglês (1185-1245). Foi o contemporâneo de São Francisco de Assis e o primeiro frade da Ordem Franciscana a ter uma cadeira na universidade, notadamente na Universidade de Paris. Trata-se de um expoente da Escolástica. Foi professor de outro franciscano, São Boaventura de Bagnoregio (1221-1274), que se doutorou junto como São Tomás de Aquino (1225-1274), cujos postulados fundamentados no naturalismo aristotélico, resultaram no neoaristotelismo utilizado como fundamento para o surgimento das primeiras escolas superiores de Serviço Social, como veremos adiante. Portanto, houve uma ligação entre o naturalismo franciscano e o tomismo. Sobre tal aspecto, temos a seguinte referência: “Além dessas fontes explicitamente citadas, deve-se citar a Suma Teológica de Alexandre da Hales, obra de alguns franciscanos precedendo em alguns anos as obras de São Tomás. Comporta um longo tratado em que a lei nova na qual são reunidos todos os documentos fornecidos pelos padres sobre o assunto. Semelhantes vínculos entre a Súmula Franciscana e a de São Tomás indicam que estamos lidando, no tratado da lei nova, com a expressão religiosa do poderoso movimento de retorno ao Evangelho, que deu nascimento a uma forma de vida religiosa, representada pelos franciscanos e pelos dominicanos e que levou a considerar esta época como uma era do Espírito Santo” (AQUINO, 2005, p. 795-796). Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=nYFybLCvXggC&pg=PA795&lpg=PA795&dq=S%C3%A3o+Tom%C3%A1s+de+Aquino+Alexandre+Hales&source=bl&ots=zZd0vjIVf-&sig=43NOMwOp2Qk3-KYiXX8m0tIXz28&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwix9Y2kie_NAhVEFpAKHRkkCVIQ6AEISTAI#v=onepage&q=S%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20de%20Aquino%20Alexandre%20Hales&f=false, acesso em 12/07/2016, 21:35 h.

São Boaventura de Bagnoreggio¹³⁴ Roger Bacon¹³⁵, e John Duns Escoto¹³⁶, dentre outros.

“Alexandre de Hales foi o primeiro a descobrir o conteúdo filosófico do franciscanismo e prendê-lo à corrente filosófica agostiniana; na sua Teodiceia explana a ideia da bondade providencial que preside toda a criação, o culto da Trindade que imprime os seus vestígios em todas as coisas, o sentido da beleza que conduz a Deus. Alexandre de Hales prenuncia aquela série de pensadores que se honra de descender de São Francisco. São Boaventura penetra muito mais adiante no pensamento de seu fundador. Ele é como que a consciência filosófica e teológica de seu patriarca. [...] São Boaventura fala de desejo e de amor. Duns Scot de vontade e de ação” (GEMELLI, 1944: pp. 79-81).

Os gêneros literários utilizados na Escolástica tinham como finalidade preencher a lacuna no ensino entre os séculos VI e XI, em que houve o esvaziamento da doutrina cristã, e assim, tinha como preocupação a formação das futuras gerações além das Sete Artes, nomeadamente, o *Trivium*¹³⁷ e o *Quadrivium*¹³⁸, que eram heranças da antiguidade clássica, mas que não propiciavam a reflexão cristã, que deveria ser ensinada nas escolas e nas Universidades. Vem daí o nome: Escolástica. E não se pode negar que representou um avanço para a época, na medida em que articulava o pensamento racional com a filosofia grega, mas sua grande contribuição foi o despertar científico que provocou por meio de seus pensadores naturalistas,

“Mas quem transformou o amor das criaturas em observação científica, quem se curvou para estudar seus fenômenos naturais com um franciscano desejo

¹³⁴ Teólogo e filósofo franciscano. Foi o sétimo Ministro Geral da Ordem Franciscana e após assumir este cargo dedicou-se à unificação dos frades à visão naturalista de São Francisco de Assis, influenciando assim outras gerações que pela mesma foram influenciados nas artes e na Educação.

¹³⁵ Filósofo inglês, membro da Ordem Franciscana (1214-1294). Celebrizou-se por seu empirismo e o uso da matemática para o estudo da natureza, com relevantes contribuições para a geografia, a mecânica e a óptica. Temos em Bacon a continuidade da concepção materialista da natureza, influenciada por Francisco de Assis.

¹³⁶ Filósofo escocês e teólogo escolástico franciscano (1266-1308). Foi professor da Universidade de Paris. Registre-se a seguinte contribuição: “São Boaventura fala de desejo e de amor [neoplatonismo]; Duns Scot de vontade e de ação [neoaristotelismo]. Foi qualificado de rebelde e, entretanto, é o continuador da mais antiga tradição escolástica, desenvolvendo as concepções de Santo Agostinho e harmonizando-as, quanto possível, com as de Aristóteles. Foi alcunhado de franciscano que perdeu o amor e, contudo, a sua filosofia é toda fundada no amor. Foi chamado de contraditor sistemático, de teólogo caviloso, de precursor do voluntarismo e do imanentismo, de Kant do século XIII, e em vez disso, o seu realismo é puramente escolástico, alheio a toda pretensa autonomia da natureza e do eu” (GEMELLI, 1944, p. 81). O sentido de alheio aqui significa que não há uma separação entre o homem e a natureza. Tudo faz parte da mesma realidade considerada aqui como a obra de Deus, ou seja, a dádiva divina ao homem. Encontramos assim uma conexão entre Escoto, Kant, Hegel e Marx.

¹³⁷ Gramática, Retórica e Dialética.

¹³⁸ Astronomia, Geometria, Aritmética e Música.

de precisão, de clareza, de utilidade fraterna, quem levou o franciscanismo para a ciência que então nascia e começou a dar-lhe uma vida autônoma: foi Rogério Bacon. A impulsividade e originalidade franciscana chegam nele até ao paradoxo. Tem uma exuberante fé, não só em Deus, mas na natureza, nos homens e em si mesmo” (GEMELLI, 1944: p. 84).

A grande obra que se tornou expoente do período escolástico foi a *Suma Teológica*, de São Tomás de Aquino¹³⁹, que foi elaborada com base no pensamento aristotélico, no qual o movimento existe como um fator da busca da perfeição, e que transcendeu tal período se constituindo fundamental para a elaboração das Encíclicas *Rerum Novarum*¹⁴⁰ e *Quadragesimo Anno*¹⁴¹, que serviram de base para a concepção das primeiras escolas de Serviço Social, dentro dos princípios da Doutrina Social Católica, editadas sob a égide dos Papas Leão XIII¹⁴² e Pio XI¹⁴³, ambos franciscanos, secular e terceiro, especificamente.

No que tange à abordagem da natureza na *Suma Teológica* encontraremos na “Terceira Via” das “Provas da Existência de Deus”, a apresentação do mundo natural como uma das expressões divinas. Portanto, São Tomás de Aquino incorpora a Teologia Natural, também chamada de Teodiceia, na visão naturalista de São Francisco de Assis associada ao neoplatonismo de Santo Agostinho, a partir da contribuição de Alexandre de Hales e São Boaventura, numa concepção neoaristotélica, aceitando o movimento, sem deixar de transcender sua imanência à natureza de Deus¹⁴⁴:

“A terceira via é a partir da contingência das coisas: as coisas que encontramos (e nós mesmos) são contingentes, ou seja, existem, mas poderiam não existir: não há necessidade lógica nem ontológica que as coisas existam ou não, sejam assim, ou não. Mas se tudo é contingente, em

¹³⁹ Tomás de Aquino (1225-1274). Filósofo e teólogo italiano, integrante da Ordem Dominicana. Transpôs o pensamento aristotélico para o cristianismo.

¹⁴⁰ “Das Coisas Novas”, editada em 1891 pelo Papa Leão XII e que tinha como finalidade combater a ganância dos capitalistas e o ateísmo dos socialistas marxistas, estabelecendo assim uma terceira via ao mundo católico: o Humanismo.

¹⁴¹ “Quadragesimo Ano”, editada em 1931 pelo Papa Pio XI, cuja finalidade era reavaliar e conformar as diretrizes da *Rerum Novarum*.

¹⁴² Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi (1810-1913). É o principal articulador da retomada do pensamento tomista na contemporaneidade, que definiu a doutrina social da igreja católica.

¹⁴³ Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli (1876-1958). Exerceu o papado durante a Segunda Guerra Mundial e parte da Guerra Fria. Deu continuidade à doutrina social católica.

¹⁴⁴ Esta questão do movimento na forma concebida por Aristóteles, será aceita por Marx na medida em que concebia que a natureza e o homem não são o que são, mas o que podem vir a ser. E este é um postulado da dialética do materialismo na história.

algum momento nada existiu e a partir do nada, nada pode ser feito (*ex,nihilo,nihil*). Consequentemente, na natureza tem que haver seres necessários. Mas o que é necessário ou tem a razão da necessidade em si mesmo ou em outrem. Se em outrem, não se pode proceder ao infinito, nem cabe a circularidade pelas razões acima. Então existe um ser necessário que tem a razão da necessidade em si mesmo. A afirmação acima “se tudo é contingente, em algum momento nada existiu” é um argumento metafísico e não fenomenológico: o que é contingente não tem a razão do seu ser em si mesmo e se nada tem razão de ser em si mesmo, concluiríamos que nada existiria (FERREIRA, 2003: p. 3).

Como vimos a Escolástica trouxe novos horizontes para o desenvolvimento Teológico e Filosófico, mas também resultou no avanço das Ciências Naturais cujos desdobramentos se fizeram presentes, nos séculos seguintes, nas obras de Espinoza¹⁴⁵, Humboldt¹⁴⁶ e Darwin¹⁴⁷, ainda que tenha decaído a partir do final do século, época em que o Renascimento passou a ter grande notoriedade seguida do Iluminismo que se tornaria um referencial de produção do conhecimento.

No tocante ao pensamento de Espinoza, oriundo de família judaica portuguesa, mas holandês de nascimento, encontraremos uma herança escolástica atrelada ao pensamento aristotélico¹⁴⁸, do mesmo modo que São Tomás de Aquino, no entanto faz uma distinção entre Deus, a Natureza e a Substância, todavia o uso do cristianismo resultou no seu banimento de sua comunidade judaica, ainda que também tivesse sofrido influências de Maimônides¹⁴⁹, outro filósofo judeu, desenvolvendo assim uma metafísica específica, pois para o mesmo, Deus é a causa da imanência da natureza, e assim em tudo o representa, em outras palavras, ao não ser a natureza a transcendência divina, Deus e a natureza são a mesma substância, ou seja, para Espinoza, Deus é a natureza imanente e não transcendente.

“Deus *sive natura*, diz Espinoza. A substância – ou seja – Deus é tudo o que existe e todas as coisas são afecções suas. É, portanto, natureza num duplo

¹⁴⁵ Baruch Espinoza (1632-1677). Filósofo racionalista holandês da Idade Moderna, contemporâneo de René Descartes e Gottfried Leibniz.

¹⁴⁶ Referência a Alexander Humboldt, o naturalista alemão.

¹⁴⁷ Charles Darwin (1809-1882). Naturalista inglês, célebre por sua Teoria da Evolução das Espécies. Sofreu influências da Teologia Natural.

¹⁴⁸ Este aristotelismo ou mesmo o aristotelismo é a transposição do pensamento de Aristóteles (Século IV a.C.) do mundo real

¹⁴⁹ Moises Maimônides (1137-1204). Filósofo judeu, codificador rabínico e médico. Procurou associar as doutrinas judaicas com a lógica aristotélica. É autor do Guia dos Perplexos e dos 613 Mandamentos da Torá.

sentido: no sentido de que todas as coisas procedem de Deus, de que é a origem de todas as coisas – a isso Espinoza chama *natura naturans*¹⁵⁰; mas por outro lado, Deus não engendra nada distinto D'Ele, de modo que é natureza num segundo sentido: as próprias coisas que emergem ou brotam – e a isso chama *natura naturata*¹⁵¹. O sistema de Espinoza é, portanto, panteísta. [...] Para Espinoza, tudo é natureza; não faz sentido contrapor-lhe outras coisas, por exemplo o espírito” (MARIÁS, 2004: pp. 253-254).

Trata-se, portanto, de um fundamento análogo ao estoicismo em que tudo é Deus. E ao considerar que a natureza também é Deus, Espinoza transcende a Teologia Natural de Varrão, na medida em que nesta o mundo natural é a expressão divina, mas em Espinoza há um princípio de que a própria natureza tem propriedades divinas.

O Ecosocialista¹⁵² Foster, em sua obra: “A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza” se detêm na análise dos “párocos naturalistas”, no qual tece uma interessante teia de relacionamento de teólogos, sobretudo evangélicos, que se

¹⁵⁰ Natureza faz da natureza.

¹⁵¹ Natureza passiva.

¹⁵² O Ecosocialismo, também denominado como Socialismo Libertário, Socialismo Verde ou Ecologia Socialista tem como precursor o socialista inglês William Morris (1834-1896). Foi contemporâneo de Marx e de Engels e aderiu aos fundamentos do socialismo científico. Sua ideologia relacionada com a concepção materialista da natureza foi difundida tanto da Federação Social Democrata Britânica quanto na Liga Socialista Britânica, que buscavam mitigar os efeitos danosos do capitalismo ao meio ambiente, bem como promover a justiça social parietalmente ao desenvolvimento econômico. Suas ideias influenciaram naturalistas e ambientalistas russos que procuraram associar a consciência ecológica ao bolchevismo advindo com a Revolução Russa de 1917, no entanto, muitos foram perseguidos e assassinados por Stalin no que se denominou como “purificação” promovida pelo Partido Comunista da União Soviética, tais como Constantin Stanilavski (1863-1938), Máximo Gorki (1868-1936) por serem simpatizantes da causa do POSDR - Partido Operário Social Democrata Russo, influenciado pelos chamados mencheviques (minoria), liderados por George Plekhanov (1856-1918) que entendiam que a revolução deveria levar em consideração a burguesia na construção da República, como ponto de fortalecimento da economia, mas foram derrotados pelo exército revolucionário dos bolcheviques (maioria), liderados por Vladimir Lenin (1870-1924). Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/bolcheviques-x-mencheviques.htm>, 13/07/2016, 13:38 h. Cabe ressaltar que na visão de Gramsci “os bolcheviques não eram marxistas, mas fizeram algumas interpretações de seus textos, mas excluíram outros de suas obras. Sobre isto temos a contribuição de Antonio Gramsci, que considerava que Marx estava contaminado pelo Positivismo e pelo Naturalismo: Sem embargo, há uma fatalidade também nesses acontecimentos e, se os bolcheviques renegam algumas afirmações de ‘O Capital’, dele não renegam o pensamento imanente, vivificador. Os bolcheviques não são ‘marxistas’, eis tudo; não compilaram com base nas obras do Mestre uma doutrina exterior, de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, aquele não morre jamais, que é a continuação do pensamento italiano e alemão e que, em Marx, havia-se contaminado com incrustações positivistas e naturalistas” (GRAMSCI, 2004). Disponível em <http://www.scientific-socialism.de/GramsciLukacsKorschIdealSubjCAP2.htm>. É interessante este texto, pois aponta para o fato de Marx, na opinião dos bolcheviques, ter se contaminado pelo Positivismo e pelo Naturalismo, o que foi, como visto, uma interpretação de Lenin, seu líder.

utilizaram da Teologia Natural para evidenciar a presença divina, resultando também em afetações no mundo da ciência natural.

Esta situação é muito interessante, na medida em que analisamos a noção de liberdade. No conjunto da obra de Santo Agostinho percebemos que o homem pode ser comparado como um animal que tem a opção de ser cavalgado por Deus ou pelo demônio, mas a liberdade não se dará na opção, mas sim na escolha de Deus, caso contrário se tornará escravo das coisas maléficas, perdendo assim sua liberdade. Por outro lado, a escolha de Deus também condena o homem ao eterno tormento das ideias, pois a cada momento de sua vida precisará analisar se o que surge diante de si procede de Deus ou do demônio. Deste modo a liberdade agostiniana é a liberdade do pensamento, única possível em sua concepção.

No entanto, em Lutero¹⁵³, observamos também no conjunto de sua obra, que a noção de liberdade é muito distinta da agostiniana, pois considerava que não caberia à criatura escolher o criador, portanto, a liberdade do homem reside na proteção à obra de Deus, ou seja, a sociedade e ao mundo natural. Em outras palavras, no cumprimento das leis que as protegem, tais como as que viriam a ser os Direitos Humanos e os Direitos Ambientais. Diante disto, não é de se estranhar que a Teologia Natural tenha encontrado um terreno fértil no âmbito do movimento evangélico.

Foster evidencia estreita ligação entre a Teologia Natural e o materialismo histórico dialético, de opção por Epicuro, na tese de doutoramento de Marx, conforme segue:

“Marx, que havia estudado *Da Dignidade e Avanço do Saber* (1623) de Bacon antes mesmo de se ter voltado ao estudo de Hegel, estava bem a par da crítica de Bacon a Epicuro ‘por acomodar e sujeitar a sua filosofia natural à moral’, mas Marx viria a transformar esta disposição de Epicuro num ponto forte (em comparação com a filosofia de Demócrito). [...] Na época em que estudava Bacon, Marx também dedicou ‘muito tempo’ à obra do teólogo natural alemão (posteriormente deísta) Hermann Samuel Reimarus (1694-1768), sobretudo *Considerations on the art instincts os animals* (1760). [...] Reimarus buscou demonstrar o argumento da comprovação da existência de Deus pelo desígnio, tornando-se assim, a contrapartida alemã de Paley em fins do século XVIII. Seria também para esses assuntos, associados com o

¹⁵³ Martinho Lutero (1483-1546). Monge agostiniano alemão, doutor em Teologia, protagonista da reforma protestante.

materialismo e seu conflito com a Teologia Natural, que Marx se voltaria – embora um tanto indiretamente – ao escolher o tópico de sua tese de doutoramento” (FOSTER, 2005, p. 79-80).

Foster nos chama a atenção para o fato da importância das ideias de Marx para o desenvolvimento da Ecologia, pois nos demonstrou que esta residia no fato de oferecer uma análise histórica materialista, estritamente necessária à compreensão do metabolismo entre a sociedade e a natureza. E as preocupações malthusianas se faziam presentes na degradação ambiental, sobretudo na agricultura e na perda dos nutrientes do solo, assim como outros subsídios igualmente importantes sobre o meio ambiente explorado irracionalmente. Portanto, é inegável que Marx tinha uma visão científica e ecológica.

Outra das contribuições que Foster nos dá se refere à influência da Teologia Natural sobre Darwin, que por sua vez foi um dos cientistas em que Marx também se fundamentou.

“Perto do fim da vida, em sua autobiografia, Charles Darwin admitiu um fato estarrecedor – a obra de William Paley, o teólogo arquinatural dos séculos XVIII e XIX, havia sido uma das influências intelectuais mais importantes no seu pensamento inicial. Em Cambridge, Darwin havia sido obrigado não só a ler, mas também a decorar a obra Evidências do Cristianismo e a Teologia Natural de Paley” (FOSTER, 2005: p. 121).

Foster ainda nos evidencia que em seu materialismo de perspectiva evolucionista Darwin buscou transcender Paley, pois este argumentava sobre os desígnios da natureza. Pelo sim, pelo não, a Teoria da Evolução das Espécies, a partir da seleção natural, tornou-se o paradigma central de elucidação de vários fenômenos biológicos e sociais, não se dissociando das bases da Teologia Natural, pois se aparentemente possa ter sido interpretada como dissociada na época, esteticamente se torna transcendente na atualidade, ainda que fortemente criticada, como se pode observar:

A seguir analisaremos os aspectos que resultaram na construção do pensamento sustentável.

2.2- De Malthus ao Desenvolvimento Sustentável.

Ao abordarmos a temática da origem do ideário do desenvolvimento sustentável, tomamos a liberdade de partirmos, nesta tese, do clérigo inglês Malthus, pioneiro nos estudos sobre a demografia e também associado à Teologia Natural, por ter denunciado pela primeira vez suas graves perspectivas sobre o futuro da humanidade, cujas constatações trouxeram grandes polêmicas, não só em sua época, mas também na contemporaneidade, ainda assombram os mais otimistas em relação ao futuro de nossa espécie. Suas perspectivas estão sempre presentes nos debates sobre a população planetária e resultaram na Teoria Populacional Neomalthusiana, pela qual se reformulam seus postulados e se reafirma que o subdesenvolvimento e a pobreza estrutural de uma família ou mesmo de um país, estão diretamente relacionadas com o crescimento populacional, inviabilizando gastos governamentais com Políticas Sociais e com a Educação e a Saúde, além de comprometer o futuro em função da impossibilidade de alimentação para todos.

Cabe ressaltar que naquela época, a Teologia Natural alcançou grande expressão, abrangendo o âmbito moral da Economia Política do Estado.

“Thomas Malthus, clérigo protestante e um dos primeiros economistas políticos clássicos – célebre, sobretudo por seu ‘Ensaio sobre a População’, que desempenharia papel importante inspirando a Teoria da Seleção Natural de Darwin – pertencia a esta mesma tradição de naturalismo clerical, adotando nas questões teológicas um ponto de vista essencialmente payleano (enquanto, por sua vez, Paley adotava a teoria populacional de Malthus em *Natural Theology*¹⁵⁴). Para Malthus a Divindade Suprema havia através dos ‘graciosos desígnios da Providência Divina, ordenado’ que a população teria sempre a tendência a pressionar os meios de subsistência” (FOSTER, 2005: p. 122).

Em sua obra, Malthus insistia na necessidade de se raciocinar de forma ascendente, da natureza para o “Deus da Natureza” e não presumir raciocinar de modo inverso do “Deus para a Natureza” para a natureza, pois em sua perspectiva a população crescia rapidamente, de modo exponencial, mais do que a produção de

¹⁵⁴ Teologia Natural. Engloba o conhecimento de Deus obtido pela contemplação de suas criaturas.

alimentos. E observe-se que tal constatação fora elaborada no século XVIII, portanto, três séculos atrás.

Malthus recebeu certa influência de Wallace¹⁵⁵ que procurou no século XVIII fazer um censo mundial de pessoas na antiguidade e na modernidade. E em estudo constatou que a população crescia exponencialmente, em proporções muito maiores do que a produção de alimentos ou do falecimento de indivíduos. Defendia, assim, que

“Seria preferível que os vícios humanos, ao reduzir as pressões populacionais, impedissem a emergência de um governo não compatível com as ‘circunstâncias da humanidade na terra’” (WALLACE, pp. 1761: 107).

Ou seja, Malthus e Wallace compreendiam ser imprescindível que a humanidade se mantivesse no chamado “estado de natureza”¹⁵⁶, seguindo naturalmente a conduta humana, livre de quaisquer imposições civilizacionais que de algum modo preservassem as condições de saúde ou de vida, de modo a não interferir nas causas de morte ou vulnerabilidades da infância ou da velhice, em especial o não provimento de nenhuma política de proteção social.

Para Malthus a humanidade crescia demograficamente em função da propensão ao consumo de alimentos, em outras palavras a gula, um pecado, e não para manter um padrão estacionário de vida. Com isto, tendia a crescer além da produção de alimentos, piorando suas condições de vida e impossibilitando um progresso real. Deste modo afirmava que o poder da população é indefinidamente maior do que o poder na terra para produzir subsistência para o homem e viu nesta tendência uma condição imposta por Deus para impor ao homem um comportamento virtuoso como forma de equilíbrio social. Tratava-se, portanto, de uma visão estoica pela qual o homem precisa ter uma relação virtuosa com a natureza e não de prazer. Tal argumento tinha uma fundamentação religioso e científico, o que garantiu ao mesmo um protagonismo nas medidas legais que seriam tomadas para a contenção do crescimento populacional naquele contexto.

¹⁵⁵ Robert Wallace (1697-1771). Presbítero e escritor escocês de vertente na Teologia Natural.

¹⁵⁶ Trata-se de uma construção teórica que foi muito utilizada por autores contratualistas para definirem o estágio de desenvolvimento humano antes da formação da sociedade civil. Neste caso, na natureza criada por Deus.

Uma posição idêntica foi seguida por Condorcet¹⁵⁷ em sua obra “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano” em que prospectou sobre o futuro da espécie no planeta:

“Não poderá haver um momento em que o número de pessoas no mundo afinal exercendo os meios de subsistência, trará como consequência uma diminuição contínua da felicidade e da população, um verdadeiro retrocesso, ou na melhor das hipóteses uma oscilação entre o bem e o mau? Em sociedades que alcançaram este estágio, não será esta oscilação uma fonte perene de um desastre mais ou menos periódico? Não mostrará que se chegou a um ponto além do qual toda melhora é impossível?” (CONDORCET, 1955: p. 188).

Malthus veio a falecer em 1834, no mesmo ano em que foi aprovada na Inglaterra a já citada famosa “*New Poor Law*”, Nova Lei dos Pobres¹⁵⁸, que era uma legislação de assistência aos pobres inspirada nos princípios malthusianos, e representava um paradoxo da assistência social. Esta buscava criar um convencimento entre os trabalhadores e os pobres para que se resinassem em relação à exploração no local de trabalho e até que aceitassem os desígnios divinos da perspectiva de virem a morrer lentamente como sendo uma alternativa preferível a aceitar a busca de auxílio por meio da Lei dos Pobres. Tal legislação invertia totalmente o quadro social ao focar a caridade como a origem dos males sociais, isto é, antes os problemas sociais eram considerados como uma deficiência de caridade e assim eram tratados, no entanto, a partir da mesma, tais males foram atribuídos ao excesso de caridade. Neste contexto, que ocorria na segunda fase da Revolução Industrial, foi decisivo para que Marx se referisse ao mesmo como “miséria social” e Engels como “questão social”, mas no cerne do problema estavam os conflitos em função da posse e do uso dos recursos naturais, que expropriados dos trabalhadores, resultaram na pobreza extrema e na pauperização da classe operária inglesa. Fato este que se reproduzia também nos demais países que passaram a se industrializar naquela época.

“Foi este casamento da Economia Política com a Teologia Natural Cristã, materializado em Paley, Malthus e Chalmers – que tornou os párocos

¹⁵⁷ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Condorcet (1743-1794). Filósofo político e matemático francês, de formação jesuítica e de tradição positivista.

¹⁵⁸ Texto em português está disponível em: <http://www.workhouses.org.uk/poorlaws/1834act.shtml>, acesso em 27/11/2016, 17:06 h.

naturalistas uma ameaça tão grande, não só à classe trabalhadora como também a todas as perspectivas de unificação dos seres humanos com a natureza. Uma oposição radical a estas visões iria desde o princípio desempenhar um papel crucial no desenvolvimento da concepção materialista de história, de Marx e Engels” (FOSTER, 2005: p. 150).

Estas ideias, embora integrantes da Economia Política e debatidas no âmbito da Filosofia Social, foram adotadas em instâncias governamentais, mas execradas ao longo do tempo e, de certo modo, abandonadas em função de aspectos morais. Todavia, vez por outra voltam a assombrar a pauta ambiental, em função exatamente em função das inter-relações que se estabelecem entre crescimento exponencial da população mundial comparada ao número de falecimentos, em contraposição à produção de alimentos e a redução das florestas e das fontes de água potável¹⁵⁹. E disto acabou resultando em que um novo conceito, mais palatável, passasse a se tornar paradigmático nos debates mundiais do século XX, o da “sustentabilidade”. Entretanto, cabe salientar que a correlação entre nascimentos, falecimentos e a produção de alimentos, atualmente não é sustentável, pois o planeta ainda não tem como sustentar as bilhões de pessoas. Salienta-se que atualmente existem no planeta 7,2 bilhões de pessoas, segundo as estimativas da ONU, com uma perspectiva de 9,6 bilhões até 2050¹⁶⁰, o que representa tanto um desafio quanto uma previsão dramática de Malthus.

As discussões acerca da sustentabilidade somente começaram a ser implantadas na agenda mundial após a consolidação da Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, mas naquele momento em que se iniciava a Guerra Fria e a bipolarização do planeta, não era possível um consenso em relação ao tema, pois naquela época em que a prioridade era a corrida armamentista, notadamente do arsenal nuclear deste embate bipolar.

A iniciativa para a elaboração de discussões sobre o tema se deu na Suécia, em 1972, na Conferência de Estocolmo, primeira do gênero, promovida pela ONU, e

¹⁵⁹ Em função da desertificação, dos desmatamentos, da redução de fontes de água potável em todo o planeta, a poluição dos oceanos, mares, rios e córregos, e em função da destruição das nascentes, a água se tornou um dos principais objetos de atenção e de prioridade geopolítica, cujas consequências começam a se apresentar como dramáticas a ponto de caminhar para o colapso de nações, pois conflitos internacionais já se fazem presentes entre nações em função do acesso à água.

¹⁶⁰ Fonte: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estimaque-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050->, acesso em 29/11/2016, 15:24 h.

que lançou as bases para a discussão sobre a degradação ambiental e o desenvolvimento humano, econômico e social.

O conceito de sustentabilidade se reporta à noção de proteção, sustento, preservação, cuidado e de defesa. E surgiu a partir da elaboração do Relatório Brudtland¹⁶¹, editado em 1987, por iniciativa da ONU, propondo suprir as necessidades desta geração sem afetar as necessidades das próximas gerações, em especial ao uso racional dos recursos naturais, à produção de alimentos e a preservação das fontes de água potável¹⁶², dentre outros temas correlatos.

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais” (Relatório Brundtland, ONU, 1987).

A sustentabilidade também pode ser conceituada como um esforço humano de dimensão planetária, em todos os segmentos sociais em busca de a sobrevivência das futuras gerações. E neste sentido também se insere o Serviço Social. Sendo assim, aponta também para a complexidade na medida em que busca a interação de um conjunto de variáveis interdependentes, tais como: econômica, política, social, energética e ecológica, ainda que no Brasil a ecológica seja ainda não tratada, como na Europa e na América do Norte.

O Relatório Brundtland, elaborado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, estabeleceu o documento denominado *Our Common Future*, Nosso Futuro Comum, ao definir o conceito de “desenvolvimento sustentável”, como sendo aquele que satisfaz as necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações em suprir suas próprias

¹⁶¹ Salienta-se que o Relatório Brundtland é o documento denominado *Our Common Future*, Nosso Futuro Comum.

¹⁶² Em relação ao acesso racional e de direito à água abordado nesta tese há que se esclarecer que neste caso a noção de ética e justiça socioambiental adotada nesta tese se aproxima da ideia de construção histórica e hegemônica do conceito lato de sociedade civil por meio da vontade coletiva nacional popular gramsciana, pois sem água não há vida humana, nem animal e nem vegetal. Assim, do mesmo modo como se paga por um litro de água um valor mais caro do que um litro de gasolina, portanto, como mercadoria, impõe-se um imperativo categórico kantiano, portanto, moral, pelo qual toda a população tem que ter acesso à água, sendo este o primado básico da existência humana, portanto dos Direitos Humanos.

necessidades. Trata-se, sobretudo, de uma denúncia, na medida em que adverte a todos os governos do mundo e para todas as entidades internacionais que a forma de desenvolvimento econômico era (e ainda é) considerada, como vimos, insustentável à vida humana no planeta, devendo, portanto, serem tomadas medidas urgentes para se rever as condições do modo de produção econômica.

No centro dos debates da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável se encontra justamente a “questão social” adotada por Engels, e tão abordada pelos Assistentes Sociais em seus cotidianos profissionais, mas que raramente tratam do desenvolvimento econômico sustentável, o que é um contrassenso, pois é impossível prover o respeito à dignidade humana se não houver a sustentabilidade social e socioambiental. Assim, cabe uma reflexão sobre a desatenção destes profissionais em relação ao meio ambiente, pois estas se apresentam diuturnamente em suas demandas cotidianas, todavia acabam não sendo percebidas em função do que aqui denominamos como a necessária renovação do olhar os sistemas sociais.

Em outras palavras, enquanto houver a miséria, a extrema pobreza e a pauperização não haverá nenhum tipo de respeito ao meio ambiente, conseqüentemente, a proposta de sustentabilidade será uma mera utopia. Surge daí a noção de “sustentabilidade social”, que se alinha diretamente aos requisitos legais da profissão do Serviço Social, ainda que atualmente a sustentabilidade não esteja sedimentada nos referenciais teóricos da formação acadêmica nesta área.

Este contexto foi abordado por Sachs, ao conceituar desenvolvimento sustentável como:

“um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfaça as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção começa a se formar e difundir junto com o questionamento do estilo de desenvolvimento adotado, quando se constata que este é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies” (SACHS, 2000: p. 37).

Sachs ainda propôs alguns caminhos para a obtenção deste nível de sustentabilidade ao indicar sete dimensões de Sustentabilidades: a Social, a Econômica, a Ecológica, a Espacial, a Política, a Ambiental e a Cultural.

A chamada Sustentabilidade Social é um ponto chave na associação dos princípios socioambientais com as atribuições do Serviço Social, pois implicam na procura da melhoria da qualidade de vida das populações em vulnerabilidades econômicas em busca de uma equidade na distribuição de renda, tendo como finalidade a atenuação ou diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular.

A Sustentabilidade Econômica se dá, por sua vez, tanto nos ambientes públicos quanto privados, por meio da regularização do fluxo desses investimentos de modo a compatibilizar o desenvolvimento econômico, com padrões de produção e de consumo, de modo a se obter equilíbrio operacional, de despesas, receitas, investimentos e gestão do conhecimento, incluindo o acesso à ciência e tecnologia no que se relaciona à melhoria dos processos produtivos e de prestação de serviços e a requalificação de recursos humanos. Esta dimensão sustentável também se alinha com as atividades dos Assistentes Sociais em relação ao planejamento e gestão dos benefícios sociais às populações em situação de vulnerabilidade, na medida em que a elas se busque a autonomia, posto que a finalidade do Serviço Social é fazer com que tais populações não precisem dos serviços assistenciais. Ou seja, buscar a superação da condição social, o que em si é equacionar a questão social, aqui entendida como a questão socioambiental.

Por sua vez, a Sustentabilidade Ecológica visa minimizar o uso dos recursos naturais e os danos aos sistemas de sustentação da vida. Esta também se associa ao Serviço Social, na medida em que é comum que populações em vulnerabilidades econômicas causem afetações ao meio ambiente, tanto na destruição de biomas ou de seus estratos, quer por necessidade de sobrevivências, quer por desconhecimento. Abrange também o descarte irregular de resíduos tóxicos e da construção civil, a poluição, a reciclagem de materiais e a geração de energias e sua conservação, ou substituição por mecanismos de tecnologias limpas e de maior eficiência, assim como regras adequadas de proteção ambiental. Salienta-se que tanto a poluição quanto impactos ambientais também podem ser causados por invasões de áreas de

mananciais e de preservações ambientais para a implantação de moradias irregulares, caracterizando urbanismos de riscos.

Por Sustentabilidade Espacial englobam-se os mecanismos de busca de equilíbrio entre o rural e o urbano, assim como dos movimentos migratórios, a desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, o manejo sustentado das florestas, a descentralização industrial, as diretrizes de ocupação do solo, a redução das distâncias das locomoções dos indivíduos nas cidades em função da descentralização administrativa, de serviços, de empresas e de centros de lazer. No âmbito desta dimensão também se associam os Assistentes Sociais no acolhimento de imigrantes e na participação nos marcos definidores da regulação fundiária.

A Sustentabilidade Política, que por sua vez se dá na relação entre a liberdade e o poder, implica na evolução dos processos democráticos e representativos da construção social. Abrange também a função dos sistemas descentralizados e participativos da constituição dos espaços públicos comunitários, na maior autonomia dos governos locais e da descentralização da gestão de recursos. Todavia os fatores de sustentabilidade desta dimensão dependem do grau de conscientização das populações em relação aos cuidados com o meio ambiente, o que implica na gestão do conhecimento e das mediações socioambientais que precisarão ser construídas. E neste sentido há também espaço para a atuação da intervenção do Serviço Social, na necessidade de construção da cidadania e do provimento do empoderamento das populações vulneráveis.

A Sustentabilidade Ambiental, que difere a Ecológica e da Espacial, se dá pelo trato da conservação geográfica, do equilíbrio de ecossistemas, da erradicação da pobreza e da exclusão, do respeito aos direitos humanos e integração social, quer no meio urbano, rural ou de transição. Assim, abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos, os quais estão diretamente relacionados com as atribuições dos Assistentes Sociais, em função do princípio ético da defesa intransigente dos Direitos Humanos, pois neles se inserem, em sua terceira geração, a proteção socioambiental.

A Sustentabilidade Cultural se refere aos diferentes valores entre os povos, seus saberes e fazeres, seus hábitos e as formas que com que refletem ou implantam

processos de incorporação, abandono seletivo de determinadas condutas ou de processos de mudanças de atitudes em relação a determinadas especificidades. Deste modo também se interliga com as dimensões sustentáveis anteriores, mantendo-se também associada às atividades do Serviço Social, pois neste sentido amplo buscar-se-á fomentar atitudes que sejam ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

Ainda em relação ao que se aplica à chamada “questão energética”, diretamente relacionada com a Sustentabilidade Ecológica, pois sem energia não há desenvolvimento econômico, a necessidade de revisão das atuais matrizes energéticas utilizadas em âmbito mundial e nacional, merecem discussões sobre suas efetividades e eficácias à luz dos princípios da sustentabilidade, a exemplo das energias: solar, elétrica, nuclear e petrolífera. No âmbito destas discussões há também um grande debate moral que se relaciona à produção de combustíveis a partir de alimentos, tais como o milho, a beterraba e a cana-de-açúcar dentre outros.

Estas matrizes energéticas também se interligam com a “questão socioambiental”, pois para a produção energética e de alimentos, tem ocorrido afetação do meio ambiente, como a devastação de florestas nativas para a produção agrícola, a exemplo das lavouras de soja, milho, cítricos, café e de capim, utilizada nos pastos para os rebanhos bovinos e caprinos. E no âmbito destas discussões, também o que passou a ser denominado como “deserto verde”, relativo à produção de madeiras plantadas, em geral de eucalipto e de pinus, muito utilizados na indústria madeireira, mas que para sua implantação são também devastadas as florestas nativas, eliminando-se, deste modo a flora e a fauna local. A questão socioambiental também volta os seus olhares para os rios e oceanos, que paulatinamente são afetados por meio da poluição humana, incluindo-se nisto o destino de dejetos sólidos, animais e humanos, bem como de resíduos químicos, industriais e da construção civil, dentre outros.

Sobre este tema, à guisa de exemplo, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 tem uma parte específica para os chamados “catadores”, que são profissionais que prestam relevantes serviços de proteção ambiental, urbana e rural, na coleta materiais para a reciclagem, mas como são

peessoas extremamente pobres, acabam, geralmente, não sendo percebidos em suas atividades, sendo normalmente denominados como “carroceiros” ou outros termos impróprios. Ocorre que estes profissionais representam o elo mais fraco nas cadeias produtivas deste processo de proteção socioambiental e necessitam não só de guarida e acolhimento pelos Assistentes Sociais nos abrigos municipais, mas de suas intervenções na estruturação profissional dos mesmos e de seus empoderamentos, como se pode observar:

“DECRETO 7404 / 2012 - TÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E REUTILIZÁVEIS:

Art. 40. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 41. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 42. As ações desenvolvidas pelas cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos das atividades relacionadas no art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, deverão estar descritas, quando couber, nos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 43. A União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar:

I – a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II – o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e

III – a melhoria das condições de trabalho dos catadores. Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III do caput, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente” (RFB, 2012)¹⁶³

Cabe ainda enfatizar que as possibilidades de atuações dos Assistentes Sociais no campo da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tanto nos âmbitos governamental, não-governamental ou privado, estão diretamente associadas com as diretrizes metodológicas para avaliação dos impactos sociais e econômicos da implantação da logística reversa¹⁶⁴; na construção de estratégias de compatibilizações dos interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, dentre princípios sustentáveis; na articulação dos agentes econômicos e sociais as medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis, de modo a favorecer a gestão integrada desta política; e ainda, possibilitar a implantação de sistemas de compostagens para resíduos sólidos orgânicos e articulados com os agentes econômicos e sociais as suas formas básicas de utilizações do composto produzido, inclusive na própria agricultura familiar, ainda que sejam micro produções caseiras. Portanto, abre novas possibilidade de empregabilidade no âmbito do Serviço Social.

Retornando ao panorama mundial, os debates sobre a sustentabilidade passaram a estabelecer alguns princípios, que são diretrizes de parâmetros sociais, econômicos, ecológicos, portanto culturais, que em si implicam no gravíssimo problema para muitas nações sobre a limitação do uso de seus recursos naturais, esbarrando assim em mais duas variáveis intrínsecas: a soberania pela auto destinação dos povos e o da segurança nacional, que passam a inviabilizar muitas

¹⁶³ Disponível em: http://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf, acesso: 22/02/2017, 12:07 h.

¹⁶⁴ De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela lei 12.305 de 2/08/2010, a logística reversa pode ser definida como um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

convenções internacionais. Isto é, os países desenvolvidos não querem abrir mão de seus estilos de vida, os em via de desenvolvimento, como o Brasil, não querem abrir mão de atingirem o nível dos desenvolvidos e os não desenvolvidos não querem ser meros países agrícolas e exportadores de matérias primas para os mais ricos. Há, assim, um problema conjuntural e estrutural que está posto internacionalmente.

Assim, como visto, o termo sustentabilidade foi reproduzido em diversos contextos, acarretando na derivação de seu sentido original, pois passou a ser aplicado em conjunturas específicas, em virtude de suas muitas empregabilidades, tanto por organismos nacionais, internacionais, do terceiro setor, acadêmicos, sociais e empresarias. Neste sentido nos deparamos aqui com uma tentativa integradora de tal conceito, estabelecida pelo teólogo ex-sacerdote¹⁶⁵, mas não ex-franciscano, Boff, e que consideramos pertinente para esta tese:

“Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução” (BOFF, 2012: p. 107).

Tal complexidade apontada por Boff indica que intensos esforços diplomáticos se tornam dramáticos, pois implicam na limitação do crescimento populacional; na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; na garantia de acesso aos recursos básicos, tais como alimentos, água e fontes energéticas¹⁶⁶; diminuição do consumo energético; atendimento das necessidades básicas de educação, saúde, moradia; desenvolvimento tecnológico eficientemente capaz e sustentável para garantir o aumento da produção industrial nos países não industrializados; controle

¹⁶⁵ Cabe esclarecer que Leonardo Boff ainda continua a exercer o sacerdócio nas comunidades eclesiais de base, pois para a Teologia da Libertação, Jesus não foi levita, portanto, não foi um sacerdote hebreu, mas um homem comum que ministrou os sacramentos, que dele se iniciaram pela história sagrada, então, nestas comunidades, o sacerdócio formal não é um requisito necessário.

¹⁶⁶ Temos aqui, no que se refere ao uso da água como recursos naturais pela produção de energia elétrica por meio de barragens hidroelétricas um clássico conflito de interesses na luta pelo acesso aos recursos naturais. “Os impactos socioambientais das instalações de barragens para fins hidroelétricos, invariavelmente coloca em lados opostos, os empreendedores que pretendem explorar economicamente o potencial do uso das águas para a geração de energia e as comunidades atingidas pela obra [...] Nessa definição, percebe-se que a preocupação do Movimento de Atingidos de Barragens em aglutinar todos aqueles prejudicados pelas barragens e não apenas os proprietários das áreas alagadas. Essa aglutinação só é possível através da ampliação do conceito de atingidos” (GOMES, 2013, p. 94-95).

dos processos de urbanização e de diminuição das áreas rurais; fomento internacional aos financiamentos em prol da sustentabilidade; eliminação das guerras; proteção dos patrimônios da humanidade considerados ecossistemas supranacionais, tais como florestas, oceanos, atmosfera e a Antártica, dentre outros; assim como a implantação de diretrizes da ONU para um Programa Mundial de Desenvolvimento Sustentável. Estes cenários se alinham com as políticas sociais tratadas pelos Assistentes Sociais.

A noção de desenvolvimento sustentável foi muito bem aceita por lideranças empresariais que passaram a implementar ou fomentar tais princípios em todas as fases das cadeias produtivas, não sendo esta uma unanimidade, pois para a adequação deste novo modo operativo, algumas ações passaram a ser necessárias, tais como a utilização de novos materiais de construções, a redistribuição de zonas industriais e residenciais, redução do uso de produtos químicos ou nocivos à saúde, destinação correta de resíduos sólidos, orgânicos ou de dejetos humanos e animais, consumo racional de água e de alimentos, alteração das matrizes energéticas, e para que tudo isto possa ser efetivamente implantado, se torna imprescindível a melhoria dos padrões da Educação Básica e para o trabalho, caso contrário, tais metas não poderão ser atingidas. Isto nos indica, ainda que indiretamente, que as atenções e engajamentos dos Assistentes Sociais na sustentabilidade, devem abordar, desde um eficiente trabalho com as famílias até suas ações nos processos educacionais.

Por sua vez, a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada ECO-92, realizada no Brasil, no Rio de Janeiro, foi importante para a consolidação da noção de desenvolvimento sustentável, no entanto, na Convenção Rio+20, observou-se um perigoso retrocesso no compromisso dos países participantes, em função do que aqui se apresentou como variáveis interdependentes, agravando ainda mais a questão socioambiental aqui apresentada. Todavia outros encontros avançaram no consenso internacional, como ocorrido na COP 21, Conferência do Clima da ONU, realizada em 2016 em Paris, França, em que 196 nações firmaram um acordo internacional para manter a temperatura global muito abaixo de 2º C¹⁶⁷. Outro sucesso também ocorreu em Ruanda, em 2016, em que cerca

¹⁶⁷ Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb, acesso em 29/11/2016, 16:16 h.

de 200 nações assumiram compromissos para a redução de gases de efeito estufa¹⁶⁸. Ocorre que neste ano, com a posse de Donald Trump na Presidência dos EUA, candidato independente do Partido Republicano, uma elite econômica contrária aos princípios da sustentabilidade, passou a ameaçar as conquistas das Convenções Climáticas da ONU, tornando o futuro da humanidade, mais uma vez incerto.

2.3- Do Socioambientalismo, do Ecosocialismo e da Teologia da Libertação

Três movimentos se aproximam do debate do desenvolvimento sustentável e que aqui são destacados em relação ao enfrentamento da questão socioambiental: um é Socioambientalismo, o outro o Ecosocialismo e o terceiro a Teologia da Libertação, que embora empenhados nos mesmos fins, ou seja, na preservação do planeta, utilizam-se de meios diferentes para o alcance dos resultados a que se propõem.

O Socioambientalismo é um movimento que se fundamenta no sistema político da chamada democracia plena, em que apregoa a necessidade de todos os cidadãos de participarem livre e plenamente na vida de sua sociedade, em especial nos temas da preservação socioambiental como via essencial para a reflexão sobre os direitos e deveres coletivamente estabelecidos. Defende como ponto de partida a descentralização demográfica espacial equitativa, numa espécie de retorno aos ambientes rurais, sob a forma de uma reforma agrária ecológica, evitando assim os impactos causados nos grandes centros urbanos, o que implicaria também na redução dos preços de transportes de víveres às populações, consequentemente os custos de vida, bem como do consumismo, na medida em que busca incentivar a sustentabilidade local, ainda que seja uma variante capitalista e utilitária de uma rede

¹⁶⁸ Estes gases são: dióxido de carbono, óxido nitroso, metano, clorofluorcarbonetos, hidrofluorcarbonetos, perfluorcarbonetos, hexafluoreto de enxofre. O efeito estufa é um fenômeno natural que ocorre desde a formação do planeta e é indispensável para a manutenção da vida na Terra, pois sem o mesmo, a temperatura média mundial seria 33 °C mais baixa impossibilitando assim a vida, tal como a conhecemos, em nosso planeta. Ocorre que a concentração destes gases tem aumentado muito em função dos processos industriais e agropastoris, assim como pelo lixo orgânico que é produzido e que não é tratado, potencializado assim este fenômeno natural, a ponto de causar a elevação da temperatura mundial com consequências danosas para várias espécies, inclusive para o homem. Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/15/internacional/1476510592_824067.html, acesso em 29/11/2016, 16:25 h.

de organizações não governamentais e de movimentos sociais ambientalistas, que fiscalizariam fontes poluidoras e danosas ao meio ambiente. Trata-se de uma vertente da social democracia que busca a transição da sociedade capitalista para a socioambientalista, porém sem revoluções, por meio de uma reforma legislativa plena, implantada gradualmente. Isto implicaria na necessidade de se repensar um novo modelo de sociedade que reincorporasse os valores morais em detrimento dos individuais, a partir do entendimento mais amplo da necessidade da sustentabilidade. Tal proposta ainda é utópica e, como tal, carece de sistematização e de lideranças, sobretudo de convencimentos políticos e de uma base educacional forte o bastante para estimular movimentos populares na busca da construção de argumentos plurais rumo a este objetivo. Com base na empiria, este tipo de contexto nos parece implantado em países como a Coreia do Norte e nos escandinavos.

A segunda vertente é o Ecosocialismo, que é uma ideologia que busca a fusão do socialismo marxista com o ecologismo, e que são protagonizados por Foster, Burkett, com destaque para o brasileiro Löwy. Tal ideologia que se utiliza do argumento da falha metabólica entre o homem e a natureza para buscar um reequilíbrio entre a produção econômica e o meio ambiente, tem fulcro no entendimento de que o uso da natureza deve “ser social”, portanto, coletivo, não podendo ser propriedade privada de ninguém. Busca, desse modo, as bases do desenvolvimento social com a responsabilidade da necessidade de entregar o planeta melhor às futuras gerações.

No bojo desta discussão regressam os debates sobre os postulados malthusianos que imputam a degradação ambiental ao crescimento populacional desordenado, em contraposição com as tecnologias do modo de produção capitalista, como sendo o grande responsável pelos impactos ambientais ocorridos nos últimos duzentos anos em função da Revolução Industrial, e que se agravaram nos últimos trinta anos em função da globalização. Alegam os ecosocialistas que, de qualquer modo, o capitalismo é incompatível com o ecologismo, na medida em que é o responsável pelas catástrofes ambientais que se aproximam e, para isto, se tornam necessárias alternativas profundas e radicais. Deste modo buscam soluções anticapitalistas ou mesmo pós-capitalistas, exequíveis, o que implica numa discussão crítica com as correntes ideológicas dominantes. Neste contexto, procuram soluções ecológicas compatíveis com o mercado. Para isto, faz-se necessária a renovação

paradigmática do socialismo, a partir da preservação do meio ambiente, e não só das lutas de classes sociais, aliado assim, a um novo padrão de consumo que seja sustentável, ou seja, não ostentatório, que em última instância não serão decididas pelos interesses capitalistas, mas pelo coletivismo que precisará ter os meios de produção, decidindo sobre os bens de consumo e os bens de uso. Tem em Chico Mendes¹⁶⁹ sua máxima expressão no Brasil.

“O projeto ecossocialista visa uma redistribuição planetária da riqueza, e de um desenvolvimento em comum dos recursos, graças a um novo paradigma produtivo. A exigência ético-social de satisfação das necessidades sociais só tem sentido num espírito de justiça social, de igualdade – o que não quer dizer homogeneização – e de solidariedade. Implica, em última análise, na apropriação coletiva dos meios de produção e na distribuição dos bens e dos serviços ‘a cada qual segundo as suas necessidades’. Nada tem em comum com a pretensa ‘equidade’ liberal, que quer justificar as desigualdades sociais na medida em que elas estariam ‘ligadas a funções abertas a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades’ (Rawls) – o argumento clássico dos defensores da ‘livre competição’ econômica e social. O Ecossocialismo implica também numa ética democrática: enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desperdício de economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhos e da destruição do meio ambiente” (LÖWY, 2014, p.67-68).

Por sua vez, a Teologia da Libertação é a imanentização das esperanças escatológicas¹⁷⁰ do Cristianismo, na medida em que rompe com a transcendência teológica característica da visão aristotélica de Deus, como um princípio criador de uma autoconsciência externa ao mundo, portanto, tomista e neotomista. Assim, busca a imanência das promessas de Deus na própria história do povo judeu, num projeto de engenharia social, que torna a Teologia uma Antropologia. Sendo assim, ressalta que a história se move por movimentos econômicos, políticos e sociais, consequentemente, culturais, e adota o marxismo cultural como base para suas

¹⁶⁹ Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988). Sindicalista seringueiro, ambientalista e ativista político marxista.

¹⁷⁰ Escatologia é a teoria relativa aos acontecimentos do fim do mundo e da humanidade e das coisas que devem ocorrer antes e depois da extinção da vida na Terra. A origem da palavra em língua portuguesa se associa com a análise dos excrementos, a coprologia.

práxis. Deste modo, ao romper com a esperança transcendente, não mais se espera um Reino de Deus num mundo transcendental, ou seja, após a ressurreição da carne, mas na imanência deste próprio mundo e nesta mesma época. Com isto, deve-se buscar no equilíbrio entre o meio ambiente e o homem, a própria graça de Deus, na medida em que se preserva a sua obra, ou seja, a natureza e a sociedade.

Diante do exposto, para a Teologia da Libertação¹⁷¹, se a vida tem realmente um sentido, e é esta a crença, ele está nesta própria vida e não na vida além da morte. Deste modo se aparta da tradição dualista grega da existência da vida temporal e da espiritual, típicas da lógica aristotélica e da Escolástica¹⁷², aproximando-se da tradição hebraica da “caminhada do povo de Deus em busca da terra prometida”, portanto, da essência bíblica, que busca construir na Terra sua comunhão com “O Eterno”, a partir da própria história da comunidade e de seus propósitos em Deus, além de preconizar também, que Jesus, por não ser levita¹⁷³, não era um sacerdote, portanto, esta experiência de vida religiosa da caminhada deste povo, está também ao alcance de toda a coletividade e não somente aos clérigos, sucessores dos levitas. Em outras palavras, está mais próxima do Jesus de Nazaré, judeu, do que do Jesus Cristo, de tradição grega.

Diferentemente dos anteriores, nomeadamente, o Socioambientalismo e o Ecosocialismo, que atuam no que Marx denominou como “infraestrutura”, ou seja, a base, para explicar a estrutura econômica da sociedade¹⁷⁴, mais especificamente, a existência e as formas de Estado, a teologia, por estar num campo religioso, faz parte da chamada “superestrutura” e, enquanto tal, possui um atributo importante em relação às transformações sociais, razão pela qual afetou grandemente os segmentos conservadores e capitalistas detentores do poder.

¹⁷¹ A Teologia da Libertação, embora perseguida durante décadas pela Igreja Católica Romana, porém teve como resultado a proliferação de centenas de igrejas evangélicas que nela se fundamentaram para romper com as demais e principais tradições: Luterana, Presbiteriana, Batista, Metodista e Pentecostal, resultando também na chamada Teologia da Prosperidade, na qual Deus recompensa os fiéis neste mesmo mundo, conferindo-lhes as suas bênçãos, que via de regra se associam à obtenção de bens materiais, o que implica no aumento de consumo e este na insustentabilidade, retornando ao mesmo ciclo malthusiano de se ter somente o necessário para a vida ou seguindo a perspectiva marxiana, a cada um somente o que lhe corresponde.

¹⁷² Escola filosófica dos “Padres da Igreja” e que dominou o pensamento crítico na Idade Média e que buscava associar a fé cristã com a racionalidade da filosofia grega.

¹⁷³ Descendentes da tribo hebraica sacerdotal de Levi, e que se dedicam aos cuidados do templo, a quem também pertenceu Aarão, irmão mais velho de Moisés e primeiro sumo sacerdote hebreu.

¹⁷⁴ Este é um ponto interessante e que identifica Marx também com o Estruturalismo, na medida em que se usou deste para explicar a sociedade.

“Não existe senão uma única história, e é nessa história humana e temporal que se deve realizar a redenção, o Reino de Deus. Não se trata de esperar a salvação do alto: o Êxodo bíblico nos mostra a construção do homem por ele mesmo na luta política histórica. Torna-se assim, modelo de uma salvação não-individual e privada, mas comunitária e pública, na qual o que está em jogo não é a alma do indivíduo enquanto tal, mas a redenção e a libertação de todo o povo escravizado. O pobre, nessa perspectiva não é mais o objeto de piedade ou de caridade, mas como os escravos hebreus, o ator de sua própria libertação. Quanto à Igreja, ela deve deixar de ser uma peça do sistema de dominação: seguindo a tradição dos profetas bíblicos e o exemplo pessoal de Cristo [Jesus de Nazaré], ela deve se opor aos poderosos e denunciar as injustiças sociais” (LÖWY, 1991, p. 41-42).

Neste sentido há uma sintonia entre o Ecosocialismo e a Teologia da Libertação, no sentido de que ambas buscam a vida em plenitude, tanto para esta quanto para as futuras gerações, em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Cabe esclarecer, portanto, que o planeta não corre perigo e deverá, salvo alguma catástrofe eminente, durar ainda milhões de anos, todavia, o que corre perigo é a vida humana no planeta, assim como a biodiversidade, em função do consumismo, do individualismo, do conforto e da acumulação.

Cientistas não são unânimes em relação ao que o futuro nos reserva. Há um consenso sobre a poluição e a degradação ambiental, mas as fronteiras entre as abordagens conservadoras e progressistas ainda são muito delimitadas, em relação ao modo como são propagadas, conforme se observa:

“O homem e a natureza vêm sendo agredidos pela poluição decorrente da industrialização e da rápida urbanização ditadas por uma modernidade que rompeu com valores do passado e, ao mesmo tempo, se encontra ofegante para usufruir das promessas da tecnologia. Em consequência, novas propostas de ambientalismo e defesa da natureza são apresentadas e propagandeadas pelos grandes meios de comunicação, por líderes mundiais e organismos internacionais, como a ONU. No entanto, infelizmente, por detrás de grande parcela dessa defesa da natureza se oculta uma nova ideologia, até mesmo uma nova religião, que pretende justificar e implantar uma sociedade humana igualitária e neotribal, lastreada num misto de pseudociência com filosofias arcaicas e pagãs” (BRAGANÇA, 2014, p. 31).

Consideramos importante introduzir esta referência de nosso quase Imperador, Dom Bertrand de Orleans e Bragança, como um contributo ao debate acadêmico, sobretudo à dialética, em que constatamos a forte influência da tradição religiosa de vertente escolástica do Opus Dei¹⁷⁵ associada ao Instituto Plínio Correia de Oliveira¹⁷⁶, e de evidente repulsa tanto ao marxismo socialista quanto à Teologia da Libertação, considerados, ambos, como anticristãos. Neste sentido tem maior proximidade com o Socioambientalismo, ainda que o mínimo aspecto socialista garanta também a devida repulsa e contingenciamento.

Tal conjuntura nos demonstra o quanto a busca de um consenso em relação aos rumos de uma solução para a questão socioambiental é tarefa complexa, exaustiva e dialogal, na mesma medida em que é urgente, mas um fato é certo, pois o modo de produção capitalista é absolutamente incompatível com o estabelecimento de uma sociedade sustentável, pois o mercado se regula por si próprio e não aceita imposições.

“A ideia de autorregulação – se por isso se entende alguma forma de autocontenção visando ultrapassar os limites da sustentabilidade – não se aplica ao capitalismo. Não o rege o princípio da homeostase, próprio das dinâmicas de otimização da estabilidade interna de um organismo ou sistema. Desde Adam Smith, a ideia de que o capitalismo se autorregula tem, contudo, valor de postulado, ainda hoje aceito por diversos estudiosos” (MARQUES, 2015, p. 534-535).

A situação levantada por Gomes se firma em função de que o mercado tem leis próprias e uma lógica de eficiência produtiva que cada vez mais e mais recursos naturais precisarão se tornar mercadorias, comprometendo assim o meio ambiente e a aplicabilidade dos fundamentos da sustentabilidade, quer seja pela degradação das florestas, da insegurança alimentar, dos resíduos e da intoxicação industrial, dos combustíveis fósseis, das afetações resultantes das mudanças climáticas, do eminente e gradativo colapso da biodiversidade que se opõe ao grande crescimento

¹⁷⁵ Trata-se da Prelazia da Santa Cruz e Opus Dei (trabalho de Deus) que é integrada por leigos solteiros e casados, e por sacerdotes que buscam construir a santificação no cotidiano por meio de suas ações individuais ou coletivas.

¹⁷⁶ É uma entidade jurídica de direito privado que tem como principal finalidade a difusão da fé católica como uma missão apostólica de seus integrantes, que buscam preservar os valores básicos da civilização cristã que se encontra ameaçada pelas revoluções anticristãs, tais como o marxismo, o socialismo, a Teologia da Libertação e outros movimentos sociais, a exemplo do ensino da ideologia de gênero nas escolas, combatida pelo mesmo nacionalmente. Fonte: <http://ipco.org.br/ipco/quem-somos/#.WD3PSOYrLIU>, acesso em 29/11/2016, 17:00 h.

demográfico e as necessidades desta geração, que já comprometem as futuras. Ocorre que para a construção das bases de uma sociedade sustentável, faz-se absolutamente necessária a intervenção dos Assistentes Sociais, desde que estejam academicamente preparados para o exercício deste novo viés profissional que não se dissocia de suas atribuições legais, mas se torna complementar, posto que:

“O Direito Ambiental não nasce, portanto, da ‘evolução geral do espírito humano’ ambiental, mas ao contrário, origina-se da necessidade do estabelecimento de regras como forma de superação dos litígios, interclasses ou entreclasses, que envolvem a utilização dos recursos naturais” (GOMES, 2013, p. 37).

Assim, não estamos aqui tratando de rótulos acadêmicos ou de teses ideológicas ou religiosas, em outras palavras, se do Socioambientalismo, do Ecosocialismo ou da Teologia da Libertação que nos promete o paraíso na Terra, mas sim, da busca de consensos e de mediações para se preservar a vida humana e a biosfera, por meio de um efetivo método que possa prover o continuísmo da caminhada humana no planeta, o que aqui se buscará despertar, no que se é pertinente às atribuições legais do Serviço Social, bastando apenas uma revolução no olhar deste profissionais para a Nossa Casa Comum, a Terra

No próximo capítulo adentraremos à temática da concepção materialista da natureza como fundante do materialismo histórico dialético de Marx, para que, oportunamente, possamos discutir com maior pertinência, a questão socioambiental no Serviço Social.

Capítulo III

Da Concepção Materialista da Natureza de Marx ao seu Materialismo Histórico Dialético

Marx é considerado, paradigmaticamente, no Brasil, e também em países da América Latina, África e Ásia, como um pensador descomprometido com os aspectos ecológicos e, usualmente, sua clássica teoria social é associada somente aos radicais conflitos entre o capital e o trabalho. E, ainda que falecido fazem mais de treze décadas, continua a representar uma assombração para determinados governos conservadores, que em pleno século XXI, também se sentem ameaçados por suas ideias e ideais que de algum modo sempre ressurgem em diversos contextos. Neste capítulo trataremos de suas contribuições sobre a Filosofia da Natureza, que subsidiaram, como visto, o Socialismo Científico, de modo a revelarmos outros aspectos de sua vasta obra, normalmente não abordados academicamente.

“Um dos mais surpreendentes legados do prestígio da ciência no século XIX foi sua influência sobre o marxismo da Segunda Internacional e sobre o marxismo soviético. Engels, numa série de reflexões polêmicas e exploratórias sobre a ciência e a natureza, tecidas a partir do ponto de vista do marxismo, atacou, em seu livro *Anti-Dühring*, a ‘revolução na ciência’ proposta por Dühring e desenvolveu inúmeras observações e especulações em sua *Dialética da natureza*. Tais reflexões encerravam uma tentativa de integrar certos conceitos do materialismo histórico à filosofia da natureza, com o propósito de mostrar que o marxismo poderia formular leis da natureza e que uma única ontologia poderia abranger a natureza e a humanidade. Os instrumentos analíticos que podem ser usados para obter uma compreensão dos processos naturais e sociais foram assim reduzidos a leis dialéticas. Engels parecia estar explorando a adequação entre, de um lado, as descobertas, teorias e debates científicos do século XIX e, de outro, as concepções dialéticas. Bom exemplo disso são suas reflexões sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. Codificadores subsequentes dessa abordagem transformaram-na numa forma esclerosada de metafísica marxista que estabeleceu as supostas leis do ser. Em particular, a dialética da natureza apresenta três teoremas universais: tese – antítese – síntese, ou negação da negação, como a lei de todo desenvolvimento; a transformação da quantidade em qualidade como

explicação da maneira pela qual a mudança evolucionária se torna mudança revolucionária; a interpenetração dos contrários como relação dialética fundamental. Como filosofia da ciência, a dialética da natureza não teve muita aceitação no Ocidente. Na União Soviética, na China e na Europa Oriental, foi levada bastante a sério, embora tenha mais um ar de catecismo do que de uma tradição que cresce e se aprofunda” (BOTTOMORE, 2012, p. 176).

Muitos de seus simpatizantes e militantes de suas causas que não leram completamente sua obra ou não a interpretaram adequadamente, acabaram por corroborar com esta imagem que foi construída tanto por governos totalitários que se utilizaram e ainda se utilizam do recorte ideológico de seus postulados para disseminarem a pobreza estrutural ao mesmo tempo em que exercem a opressão e a tirania sobre seus próprios cidadãos no intuito de frear anseios de liberdade¹⁷⁷, e que os coloca na contramão dos postulados de Marx no que se refere à falta de opções aos trabalhadores, a exemplo de Cuba, nos tempos de Castro¹⁷⁸, da China na época de Mao¹⁷⁹ ou da URSS sobre a égide de Stalin¹⁸⁰.

¹⁷⁷ Um dos atuais exemplos disto é o caso da Venezuela, um país riquíssimo em petróleo, cujo bolivarianismo de Nicolas Maduro, vem causando gravíssimos problemas de perseguições políticas de seus cidadãos que não possuem acesso a alimentos, remédios e itens mínimos de higiene pessoal. Segundo declaração do Presidente Nicolas Maduro: “Os senhores viram o que aconteceu na Turquia? Endorgan vai ficar parecendo um bebê de colo tendo em vista o que a revolução bolivariana fará se a direita cruzar a linha do golpe”. Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/internacional/1471610481_835759.html. Acesso em 07/09/2016, 13:35 h. Maduro se referiu ao contragolpe comandado pelo Presidente da Turquia Recep Tayyip Erdogan que resultou no fechamento de 130 veículos de comunicação, demissão de 149 oficiais gerais e almirantes e a custódia de outros 178 de mesma patente, prisão de 47 jornalistas e 1684 militares, fechamento de 45 jornais, 16 canais de TV, 23 estações de rádio, 15 revistas e 29 editoras, detenção de 13.165 pessoas, 8.838 soldados, 2.101 juízes, 1.485 policiais, destituição de mais de 50.000 funcionários públicos e o fechamento de milhares de escolas e de 1.229 instituições de caridade e ao menos 265 mortos. <http://www.dw.com/pt/turquia-demite-militares-e-fecha-ve%C3%ADculos-de-imprensa/a-19431047>, acesso em 07/09/2016, 13:38 h.

¹⁷⁸ Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016). Advogado e político revolucionário cubano de tendência marxista-leninista). Governou cuba ditatorialmente durante quarenta e nove anos. Levou milhões de cubanos à fome e à miséria. Fonte: <http://www.ilisp.org/noticias/ditador-socialista-assassino-e-homofobico-fidel-castro-morre-aos-90-anos/>, acesso em 23/02/2017, 19:48 h. Os números da Revolução Cubana de 1959 até 2004 são impressionantes. “Fuzilados: 5.621. Assassinados extrajudicialmente: 1.163. Presos políticos mortos no cárcere por maus tratos, falta de assistência médica ou causas naturais: 1.081. Guerrilheiros anticastistas mortos em combate: 1.258. Soldados cubanos mortos em missões no exterior: 14.160. Mortos ou desaparecidos em tentativas de fuga do país: 77.824. Civis mortos em ataques químicos em Mavinga, Angola: 5.000. Guerrilheiros da Unita mortos em combate contra tropas cubanas: 9.380. Total: 115.127 (não inclui mortes causadas por atividades subversivas no exterior). Disponível em: <http://reacionaria.org/blog/reacablog/morre-fidel-castro-um-dos-maiores-assassinos-do-seculo-20/>, acesso em 29/11/2016, 10:48 h.

¹⁷⁹ Mao Tsé Tung (1893-1976). Filósofo e político revolucionário comunista chinês. Governou o país sob o terror e a violência durante vinte e sete anos. Estimam-se em setenta e sete milhões de pessoas mortas sobre seu governo. Fonte: <http://super.abril.com.br/historia/qual-ditador-matou-mais-em-todos-os-tempos/>, acesso em 23/02/2017, 19:49 h.

¹⁸⁰ Josef Stalin (1878-1953). Ativista político comunista russo. Governou o país, desde sua vitória sobre a Alemanha Nazista até o auge do poderio da URSS como superpotência militar. Estima-se que durante seus trinta anos de governo tenha matado cerca de quarenta e três milhões de pessoas em função de massacres e

Os ecos de tais falas são escutados nas salas e corredores das instituições de ensino, tanto médios quanto superiores, como nos ambientes acadêmicos, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos partidos políticos e nos quartéis, assim como nos cotidianos de muitos que sabem o custo do trabalho pelo pão nosso de cada dia, todavia, não com o mesmo ímpeto e embasamento pelo qual Marx fundamentou suas concepções sobre o materialismo histórico dialético, reduzindo-se tal contributo ao mero discurso dos enfrentamentos entre ricos e pobres, sem que se analise a origem da riqueza, se pelo trabalho ou pelo crime.

Neste capítulo pretendemos, então, apresentar o Karl Marx muito pouco estudado no Brasil. Trata-se de uma abordagem ecológica do autor, não a partir das “lutas de classe sociais” advindas de Millar e Guizot¹⁸¹ ou ainda do trabalho valia de

constantes violações dos Direitos Humanos. Fonte: <http://super.abril.com.br/historia/qual-ditador-matou-mais-em-todos-os-tempos/>, acesso em 23/02/2017, 19:49 h.

¹⁸¹ John Millar, como vimos, tratou das lutas de classes sociais cinquenta anos antes de Marx, e de Guizot temos mais esta contribuição: “Foram os historiadores franceses, principalmente François Guizot, que começaram a pensar numa história ocidental – ou até mesmo global – moderna enquanto uma marcha rumo ao progresso, de uma burguesia em luta de classes perante as forças reacionárias, passando assim a interpretar eventos históricos (sejam eles levantes sociais, guerras civis, ou até mesmo o processo de industrialização) a partir de um imaginário de revolução derivado da própria experiência revolucionária recente de sua nação. Historiadores tais como Guizot conferiram à Guerra Civil Inglesa seu status de revolução burguesa (e a posterior industrialização britânica como uma revolução industrial). O efeito dessa mescla entre história francesa e história inglesa conflagraria a ascensão do capitalismo com o progresso da burguesia. É difícil registrar as confusões geradas por essa miscelânea histórica, que é responsável inclusive pela identificação de “burguesia” com “capitalismo”. No seu sentido original derivado do francês, a *bourgeoisie* se referia aos moradores da cidade e, em certo ponto, passou a designar os mais prósperos elementos do Terceiro Estado. Mas o capitalismo, em si, tinha pouco a ver com isso. Pode ser razoável descrever a Revolução Francesa como burguesa – ou seja, como um conflito entre a burguesia e a aristocracia – pelo menos enquanto burguês não seja compreendido como capitalista e que se entenda que ela não era sobre capitalismo. A tradicional burguesia revolucionária não era capitalista, ou mesmo pré-capitalista mercantil, mas sim burocratas ou profissionais liberais. A oposição da burguesia à aristocracia não pretendia promover o capitalismo, mas sim desafiar o privilégio aristocrático e o acesso privilegiado que eles tinham à burocracia estatal. A Revolução Inglesa, por outro lado, podia ser razoavelmente descrita como capitalista, porque ela estava embasada na propriedade capitalista e foi até mesmo liderada por uma classe que era essencialmente capitalista. Mas não era particularmente burguesa. Não porque não houvesse luta de classes entre burgueses e aristocratas, mas porque a classe capitalista dominante era, de fato, a aristocracia latifundiária. A combinação desses casos históricos tornou a “revolução burguesa” um tema central na história do capitalismo. Assim que isso teve início, ela começou a ter um papel central sobre as perguntas e as respostas, ou mais precisamente das não-respostas, acerca das origens do capitalismo. E quando se decidiu que a burguesia era inerente e, por definição capitalista, poderia se dizer que o capitalismo existiria a partir dali; e tudo que era exigido em termos de explicação era não sobre a origem do capitalismo, mas sobre o triunfo da burguesia e, por consequência, sobre a remoção dos obstáculos para a vitória do capitalismo em conflito contra as forças reacionárias. Essa tendência seria particularmente visível em várias tradições marxistas. É verdade que o próprio Marx foi influenciado por Guizot e pela narrativa do progresso da burguesia; mas na sua madura análise sobre o capitalismo ele se afastaria das ideias de desenvolvimento histórico e luta de classes inspirada por Guizot. (Mesmo em seus primeiros trabalhos, notavelmente no Manifesto Comunista, já havia significativos afastamentos em relação a influência do pensador francês). Ainda assim, a ideia de revolução burguesa enquanto um estágio historicamente necessário oriundo da luta de classes entre burguesia e classes agrárias atrasadas, iria se solidificar em uma ortodoxia simplista quando fosse mobilizado para apoiar a doutrina stalinista de

Ricardo¹⁸², mas de sua percepção original e que teve fulcro nas relações entre a produção econômica, o meio ambiente e a sociedade, que em si, exprimem as bases de sua concepção materialista da natureza, e que se relaciona diretamente com os aspectos socioambientais associados aos princípios da Ecologia Humana.

Tal concepção vem gradativamente encontrando maior ressonância após a queda do totalitarismo adotado no bloco soviético, em especial durante o período stalinista, em que milhões de pessoas foram perseguidas, presas, torturadas e executadas em função do que se denominava como “purificação do Estado”, bem como pela queda do maoísmo¹⁸³ na China, de tal modo que atualmente se percebe que os marxistas estão gradativamente se tornando verdes¹⁸⁴ rumo aos postulados ecológicos encontrados originalmente na obra de Marx e que doravante serão abordados¹⁸⁵.

“socialismo em um só país” contra a “revolução permanente” de Trotsky. Sendo assim, a noção de revolução burguesa como um evento histórico conduzido por um conflito de classes onde haveria de um lado uma classe capitalista emergente de mercadores e industrialistas e de outro uma aristocracia feudal retrógrada, se tornou difícil de sustentar-se diante da impressionante evidência histórica de que não ocorreu nenhuma luta direta de classes entre aristocracia fundiária e classes capitalistas em parte alguma, nem mesmo na França. Logo, a revolução burguesa e suas variações mais grosseiras foram bastante abandonadas já a algum tempo”. Fonte: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/42928/os+coveiros+do+capitalismo.shtml#>. Acesso em 29/07/2016, 20:55 h.

¹⁸² David Ricardo (1772-1823). Economista político britânico. Abordou o empreendedorismo e o trabalho-valia.

¹⁸³ Regime totalitário instalado na China por Mao Tsé Tung (1893-1976), fundamentado na adaptação do pensamento marxista-leninista para o contexto sociopolítico nacional, a partir do entendimento de que o campesinato poderia ser utilizado como massa revolucionária a serviço da revolução comunista. Lew Rockwell nos informa que Mao foi o dirigente que mais executou dissidentes no séc. XX, cujos números variam entre 40 e 75 milhões. Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=94>. Acesso em 21/07/2016, 19:01. Estes números também são afirmados por Jon Halliday e Jung Chang na obra Mao: a História Desconhecida, publicado pela Editora Cia. das Letras, em 2013. Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2013/12/1390191-mao-tung-biografia-trecho.shtml>, acesso em 21/07/2016, 19:16 h.

¹⁸⁴ Referência ao Ecosocialismo, já citado.

¹⁸⁵ Em referência a este aspecto em particular, podemos citar a histórica parceria entre a China e os EUA. Em um encontro em 06/09/2016, em Pequim, os mandatários das duas maiores potências mundiais anunciaram novas metas para reduzir a emissão de gases-estufa, gesto que era esperado apenas para o fim do ano que vem, na Conferência do Clima de Paris. Os EUA diminuirão entre 26% e 28% a liberação de substâncias poluentes — em um acordo anterior, este índice era de apenas 17%. A China revelou que atingirá o pico das emissões de CO2 até 2030. Até lá, pelo menos 20% da economia já serão movidas por fontes de energia renováveis. O acordo informal de Obama e Jinping surpreendeu o mundo, habituado com a omissão de EUA e China nas negociações climáticas. Juntos, os países respondem por 45% das emissões de gases-estufa para a atmosfera. Os ambientalistas elogiaram a sinalização de que as potências estão dispostas a negociar, mas pediram metas mais ousadas. Fonte: <http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/eua-china-assinam-acordo-para-reduzir-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-14537748>, acesso em 07/09/2016, 14:02 h. Tal acordo entre os dois países se deu em função da Conferência do Clima, realizada em Paris, em 2016, em que “após duas semanas de intensas negociações, a COP-21 (conferência do clima da ONU) terminou em Paris com um acordo histórico, que pela primeira vez envolve quase todos os países do mundo em um esforço para reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global. O ponto central do chamado Acordo de Paris, que valerá a partir de 2020, é a obrigação de participação de todas as nações - e não apenas países ricos - no combate às mudanças

“Considerando os trabalhadores como irremediavelmente voltados ao produtivismo, alguns ecologistas não tomam uma posição sobre o movimento operário, e inscrevem na sua bandeira: ‘nem esquerda, nem direita’. Alguns ex-marxistas convertidos à Ecologia dizem apressadamente ‘adeus à classe operária’ ao passo que outros insistem que é preciso deixar o ‘vermelho’ – isto é, o marxismo ou o socialismo – para aderir ao ‘verde’, novo paradigma que traria uma resposta para todos os problemas econômicos e sociais. [...] Para os ecossocialistas a lógica do mercado e do lucro – assim como do autoritarismo burocrático de ferro e do ‘socialismo real’ são incompatíveis com as exigências de preservação do meio ambiente natural” (LÖWY, 2005, p. 47).

Os marxistas¹⁸⁶ já tinham se envolvido nisto há muito tempo, como visto, porém acabaram se distanciando deste debate em função da priorização dos aspectos ideológicos contidos no pensamento marxiano, em especial, das lutas das classes sociais, da alienação, das diferentes formas de mais-valias e da falta de opções aos trabalhadores, esta última considerada pelo autor como uma perda da liberdade. Tais recortes se tornaram paradigmáticos na expansão do marxismo no mundo, nomeadamente na América Latina e no Brasil, e serviram também para alimentar disputas de poder dentro dos próprios movimentos revolucionários. Todavia, com o colapso mundial do socialismo autodenominado marxista¹⁸⁷, passaram a existir iniciativas que buscam rever a obra de Marx a partir dos referenciais originais utilizados pelo mesmo, e assim, ao reverem a história do mundo, acabaram encontrando a diferença específica do metabolismo entre a natureza e a sociedade. Tal panorama pode ser percebido a partir de ecossocialistas, como Foster e Burkett,

climáticas. Ao todo, 195 países membros da Convenção do Clima da ONU e a União Europeia ratificaram o documento. O objetivo de longo prazo do acordo é manter o aquecimento global "muito abaixo de 2°C". Esse é o ponto a partir do qual cientistas afirmam que o planeta estaria condenado a um futuro sem volta de efeitos devastadores, como elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos (como secas, tempestades e enchentes) e falta de água e alimentos”. Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb. Acesso: 07/09/2016, 14:14 h.

¹⁸⁶ Referência a Constantin Stanilavski e Máximo Gorki, já citados.

¹⁸⁷ Nenhum país que se assumiu como socialista marxista implantou efetivamente os fundamentos marxianos.

já citados, além de Germain¹⁸⁸, Gitterman¹⁸⁹, Bloom¹⁹⁰, com destaque para os brasileiros e Löwy, Chico Mendes¹⁹¹ e Marina Silva¹⁹², dentre outros seguidores.

Tal convergência vem sendo despertada muito em função da percepção da atual crise ecológica mundial, que se enfatizou a partir de 1988 quando se denunciou o problema do aquecimento global, ocasião em que o cientista da NASA – *North American Space Agency*, Agência Nacional de Aeronáutica e do Espaço, Hansen¹⁹³, declarou que a temperatura do planeta estava aumentando em função dos gases de efeito estufa, causado, muito provavelmente, pela ação humana. Isto é, pelos

¹⁸⁸ Carel B. Germain. Pioneira da Associação Americana de Trabalho Social. Docente do Curso de Serviço Social das Universidades da Califórnia, Columbia e Connecticut. É uma das principais pensadoras do Serviço Social nas últimas décadas e foi reconhecida internacionalmente por seus extensos escritos acadêmicos e pesquisas sobre o comportamento humano no ambiente social e sua origem da perspectiva ecológica. Fonte: <http://www.naswfoundation.org/pioneers/g/CarelB.Germain.htm>, acesso em 22/07/2016, 11:42 h.

¹⁸⁹ Alex Gitterman. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Connecticut e Diretor do Programa de Doutorado. Sua produção acadêmica deriva de suas muitas publicações e apresentações sobre o trabalho social em áreas como o modelo de vida, vulnerabilidade e resiliência, ajuda mútua, educação, trabalho social e supervisão. Suas áreas de especialização incluem saúde e saúde mental, a prática do trabalho social, e trabalho em grupo. Fonte: <http://ssw.uconn.edu/faculty-listing/alex-gitterman-ed-d>, acesso em 22/07/2016, 11: 53 h

¹⁹⁰ Martin Bloom. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Connecticut. Atua nas áreas de prevenção primária, prática, pesquisa e envelhecimento. Fonte: http://books.google.com.br/books/about/Primary_Prevention_Practices.html?id=8M0XB4a6Tj8C&redir_esc=y, acesso em 22/-7/2016, 11:42h.

¹⁹¹ Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes (1944-1988). Líder sindical, ativista político e ambientalista brasileiro.

¹⁹² Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima, conhecida como Marina Silva. Historiadora, psicopedagoga, política e ambientalista brasileira, dedicada sobretudo à preservação das florestas nativas e à sustentabilidade socioambiental.

¹⁹³ James Hansen. Astrônomo, físico, matemático, climatologista-chefe da NASA. Declaração feita em 23/07/2016. Fonte

http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/35760/hoje+na+historia+1988+_cientista+da+nasa+diz+que+efeito+estufa+causa+aquecimento+global.shtml, acesso em 22/07/2016, 11:58 h. James Hansen causou sensação ao afirmar que a atmosfera terrestre estava em vias de aquecimento. Explicou que decorria do crescimento do “efeito estufa” natural a partir dos primórdios da revolução industrial, em meados do século 19, das emissões de gás carbônico ligados à combustão do carvão, do gás e do petróleo. Em outras palavras, a exploração capitalista associada a outros fatores tais como religiosos, uma vez que o gado na Índia é considerado sagrado e o país é o maior produtor mundial, representando 31,9% em relação a outros países, correspondendo a 329,7 milhões de cabeças, segundo dados da USDA: 2014. Fonte: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/todas-noticias/36510/maiores-rebanhos-bovinos-em-2014.htm>, acesso em 07/09/2016, 14:34 h. Saliente-se que as fezes do rebanho bovino emitem metano, que é um gás de efeito estufa, cujo efeito é muito maior do que o causado pela queima de combustíveis fósseis, pois o rebanho bovino mundial responde por 18% das emissões e o de transportes por apenas 13,5%. Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gases-de-bovinos-causam-mais-efeito-estufa-que-os-automoveis,174754e>, acesso em 07/09/2016, 14:39 h. Salienta-se que na Índia a vaca é considerada uma animal sagrado em função de estar associado à fertilidade e assim ao panteão de divindades, sendo inclusive considerada mais pura que os brâmanes. Fonte: <http://mundoestranho.abril.com.br/mundo-animal/por-que-a-vaca-e-sagrada-na-india/>. Acesso em 07/09/2016, 14:44 h.

impactos ambientais resultantes das quatro fases da Revolução Industrial e das atuais configurações com que o capitalismo industrial e agrário se rege.

Tabela nº 1 – Fases dos processos tecnológicos da Revolução Industrial. Fonte: o autor.

Fases da Revolução Industrial			
Fase	Fontes de Energias	Metal	Desenvolvimento Tecnológico
Primeira	Carvão	Ferro	Trens, navios a vapor, telex
Segunda	Petróleo	Aço	Automóveis, aeronaves, rádio, telefonia
Terceira	Energia Nuclear	Urânio, níquel; cádmio	Naves espaciais, satélites TV, Internet
Quarta	Biodiesel, Solar, Eólica, Geotérmica	Cromo- molibdênio	Aplicativos modais, fibra ótica, genética, robótica e biotecnologia

No bojo destas práticas estão os poluentes lançados na atmosfera, em especial os gases de efeito estufa, portanto, uma grave consequência da ação humana, tanto pelo modo de produção capitalista quanto socialista, com drásticas afetações à biodiversidade, inclusive da própria espécie humana, com o uso de agrotóxicos cada vez mais poderosos e que afetam gravemente a biosfera¹⁹⁴. À guisa de exemplo deste predatório capitalismo, altamente prejudicial ao meio ambiente, está uma ação do governo da província de Ottawa, Canadá, no intuito de banir do país, empresas e químicos responsáveis, após a constatação de que o uso de pesticidas utilizados no atual modo de produção capitalista agrário, está acabando com os insetos,

¹⁹⁴ Há que se esclarecer que as afetações climáticas pela ação humana não encontram unanimidade na comunidade científica mundial e um dos grandes opositores a esta teoria é o brasileiro Dr. Luiz Carlos Molion, Graduado em Física pela USP (Universidade de São Paulo) em 1969, ele também possui PhD em Meteorologia pela Universidade de Wisconsin, Estados Unidos e pós-doutorado em Hidrologia de Florestas pelo Institute of Hydrology do Reino Unido. Pesquisador Sênior aposentado do INPE/MCT e atualmente professor associado da Ufal (Universidade Federal de Alagoas), é também professor visitante da Western Michigan University e professor de pós-graduação da Universidade de Évora, Portugal. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Dinâmica de Clima, atuando principalmente em variabilidade e mudanças. O Dr. Molion refuta veementemente os paradigmas que afirmam que a temperatura mundial está sendo elevada e vai na contramão dos demais cientistas alegando que o planeta está esfriando. Alega ainda que estas afirmações sobre o aquecimento do planeta é uma invenção dos governos dos países ricos e que sua operacionalização se dá em função do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças climáticas da ONU, que é um órgão constituído basicamente de governantes, portanto políticos, e não tecnicamente por cientistas. No entanto, em suas teses, o Dr. Molion apresenta um quadro de extrema complexidade para o Brasil, ao afirmar que: “ As consequências para o Brasil são drásticas. O Sul e o Sudeste devem sofrer uma redução de chuvas da ordem de 10% a 20%, dependendo da região. Mas vai ter invernos em que a frequência de massas de ar polar vai ser maior, provocando uma frequência maior de geadas. A Amazônia vai ter uma redução de chuvas e, principalmente, a Amazônia oriental e o sul da Amazônia vão ter uma frequência maior de seca, como foi a de 2005. O Nordeste vai sofrer redução de chuva. O que mais me preocupa é que, do ponto de vista da agricultura, as regiões sul do Maranhão, leste e sudeste do Pará, Tocantins e Piauí são as que apresentam sinais mais fortes. Essas regiões preocupam porque são a fronteira de expansão da soja brasileira. A precipitação vai reduzir e certamente vai haver redução de produtividade. Infelizmente, para o Brasil é pior do que seria se houvesse o aquecimento”, fonte: [http://istoe.com.br/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO+/,](http://istoe.com.br/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO+/) 12/09/2016, 13:03 h.

principalmente com as abelhas, tão necessárias para a polinização de pelo menos 1/3, um terço, dos alimentos produzidos no mundo¹⁹⁵. Assim, tal problema causado por estas empresas vem sendo entendido como um problema não só à economia nacional, mas de segurança alimentar mundial.

As situações beligerantes que acabaram por acelerar os impactos ambientais começaram a se evidenciar durante o período da Guerra Fria, que não pode ser observado somente no poderio nuclear de duas superpotências ideologicamente antagônicas, mas também por suas corridas econômicas que ampliaram os danos à biosfera em função das necessidades desenvolvimentistas dos blocos a elas associados. Com a chamada Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, que em si foi o resultado do processo de desmonte do socialismo mundial a partir da fragmentação da URSS em vários países capitalistas, em função da Glasnost (transparência) e da Perestroika (reestruturação), lideradas pelo Premier Gorbachev¹⁹⁶, que culminaram com o aparente¹⁹⁷ fim da Guerra Fria e a unificação da Alemanha, que acabou se tornando a economia mais forte da Europa.

“As mudanças no Leste Europeu obrigam a esquerda brasileira, inclusive a própria Teologia da Libertação, a revisar sua concepção de socialismo e os fundamentos do marxismo. Não se trata apenas de um esforço teórico para separar o joio do trigo, mas sobretudo de restaurar a esperança dos pobres e de abrir um novo horizonte utópico à luta da classe trabalhadora. Ignorar a profundidade das atuais mudanças é querer tapar o sol com a peneira e pretender vender gato por lebre” (BETTO, 1993, p. 367).

A China, por sua vez expandiu seu desenvolvimento capitalista, que se iniciara a partir da década de 70 quando o país passou a buscar no relacionamento internacional o reconhecimento como uma “economia de mercado”, portanto, capitalista, ação esta que juntamente com a da URSS contribuíram para o fim da Revolução Cubana¹⁹⁸ e o afastamento de Fidel Castro da chefia do governo e do

¹⁹⁵ Fonte: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2014/08/industrias-defendem-pesticida-suspeito-de-provocar-morte-de-abelhas.html>, acesso em 24/02/2017, 10:41 h.

¹⁹⁶ Mikhail Sergueievitch Gorbachev. Político e estadista russo. Foi o protagonista da abertura e da transparência mundial sobre as ações e processos da URSS, que culminaram com o estabelecimento de uma nova ordem mundial, inclusive com a unificação da Alemanha após a Queda do Muro de Berlim.

¹⁹⁷ Inserimos aqui o vocábulo aparente em função de ainda continuarem antagônicas as relações entre a Rússia e a Europa e a América e de existirem bloqueios recíprocos entre ambos, além do fato de se manterem as forças da OTAN sempre em alerta.

¹⁹⁸ A Revolução Cubana é o resultado do típico desvio do ideário marxiano para o atendimento de conveniências de líderes autocráticos, repressores e assassinos que agiram em nome de Marx, a exemplo de Fidel Castro que

Estado, assumindo em seu lugar, seu irmão, Raul Castro¹⁹⁹, que por mediação do Corpo Diplomático do Vaticano, em 2016, a partir da gestão do Papa Francisco²⁰⁰, começou a abrir as relações diplomáticas com os EUA.

Entre 1989 e 1999 a visão geral sobre Marx era, como visto, a de um pensador antiecológico e que não tinha contribuído com o repensar o meio ambiente e nem com soluções para o seu equilíbrio. Outros, porém o superestimaram pois o entendiam como o Deus grego Prometeu, que trouxe o saber aos humanos, sem perceberem que Marx se utilizou do conhecimento científico e filosófico de sua época. Ocorre que o mesmo não tratou somente dos aspectos sociológicos, filosóficos e econômicos da produção industrial, mas também da origem das matérias primas e das fontes de energia para a renovação da força de trabalho, que em si se encontram nos recursos existentes na natureza. Tal desatenção o caracterizou negativamente em relação ao meio ambiente no cenário internacional, fato este corroborado em função da URSS ter começado com uma preocupação ecológica, mas resultou no “ecocídio” ou seja, uma relação muito ruim com o meio ambiente em função da corrida econômica já tratada. Assim, mesmo entre os marxistas e os socialistas, surgiu a ideia equivocada de que o marxismo era antiecológico desde o início, a ponto da URSS ter, como visto, matado e condenado ecologistas no início do século por considerá-los inimigos do Estado e do povo.

“Tanto as ideologias liberais quanto as ideologias socialistas, como acentua Morato Leite, não souberam lidar com, e nem mesmo contemplaram o seu projeto político, a crise ambiental, considerando ambos, respectivamente, o capitalismo industrialista e o coletivismo industrialista, colocaram em operação um modelo industrial agressivo aos valores ambientais da comunidade. O quadro contemporâneo de degradação e crise ambiental é fruto, portanto, de modelos econômicos experimentados no passado, não se tendo cumprido a promessa de bem-estar para todos em decorrência da revolução industrial, mas um contexto de devastação ambiental planetária e indiscriminada” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 95).

se inicia com um discurso marxista a favor dos desprovidos, depois se torna nacionalista radical e ditador sanguinário, que se perpetuou mais tempo no poder. Dele se derivaram, além de uma quase hecatombe nuclear com a crise dos mísseis em 1962, também graves cisões nacionais que perduraram por décadas na Colômbia, Angola, Nicarágua, Chile, Equador, Bolívia e Venezuela, nesta última, sem alimentos, medicamentos e trabalho.

¹⁹⁹ Líder político revolucionário marxista-leninista cubano. É o atual chefe de Estado de Cuba.

²⁰⁰ Jorge Mario Bergoglio, jesuíta, 266º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana.

Cabe, no entanto, antes de adentrarmos ao tema central desta tese, tratar do conceito de natureza para Marx, que tem um significado dialético, na medida em que esta trata do movimento, portanto, da transformação pelos humanos, em produtos. Neste sentido temos a seguinte contribuição de Bottomore:

“Poder-se-ia pensar que, sendo o marxismo um materialismo, a categoria de “natureza” não ofereceria problemas, mas isso está longe de ocorrer. Os primeiros cadernos de notas de Marx incluem uma crítica do materialismo abstrato em favor de um materialismo que se concentrasse na indústria humana. A natureza existe independentemente, mas, para a humanidade, ela só manifesta suas qualidades e ganha significado por meio de uma relação transformadora com o trabalho humano. Assim, embora nenhum marxista se sinta satisfeito ao ser rotulado de ‘idealista’ (adjetivo usado com frequência nas críticas dirigidas aos que dão ênfase aos elementos hegelianos na tradição marxista), poucos desejariam que o naturalismo do marxismo deixasse de ser crítico. A natureza é, para a humanidade, uma questão de utilidade, e não uma força em si mesma. A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas da natureza é sujeitá-la às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção. ‘A indústria é a relação histórica concreta da natureza e, portanto, da ciência natural, com o homem’ diz Marx no terceiro de seus Manuscritos Econômicos e Filosóficos. [...]. Há, porém, pelo menos duas outras vertentes na tradição marxista que se inclinam a minimizar a mediação da história humana e das finalidades humanas na ideia da natureza. A primeira, o Materialismo Dialético, tem sua fonte em Engels, foi desenvolvida pelo marxismo da Segunda Internacional e tornou-se a ortodoxia oficial da filosofia soviética. De acordo com esse enfoque, a natureza não é considerada primordialmente em termos das mediações sociais humanas. Ao contrário, as concepções e categorias marxistas são ontologizadas de modo que a natureza não é uma transformação humana de números incognoscíveis, mas alguma coisa que pode ser expressa diretamente pela teoria marxista. Se seguirmos a natureza e não deformarmos suas verdadeiras categorias, o socialismo está assegurado. A segunda vertente está intimamente relacionada com o materialismo dialético, mas tem uma formulação mais positivista e pode ser melhor designada como realismo. Os partidários dessa tendência negariam ter ontologizado as categorias dialéticas e argumentariam, pelo contrário, que existe uma certa versão de uma correspondência direta entre as categorias da natureza e as do conhecimento. As obras filosóficas de Lenin, Bhaskar e Timpanaro pertencem a essa tendência, caracterizando-se pela deferência para com as ciências naturais e para com as ciências sociais baseadas nos modelos da

ciência natural. Uma maneira de caracterizar as três tendências discutidas aqui seria dizer que o primeiro grupo baseia sua filosofia numa crítica humanista dos conceitos da natureza e, desse ponto de vista, faz uma análise profunda dos conceitos e pressupostos das ciências naturais, biológicas e humanas. O grupo do materialismo dialético funde conceitos da natureza e das ciências num conjunto único de leis dialéticas. Os realistas tendem a ver conceitos de natureza através dos métodos e pressupostos das ciências físicas e fundamentam as ciências humanas nas descobertas da biologia” (BOTTOMORE, 2012, p. 437-438).

Neste contexto, em que se evidenciavam os problemas socioambientais atribuídos à reprodução do grande capital internacional e em que também se vislumbrava o colapso do marxismo socialista na forma como foi indevidamente apropriado por diversos governos totalitários, como visto, alguns marxistas começaram a observar os referenciais teóricos utilizados por Marx e a revisitarem²⁰¹ a sua trajetória epicuriana. Assim, após tal esgotamento do socialismo no leste europeu, alguns marxistas já citados, começaram a abordar as questões ecológicas de modo sistematizado, no que passou a ser chamado de marxismo verde ou marxismo ecológico, todavia ainda numa dimensão ínfima entre os adeptos do marxismo, a cujo contexto, de certo modo, se busca provocar reflexões por meio desta tese.

“O século XX acaba num cenário de crise geral mundial: o modo de produção capitalista estendeu-se a todo o planeta e sujeita progressivamente ao domínio da mercadoria todas as atividades humanas, mas, sem dúvida pela primeira vez na sua história, produz duas importantes degradações simultâneas. A primeira é de ordem social pois, apesar de um crescimento considerável das riquezas produzidas, a pobreza e a miséria não recuam no mundo: 1,3 mil milhões de seres humanos dispõem do equivalente a menos de um dólar por dia, outros tantos não têm acesso a água potável e aos cuidados mais elementares, 850 milhões são analfabetos, 800 milhões são subalimentados, pelo menos 100 milhões de crianças são exploradas no

²⁰¹ Esta revisitação foi também uma característica do que passou a ser denominado em setores das Ciências Sociais como o “Fim da História”, pois a partir da máxima de Marx e de Engels, que inicia o Manifesto do Partido Comunista, de que: “A história do mundo é [era] a história das lutas das classes sociais”, portanto, como teoricamente venceram as classes sociais, que inclusive já existiam em Cuba em relação aos que poderiam ou não utilizar automóveis, levou à compreensão de que se tratava também do “fim da história”, resultando, consequentemente no “rever a história” no intuito de se identificar quais foram as variáveis que contribuíram para o colapso que se evidenciou. E este revisar resultou na identificação da bases ecológicas e epicuristas de sua obra.

trabalho, e durante os quatro últimos decénios, as desigualdades entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos em vez de 1 para 30 são agora de 1 para 80. Este desastre social toca mesmo os países mais ricos já que os Estados Unidos contam 34,5 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza e os países da OCDE recenseiam 34 milhões de pessoas que sofrem de fome, uns 30 milhões reduzidos ao desemprego, e muitos mais ainda cuja situação se torna precária. A segunda degradação importante diz respeito à natureza e aos ecossistemas gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de certos recursos não renováveis e por poluições de toda a espécie. Além disso, a maior parte das opiniões científicas convergem no alarme quanto ao risco de aquecimento climático ligado às emissões de gás com efeito de estufa. A origem desta crise ecológica é sem dúvida o modo de desenvolvimento industrial conduzido sem outro critério de julgamento que não seja a rentabilidade máxima do capital investido, mas cuja legitimidade era assegurada pela ideologia segundo a qual o crescimento da produção e do consumo era sinónimo de melhoria do bem-estar de que todos os habitantes do planeta beneficiariam a mais ou menos longo prazo. Se pode dizer-se que a simultaneidade destes dois tipos de desastres, social e ecológico, não é fortuita, quer dizer, se eles são o produto do desenvolvimento económico impulsionado pela acumulação do capital à escala planetária, e, pior ainda, se eles são o seu produto necessário, então põe-se a questão do encontro da crítica marxiana do capitalismo e da crítica do produtivismo cara aos ecologistas. Ora não somente estas duas críticas nasceram separadamente, como ainda se desenvolveram amplamente uma contra a outra, na medida em que a primeira foi identificada durante toda a sua duração de vida com as experiências dos países ditos “socialistas” cuja desordem ecológica – como a social, de resto – não era inferior à dos países capitalistas, e onde a segunda hesitou durante muito tempo no reposicionamento das relações entre o homem e a natureza no quadro das relações sociais” (BIDET & KOUVELAKIS, 2001, p. 183-184).

O'Connor²⁰² foi um importante protagonista para a concepção do Marxismo Ecológico ao analisar o problema ecológico do capitalismo a partir das bases epicurianas originais de Marx, e que nos trouxe como contribuição a diferença fundamental entre as “condições naturais da produção” e as “forças produtivas”

²⁰² James O'Connor, fundador da Revista Americana de Ecologia Socialista, em 1992.

consideradas habitualmente até então pelo marxismo, assim como as suas condições superestruturais²⁰³ de exercício, ao afirmar que:

“repousa no facto de que as primeiras não são produzidas. Como estas condições naturais objetivas não são produzidas e como a sua existência é apresentada *ex ante*²⁰⁴, isso institui uma abordagem materialista da Ecologia e estabelece um primeiro ponto de encontro com os princípios da termodinâmica de que Nicholas Georgescu-Roegen²⁰⁵ foi um dos primeiros a tirar as consequências para a economia: ‘a entropia²⁰⁶ de um sistema fechado aumenta continuamente (e definitivamente) e em direção a um máximo; quer dizer que a energia utilizável é continuamente transformada em energia inutilizável até que desapareça completamente’ pois o desenvolvimento económico assenta na utilização inconsiderada do stock terrestre de energia acumulado ao longo do tempo. Ponto de encontro, mas não identidade porque, como o sugere René Passet, Marx e Engels estão sem dúvida mais próximos da ideia de uma ‘destruição criadora’ de um Ilya Prigogine do que de uma degradação inexorável do universo. Todavia, Juan Martinez-Alier recorda que, para Georgescu-Roegen como para Vladimir Vernadsky a Terra é um sistema aberto porque recebe energia exterior proveniente do Sol e assim processos de crescimento e de complexificação podem aí desenrolar-se no decurso do tempo. O facto de a actividade humana se desenvolver no seio de uma envolvente natural legitima a “gestão normativa sob constrangimento” preconizada por R. Passet. Autores como Georgescu-Roegen e R. Passet, que não se reclamam do marxismo, aproximam-se, contudo, dele quando põem em causa a redução do social ao económico e a maneira de pensar a economia apenas em termos de equilíbrios” (O’CONNOR²⁰⁷).

Em 1999 o marxista ecológico Foster, na época docente da Universidade de Harvard, lançou na Revista Americana de Sociologia o artigo denominado “Teoria Marxista da Ruptura Metabólica”, considerado um marco na virada contra o pensamento marxista ocidental, fundamentado na visão marxista exclusiva da

²⁰³ É importante ressaltar que embora alguns marxistas brasileiros tenham certas restrições aos estruturalistas marxistas, é importante destacar que Marx fez uso do estruturalismo para descrever a economia, em sua superestrutura, estrutura e infraestrutura. Aqui observamos a mesma abordagem.

²⁰⁴ Subjetivo, baseado em prognóstico.

²⁰⁵ Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Romeno considerado o Pai da Bioeconomia, também denominada como Economia Ecológica.

²⁰⁶ Faz-se necessário também registrar que embora existam também algumas aversões ao Positivismo em sua busca de explicar os fenômenos sociais por meio das Ciências Naturais, este também foi o caminho iniciado por Marx e Engels, ao tratarem da Filosofia da Natureza.

²⁰⁷ Disponível em http://resistir.info/ambiente/Ecologia_politica.html, acesso em 18/09/2016, 11:34 h.

industrialização, ao qual se opôs a esta premissa tradicional, ao afirmar que o marxismo era ecológico e que Marx forneceu ideias ecológicas fundamentais. Nele Foster fez uma crítica à crítica ao capitalismo além de qualquer coisa que pudesse ser encontrada na esquerda pois entendia que o argumento deveria ser diferente, em virtude de que o marxismo ocidental ensina que a dialética não se aplica à natureza ou a ciência ao reino ambiental, e isso foi entendido como sendo aplicável somente à história humana, ao ramo sociológico. Assim constatou que a dialética da natureza foi cortada do marxismo e isso foi uma severa crítica a uma abordagem particularista e não da totalidade de Marx, que a abordou. Deste modo, aos se rever o marxismo e o ecologismo, outra não poderia ser senão a síntese de ambos por meio do que passou a ser denominado como Marxismo Ecológico, e que nesta tese se busca evidenciar em função da importância do mesmo, inclusive no contexto acadêmico do Serviço Social.

Ao olharmos a obra de Marx sob a sua perspectiva original poderemos observar que Marx era um pensador profundamente ecológico, mas para a maior parte da história do marxismo este fato foi ignorado, ocasionando uma dupla morte da Ecologia de Marx por assim dizer, pois, no período stalinista, no início da década de 30, como visto, executaram muitos dos principais ecologistas e outros foram presos, pois se opunham ao acúmulo primitivo do socialismo e a forma bruta como se tratava a questão agrícola, porquanto suas admoestações foram interpretadas contra o povo, portanto, foram considerado como traidores da nação, garantindo-lhe torturas e fuzilamentos.

Em virtude disto o marxismo ocidental acabou seguindo esta tradição, de que Marx não tinha nenhum compromisso com o meio ambiente, e assim não tinha nenhum espaço na dialética da natureza ou para lidar com as questões ambientais. Todavia, se voltarmos ao marxismo clássico, notaremos que Marx tratou do meio ambiente já no século XIX, podendo ser considerado um dos protagonistas do ecologismo mundial.

Sua obra está associada à concepção materialista da história, mas ao revermos sua obra podemos claramente observar que houve antes da mesma a concepção materialista da natureza, que, por sua vez, foi fundamental no desenvolvimento das bases do Socialismo Científico.

Marx trouxe a concepção materialista da história para complementar a concepção materialista da natureza. Ele via estes dois aspectos do materialismo como estando interconectados de forma dialética. Sua contribuição foi a concepção materialista da história, mas deixou muito claro que não seria possível entender isto completamente a não ser que colocasse também no contexto da concepção materialista da natureza e para isto se faz necessário voltar às suas primeiras obras.

Para Kant, Schiller²⁰⁸, Hegel, Fichte²⁰⁹ e Schelling, dentre outros iluministas, romantistas e idealistas alemães, o principal materialista era Epicuro e o consideravam como o fundador do empirismo e do materialismo. Marx compreendeu isto desde o início e dedicou seus primeiros estudos ao materialismo epicurista, entendendo como o mesmo funcionava. Há que se esclarecer que o entendimento alemão sobre a história, pela qual é construída a partir da ação de indivíduos, tão bem esclarecida por Weber, e que foi utilizada por Marx ao tratar da necessidade do homem ser um agente da história e não sua consequência, foi um traço comum entre os filósofos alemães, inclusive Nietzsche²¹⁰.

Notamos na obra de Epicuro sua forma não determinista de materialismo que combinava o materialismo com conceitos de liberdade humana, que para Marx se fundamentava nas opções, e isto foi importantíssimo na visão original de Marx ao elaborar sua tese de doutorado, pois Epicuro foi famoso por introduzir o “princípio da conservação”, ou seja, a noção de que “nada vem de nada”. Trata-se de outra forma de dizer que “tudo vem de algo”. Isto foi apresentado na forma de um paradoxo, ao

²⁰⁸ Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1805). Filósofo, médico e historiador. É considerado um dos expoentes do Romantismo Alemão.

²⁰⁹ Johann Gottlieb Fichte (1762-1814). Foi um dos criadores do movimento filosófico denominado Idealismo Alemão, que surgiu por meio da inspiração kantiana. Sua obra é considerada como uma conexão entre o pensamento de Kant e o de Hegel, de modo que indiretamente influenciou Marx e Engels. É também um dos pioneiros do pensamento pangermânico.

²¹⁰ Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900). Filósofo alemão. Suas obras o tornaram um dos expoentes da crítica ao niilismo, o que resultou em algumas confusões sobre tal tema, pois alguns atribuem niilismo à sua filosofia. É o filósofo que anunciou a morte de Deus, na obra *Assim Falou Zaratustra*, em função da ênfase dada nesta obra ao tema, todavia Hegel, na obra: *Werke in zwanzig Bänden: Theorie-Werkausgabe*, Trabalho, em vinte volumes: Teoria da Fábrica Atual, tenha anteriormente anunciado a morte de Deus para depois ressuscitá-lo dialeticamente: ‘Deus morreu, Deus está morto’ – este é o mais terrível pensamento de que tudo o que é eterno e verdadeiro não existe, estando a própria negação em Deus; a mais elevada dor o sentimento de perdição completa, a anulação do mais elevado está-lhe por isso associado – o processo não para no entanto aqui, mas reaparece na reversão; nomeadamente Deus narra-se neste processo e este é apenas a morte da morte. Deus retornou à vida; este processo tornou-se, assim, no seu oposto” (Hegel, 2012, pp. 290-291).

afirmar que se as coisas forem reduzidas, nada será reduzido a nada²¹¹. Assim, “alguma coisa sempre permanece”. Trata-se, portanto, do princípio da conservação da energia, pelo qual a quantidade total de energia em um sistema isolado permanece constante²¹², o que não significa necessariamente que seja adequado à vida humana e à biosfera.

“As condições físicas e químicas sob as quais uma rocha se desprende do cume de uma montanha, ou as que tornam possível a existência de uma catarata, estão fora do domínio da mecânica pura. O movimento de repulsão que eleva deve, entretanto, ser produzido artificialmente pela mecânica terrestre pura: pela força humana, animal, hidráulica, do vapor, etc. E essa circunstância, essa necessidade de combater artificialmente a atração natural, gera, entre os mecanicistas, o modo de ver segundo o qual a atração, ou seja, a gravidade (ou como eles dizem, a força da gravidade) representa o essencial, a forma fundamental do movimento na Natureza” (ENGELS, 1979, p. 42).

Observamos aqui mais uma constatação da visão positivista de Engels, corroborada por Bottomore. Na busca da explicação da transposição do trabalho para o trabalho humano, aquele autor buscou na Física o entendimento de que este variaria em função dos vetores da força e o do deslocamento. Ou seja, quando se conhece integralmente uma lei natural, deve-se obter sua validação sem exceções, de tal modo que qualquer explicação não positivista que ele e Marx fizessem sobre as relações de produções na sociedade, sem a devida legitimação científica, seria um empirismo sem a mínima credibilidade. E este é o ponto de partida para a compreensão do Socialismo Científico e que na URSS e em Cuba foi denominado como “marxismo-leninista”. E neste caso se reitera que a condição necessária para o trabalho humano, vem da capacidade de força, que por sua vez tem origem nos recursos naturais. Este entendimento é primordial para a compreensão da obra: O Capital, pois para Marx a

²¹¹ Trata-se de um revisitar a obra do filósofo pré-socrático Parmênides, que afirmou que é impossível uma existência surgir de uma não existência, bem como deixar de ser uma existência.

²¹² Mais uma vez temos aqui a máxima positivista pela qual aspectos sociais podem ser explicados por meio da Ciência Natural. Este é um ponto interessante a ser observado em relação a clássicos conflitos de movimentos sociais ocorridos no passado, a exemplo dos Sete Povos das Missões Guarani, pois do conflito entre espanhóis, portugueses e jesuítas, resultou que os Guarani permanecem lá até hoje. O mesmo se aplica aos Movimentos Quilombolas, dentre outros exemplos. Isto também pode ser aplicável à Independência do Brasil, em especial à expulsão dos portugueses da Bahia, em 2 de julho de 1823.

natureza é a base da Economia, porque sem a qual nenhuma relação social seria possível.

Na verdade, a conservação da energia está intimamente ligada à Primeira Lei da Termodinâmica, que busca explicar a transformação da energia por meio de processo de transformações, neste caso, também denominada Princípio de Joule²¹³, cujo postulado admite que diversas formas de trabalho podem ser convertidas umas nas outras, elucidando que a energia total transferida para um sistema é igual à variação de sua energia interna, ou seja, em todo processo natural, a energia do universo se conserva sendo que a energia do sistema quando isolado é constante, pois se observa a equivalência entre trabalho e calor em que se constata que a variação entre o calor trocado e o trabalho é a mesma para todos os processos termodinâmicos.

“O calor, como já o dissemos, é uma forma de repulsão. Imprime vibrações às moléculas dos corpos sólidos, afrouxando assim a conexão entre essas moléculas até que se verifica a transição ao estado líquido [alusão também ao suor resultante do trabalho]; com a transição continuada de calor, acentuam-se os movimentos das moléculas, no líquido, até um grau em que as mesmas se desprendem da massa e se movem isoladamente, em liberdade, com uma velocidade determinada mas condicionada, para cada molécula, por sua constituição química; e sua velocidade se eleva ainda mais, caso prossiga a transferência de calor, daí resultando que as moléculas se afastem cada vez mais entre si” (ENGELS, 1979, p. 43).

Cabe aqui destacar a forma como Engels se apropria do conhecimento científico de sua época para esclarecer a partir da perspectiva do Socialismo Científico as relações entre a natureza e o trabalho, bem como suas atrações e de repulsões, fato este que foi deixado de lado nas análises contemporâneas sobre o cientificismo do pensamento marxista, pois não se trata de seu uso da Ciência em suas obras.

Epicuro tinha estas visões ecológicas e fez críticas contundentes à fluência²¹⁴ e ao acúmulo, em relação às necessidades da vida, nas quais analisou as vias destas tendências humanas em nos conduzir aos caminhos da angústia ou da felicidade.

²¹³ James Prescott Joule (1818-1889). Físico britânico que estudou a natureza do calor e suas relações com o trabalho. Suas descobertas foram utilizadas por Engels e Marx no âmbito do Socialismo Científico.

²¹⁴ Aqui entendida como a deformação lenta de um material, submetido a uma tensão constante, ao longo do tempo.

“Contudo, uma vez que, segundo Smith, uma sociedade em que a maioria sofre não é feliz, mas uma vez que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento da maioria, e que a economia nacional (de maneira geral, a sociedade do interesse privado) conduz a esta situação mais rica, [deduz-se que] a infelicidade da sociedade é a finalidade da economia nacional” (MARX, 2004, p. 28).

Seu materialismo, como visto, não era muito determinista, pois se baseava nas leis atômicas, na noção dos blocos de construção do material, que são os átomos, que em sua visão caíam na Terra em linha reta, mas alguns deles se desviavam e assim, havia uma certa quantidade de não determinismo no mundo físico e isto, de algum modo, acabava também se transportando para a área social e da ética além de certo grau de liberdade. É interessante o modo como isto se associa com o Princípio da Incerteza de Heisenberg²¹⁵, pelo qual, resumidamente, pode-se afirmar que quanto mais precisamente se medir uma grandeza, mais será imprecisa a medida da grandeza correspondente.

Marx, em sua tese de doutorado, afirmou que “Epicuro é, portanto, de todos os filósofos gregos, o maior filósofo das ‘luzes’” (MARX, s/d, p.60), portanto o considerava como o primeiro iluminista. Ele o via como o personagem da antiguidade que nos deu a base para uma visão materialista racional e o considerava como um materialista prático e não um materialista histórico. Este foi o rumo tomado por Marx, mas é importante ressaltar que no início ele estudava a Filosofia da Natureza e durante toda a sua carreira, estudou a Ciência para explicar os processos sociais, seguindo a tradição positivista de sua época, o que era natural, pois nada seria científico naquele momento se não fosse pela via positivista. Sobre este aspecto científico de Marx temos o seguinte depoimento de Jesus Ranieri, tradutor da obra: Manuscritos Econômico-Filosóficos, em 2004:

“Essa prática materialista levada a cabo por Marx, prática que é ao mesmo tempo crítica e incorporadora dos aspectos do sistema hegeliano, é aquele que reconhece que a investigação científica se conduz em relação entre a totalidade e a realidade, uma vez que essa última só pode se dar a conhecer a partir de seus nexos causais” (RANIERI in MARX, 2004, p. 15).

²¹⁵ Werner Heisenberg (1901-1976). Físico teórico alemão ganhador do Prêmio Nobel em 1932 pela concepção da Física Quântica.

Marx começou nesta concepção epicuriana e paulatinamente foi montando sua concepção materialista da história com base na concepção materialista da natureza. E em certos pontos, quando desenvolve sua crítica ao capitalismo ela a transforma também numa crítica ecológica e, sua visão do socialismo, é em grande parte uma visão ecológica, mais especificamente da Ecologia Humana e para isto se torna fundamental o equilíbrio do metabolismo entre a natureza e a sociedade.

À guisa de exemplo podemos citar a incorporação das visões de Millar, Malthus, Guizot e Darwin claramente no Manifesto do Partido Comunista, editado juntamente com Engels em 1848. Lá todas estas fundamentações se encontram sintetizadas em função do amparo buscado aos trabalhadores, necessitando para isto da citada legitimação científica.

Nos últimos vinte anos observamos na Europa, China e EUA debates sobre os princípios ecológicos encontrado na visão marxiana e na atualidade há um certo consenso de que Marx era um pensador ecológico e que ele realmente deu contribuições enormes para a compreensão da Ecologia na sociedade, e assim há um repensar sua obra a partir de seus referenciais originais. Todavia, na América Latina, esta visão ainda é desconhecida, tanto em Cuba quanto nos países adeptos do bolivarianismo, notadamente Venezuela, Equador e Bolívia, porém no Brasil e no México esta análise começa a ser inserida, ainda que com muito pouca incidência, merecendo maiores atenções acadêmicas.

A visão ecológica de Marx se iniciou muito cedo e não se limitou à sua tese doutoral, pois também se encontra em outras obras, a exemplo dos Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844, em que o homem é apresentado como um “ser natural”:

“Vemos aqui como o naturalismo realizado, ou humanismo, se distingue tanto do idealismo como do materialismo e é, ao mesmo tempo, a verdade unificadora de ambos. Vemos, também, como só o naturalismo é capaz de compreender o ato da história universal. O homem é imediatamente um ser natural. Como ser natural e, como ser natural vivo, está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como disposição e capacidades, como instintos; em parte, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que padece, condicionado e limitado, tal qual o animal e a planta; isto é, os objetos de seus instintos existem exteriormente, como objetos independentes dele; entretanto esses

objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais , imprescindíveis para a efetuação e confirmação de suas forças essenciais” MARX, 2004, p. 127).

Assim, o ser-social de Marx é antes de tudo um ser-natural e aqui, se observa claramente a relação de seus primeiros textos, para os quais se pode afirmar que são também os primeiros escritos de sustentação de sua teoria social a partir do epicurismo. Temos a seguir uma tabela sobre as visões dialéticas do ser-social, como se segue:

Tabela nº 2: Dialeticidade dos legados filosóficos sobre “O Ser” e o meio ambiente. Fonte: o autor.

Dialeticidade do “ser” em relação ao meio ambiente			
Nome	Legado	Movimento	Característica Socioambiental
Descartes	O Ser	Conhecimento	É o que está aí, aos olhos de todos.
Kant	O Ser	Causalidade	Reino da necessidade humana. É transcendental.
Hegel	Ser-aí	Via-a-ser	Momento do absoluto do ser-para-outro.
Marx	Ser-aí	Ser-social	Relação metabólica entre a natureza e a sociedade.
Lukács	Ser-aí	Ser-social	Fundamento ontológico da existência humana.
Heidegger	Ser-aí	Ser-no-mundo	O conjunto de coisas que nos defronta.
Sartre ²¹⁶	Ser-aí	Ser-para-a-morte	Tudo é possível. A moral seguida é suspeita.

Com base nas contribuições dialéticas acima sobre O Ser e suas concepções sobre as correlações socioambientais, prosseguimos, então, nossos argumentos. Assim, encontramos nos Manuscritos Econômico-Filosóficos o seguinte aporte sobre a concepção marxiana da natureza:

“A natureza enquanto natureza, isto é, na medida em que ainda se diferencia sensorialmente daquele sentido secreto oculto nela, a natureza separada, diferenciada destas abstrações, não é nada, um nada que se comprova como nada, é privada de sentido ou tem apenas o sentido de uma exterioridade que deve ser superada” (MARX, 2004, p. 135).

Marx se utilizou muito de Epicuro e, pelo que se observa, mais do que qualquer outro filósofo clássico. Tal referencial foi importante para que pudesse elaborar sua concepção do materialismo histórico dialético a partir da concepção materialista da

²¹⁶ Jean-Paul Charles Aymard Sartre (1905-1980). Filósofo existencialista francês. Entendia que o filósofo precisa se engajar ativamente na sociedade. Embora fosse militante de esquerda, tomou posições contra o stalinismo em função dos crimes contra a humanidade. Foi um dos principais defensores de Martin Heidegger, filósofo nazista, após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, em função de sua obra e pela relevância de seu pensamento existencialista para a compreensão da contemporaneidade.

natureza²¹⁷. E é exatamente a partir das finalidades do uso da natureza no espaço-tempo que se faz necessária a compreensão deste tema marxiano.

Entre abril de 1842 e março de 1843 Marx trabalhou no Jornal Gazeta Renana, em que, a partir de outubro, assumiu a função de redator-chefe. Tratava-se de um veículo de imprensa da assim chamada burguesia liberal renana, de inspiração da chamada esquerda hegeliana, porém ao se posicionar sobre o uso dos recursos materiais da natureza, entrou em choque com os patrocinadores do periódico e com a ordem política prussiana. Segundo McLellan:

“Marx discute estas questões a partir de uma posição legal e política, sem muito detalhe social e histórico, e dizia que o Estado deveria defender as leis costumeiras contra a capacidade do rico. Pois algumas coisas nunca podem se tornar propriedade privada de um indivíduo sem injustiça. Mesmo que de forma superficial, legalista e, portanto, tomando apenas sua conotação política imediata, Marx toca num elemento central à discussão em tela: a transformação dos meios de produção em propriedade privada, que passam a subsumir os homens à sua lógica. No entanto, como afirmado, mesmo que de forma imediata, há nessa formulação um embrião de crítica, pois [...] se qualquer violação da propriedade, sem distinção ou determinação mais precisa, é roubo, não seria toda a propriedade privada um roubo? Através de minha propriedade privada eu não estaria privando outra pessoa desta propriedade? Não violo assim o direito à propriedade? (MCLELLAN, 1990, p. 69).

²¹⁷ O materialismo como teoria da natureza das coisas surgiu no início da filosofia grega e persiste até nossos dias. A concepção materialista de história de Marx era principalmente focada no materialismo prático, ou seja, nas relações do homem com a natureza e foram praticadas pelo *Homo sapiens sapiens* desde os primórdios, isto é, nas relações estabelecidas pela ação. Em função disto Marx abraçou o materialismo ontológico e o materialismo epistemológico. Em função disto é necessário entender que a concepção de materialismo da natureza, como entendida por Marx, não implicava necessariamente um determinismo rígido, mecânico. O interesse de Marx por Epicuro surgiu a partir dos seus estudos iniciais de religião e da filosofia do Iluminismo, nos quais foi influenciado por Bacon e Kant – que apontavam Epicuro como fundamental para o desenvolvimento da sua filosofia. Esse interesse ganhou mais ímpeto no encontro com Hegel, que via Epicuro como o inventor da ciência natural empírica e a encarnação do, por assim dizer, espírito iluminista na antiguidade. Segundo Marx, transformamos a nossa relação com o mundo e transcendemos a nossa alienação dele, criando nossas próprias relações distintamente humano-naturais pela ação, isto é, por meio da práxis material. Se, para Kant, as alas materialistas e idealistas da filosofia tiveram como principais representantes Epicuro e Platão, para Marx, estes representantes foram Epicuro e Hegel. O marxismo enfatiza as condições material-produtivas, que engloba a concepção materialista da natureza, ou seja, uma concepção dialética da natureza. Assim, seu principal objetivo é recuperar uma crítica mais aprofundada da alienação do ser humano em relação à natureza. Podemos deste modo, então, perceber que a análise de Marx aliava a subsistência humana e a sua relação com o solo, e com todo o problema da agricultura capitalista, de tal modo que se evidencia que para entender a obra de Marx é necessário aliar a sua concepção materialista de natureza a concepção materialista da história. Disponível em: <http://meioambienterio.com/2015/04/a-Ecologia-em-marx/>, acesso em 03/10/2016m 16:48 h.

Marx ainda continuou a criticar as autoridades prussianas sobre a privatização do que considerava como um bem público, a natureza e seus recursos naturais, o que serviu para ampliar ainda mais o conflito com os tais patrocinadores.

“A crítica ao Parlamento Renano continua em outros artigos, e o periódico alcança crescente sucesso junto à opinião pública, provocando a reação do presidente da província (este ameaça processar Marx por seu artigo sobre o roubo da lenha). Em janeiro de 1843, outros dois artigos de nosso autor, sobre o empobrecimento dos viticultores do Vale do Moselle, além dos constantes protestos contra a censura imposta ao jornal, fazem com que as pressões do governo se intensifiquem. Tais objeções foram suficientes para provocar a saída do redator-chefe da Gazeta Renana. Antes de ser demitido, Marx se antecipa e apresenta sua renúncia em 17 de março” (MCLELLAN, 1990, p. 72-74).

Um dos exemplos deste materialismo dialético da natureza, se encontra na apresentação de Ederle à obra de Marx: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, editada em 1843, em que aborda suas publicações na Gazeta Renana em 1842, sobre a Lei da Madeira na Prússia²¹⁸, portanto, sobre o uso da natureza, e que punia quem apanhasse lenha seca, a saber:

“Um bom exemplo dessa discussão sobre os ‘interesses materiais’ em que Marx fora chamado a participar encontra-se nos artigos Debates sobre a lei punitiva do roubo de lenha, publicados na Gazeta Renana em outubro e novembro de 1842. Em defesa da população pobre, proibida de recolher a lenha seca caída das árvores, Marx argumenta contra o rebaixamento da universalidade do Estado e do direito à particularidade da propriedade privada. Em vez de degradar-se ao nível dos interesses privados, o Estado deve submeter esses interesses ao interesse comum, ou seja, ao próprio Estado. Marx afirma, então, o direito consuetudinário da classe pobre, cujos costumes enraízam-se na universalidade da natureza humana, contra o pretense direito consuetudinário dos ricos, calcado na propriedade privada. Com a lei punitiva do roubo de lenha, o Estado submete a universalidade do direito ao “mero costume” da sociedade burguesa, quando deveria, ao contrário, reconhecer no “costume da classe pobre” o “instintivo sentido de direito” que, na forma do direito consuetudinário, elevaria esta classe à efetiva participação no Estado¹⁵. A pobreza aparece como um problema de ordem

²¹⁸ Território habitado pelos povos germânicos e que hoje compreende parte da Polônia, Letônia e a Alemanha, tendo como capital, Berlim.

política – a exclusão de uma classe em relação à articulação consciente do Estado –, a exigir uma solução igualmente política – o reconhecimento jurídico, pelo Estado, da positividade e da legitimidade dos costumes dos pobres” (EDERLE, in MARX, 2010, 15-16).

Tal aspecto da concepção materialista na natureza, nos fica evidente no início da obra de Marx: Para a Crítica da Economia Política, publicada primeiramente em seu esboço em 1844 e posteriormente em 1859, em que se destaca:

“Toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Neste sentido, é tautologia²¹⁹ dizer que a propriedade [apropriação] é uma condição da produção. Mas é ridículo saltar daí a uma forma de particular de propriedade, a propriedade privada, por exemplo, (o que além disso pressupõe uma forma antiética, a não-propriedade, como condição)” (MARX, 1987, p. 6).

Diante deste aspecto se faz necessário compreender que as relações da Economia Política de Marx, são também relações imediatas de consumo da natureza, como observamos na mesma obra:

“A produção é também imediatamente consumo. Consumo duplo, subjetivo e objetivo. Primeiro: o indivíduo, que ao produzir desenvolve as suas faculdades, também as gasta e consome, no ato da produção, exatamente como reprodução natural é um consumo de forças vitais. O consumo é também imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados, e gastos, para dos quais (como na combustão, por exemplo) dissolve-se de novo nos elementos universais. [...] O consumo é imediatamente produção, do mesmo modo que na natureza o consumo dos elementos e das substâncias químicas é a produção da planta. É claro que, por exemplo, na alimentação, uma forma de consumo, o homem produz seu próprio corpo; mas isto é igualmente válido, para qualquer outra forma outro tipo de consumo, que de um modo ou de outro produza para o homem” (MARX, 1987, p. 8-9).

Pode-se afirmar que naquela época, no século XIX, o naturalismo ou o ecologismo não eram visões consolidadas, mas havia a liberdade dialética para repensar a produção econômica na forma adotada por Marx, que percebeu uma contradição sobre este ponto materialista em Hegel, ao tratar da história como o

²¹⁹ Redundância

espírito no tempo e o Estado como o espírito no espaço, razão esta pela qual seu método da Economia Política analisa o país a partir da divisão de classes de sua população, da repartição entre cidade e campo, ou seja, entre o urbano e o rural, sua orla marítima, os diversos segmentos de transformação da natureza em produtos, a importação e a exportação, os preços de suas mercadorias e suas relações de consumos e suas funções em relação aos seus cidadãos. Assim, o que se percebe é que quando fez sua tese de doutorado, Marx já apontava, ao mesmo tempo, para a Economia Política, por meio do uso da natureza, portanto, manteve-se alinhado à concepção materialista da natureza.

Na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, de Marx, se dá, entre outras razões, em função da apropriação privada da natureza, legitimada pelo Estado. Trata-se, portanto, de mais um aspecto a ser considerado em sua visão ambientalista, e que corrobora para que o ser-social seja efetivamente, antes de tudo, um ser-natural, como se verifica:

“Em toda parte, Hegel cai de seu espiritualismo político no mais crasso materialismo. No cume do Estado político, é o nascimento, por toda parte, que faz de determinados indivíduos a encarnação das mais altas tarefas públicas. As supremas atividades do Estado coincidem com os indivíduos por meio do nascimento, assim como a situação de um animal, seu caráter, modo de viver etc., lhe são imediatamente inatos. O Estado, em suas funções supremas, assume uma realidade animal. A natureza se vinga de Hegel pelo desprezo demonstrado. Se a matéria não deve ser, para si, nada mais perante a vontade humana, então a vontade humana não conserva nada mais para si fora da matéria. A falsa identidade, a identidade fragmentária, parcial, entre natureza e espírito, corpo e alma, aparece como encarnação. Como o nascimento só dá ao homem a existência individual e o põe, em primeiro lugar, apenas como indivíduo natural e, todavia, já que as determinações do Estado, como o poder legislativo etc. são produtos sociais, nascidos da sociedade e não do indivíduo natural, então o chocante, o milagre é precisamente a identidade imediata, a coincidência imediata entre o nascimento individual e o indivíduo como individuação de uma determinada posição e função sociais etc. Nesse sistema, a natureza faz, imediatamente, reis, ela faz, imediatamente, pares etc. assim como faz olhos e narizes. O chocante é ver como produto imediato do gênero físico o que é somente produto do gênero autoconsciente. Eu sou humano por nascimento, sem o consentimento da sociedade; mas é apenas por meio do consentimento geral que esse nascimento determinado se torna nascimento de um par ou de um

rei. Somente o consentimento faz do nascimento dessa pessoa o nascimento de um rei; assim, é o consenso e não o nascimento que faz o rei. Se é o nascimento, diferentemente das outras determinações, que dá imediatamente ao homem uma posição, então é seu corpo que faz dele este funcionário social determinado. Seu corpo é seu direito social. Nesse sistema, a dignidade corporal do homem ou a dignidade do corpo humano (o que pode, em pormenor, ser assim concebido: a dignidade do elemento natural, físico, do Estado) aparece de modo que as dignidades determinadas e, em verdade, as mais altas dignidades sociais, são as dignidades de corpos determinados, predestinados por nascimento. Por isso, é natural, na nobreza, o orgulho do sangue, da ascendência, em suma, da biografia de seu corpo; e é naturalmente essa concepção zoológica que tem na heráldica a sua ciência correspondente. O segredo da nobreza é a zoologia” (MARX, 2010, p. 121)

Um ano depois desta obra, em 1844, a partir de Paris, Marx ajudou a editar uma publicação em um jornal de pequena circulação chamado *Vorwärts*²²⁰, em um artigo denominado Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social: de um Prussiano” em que contestava o regime político da Prússia, sobre a greve dos tecelões da Silésia, região industrial prussiana. Neste artigo há uma gritante crítica ao governo prussiano, bem como ao francês, em função do que chama de má vontade política, como fator dos males sociais, assim como à propriedade privada como um fator de angústia, não só aos trabalhadores, mas à sociedade em si, como se observa:

“O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. O período clássico do intelecto político é a Revolução francesa. Bem longe de descobrir no princípio do Estado a fonte dos males sociais, os heróis da Revolução Francesa descobriram antes nos males sociais a fonte das más condições políticas. Deste modo, Robespierre vê na grande miséria e na grande riqueza um obstáculo à democracia pura. Por isso, ele quer estabelecer uma frugalidade espartana geral. O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais é incapaz de descobrir a fonte dos males sociais. Não é preciso argumentar mais contra a insensata esperança do “prussiano”, segundo a qual o “intelecto político” é

²²⁰ Em português: Adiante! Avante! Em Frente!

chamado a descobrir as raízes da miséria social na Alemanha. [...] Lembre-se, antes de mais nada, a canção dos tecelões, aquela audaz palavra-de-ordem de luta na qual lar, fábrica e distrito não são mencionados uma vez sequer e na qual, pelo contrário, o proletariado proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso, o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada. A revolta silesiana começa exatamente lá onde terminam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, na consciência daquilo que é a essência do proletariado. A própria ação traz este caráter superior. Não só são destruídas as máquinas, essas rivais do trabalhador, mas também os livros comerciais, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se voltavam primeiramente contra o senhor da indústria, o inimigo visível, este movimento volta-se também contra o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim, nenhuma outra revolta de trabalhadores ingleses foi conduzida com tanta coragem, reflexão e duração” (MARX, 2010, p. 62, 68-69).

Por conta deste artigo, bem como sobre as críticas à Lei da Madeira na Prússia, a pedido deste governo, Marx foi expulso da França por influência de Guizot. Sobre isto temos o seguinte registro que corrobora com os argumentos até aqui apresentados:

“Os pobres tradicionalmente tinham a permissão para coletar a madeira morta para se aquecerem, e isto havia continuado mesmo depois do fim da servidão em 1807. Mas na década de 1840 os fornos das indústrias passaram a contar com a lenha e pagavam muito bem por ela aos donos da terra. O governo tomou partido dos donos da terra (o que não era de se estranhar, já que os donos da terra era a mesma nobreza que dominava os postos do governo), e declarou crime a retirada de lenha sem autorização. Quando Marx escreveu sobre isso, devido ao aumento da pobreza e a explosão demográfica, o ‘roubo’ de lenha era quase uma epidemia, responsável por cinco sextos de todos os processos da Prússia. Marx utilizaria a própria linguagem da lei para miná-la, expondo o absurdo e a hipocrisia de um sistema que permitia que o dono da terra reivindicasse o que Marx chamou de ‘dádivas da natureza’” (GABRIEL, 2013, p. 67).

Naquele momento, como visto, Marx tratava exatamente do meio ambiente, ou seja, de sua concepção materialista da natureza, ao criticar veementemente a Lei da Madeira na Prússia, em que os camponeses, portanto, trabalhadores que sobreviviam do consumo dos recursos naturais, estavam sendo presos, concomitantemente ao fato de que as chamadas dádivas da natureza se tornaram mercadorias que

enriqueciam ao mesmo tempo os proprietários das terras e das indústrias, em detrimento das pessoas pobres que delas dependiam para o aquecimento e outras necessidades energéticas. A maioria dos mesmos ia para a cadeia naquele momento por roubo, ao serem acusados de remover a madeira morta da floresta, pois antes da mesma isto era permitido. Era um direito de usos e costumes e como tal, amparado pela lei, mas dela foi removido. E isso foi quando Marx começou a entender o capitalismo e a fazer sua crítica econômica.

Esta abordagem de Marx se alinha com uma polêmica no Direito Romano, em suas definições de *res extra patrimonium*, coisas fora do patrimônio, especificamente as *res humani juris*, coisas do direito humano²²¹, nomeadamente, nas *communes*, coisas comuns a todos, em que se inserem o ar, a água, para as quais temos a seguinte contribuição:

“*Res communes* são as coisas que, no conjunto, são insusceptíveis de apropriação individual, mas que por todos podem ser usadas, conforme o destino delas e adquirir-lhes a propriedade através da ocupação de algumas determinadas partes, como o ar, a *aqua fluens*, o mar, e o *litus maris*, isto é faixa de praia que se estende até a preamar. Destas coisas se diz que não são propriedade de ninguém, (“*proprietas eorum potest intelligi esse*”) e, do mar, dizem os romanos que este se estende a todos (“*natura omnibus patet*”). Embora fora do comércio, em seu todo, as *res communes* podem, em parte, tornar-se *res in commercium*, adquirindo-se o domínio sobre esta mediante a ocupação, como aliás, para todas as *nullius*. Assim, um espaço limitado de água, um espaço limitado de mar ou de praia” (CRETELLA JÚNIOR, 2003, p. 115-116).

Aqui se apresentam fortes indícios da relação do Direito Romano com Marx, nomeadamente na sua Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Há razões para se acreditar que se deu em função de sua passagem no Curso de Direito, na Universidade de Jena, portanto, com evidente conhecimento do Direito Romano, como constatado pela frase *natura omnibus patet*, conforme a natureza do caso, tratada naquela crítica como “natureza do conceito” que se encontra recorrentemente na referida obra. Portanto, o que se polemiza neste aspecto é exatamente a dualidade de algo que é considerado como patrimônio da humanidade, mas que se torna algo

²²¹ No que posteriormente seriam os Direitos Humanos à luz do Direito Ambiental, como ocorrido em sua terceira geração.

mercantilizado por um segmento interessado em seu comércio, ainda que em partes, mas a somatória das partes vai gradativamente mitigando tal patrimônio. Isto vai inferir em Marx a defesa do argumento sobre o fim da propriedade privada, num tipo de comunismo primitivo²²². Tal contexto fica evidente também na obra: O Capital, em seu livro 3, volume VI, capítulo XXXVII:

“A propriedade fundiária supõe que certas pessoas tem o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades. Isto posto, trata-se esclarecer o valor econômico, isto é, a valorização desse monopólio de base capitalista. Para isso em nada contribui o mero poder jurídico desses proprietários, de usar e abusar de porções deste planeta” (MARX, 1991, 707).

Como vimos, Marx abordou em seus manuscritos iniciais a alienação dos homens em relação à natureza em função da apropriação da mesma por outros homens e argumentou ainda, que os seres humanos são parte da natureza, mas que dela não deveriam ser separados. Ou seja, os homens são dependentes da natureza para a sua subsistência, portando, totalmente dependentes dela, como se observa:

“A UTILIZAÇÃO da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (MARX, 1996, p. 201).

Isto se encontra não só em suas primeiras obras, mas também em sua maturidade de tal modo que é nítida sua preocupação com a obrigação dos homens em preservar as condições ecológicas da vida humana para as gerações futuras, como se verifica por meio de suas constantes admoestações sobre a busca do

²²² “Expressão que se refere ao direito coletivo aos recursos básicos, à ausência de direitos hereditários ou de domínio autoritário e às relações igualitárias que antecederam à exploração econômica e à sociedade de classes na história humana” (BOTTOMORE, 2012, p. 125).

equilíbrio entre a economia e o meio ambiente. A exemplo da citação anterior, podemos muito bem constatar suas visões ecológicas²²³ na obra: O Capital, que em si ficaram gradativamente mais sistematizadas e integradas, de uma maneira muito sofisticada na sua concepção da Economia Política, e o modo de entender isso é o de que primeiramente precisaremos discernir, mais precisamente no livro 1, volume I, capítulo XIII, como se observa:

“A dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos. Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo o progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve da técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1996, p. 578-579).

Sobre este impacto da produção capitalista sobre a natureza, também encontramos o mesmo alinhamento em Engels, na obra: A Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra, ao tratar da devastação dos bosques em função do modo de produção capitalista:

“Foi com a máquina a vapor que se começou a valorizar as grandes jazidas de carvão da Inglaterra. A fabricação de máquinas inicia-se e, com ela, surge um novo interesse pelas minas de ferro, que forneciam a matéria prima para as máquinas. O crescimento do consumo da lã estimulou a criação de carneiros na Inglaterra e o aumento da importação de lã, linho e seda levou ao desenvolvimento da frota comercial inglesa. Foi sobretudo a produção de ferro que cresceu. Até então, as ricas minas de ferro inglesas eram pouco

²²³ “Embora Marx e Engels considerassem a voraz tendência expansionista do modo capitalista de produção como condição necessária para a transição ao socialismo, nem por isso deixaram de pôr em evidência a sua violência destrutiva. Com a evolução da teoria marxista, porém, o primeiro ponto de vista foi enfatizado cada vez mais, de maneira unilateral, até que, finalmente, Stalin considerou que a superioridade do socialismo sobre o capitalismo estava apenas na capacidade deste para criar condições ótimas para o crescimento das forças produtivas” (BOTTOMORE, 2012, p. 189). Assim, os aspectos da ideologia das lutas de classes sociais associados aos embates entre o neomarxismo e neoliberalismo que caracterizaram os conflitos do século XX se sobrepuseram sobre os aspectos ecológicos que se inseriram também nas obras de Marx e de Engels.

exploradas; o mineral do ferro era sempre fundido com carvão vegetal, que - em virtude da expansão da agricultura e da devastação dos bosques - tornava-se cada vez mais caro e escasso; somente no século passado começou-se a empregar para esse fim o carvão mineral (*coke*) e em 1780 descobriu-se um novo método para transformar ferro fundido com carvão mineral em ferro também utilizável para a forja (antes só empregado como ferro fundido). Com esse método, que consiste em extrair o carvão misturado com o ferro no processo da fusão e que os ingleses chamam de *puddling*, abriu-se todo um novo campo à produção inglesa de ferro. Foram construídos altos-fornos cinquenta vezes maiores que os precedentes, simplificou-se a fusão do mineral com a ajuda de foles de ar quente e assim foi possível produzir ferro a um preço tão baixo que uma grande quantidade de objetos, antes fabricados com madeira ou pedra, passou a ser feita com ferro” (ENGELS, p. 2007 54-55).

Deste modo, Marx trata da acumulação capitalista em detrimento do meio ambiente e, como vimos, da apropriação do patrimônio humano comum sob a forma de propriedade privada. Assim, sua incontestável visão ecológica pode ser qualificada como um precedente da sustentabilidade socioambiental. E tal temática, que nele não se esgota, torna-se necessária ser de conhecimento dos Assistentes Sociais, tanto em suas formações quanto nas pós-graduações.

Os aspectos socioambientais apresentados no O Capital estão diretamente relacionados com a fertilidade do solo, como meio de subsistência para quaisquer formas de trabalho, tanto pela agricultura quanto pela pecuária, portanto, associados diretamente com o equilíbrio da fertilidade da terra, devendo, portanto, ser livre da acumulação capitalista. Um dos exemplos deste aspecto se apresenta por meio do que hoje denominamos por reciclagem de lixo orgânico usados como compostagem na adubação do solo, bem como pela biomassa constituída de excrementos humanos tratados, bem como de animais, para a adubação do solo ao invés de se provocar a poluição dos rios e dos oceanos, profeticamente afirmados por Marx:

“Com o modo de produção capitalista, amplia-se a utilização dos excrementos da produção e do consumo. Pelos primeiros entendemos os resíduos da indústria e da agricultura, enquanto pelos últimos entendemos em parte os excrementos oriundos do metabolismo natural do ser humano, em parte a forma em que sobram os objetos de consumo depois de terem sido consumidos. Excrementos da produção são, portanto, na indústria química, os produtos secundários que na produção em pequena escala se perdem; as

limalhas de ferro que sobram da fabricação de máquinas e que voltam a entrar como matéria-prima na produção de feno etc. Excrementos do consumo são os materiais naturalmente eliminados pelos seres humanos, restos de roupas em forma de trapos etc. Os excrementos do consumo são mais importantes para a agricultura. Em relação a sua utilização, na economia capitalista ocorre um desperdício colossal; em Londres, por exemplo, ela não sabe fazer com o adubo de 4 1/2 milhões de pessoas nada melhor do que usá-lo, com custos enormes, para emprestar o Tâmisa. O encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para a utilização dos resíduos. No todo, as condições dessa reutilização são: a disponibilidade em massa de tais excrementos, que resulta apenas de trabalho em larga escala; melhoria da maquinaria, com a qual materiais que antes, em sua forma dada, não eram utilizáveis são transfigurados para servirem à nova produção; progresso da ciência, especialmente da Química, que descobre as propriedades utilizáveis de tais resíduos. Todavia, também na pequena agricultura, praticada em escala de jardinagem, como, por exemplo, na Lombardia, no sul da China e no Japão, ocorre grande economia dessa espécie. No todo, porém, nesse sistema a produtividade da agricultura é alcançada mediante grande desperdício de força de trabalho humana, que é subtraída a outras esferas da produção. Os assim chamados resíduos desempenham papel significativo praticamente em cada indústria” (MARX, 1991, p. 112).

Decorridos mais de cento e trinta e três anos após o falecimento de Marx, os tratamentos de dejetos humanos por meio de estações de tratamentos de esgotos são reaproveitados na agricultura, sobretudo a familiar²²⁴, todavia numa pequena parcela

²²⁴ “A geração de efluente a partir do tratamento de esgoto vem se incrementando, e sua disposição final representa uma questão a ser resolvida. Uma das alternativas encontradas é sua utilização na agricultura como adubo orgânico, podendo substituir parte da adubação mineral. Essa prática, além de benéfica do ponto de vista da reciclagem de nutrientes, representa uma economia de água no setor agrícola, que é cerca de 70% do consumo total no Brasil. Os objetivos desse trabalho são acompanhar o processo de biodigestão por meio de determinações físico-químicas e microbiológicas do efluente (CONAMA 357) e caracterizar o efluente gerado, em termos de quantidade de nutrientes e matéria orgânica. Um sistema biodigestor anaeróbio foi instalado na cidade de Cabralia Paulista, na Escola Técnica Estadual (ETEC) Astor de Mattos Carvalho, ligada ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Foram determinados valores de pH, oxigênio dissolvido, potencial redox, condutividade e temperatura utilizando-se uma Sonda Multiparâmetros. O efluente foi caracterizado em termos de quantidade de macro e micronutrientes, via ICP-OES, com exceção do nitrogênio, que foi determinado através do método Kjeldhal. A matéria orgânica presente foi analisada por FTIR. O sistema de biodigestão apresentou resultados satisfatórios, do ponto de vista de redução das taxas de DQO, DBO e E. coli. Foram determinados valores de concentrações de macronutrientes e micronutrientes no efluente tratado, como Ca (50–70 mg/L), Mg (20 – 30 mg/L), P (15 - 50 mg/L), K (65-100 mg/L), N (224 -231 mg/L), e obteve-se os valores de pH sempre próximos de 7. A quantidade de oxigênio dissolvido (0,05 mg L⁻¹) mostra que o sistema se encontrava em regime anaeróbio. Os resultados iniciais mostraram que o biodigestor produz efluente que pode ser utilizado como fertilizante. A quantidade a ser utilizada dependerá do tipo de solo e cultura agrícola”. Disponível em: <http://sbera.org.br/sigera2009/downloads/obras/038.pdf>, 12/10/2016, 12:11 j

e segundo dados do Instituto Trata Brasil, apenas 48,6 % da população brasileira tem acesso a coleta de esgotos, de modo que mais de 100 milhões de brasileiros²²⁵ não possuem tal serviço público, o que resulta na contaminação do solo e do lençol freático por dejetos humanos e coliformes fecais.

Cabe salientar que na região sudeste, a mais rica do país, o percentual de tratamento é de apenas 43,9%, sendo que o reaproveitamento do lodo residual de tais dejetos ocorre apenas em alguns municípios que desenvolveram tal processo, e nos restantes os resíduos sólidos são encaminhados aos aterros sanitários, o que representa também uma contaminação do solo, porém pelo poder público. E quanto ao processo de transformação de lodo residual dos dejetos humanos em adubo é relativamente simples, bastando a compostagem com a mistura de biomassa de bagaços de cana-de-açúcar, laranja, celulose ou mesmo lixo orgânico, para a eliminação de patogenidades nocivas e a reutilização certificada na agricultura²²⁶. Tal processo economiza inclusive os custos de transportes do lodo para os aterros sanitários, apresentando também viabilidade econômica²²⁷.

No que se concerne à Agenda 21 existe a recomendação do uso do lodo de tais dejetos para a recuperação de solos empobrecidos, fato este já proposto por Marx no século XIX, mas mesmo assim, tal pensador não é mencionado em sua visão ecológica²²⁸.

²²⁵ Fonte: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>, acesso em 12/10/2016, 12:50 h.

²²⁶ Tal processo pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=V2sXjJTKnh4>.

²²⁷ A legislação sobre tal reaproveitamento do lodo dos dejetos humanos é estabelecida pela Resolução 375/2006 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

²²⁸ “No item “Agricultura Sustentável” da Agenda 21, programa de ação resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, a utilização do lodo de esgotos na recuperação de solos empobrecidos é incentivada, mediante a garantia da inexistência de impactos ambientais negativos. A aplicação do lodo na agricultura parece ser a forma mais difundida de utilização do resíduo. No entanto, outras formas de aproveitamento também estão sendo estudadas: 1- reaproveitamento industrial; 2- fabricação de tijolos e cerâmicas; 3- produção de agregado leve para construção civil; 4- produção de cimento; 5- reaproveitamento agrícola; 6- fertilizante orgânico e compostagem; 7- Recuperação de solos degradados. A incorporação do lodo de esgotos na fabricação de produtos cerâmicos, como telhas, tubos, tijolos e lajotas, tem-se mostrado uma alternativa viável de destinação adequada. O lodo é adicionado ao processo durante a etapa de preparação da massa cerâmica e auxilia na correção de umidade. Isso pode ser feito manualmente, com pás carregadeiras, ou em olarias mais tecnificadas, utilizando-se equipamentos apropriados. Pesquisas demonstram que é possível utilizar o lodo de esgoto como substituto a agregados leves na fabricação de cimentos e concretos, bem como peças feitas desses materiais. Os agregados leves seriam as areias, pequenas pedras, etc. Adicionar cinzas do lodo ao processo produtor de cimento reduz o custo de produção e, como o cimento é o componente mais caro do concreto, também reduz os custos deste item indispensável na construção civil. É possível substituir 35% do consumo de cimento Portland por lodo calcinado entre temperaturas de 700°C a 800°C. No Brasil, a técnica de adicionar lodo de esgoto na fabricação de cimento Portland ainda não é muito utilizada. Nos EUA, porém, a operação é realizada com frequência por diversas empresas de saneamento. Não

Como vimos, para Marx a terra, nomeadamente, o solo, é um importante componente para a produção econômica, inclusive a industrial, pois dela saem os nutrientes necessários para a restauração da força de trabalho por meio da agricultura e da pecuária. No entanto, no modo de produção capitalista, o afastamento do elemento humano e de suas relações ecológicas com o solo, acompanhados de sua constante exploração pela acumulação, resultou no empobrecimento do mesmo. Um dos exemplos deste processo foi o genocídio dos nativos da América, da África e Ásia, subjugados pelo colonialismo e suas consequências.

Assim, ao observamos com maior atenção sua obra, notaremos que Marx aborda o controle da terra em termos de desenvolvimento do capitalismo industrial, em que via na “diferença específica” a remoção dos trabalhadores da terra e afastamento dos meios de produção. Deste modo, os trabalhadores não tinham mais acesso à terra e aos meios de produção. Isto constituiu a expropriação da população, pois antes tinham a posse e o controle da terra como meio de produção e, consequentemente, de sobrevivência.

“Os *yeomen*, os abastados camponeses independentes, foram substituídos por pequenos arrendatários, com contratos anualmente rescindíveis, gente servil, dependente do arbítrio do grande proprietário. Demais, o roubo sistemático das terras, [propriedade comunal], aliado ao furto das terras da Coroa [dos domínios estatais], contribuiu para aumentar aqueles grandes arrendamentos, chamados no século XVIII, de fazendas de capital fazendas de comércio, e que tornavam a população [rural] disponível para a indústria [como proletariado]” (MARX, 1996, p. 841).

apenas nos EUA, mas também em outros países o uso do lodo de esgoto na fabricação de cimento Portland é bem comum. Em Cingapura, cinzas do lodo de esgoto adicionadas à massa asfáltica foram utilizadas com sucesso na construção de estradas. O reaproveitamento agrícola demonstra ser a melhor opção de reúso do lodo, pois reduz a exploração de recursos naturais para fabricação de fertilizantes e proporciona os melhores resultados econômicos. No entanto, a qualidade do lodo utilizado na agricultura deve ser assegurada, de modo que promova melhorias às qualidades físicas, químicas e biológicas do solo, sem risco de contaminações, observando-se as exigências da Resolução CONAMA 375/2006. Os biossólidos apresentam em sua constituição quantidades significativas de nutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas, sendo o nitrogênio e o fósforo os que normalmente se apresentam em maior quantidade. Considerando que o nitrogênio mineral presente no solo é logo absorvido ou perdido para a atmosfera, a matéria orgânica representa uma fonte contínua de nitrogênio, capaz de atender as demandas nutricionais das plantas e alcançar a máxima produção das culturas”. Disponível no Portal Tratamento de Água: <http://tratamentodeagua.com.br/artigo/destinacao-final-de-lodos-de-etas-etes/>. Acesso em 12/10/2016, 13:32 h.

Assim, a separação dos trabalhadores da terra fez emergir uma classe que não tem como sobreviver, a não ser pela venda de sua força de trabalho por um salário. E isto foi crucial na formação do capitalismo, pois a diferença específica é exatamente a separação dos trabalhadores da terra.

“Dois pontos são aqui característicos do método da apologética econômica. Em primeiro lugar, a identificação da circulação de mercadorias com a troca imediata de produtos mediante a simples abstração de suas diferenças. Em segundo lugar, a tentativa de negar as contradições do processo capitalista de produção dissolvendo as relações de seus agentes de produção nas relações simples que surgem da circulação de mercadorias. A produção e a circulação de mercadorias são, porém, fenômenos que pertencem aos mais distintos modos de produção, por mais variados sejam em sua dimensão e alcance. Portanto, ainda não se sabe nada da *differentia specifica* [diferença específica] desses modos de produção e, por conseguinte, não é possível julgá-los enquanto se conhecem apenas suas categorias abstratas, comuns a todos os modos de produção” (MARX, 2013, p. 1150-1151)

Claro que ainda há trabalhadores agrícolas, mas cada vez mais começaram a trabalhar por salário, pois não tinham mais a posse ou controle da terra. E isto marca um ponto de partida para a acumulação primitiva, de tal modo que tal dinâmica foi válida em todos os locais em que a revolução industrial chegou: o êxodo rural, o empobrecimento do solo, o aumento da população nas cidades industriais e a piora de suas condições socioambientais, de modo que há elementos para se confirmar que a “diferença específica”, foi na realidade a separação do homem da terra, como visto, portanto, sua ruptura com a natureza em função da reprodução do capital.

Num amplo olhar sobre a obra: O Capital, identificamos em Marx, em sua maturidade, a continuação de seus fundamentos epicuristas e não será nenhum exagero afirmar que nesta obra sua concepção materialista da natureza se integrou com sua concepção materialista de história, na qual algo não é o que é, mas o que poderá vir a se tornar. Em seu cerne, notamos certa crítica à teoria populacional de Malthus, que considerava a terra estática na produção de alimentos em relação à dinâmica da reprodução populacional, bem como às implicações do empobrecimento do solo e suas possibilidades de fertilizações para a recuperação de seu aumento de sua produtividade. Neste contexto, Marx nos indica o que aqui se denomina como a

teoria da primeira crise ecológica provocada pelo capitalismo, para a qual os estudos de Liebig²²⁹, foram preponderantes.

“Marx revendo as primeiras teorias da agricultura e do arrendamento em meados da década de 1860 enquanto escrevia O Capital, daria forte ênfase à divisão histórica que separava essas análises da sua própria época, observando que ‘as reais causas naturais da exaustão da terra... eram desconhecidas de quaisquer dos economistas que escreveram sobre o arrendamento diferencial, em função ao estado da química agrícola na época deles’. Marx fez esta observação depois de ler, na sétima edição, de Organic Chemistry in its Application to Agriculture and Phisyology²³⁰, a avaliação de Liebig sobre o estado do conhecimento agrícola antes de 1840, enfatizava o papel do esterco e do ‘poder latente’ na terra ou solo. Visto que na época as propriedades químicas do solo eram desconhecidas, a natureza das plantas também era desconhecida” (FOSTER, 2005, p. 209-210).

Em seu trabalho Liebig tratou do que denominou como sistema de roubo, ou seja, da expropriação pelo uso mercantilista do solo, e isto se associava ao modo agrícola que adotavam na Inglaterra no século XIX, ou seja, a agricultura industrial.

“Cientistas sérios, notadamente o alemão Liebig, chamaram a atenção para um fenômeno realmente perturbador, a crescente exaustão do solo, o Raubbau, resultante dos gananciosos métodos capitalistas de exploração que visam os maiores lucros no menor tempo. Enquanto sociedades agrícolas como China, Japão, o Egito antigo, etc, tinham o conhecimento de um modo racional de avançar com uma agricultura que conservou e aumentou a fertilidade do solo durante milhares de anos, o Raubbau²³¹ capitalista foi capaz, em certas partes do mundo, de exaurir a camada fértil do solo...em meio século (MANDEL, 1968 p. 295).

Este é um ponto importante na contribuição ecológica de Marx, pois decorreu em sua teoria de “falha metabólica”, que se fundamenta em Liebig, ao argumentar que

“Ao transportar alimentos e fibras por centenas e milhares de quilômetros até os novos centros urbanos de produção industrial, onde as populações iam aumentando de maneira concentrada, o capital acabou por roubar do solo

²²⁹ Justus Von Liebig (1803-1873). Químico alemão. Notabilizou-se pelos estudos da recuperação química dos solos e alimentos desidratados. Como vimos, a necessidade de fertilização dos solos teve início com o êxodo rural provocado pelas fases da Revolução Industrial.

²³⁰ Segundo Foster, Liebig fez a crítica aos ingleses e foi muito explícita. Os ingleses traduziram toda a obra deste livro e ao lerem na introdução que os atacava e se recusaram a produzir e a publicar uma versão traduzida, entretanto, Marx o estudou muito isso e o transformou numa crítica social.

²³¹ Do alemão. Significa a super exploração, no caso, dos recursos naturais do planeta, feita às custas de todos.

seus nutrientes, como nitrogênio, fósforo e potássio, que ao invés de serem retornados para a terra, criavam poluição nas cidades. Liebig chamava isso de “Raubbau” ou o sistema de roubo” (FOSTER, 2012, p. 90).

Foi a partir de Liebig que Marx constatou que os alimentos e as fibras vegetais eram retirados das terras cultivadas, na medida em que muito nitrogênio, fósforo e potássio estava sendo enviado para as cidades industriais e que tais nutrientes não eram devolvidos ao solo. Tratava-se, portanto, de uma expropriação do solo e assim, atacava muito o capitalismo inglês, por implantar um sistema de usurpação da natureza. Por isso chamava os capitalistas de “vampiros”, conseqüentemente, de “vampiros do solo”, e que sintetizava o que aquele modo de produção capitalista agrário fazia a terra e com as pessoas.

“Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga (MARX, 2013, p. 392).

Liebig abordou também o conceito do metabolismo que tinha sido desenvolvido por biólogos que estudaram as teorias celulares, nomeadamente, Schleiden²³² e Schwann²³³. Eles foram os primeiros pensadores a introduzir a noção do metabolismo, especialmente em alemão, que em si significava a troca de energia material com a natureza. Ou seja, o organismo capta a energia e os nutrientes da natureza e os metaboliza em seu próprio corpo. E, se isso podia ser entendido em nível celular, em todos os organismos, também era fundamental para o desenvolvimento da química, da biologia e de outras ciências afins, aplicando-se, conseqüentemente, à força de trabalho humano e de animais usados na reprodução do capital.

Nota-se, ao estudarmos a obra de Marx, que este sempre se utilizou da ciência para a explicação de sua teoria social, portanto, assumiu também o conceito de metabolismo e o aplicou à sua visão ecológica. Ele argumentava que o que se tem no desenvolvimento da agricultura industrial é uma ruptura do metabolismo entre a humanidade e a natureza pois os nutrientes acabam nas cidades e criam poluição nas mesmas, tais como nos esgotos, no ar, nos rios e nos oceanos, pois não são

²³² Mathias Schleiden (1804-1881). Botânico alemão.

²³³ Theodor Schwann (1810-1888). Zoólogo alemão.

absorvidos pela natureza e, conseqüentemente, não regressam ao solo, onde poderiam restaurar os nutrientes da terra. Salienta-se que tal constatação é hoje um dos postulados da agricultura familiar e da agricultura orgânica. Ou seja, onde não se poderia restaurar a terra pela reposição natural de seus nutrientes, Marx denominava de ruptura metabólica entre a natureza e a humanidade, ou seja, detectou uma “falha metabólica”, causada pela industrialização ao afastar o elemento humano do campo e o concentrar nas cidades industriais, pois a propriedade fundiária reduz a um mínimo a população agrícola e a confronto com a crescente população urbana.

“Um componente essencial do conceito de metabolismo sempre foi a noção de que ele constitui a base que sustenta a complexa teia de interações necessárias à vida e viabiliza o crescimento. Marx empregou o conceito de falha na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formaram a base de sua existência – o que ele chamou de perpétua[s] condição[ões] da existência imposta[s] pela natureza” (FOSTER, 2005, p. 229).

Assim, Marx aplicou a noção de “falha metabólica” em sua visão ecológica. Ocorre que a Ecologia contemporânea adota esta mesma noção, no entanto não registra o pioneirismo desta concepção e nem tal conceituação, ao afirmar que o modo de produção capitalista deriva em um conjunto de transformações do solo, cujo processo quando em exaustão resulta em sua degradação, portanto, uma relação metabólica entre o homem e a terra, que impede o retorno ao solo de seus elementos constitutivos, no chamado ciclo do nitrogênio²³⁴. E é por isso que prejudica a operação da condição de fertilidade duradoura da terra. Ou seja, destrói as circunstâncias ao redor daquele metabolismo que levaria a uma restauração sistemática como uma lei reguladora da produção social, por meio dos trabalhadores associados, que por sua vez, não ocorre, pois não possuem o domínio sobre a terra. E isto somente poderia

²³⁴ Grande parte do nitrogênio encontrado no solo provém de materiais orgânicos mortos, nos quais existe sob a forma de compostos orgânicos complexos, tais como proteínas, aminoácidos, ácidos nucleicos e nucleotídeos. Entretanto, estes compostos nitrogenados são, em geral, rapidamente decompostos em substâncias mais simples por organismos que vivem nos solos. Conforme podemos ver, se todo o nitrogênio que é removido do solo não fosse constantemente repostado, praticamente toda a vida neste planeta desapareceria finalmente. O nitrogênio é reabastecido no solo pela fixação do nitrogênio, que é o processo pelo qual o nitrogênio gasoso do ar é incorporado em compostos orgânicos nitrogenados e, assim, introduzido no ciclo do nitrogênio. A fixação deste gás, que pode ser efetuada, em graus apreciáveis, por apenas algumas bactérias e algas azuis, é um processo do qual dependem atualmente todos os organismos vivos, da mesma forma que todos eles dependem, em última análise, da fotossíntese para a obtenção de energia. Fonte: <http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Ar/nitrogenio.php>, acesso em 12/10/2016, 20:01 h.

ocorrer numa sociedade regida por estes produtores associados que controlassem a terra, o que implicaria na construção de um tipo diferente de sociedade. Cabe salientar que nisto reside também o “conceito de liberdade” de Marx, ou seja, “ter opções”, como se observa

“De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem que lutar com a natureza [não contra] para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem as formas de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las” (MARX, 1991, p. 942).

A antítese do processo citado se encontra, à guisa de exemplo, como ocorria na Grã-Bretanha pelo fato dos ingleses roubarem o solo dos irlandeses, ao terem que fornecer alimentos e fibras vegetais, e ao dedicarem aos mesmos, grande parte de sua agricultura às necessidades britânicas, em troca de capital, portanto, uma troca desigual em termos de preservação do solo e da natureza.

“A Inglaterra, um país de produção capitalista desenvolvida e preponderantemente industrial, ter-se-ia extinguido caso tivesse sofrido uma hemorragia populacional como a irlandesa. Atualmente, porém, a Irlanda não é mais do que um distrito agrícola da Inglaterra, da qual é separada por um largo fosso de água à qual fornece cereais, lã, gado e recrutas industriais e militares. O despovoamento fez com que muitas terras deixassem de ser cultivadas, reduziu muito o produto agrícola e, apesar da ampliação da área para a criação de gado, ocasionou uma diminuição absoluta em alguns de seus ramos e, em outros, um progresso que mal merece ser citado, interrompido por retrocessos constantes” (MARX, 1996, p. 817).

Liebig, dentre outras obras, tratou dos aspectos do esgotamento do solo em função da exploração capitalista e assim começou a despertar a percepção sobre a crise do solo na Inglaterra, nomeadamente nas décadas de 1830 e 1840. Segundo os mesmos, os fazendeiros ingleses foram para a Europa continental e escavaram os ossos dos campos de batalha das guerras napoleônicas, levando-os para fertilizar os campos ingleses. Usaram o fósforo desses ossos para adubarem os campos ingleses.

E ainda foram para as catacumbas da Europa e retiraram seus ossos e os utilizaram nestas adubações na Inglaterra, mas não só isso.

“A Inglaterra está roubando todos os outros países das condições de sua fertilidade. Já, agora, na sua ânsia por ossos, ela revirou os campos de batalha de Leipzig, Waterloo e da Crimeia. Das catacumbas da Sicília ela levou embora os esqueletos de muitas gerações sucessivas. Como um vampiro, ela se pendura no pescoço da Europa – não, do mundo todo! – e suga o sangue do coração das nações sem um pensamento de justiça para elas e sem uma sombra para a vantagem que perdura para ela mesma [...] E desperdiça nos seus esgotos lançados ao mar” (VON LIEBIG, 1858, 111).

Cabe ressaltar que na obra: O Capital, pode-se claramente perceber que os tipos de capitalismo descritos por Marx, nomeadamente, o industrial, o comercial, e o financeiro dependiam basicamente da natureza, e de sua capacidade de produção de riquezas, tanto pelos recursos naturais explorados para a transformação em produtos, quanto pelas fibras vegetais resultantes da agricultura e as proteínas da pecuária, sendo estas diretamente relacionadas com a mais valia em função da renovação da energia da força de trabalho, de modo que a exaustão da terra, por meio do empobrecimento do solo, comprometia o próprio modo de produção capitalista e deste modo as atenções para a recuperação química do solo passou a ser prioridade.

Assim que os ingleses descobriram o guano²³⁵ no Peru, que é conhecido como o melhor fertilizante do mundo e, acabaram por monopolizar o comércio mundial deste material orgânico, e o embarcavam em quantidades enormes para a Inglaterra, que por sua vez o comercializava com os países industrializados no intuito de que também fertilizassem seus campos para restaurarem a terra em função dos mesmos efeitos lá ocorridos.

“O Règlement organique dos Principados do Danúbio atesta e legaliza em cada parágrafo a avidez pelo trabalho excedente; a legislação fabril inglesa põe a nu essa avidez, mas de maneira negativa. Essas leis refreiam o impulso do capital por uma sucção ilimitada da força de trabalho, mediante uma limitação compulsória da jornada de trabalho pelo Estado e, mais precisamente, por um Estado dominado pelo capitalista e pelo landlord. Abstraindo de um movimento dos trabalhadores que se torna a cada dia mais

²³⁵ O guano é considerado o melhor fertilizante do mundo e é composto de fezes de aves e morcegos, que resultam em elevados índices de amoníaco, ácido úrico, ácido fosfórico, ácido oxálico, ácido carbônico e sais minerais, além de impurezas da terra.

ameaçador, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que forçou a aplicação do guano nos campos ingleses. A mesma rapacidade cega que, num caso, exauriu o solo, no outro matou na raiz a força vital da nação. Epidemias periódicas são, aqui, tão eloquentes quanto a diminuição da altura dos soldados na Alemanha e na França” (MARX, 1996, p. 269-270).

Marx ainda citou Liebig, em função da análise que o mesmo fez sobre o processo de enfraquecimento e perda de desenvolvimento corporal dos habitantes dos países industrializados, em função das precárias condições de alimentação, mas neste caso, não se referiu aos trabalhadores pauperizados, mas aos próprios defensores das nações, os seus próprios soldados:

“Em geral, e dentro de certos limites, ultrapassar o tamanho médio de sua espécie é algo favorável à constituição de um ser orgânico. No ser humano, sua massa corporal diminui se seu processo de crescimento é prejudicado, seja por condições físicas, seja por condições sociais. Em todos os países europeus que introduziram o recrutamento militar, a massa corporal média dos homens adultos diminuiu e, com ela, também a aptidão desses homens para o serviço militar. Antes da revolução (1789), a estatura mínima para os soldados da infantaria francesa era de 165 centímetros; em 1818 (lei de 10 de março), ela passou para 157 e, com a lei de 21 de março de 1832, para 156 centímetros; na França, em média, mais da metade dos homens é rejeitada em razão de estatura insuficiente ou fraqueza física. Em 1780, o padrão militar na Saxônia era de 178 centímetros; agora, é de 155 centímetros. Na Prússia, ele é de 157 centímetros. De acordo com a afirmação do Dr. Meyer no Bayrischen Zeitung de 9 de maio de 1862, o resultado de uma média de 9 anos mostra que, na Prússia, 716 dos 1.000 recrutados foram declarados inaptos para o serviço militar: 317 por causa da baixa estatura e 399 por fraqueza corporal [...]. Em 1858, Berlim não pôde fornecer seu contingente de recrutas: faltavam 156 homens” (VON LIEBIG, apud MARX, 1996, p. 270)²³⁶.

É interessante tal constatação de Liebig utilizada por Marx, na medida em que também evidenciou que a deterioração dos padrões de alimentação da população, da qual resultavam os futuros soldados, demonstrava que se tratava de um assunto de segurança nacional destes próprios países, o que implicou na urgente necessidade

²³⁶ Referência de Marx à obra: *Die Chemie in ihrer Anwendung auf Agrikultur und Physiologie*, A Química na sua Aplicação na Agricultura e na Fisiologia, (7. ed., 1862, v. I), p. 117-8 de Von Liebig.

de recomposição dos nutrientes do solo, conseqüentemente do melhor trato da natureza, e que aqui se constata novamente a propensão de Marx pelo uso da ciência como fator de compreensão e de fundamentação do contexto social.

Por meio desta necessidade nacional de recuperação do solo passamos a ter a noção de trabalho improdutivo, ou seja, aquele que ao invés de produzir mais valia a consome, a exemplo das atividades administrativas do Estado, como nos demonstrou Marx na obra: Grundrisse, como segue:

“Na agricultura, por exemplo, parte do produto é consumida pelo trabalho para construir aquedutos ou uma parte do grão é trocada por guano, substâncias químicas etc., que são incorporadas à terra, mas que de fato não têm nenhum valor de uso, porquanto são abandonadas ao seu processo químico. Uma parte do capital circulante só possui valor de uso para a reprodução do capital fixo e é produzida exclusivamente (mesmo que a produção consista apenas no tempo de trabalho que custa a sua mudança de lugar) para o capital fixo” (MARX, 2011, p. 982).

Tudo isso foi percebido na época por Marx, que por sua vez foi verdadeiramente muito além, ao transpor tal contexto, como argumento de sua teoria social sob o viés ambiental. Assim, não será nenhum exagero tratá-la como uma teoria socioambiental, pois o mesmo conseguiu conectar tudo isso à noção da sustentabilidade, ainda que, no século XIX, tal conceituação não existia. Todavia o fez ao definir que a produção e o processo de trabalho eram exatamente a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza. Ou seja, era o próprio processo de trabalho em termos ecológicos. Em outras palavras, o uso racional da natureza provê os meios necessários para que a força de trabalho resulte em mais valia na transformação dos recursos naturais em produtos, em função do bem dos homens e não de sua angústia, que em si são a essência da concepção materialista na natureza, e que se perfaz no materialismo histórico dialético, na medida em que o homem se transforma ao transformar seu próprio meio ambiente.

E é assim que Marx definiu a produção industrial. Ele argumentava que o capitalismo o fazia de modo alienante e predatório, pois roubava, em sentido figurado, a terra dos homens. Em outras palavras, subtraía os seus meios de subsistência em harmonia com a natureza. Então, neste sentido, a produção capitalista em todos os seus níveis e estágios, estava associada a esta “ruptura metabólica”. Ou seja, a destruição das condições que levavam à sustentabilidade. Observa-se, então, que

Marx desenvolveu a concepção mais radical de sustentabilidade do que qualquer outro autor, inclusive os contemporâneos, na medida em que identificou que a sustentabilidade ia exatamente contra o capitalismo predatório²³⁷, a exemplo deste contexto na contemporaneidade.

Um dos exemplos atuais deste capitalismo predatório, pode ser observado em relação ao pior desastre ecológico ocorrido no Brasil. No dia em 5 de novembro de 2015, 55 milhões metros cúbicos de lama tóxica vazaram da barragem do Fundão, pertencente à Usina Mineradora SAMARCO, controlada pelas empresas: Vale, portanto, pelo governo federal, e BHP Billiton, de capital privado, ambas explorando comercialmente um patrimônio natural da humanidade. Tal desastre atingiu as cidades de Mariana, Ipatinga, Colatina, Linhares e outros trinta e cinco municípios, com a afetação de 1,5 milhão de hectares somente em Mariana, além de matar dezenove pessoas e desalojar 1.265 pessoas na localidade. Esta lama, que chegou à bacia hidrográfica do Rio doce, que abrange municípios de Minas e do Espírito Santo, antes de desaguar no oceano causando uma mancha de 80 km². Ocorre que tal poluição fluvial, matou onze toneladas de peixes, além de sapos e rãs, e ambos se alimentavam das larvas dos mosquitos *Haemagogus* e *Aedes Aegypti*, principais vetores da transmissão da Febre Amarela, cujo surto retornou ao Brasil, após décadas de inatividade, contexto este que ampliou os dramas humanos das populações afetadas direta ou indiretamente²³⁸ pela falta de cuidado para com Nossa Casa Comum.

“O cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho económico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação. Mas o custo dos danos provocados pela negligência egoísta é muitíssimo maior do que o benefício económico que se possa obter. No caso da perda ou dano grave dalgumas espécies, fala-se de valores que excedem todo e qualquer cálculo. Por isso, podemos ser testemunhas mudas de gravíssimas desigualdades, quando se pretende obter benefícios significativos, fazendo

²³⁷ Note-se que no afã das disputas da Guerra Fria, o modo de produção socialista também acabou por cometer os mesmos erros do capitalismo predatório e a impossibilidade de produção de alimentos para os seus cidadãos em função das condições do solo foi também um fato.

²³⁸ Fontes: <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>, e <http://www.ambientelegal.com.br/lama-da-samarco-e-o-surto-de-febre-amarela/>, acesso em 26/02/2017, 15:34 h.

pagar ao resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental” (BERGOGLIO, 2015, p. 30)

Percebe-se que Marx entendida que a posse mercantil da natureza, como patrimônio da natural humanidade, era absurda tanto quanto a propriedade privada de um homem sobre outros homens, ou seja, como a escravidão. Assim, tinha a clara noção de que todas as sociedades ou nações que existem, tomadas simultaneamente em conjunto, não são donas da terra, pois simplesmente possuem a sua posse, isto é, são beneficiárias de seus usos, mas necessitam passar para as futuras gerações em estado melhorado e esta é exatamente a noção de sustentabilidade.

Marx aborda a sustentabilidade em termos de gerações sucessivas na perspectiva da manutenção e melhoria da terra e não só o consumo dos recursos naturais para esta geração sem comprometer as futuras, como se convencionou conceituar a sustentabilidade na atualidade, o que em si se diferencia muito, pois não é fundamentada no consumo, mas na superação da condição da terra, pois a conecta com a crítica à propriedade privada, que deve ser substituída pela posse na medida em que se busca a melhoria da condição da terra e isto poderia ocorrer tanto com trabalhadores associados e que poderiam se reunir para controlar a produção de forma coletiva, inclusive a agricultura de modo sustentável quanto os pequenos produtores também o poderiam fazer²³⁹.

Marx argumentou de modo muito claro, que no caso dos pequenos proprietários não se tratava de propriedade privada no capitalismo e esse é um dos pontos mais importantes em seu pensamento, sob a ótica ecológica de inspiração epicuriana, ao afirmar, em 1875, em sua: Crítica ao Programa de Gotha – Glosas Marginais ao Programa do Partido Operário Alemão²⁴⁰, em que abordou sobre o socialismo e comunismo a partir da seguinte concepção: “para cada um de acordo com a sua capacidade e sua necessidade”, como se pode observar:

²³⁹ Um bom exemplo desta situação é o caso dos kibutzim que são pequena comunidade israelense economicamente autônoma com base em trabalho agrícola ou agroindustrial, caracterizada por uma organização igualitária e democrática, obtida pela propriedade coletiva dos meios de produção e da administração conduzida por todos os seus integrantes em assembleias gerais regulares.

²⁴⁰ Trata-se de carta escrita do Marx com introdução de Engels, para admoestar que cada pessoa contribui conforme suas faculdades, aptidões, inclinações e habilidades e consome conforme suas necessidades e desejos, ou seja, sem que seja preciso condicionar o consumo a alguma forma de medida de equivalência com o trabalho feito Bracke. Observe-se que a cada um corresponde segundo suas necessidades, mas só para quem trabalha. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_05.pdf, em 25/10/2016, 19:44 h.

“Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas Crítica ao Programa de Gotha em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1875, p. 7-8).

E embora a expressão acima seja importante em sua obra, já na maturidade, e que nos aponta diretamente para os mais importantes pilares da sustentabilidade socioambiental, não tem a mesma repercussão no Brasil, pois aqui o paradigma marxista o associa contra a propriedade privada e aos conflitos das lutas de classes, mas há que se considerar sua veemente importância ecológica, em especial para o Serviço Social, tanto nas graduações quanto nas pós-graduações.

Neste sentido percebe-se claramente que a noção de socialismo em Marx, passa necessariamente pela organização social dos trabalhadores, que de modo coletivo passariam a reger racionalmente segundo suas necessidades, o metabolismo entre a natureza e o homem, como afirmou:

A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados, regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza [equilíbrio metabólico], controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana [sustentabilidade socioambiental]. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade” (MARX, 1991, p. 942).

Esta passagem constante no Volume VI, livro 3, da obra: O Capital, sintetiza a relação entre a sua concepção materialista da natureza e o materialismo histórico dialético ao mesmo tempo em que aponta para uma ética planetária fundamentada na dimensão do cuidado no trato da natureza para a felicidade dos homens. Trata-se, portanto, mais do que uma ideologia, de um ideal.

Pelo que se constata, Marx não define produção somente em termos meramente econômicos, mas muito mais em termos ecológicos, pois afirma, como

visto, que a liberdade na esfera do domínio da necessidade natural só se pode consistir com o equilíbrio racional entre o homem e a natureza que, por conseguinte, possibilitará que o homem se construa como um ser-social e em sua produção econômica, desde que, trazendo-a ao controle coletivo para a felicidade entre os homens, na medida em que o fizerem com o menor dispêndio, e em condições realmente alinhadas e apropriadas com a dignidade humana, portanto, dentro do princípio científico da conservação da energia. Ou seja, Marx não define a produção em termos de valores econômicos e nem em termos de industrialização, mas pelo modo pelo qual na produção nós nos relacionamos com a natureza. Trata-se, portanto, de um ponto crucial em sua obra e ainda evidencia seu alinhamento com Epicuro, assim sendo, pelo modo como organizamos a sociedade humana em relação ao patrimônio natural. E isto se torna o componente decisivo de sua dialética da concepção materialista da natureza uníssona, por sua vez com a concepção materialista da história.

Cabe ainda ressaltar que não se encontra em nenhum texto de Marx qualquer teoria de valor do trabalho de modo antiecológico, antes, pelo contrário, denuncia constantemente, como visto, a expropriação da natureza em função do predatório modo de produção capitalista, ainda que economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, compreendessem o valor do trabalho sem levar em conta a preservação da natureza mas se associava ao pensamento de Petty²⁴¹, que entendia que a natureza era a fonte das riquezas. E esta era a chave para entender a fórmula como o capitalismo funcionava naquela época, totalmente desregrado e somente com foco no valor do trabalho, e isto é claro, tanto no *Capital*, quanto na *Crítica ao Programa de Gotha*, assim como em outras obras citadas, posto que naquele contexto o capitalismo revelava suas principais contradições entre valor e a riqueza, valor e intercâmbio e entre riqueza e valor de uso, pois se a natureza é esgotada, ficavam

²⁴¹ Willian Petty (1623-1687). Economista britânico, pioneiro dos estudos de Economia Política e que entendia que o trabalho é o pai e a terra é mãe de todas as riquezas. “Com relação à natureza, tinha uma visão respeitosa e demonstrava, mesmo que de forma simples, um conhecimento de seus limites de fertilidade. A terra após sete anos de uso teria necessidade de um ano de repouso. Dentro do contexto naturalista os recursos naturais, ou seja, a natureza é vista como algo a ser entendido e como reflexo de uma Ordem Natural, respeitada e imitada. Os recursos naturais são antes de tudo limitados e o seu uso racional se faz necessário para o bom funcionamento do organismo social. Petty afirma em sua obra a importância de não ir contra a Ordem Natural, dessa forma, conclui-se que a natureza como seu reflexo não poderia ser explorada além de seus limites naturais”. (MESQUITA FILHO e BARRETO). Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/12/13P563.pdf>, em 26/10/2106, 16:16 h.

comprometidas as demais produções econômicas, ou seja, um ecocídio danoso ao próprio homem.

Marx argumentava que a riqueza vinha de ambos: ou seja, da natureza e do trabalho, mas este, como se pode perceber, não poderia criar riqueza só por si, pois somente poderia transformar recursos naturais em produtos, ou seja, necessita daquilo que vem da natureza, sendo assim, a natureza é a chave para a produção da riqueza.

Assim, analisar Marx somente em termos de valores econômicos e na relação das lutas de classes é um reducionismo que leva ao equívoco de interpretação de sua obra, todavia, esta visão esteve muito arraigada no movimento socialista daquela época, mas que hoje se busca redirecionar no chamado Socialismo Ecológico.

Há nisto um conceito muito complexo, a ponto do próprio Engels buscar desenvolver esta teoria em sua obra: A Dialética da Natureza, em que buscou dar uma conotação científica a tal concepção, também fazendo uso das Ciências Naturais, como se observa:

“Resumindo: o animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e por outro lado é o trabalho que determina esta diferença. Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas que quase sempre anulam essas primeiras consequências. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram os bosques, para obter terra arável, não podiam imaginar que, dessa forma, estavam dando origem à atual desolação dessas terras ao despoja-las de seus bosques, isto é, de centros de captação e acumulação de umidade. Os italianos dos Alpes, quando devastaram, na sua vertente sul, os bosques de pinheiros, tão cuidadosamente conservados na vertente norte, nem sequer suspeitavam que, dessa maneira, estavam arrancando, em seu território, as raízes da economia de suas granjas leiteiras, e menos ainda suspeitavam que assim estavam eliminando a água das vertentes da montanha, durante a maior parte do ano e que, na época das chuvas, seriam derramadas furiosas

torrentes nas planícies. Os propagadores de batata, na Europa, não sabiam que, por meio desse tubérculo estavam difundindo a escrófula²⁴². E assim, somos a cada passo advertidos de que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim, que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplica-las corretamente (ENGELS, 1991, p. 223-224).

Neste interessante e muito atual texto de Engels, temos explicita toda a relação metabólica entre o homem e a natureza, e este ainda corrobora para a compreensão de que a concepção materialista na natureza deu origem ao materialismo histórico dialético, abordagem que criou juntamente com Marx, na base do Socialismo Científico, que futuramente passou a ser designado como Marxismo, como já visto.

Por sua vez, o próprio conceito de Ecossistema surgiu do próprio marxismo a partir das contribuições de Tansley²⁴³, que desenvolveu tal conceito e se tornou um dos fundadores da Sociedade Ecológica Britânica, ao relacionar o conceito de metabolismo de Marx e aplica-lo à relação entre os homens, a fauna e a flora, de modo que não seria absurdo afirmar que as bases do ecologismo mundial estão associadas à dialética marxista e esta, à concepção materialista da natureza, no que se poderia denominar como contribuição do marxismo inglês.

“A Forte tradição científica na Grã-Bretanha ligou Darwin a Marx e sua dialética [...] A chamada ciência ecológica marxista desenvolveu-se principalmente através desta conexão britânica até os dias atuais. Mesmo a moderna ideia da extinção das espécies está enraizada no marxismo, através de Ray Lankester²⁴⁴ e Arthur Tansley. Lankester foi protegido de Huxley²⁴⁵ líder defensor do darwinismo daquela época. Seu aluno, Tansley, tinha muita afinidade com Marx. O pensamento de Tansley não era radicalmente marxista, mas admirava Marx pelo uso da concepção materialista em sua

²⁴² Contaminação bacteriana dos gânglios linfáticos ao redor do pescoço ou da cabeça, causando tumores, geralmente na região do pescoço. Acreditava-se, nesta época, que a batata era um vetor desta contaminação, que ocorria muito em função de fatores de redução de imunidade corpórea por fatores de alimentações precárias.

²⁴³ Arthur George Tansley (1871-1955). Botânico inglês, simpatizante do pensamento marxista e precursor da Ecologia vegetal e do Ecossistema.

²⁴⁴ Edwin Ray Lankester (1847-1829). Zoólogo britânico, frequentador da propriedade de Charles Darwin.

²⁴⁵ Thomas Henry Huxley (1825-1895). Biólogo britânico, árduo defensor da obra de Charles Darwin.

obra e se ofereceu para publicar o seu trabalho em russo” (NAPIER, 2009, p. 81-82).

Houve assim, uma inegável reflexão marxista que resultou nesta concepção ecológica através do materialismo dialético. Mais tarde, esta consciência do metabolismo entre a natureza e a sociedade resultaria em pensadores que passaram a difundir tal concepção e que elaboraram a Teoria da Troca Ecológica Desigual²⁴⁶, em que a noção de sustentabilidade desconstrói o discurso preconcebido de que primeiramente se faz necessário enriquecer para depois se cuidar do meio ambiente²⁴⁷, discurso este que apregoa que enquanto existir miséria não se pode considerar a natureza como intocável e, que por sua vez, se associa diretamente à sociedade de classes e ao modo de produção capitalista, indicando exatamente a denúncia existente na obra: O Capital.

“Esse mito da natureza intocada e intocável reelabora não somente crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas, numa simbiose expressa pela aliança entre determinadas correntes das ciências naturais e do ecologismo preservacionista. A persistência da ideia de um mundo natural, selvagem, não tocado, tem força considerável, sobretudo entre populações urbanas e industriais que perderam, em grande parte, o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural. Isso apesar de evidências científicas crescentes de que nas diversas centenas de milhares de anos de vida humana, os homens de uma forma ou outra interferiram, com maior ou menor intensidade, nos diversos ecossistemas terrestres, hoje restando muito pouco de natureza virgem, intocada. E importante ressaltar que a concretização histórica desse mito de natureza intocada, mediante a criação de parques naturais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas frequentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza. O conflito entre a visão das

²⁴⁶ “Um estudo baseado na teoria da Troca Ecológica Desigual analisou a pegada ecológica per capita de 137 países e mostrou que nações de renda baixa e média com grande proporção de exportações para os países industrializados caracterizam-se pelo baixo consumo de recursos ambientais. James Rice, autor do estudo, argumenta que isso é consequência da utilização desproporcional do espaço ambiental global pelas nações centrais em detrimento daquelas integradas de maneira menos favorável à economia global. O problema, destaca Rice, não é apenas a riqueza ou a pobreza, “mas as complexas interrelações entre elas na esfera global”.

²⁴⁷ Observe-se que tal noção vai exatamente contra as desculpas dos países em vias de industrialização que sempre buscam postergar os acordos climáticos globais, como é o caso dos países dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O mesmo ocorre como os países não-industrializados” (PARDINI, 2008), disponível em: <http://pagina22.com.br/2008/10/18/por-tras-de-uma-curva/>, em 30/10/2016, 18:12 h. Por sua vez a terminologia “pegada ecológica” é definida como a quantidade de água e de terra necessária para o abastecimento para a gerações atuais tendo em conta o uso dos recursos naturais utilizados para a mesma.

chamadas populações tradicionais e a dos preservacionistas/entidades conservacionistas tradicionais estatais não pode ser analisado, no entanto, simplesmente como oposição entre mitologias e simbolismos. O conflito se reporta também à ecologia política ou à política tout-court, uma vez que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como "modernos e públicos": o dos parques e reservas de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores" (DIEGUES, 2001, pp. 157-158).

Marxistas contemporâneos como Mészáros²⁴⁸ se referem também aos conceitos ecológicos que se baseavam na constatação de Marx do abuso metabólico, que percebeu sua relação com o capitalismo.

"O particularismo estruturalmente prejudicado do sistema do capital, apesar das afirmações universalistas de Hegel, é inimigo absoluto da verdadeira universalidade que poderia emergir a partir da automediação realmente produtiva dos indivíduos sociais em seu intercâmbio metabólico com a natureza, numa espécie de sociedade radicalmente diferente: uma sociedade regulada pela contabilidade socialista e por um modo correspondente de controle sociometabólico" (MÉSZÁROS, 2011, p. 71-72).

Um fato interessante é o de que, muito embora em função das disputas entre o liberalismo econômico e os modelos socialistas que caracterizaram a Guerra Fria, a URSS desconsiderou os efeitos do metabolismo entre natureza e sociedade de Marx, levando em consideração mais a visão das lutas de classes do que a dialética aplicada à natureza. Entretanto, no seio do liberalismo, nomeadamente nos EUA, marxistas ecológicos como Gold²⁴⁹ e Levins²⁵⁰, da Universidade de Harvard, continuaram o legado do marxismo ecológico britânico de Tansley. Estes estavam entre os biólogos mais famosos do século XX, e foram influenciados pelo pensamento marxista da ruptura da relação metabólica entre a sociedade e a natureza, que implica na destruição das relações ecossistêmicas pela intervenção humana, atingindo, em

²⁴⁸ István Mészáros é um filósofo húngaro considerado um dos mais importantes expoentes do marxismo na atualidade.

²⁴⁹ Stephen Jay Gold (1941-2002). Biólogo americano de formação judaica socialista, docente na Universidade de Harvard, célebre por suas causas contra a opressão racista.

²⁵⁰ Richard Levins (1930-2016). Ecologista marxista americano, docente na Universidade de Harvard, introdutor do conceito de metapopulações, que em si significa uma rede de populações formada por subpopulações espacialmente estruturadas em agrupamentos. Sua teoria da Evolução em Ambientes em Transformação, era declaradamente fundamentada no Grundrisse de Marx.

nossa época, proporções planetárias, ou seja, o planeta está sendo rompido metabolicamente em relação sociedade e a natureza.

Ocorre que ideologias assassinas e, portanto, nocivas à humanidade, mas defendidas cegamente por muitos que as desconheciam, serviram mais para a construção de muros do que de pontes. Assim, esquerda matou por ética e a direita por estética, mas o que vemos é o repensar os antagonismos de ambos sistemas que semearam a intolerância ao mesmo tempo em que afetaram o planeta e a humanidade.

“A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo. Em muitos lugares do planeta, os idosos recordam com saudade as paisagens de outrora, que agora vêm submersas de lixo. Tanto os resíduos industriais como os produtos químicos utilizados nas cidades e nos campos podem produzir um efeito de bioacumulação nos organismos dos moradores nas áreas limítrofes, que se verifica mesmo quando é baixo o nível de presença dum elemento tóxico num lugar. Muitas vezes só se adaptam medidas quando já se produziram efeitos irreversíveis na saúde das pessoas” (BERGOGLIO, 2015, p. 19).

Consideram-se como muito pertinentes as contribuições advindas de Marx e de Engels sobre a dialética da natureza e sobre a concepção materialista da natureza em consonância com o materialismo dialético na medida em que se alinham com as chamadas fronteiras planetárias²⁵¹, que em si são os limites de afetações possíveis para as condições de vida humana no planeta, portanto, não podem ser ultrapassadas, na relação metabólica entre sociedade e natureza. Tratam-se de nove sistemas de suportes à vida planetária, existentes nos últimos dois mil anos, e que começaram a ser afetados a partir da Revolução Industrial, acredita-se que, em função dos impactos das atividades humanas, a saber:

- 1- Destruição da camada de ozônio estratosférico;
- 2- Perda da integridade da biosfera (perda de biodiversidade e extinções);
- 3- Poluição química e o lançamento de novos compostos poluentes;

²⁵¹ Tratam-se de nove contextos de afetações socioambientais que não podem ser extrapoladas e que foram definidas por um grupo de cientistas e climatologias de vários países, liderados por Johan Rockström da Universidade de Estocolmo, Suécia e Will Steffen da Universidade Nacional da Austrália, que obtiveram o consenso de governos e organizações internacionais e da sociedade civil, como um espaço operacional seguro para a humanidade, como condição definida para o desenvolvimento sustentável. Ocorre que tais fronteiras já estão comprometidas em função da existência de nove bilhões de pessoas no planeta.

- 4- Alterações climáticas;
- 5- Acidificação dos oceanos (por poluição atmosférica e outros processos climáticos);
- 6- Comprometimento do consumo de água doce e do ciclo hidrológico mundial (por esgotos e resíduos industriais, por exemplo);
- 7- Mudança do sistema planetário por falta de conservação (desmatamento, por exemplo);
- 8- Ciclo do nitrogênio e do fósforo fluir para a biosfera e os oceanos;
- 9- Carga de aerossóis atmosféricos²⁵².

Um estudo atualizado do mesmo grupo identificou que, desde 2009, quando foram concebidas tais fronteiras, constatou-se que quatro das mesmas foram ultrapassadas, nomeadamente, as mudanças climáticas, a perda da integridade da biosfera, a mudança do ciclo terrestre e a alteração dos ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo²⁵³. Restam, portanto, segundo tais cientistas, mais cinco limites planetários, ou seja, a humanidade se encontra em grave risco, segundo tal consenso. Diante de tal constatação, todos os segmentos sociais, sem exceção, precisam tomar medidas radicais de preservação das condições socioambientais ou mesmo, sob a ótica marxista, sociometabólicas em relação à natureza, inclusive o Serviço Social.

Na atual relação agrária, o modo de produção capitalista vem alterando o ciclo do nitrogênio por meio de sua maior concentração no solo em função da fertilização por derivados de petróleo, tais como ureia, sulfato de amônio e enxofre. E, tal qual Marx identificou na racional relação metabólica entre a sociedade e a natureza, tal modo de produção coloca isso na terra para restaurar o solo, e assim, destrói o ciclo natural do nitrogênio, que entra nas águas, nos oceanos e acaba se transformando num desastre planetário. Ou seja, resolve-se um problema e se acaba criando um outro ainda maior. Portanto, há que se compreender tais rupturas metabólicas e buscar, numa visão marxista, meios para a reorganização sociometabólica o que implica em se rever o materialismo histórico dialético a partir da concepção materialista da natureza, por meio de uma abordagem ecossocialista que,

²⁵² Fonte: Centro de Resiliência da Universidade de Estocolmo, Suécia. Disponível em: <http://www.stockholmresilience.org/research/researchnews/tippingtowardstheunknown/thenineplanetaryboundaries.4.1fe8f33123572b59ab80007039.html>, acesso em 30/10/2016, 20:57 h.

²⁵³ Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Humanidade-ultrapassa-4-das-9-fronteiras-planetarias>, acesso em 30/10/2016, 21:18 h.

efetivamente, repense os rumos da sociedade humana em equilíbrio com os ecossistemas, o que implica em se situar contra a lógica da exploração capitalista depredatória.

“Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-econômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça. Preocupa a fraqueza da reação política internacional. A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se na falência das cimeiras 44 mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse econômico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projetos” (BERGOGLIO, 2015, PP. 43-44).

Portanto, há que se buscar um modo de se repensar em todos os segmentos sociais um meio de se realizar uma revolução ecológica muito mais radical do que se noticia atualmente, caso efetivamente se desejar equacionar a questão socioambiental, pois a sociedade capitalista vem se mostrando incapaz de lidar com tal problema. E a única maneira de lidar com o problema todo é reexaminar as raízes do capital e do capitalismo e a resposta para isto se encontra no meio acadêmico em contribuição dos os movimentos sociais, o que se reporta novamente à contribuição de Marx, no que se relaciona com os trabalhadores associados, todavia, diferentemente na proposta do Grundrisse de que a cada um corresponde a sua necessidade. Há, portanto, que se pensar, no século XXI que não existem somente os trabalhadores, mas também uma complexa rede social que necessita ser inserida nesta questão. Isto implicaria, necessariamente, na ampliação de tipos de proletariados ambientalistas, como se observa em algumas localidades, tais como os kibutzim²⁵⁴, e comunidades cooperativadas agrárias que atuam, por exemplo, com o sistema de integração agricultura, floresta, pecuária. Por outro lado, as experiências de implantações radicais do marxismo impostas sobre a forma governamental e autoritária, tendem ao fracasso, como é o caso da Venezuela, que nesta época se

²⁵⁴ O Kibutz é basicamente um grupo social, porém com uma ideia revolucionária baseada em uma sociedade de voluntariado em que as pessoas vivem sob os termos de um contrato social específico, com os princípios sociais e econômicos igualitários e comunitários. Trata-se de um coletivismo.

encontra em total desabastecimento e descontentamento geral da população, à beira de uma guerra civil e o desrespeito aos procedimentos democráticos.

Assim, a transição de uma sociedade consumista para uma sustentável, é uma tarefa hercúlea e implica, necessariamente, na desmitificação e desdemonização de Marx pela sociedade dominante e a revisão de seus contributos ecológicos a partir da reprodução do capital, todavia, também se faz necessário que a chamada esquerda busque no legado de Marx, a percepção de que o materialismo histórico dialético tem o seu ponto de partida na concepção materialista da natureza, cujos fundamentos teóricos se encontram na filosofia grega, notadamente na influência do pensamento epicuriano em suas obras, o que aqui se busca salientar.

No próximo capítulo abordaremos as perspectivas socioambientais fundamentadas no marxismo, no campo profissional dos Assistentes Sociais.

Capítulo IV

Da Abordagem Socioambiental na Perspectiva

Profissional de Opção Marxista pelo Serviço Social Brasileiro

Este capítulo tem como fulcro a opção marxista ocorrida num processo²⁵⁵ que se iniciou a partir do período do Regime Militar, de 1964 até 1985, em que houve a chamada “intensão de ruptura” com o tradicionalismo²⁵⁶ e que direcionou o Serviço Social brasileiro para duas vertentes muito diferentes, uma, a do conservadorismo, e a segunda, da perspectiva renovadora, que buscou certa hegemonia, e que foi a da via marxista, muito presente atualmente nas instituições de formação e de aprimoramento de Assistentes Sociais no Brasil, bem como nos referenciais teóricos da profissão.

“A perspectiva renovadora que, à falta de melhor designação, chamamos de ‘intensão de ruptura’, experimentou um desenvolvimento diverso daquele que registramos nas vertentes de examinadas páginas atrás. Emergindo no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta – sua formação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – esta perspectiva aí permanecerá como inteiramente marginal até o fim da década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se, em meados da década de oitenta, um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que inclusive, pode oferecer ao observador desavisado a impressão (falsa) de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico” (NETTO, 2011, p. 247-248).

Netto ainda nos informa que o investimento na vida acadêmica significou objetivamente uma opção de profissionais da área que estavam empenhados nesta renovação e que pudesse, efetivamente, romper com o tradicionalismo. E sem dúvidas, tal intervenção foi preponderante para o perfil profissional contemporâneo do

²⁵⁵ Por processo entendemos o começo continuado.

²⁵⁶ Cabe aqui esclarecer que tradições não são coisas do passado, mas do futuro, pois na medida em que são reproduzidas no presente já se tem uma certa previsão de qual comportamento se deverá esperar. Tal certeza passa a deixar de existir quando uma tradição não é reproduzida, deste modo o futuro se apresentará como totalmente incerto.

Serviço Social, com destaque para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cujo protagonismo tanto na formação profissional quanto na pós-graduação em âmbito nacional e até internacional foi preponderante para a difusão desta vertente renovadora.

No âmbito deste movimento se destacaram as obras de lamamoto²⁵⁷, com o que Netto denomina de “resgate de inspiração marxiana”, conforme se pode verificar:

“A base de interpretação de lamamoto é a sua concepção acerca da produção (que é produção e reprodução) das relações sociais, que ela fundamenta e desenvolve ao longo do primeiro capítulo de seu ensaio²⁵⁸. Calcada numa reflexão que se desdobra colada aos textos marxianos fundamentais – em especial O Capital, inclusive apelando ao inédito capítulo VI, mas recorrendo ainda aos Grundrisse – a argumentação de lamamoto prima pelo rigor teórico e pela congruência crítica: ela recupera, a partir da rica categoria de produção social, a especificidade histórica de ordem burguesa, com a processualidade das relações sociais sendo resgatada pelo desvelamento dos mecanismos da reificação. Para tanto lamamoto procede a um tratamento inicialmente sistemático de produção social capitalista: tomando-a como ‘relação entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas’” (NETTO, 2011, p. 291-292).

Muito embora lamamoto tenha se utilizado dos mesmos referenciais marxianos, a mesma não aborda o viés relacionado ao meio ambiente, preferindo abordar as relações sociais a partir do capitalismo e das classes sociais, ainda que tenha tangenciado os meios de produção em Marx, que como visto, nos afirmou que tem sua origem, tantos nos recursos naturais quanto na energia para a força de trabalho na própria natureza, cujo uso deve ser racional, como se observa:

“O capital se expressa sob a forma de mercadorias: meios de produção (matérias-primas e auxiliares e instrumentos de trabalho) e meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho. As mercadorias são objetos úteis, produtos de um trabalho de qualidade específica (trabalho útil concreto), que atendem a necessidades sociais; como objetos úteis, de qualidades materiais diferenciadas, são valores de uso. O valor de uso é a

²⁵⁷ Marilda Villela lamamoto. Assistente Social e escritora formada pelo curso de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora, MG. Trata-se de uma das mais importantes expressões na produção dos referenciais teóricos da profissão.

²⁵⁸ Este ensaio a que Netto se refere de lamamoto é a obra: Legitimidade e Crise do Serviço Social, publicado em 1982, na cidade de Piracicaba, pela ESALQ/USP.

própria materialidade da mercadoria e se realiza no consumo dos objetos úteis” (IAMAMOTO, 2012, p. 38-39).

Fica evidente que o parâmetro de análise de Iamamoto é histórico-metodológico a partir de uma relação de produção capitalista que acabou se amalgamando nas relações econômico sociais que caracterizaram a ordem social burguesa estabelecida, neste caso, no Brasil, bem como em sua formação social e que em virtude de ser um dos referenciais teóricos do Serviço Social, culminou na reprodução desta perspectiva no âmbito da qualificação profissional, ainda que de modo não hegemônico.

Ocorre que, muito embora Iamamoto e Netto se utilizem do processo sócio histórico e econômico como análises de categorias²⁵⁹ aludidas como sendo por meio da “totalidade”²⁶⁰ das relações de classes, não constatamos em ambos a análise marxiana do elemento fundante das relações de produções econômicas, e que se perfaz por meio da relação metabólica entre a natureza e a sociedade. E ambos, por serem expoentes nos referenciais teóricos da profissão, acabaram por não possibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre o meio ambiente e o Serviço Social, pois consolidaram uma cultura literária caracterizada pelo recorte ideológico e revolucionário da obra de Marx. Segundo Yazbek, tal contexto foi uma opção coletiva em função da conjuntura da época, e também abrangeu outras áreas, a exemplo das

²⁵⁹ Consideram-se como categorias em Marx as dialéticas que se opõem, tais como as encontradas na obra: O Capital, dentre elas: o singular, o particular e o geral; causa e efeito; necessidade e casualidade; necessidade e liberdade; possibilidade e realidade; conteúdo e forma; essência e fenômeno; o abstrato e o concreto; o capital e o trabalho; salário e lucro; consumo produtivo e consumo improdutivo; mais-valia produtiva e mais-valia improdutivo; noções e formas; epistemologia metaconceitual e epistemologia metodológica; etc. Note-se que as categorias observadas de modo totalizante, como identificadas por Marx não se encontram em Iamamoto nem em Netto, conforme observado por Bottomore: “Marx observa que ‘o segredo da dialética científica’ depende da compreensão ‘das categorias econômicas como a expressão teórica de relações históricas de produção, correspondentes a determinada fase do desenvolvimento da produção material’. A dialética de Marx é científica porque explica as contradições do pensamento e as crises da vida socioeconômica em termos das relações essenciais, contraditórias e particulares que as geram (dialética ontológica). E a dialética de Marx é histórica porque a mesma tem raízes nas – e é (condicionalmente) um agente das – mudanças nas relações e circunstâncias que descreve (dialética relacional)” (BOTTOMORE, 2012, p. 17-18).

²⁶⁰ “A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as ‘totalidades parciais’ – estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas (ver MEDIAÇÃO) que constituem a estrutura de determinada totalidade social” (BOTTOMORE, 2012, p. 83-84). Reitera-se, ainda, o argumento na medida em que a totalidade é uma “unidade complexa e autossuficiente, composta de partes ou elementos, no mais das vezes definida pelo tipo de relação que tem com suas partes ou elementos” (ABBAGNANO, 2014, p. 1145).

Ciências Sociais, da Pedagogia e da Economia. Entretanto, para fins desta tese, a análise da totalidade é aqui tratada na forma corroborada por Lukács, por sua vez, raramente estudado nas graduações em Serviço Social, a saber:

“A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1967, p.240).

Neste aspecto, ainda encontramos em Lukács outra definição que confirma com os argumentos aqui apresentados, como se poderá constatar:

“A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem [...]; segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado” (LUKÁCS, 1948, p.12).

Naquilo que nos é pertinente, em função dos argumentos até aqui apresentados, faz-se necessário salientar que os vocábulos “Economia” e “Ecologia”, se iniciam com prefixo “Eco”, que tem origem no grego “*oikos*” que significa “casa ou lar”²⁶¹. Assim, o nexos da Economia é o da administração da casa e, por sua vez, o da Ecologia é o da harmonia desta mesma casa. Em função disto, entendemos ser razoável a aproximação entre ambos, pois observamos em seus objetos de estudos, uma inter-relação entre seus temas, indicando, a mesma correlação encontrada nas obras de Marx, mas não evidenciadas de modo geral, nas de seus seguidores, pois observaram somente os recortes ideológicos das particularidades econômicas das lutas de classes, sem se darem conta de que para o mesmo o elemento fundante da Economia é a própria natureza.

Com base nesta constatação, identificam-se ainda os aspectos culturais pelos quais os indivíduos aprendem a interpretar a realidade. Em outras palavras, o modo

²⁶¹ CUNHA, Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, op. cit.

como todos observam o mesmo real, mas cada qual vive em realidades muito distintas em função dos aspectos linguísticos pelos quais aprenderam a interpretar as percepções cotidianas. Tal situação é muito interessante quando observamos estudantes do Ensino Superior analisando um mesmo panorama, conforme suas áreas de conhecimentos e passam a interpretar o contexto de modos diversos²⁶². Todos poderão olhar para o mesmo local, mas abstrairão do cotidiano um ou mais elementos de uma totalidade complexa, tais como coisas, representações sociais ou fatos, os quais só mentalmente poderão subsistir fora desta totalidade. E isto ocorre em função das diferentes linguagens pelas quais são construídas as áreas do conhecimento e, principalmente, pelas intervenções docentes, bem como dos referenciais teóricos que são utilizados para a construção dos saberes e competências acadêmicas. Resultam disto o modo que se aprende a interpretar e a reagir ao cotidiano e que estão diretamente associados à construção da consciência coletiva de uma determinada profissão, conforme nos demonstra Laplantine:

“A linguagem é com toda a evidência, parte do patrimônio cultural de uma sociedade. É através dela que os indivíduos que compõem uma sociedade se expressam e expressam os seus valores, suas preocupações, seus pensamentos. Apenas o estudo da língua permite compreender: como os homens pensam o que vivem e o que sentem, isto é, as categorias psicoafetivas e psicocognitivas (etnolinguística); como eles expressam o universo e o social (estudo da literatura, não apenas escrita, mas também da tradição oral); como, finalmente, eles interpretam seus próprios saber e saber-fazer (área das chamadas etnociências). A antropologia linguística, que é uma disciplina que se situa no encontro de várias outras, não diz respeito apenas, e de longe, ao estudo dos dialetos (dialetologia). Ela se interessa também pelas imensas áreas abertas pelas novas técnicas modernas de comunicação [*mass media* e cultura do audiovisual]” (LAPLANTINE, 2000, p. 18-19).

Sobre o aspecto socioambiental do pensamento marxiano, à primeira vista poderá até parecer paradoxal, em relação aos paradigmas dominantes nas literaturas marxistas que chegaram ao Brasil, e que implicaram em uma cultura de análise da

²⁶² Busca-se aqui exemplificar tal contexto por meio de uma situação hipotética em que estudantes do Ensino Superior, e de diferentes cursos se encontram no interior de um ônibus, e passam a observar o ambiente externo. Os de Enfermagem poderão observar indícios de pessoas doentes; os de Administração as empresas e os comércios; os de Propaganda as publicidades empresariais; os de Logística os fluxos de veículos, passageiros e cargas; os de Serviço Social indícios de miséria e de pobreza; os de Engenharia os prédios, as ruas, as pontes e viadutos; e assim por diante.

totalidade somente a partir dos aspectos das lutas de classes entre a burguesia e a classe trabalhadora, e que acabaram por orientar a consciência coletiva no Serviço Social. Todavia aqui se apresenta um novo desafio ao compartilhamento dos referenciais teóricos encontrados originalmente em Marx e que se busca despertar nesta tese. Sobre isto temos uma interessante contribuição de Lukács, a saber:

“Não podemos, aqui, fazer referência às variantes extremamente diversificadas de tais posições; apenas constatamos que a objetividade é derivada do trabalho – por certo, hipostasiando de maneira transcendente o trabalho como criação. A consequência, no entanto, é que os valores complexos, espiritualizados, acabam por estar em contraposição mais ou menos brusca com aqueles materiais, terrenos, e de qualquer modo, de maneira ainda mais marcante do que imagens de mundo genericamente idealistas, e, dependendo do modo como são os opostos os primeiros, estes últimos ou acabam simplesmente subordinados ou até são – asceticamente – inteiramente eliminados. Na ética veremos que por trás dessas valorações se ocultam contradições reais do ser-social, mas que aqui não podemos abordar os detalhes de tal complexo de problemas” (LUKÁCS, 2013, p. 109).

Assim, a abordagem desta tese está situada anterior a este processo identificado por Iamamoto e Netto, nomeadamente, nas relações de produção e, conseqüentemente, da reprodução econômica a partir dos aspectos econômicos das lutas de classes sociais, e que por sua vez resultaram em matrizes cognitivas fortemente arraigadas no âmbito acadêmico e que deveriam no modo como se abstrai uma certa realidade.

Ocorre que, na medida em que para Marx, como criação de valores de uso, o trabalho é uma condição eterna da existência e da sobrevivência do homem em quaisquer condições sociais, este se processa inicialmente por meio da relação metabólica entre o homem e natureza, tanto como fornecedora de matérias primas que serão utilizadas na transformação em produtos, quanto de nutrientes necessários para a renovação das energias da força de trabalho. Portanto, para Marx, a natureza é primordial nas relações sociais econômicas e se encontram em suas muitas obras. Todavia, numa análise macro estas relações socioambientais marxianas não são encontradas nem nas obras de Iamamoto e nem de Netto, como se poderá constatar nas mesmas. Diante do exposto, nos parece mais indicado o referencial marxista que nos é fornecido por Lukács, e que se reporta exatamente à análise sociometabólica que faltam em ambos autores, ainda que estes se afirmem tratar da totalidade:

“Desse modo, os valores de uso, representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias da economia somente porque, sendo a objetivação do metabolismo da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos, não está sujeita – considerada na sua universalidade – a nenhuma mudança histórica; naturalmente que se modificam continuamente os modos fenomênicos, inclusive na mesma formação” (LUKÁCS, 2013, p. 107).

Como visto, para Lukács a natureza não é o que, mas o que pode vir a se tornar em função da intervenção, por meio do trabalho do ser-social, que em si o define. Neste sentido, a relação entre a sociedade e a natureza é o fator de sucesso ou de fracasso deste ser, na medida em que tiver o seu uso racional na transformação dos recursos naturais em valores de uso, como objetividade social. Assim, em última instância, a partir deste pressuposto, em última instância, a sociedade depende diretamente da natureza e, neste sentido, a ética para com a relação com o meio ambiente se torna preponderante.

Cabe enfatizar que nesta tese não buscamos apresentar um texto apocalíptico em relação ao futuro da humanidade e nem tão pouco ser messiânico sobre a função salvífica dos Assistentes Sociais para a recuperação e preservação da biosfera, o que consideráramos ambas, como graves descaminhos. Igualmente, não se pretende aqui construir uma pedagogia que possa orientar as futuras gerações sobre como se deve preservar o meio ambiente, pois muito já se falou e se escreveu sobre isto, porém sem a efetiva prática. Por fim, também não nos ateremos na culpabilidade deste ou daquele segmento político, econômico ou ideológico sobre as afetações aos ecossistemas, pois atribuir culpas e nelas nos determos não é o objeto desta Tese. Buscar-se-á, portanto, evidenciar o que pode ser feito em função da mudança do olhar, na busca de uma nova perspectiva pela qual se pode adequar as práticas legais do Serviço Social sob a perspectiva da preservação socioambiental.

Assim, partirmos da proposição de que o fundamento da existência humana é a natureza²⁶³, fato este também aceito tanto por Marx quanto por Engels, ainda que

²⁶³ Taxonomia proposta por Carlos Lineu (1707-1778), biologicamente o Homem é classificado como pertencente ao Domínio *Eukaryota*, do Reino *Animália*, do Subreino *Eumetazoa*, do Filo *Chordata*, do Subfilo *Vertebrata*, da Classe *Mammalia*, da Subclasse *Eutheria*, da Ordem *Primata*, da Subordem *Haplorhini*, da Infraordem *Simiformes*, da Superfamília *Hominoidea*, da Família *Hominidae*, da Subfamília *Homininae*, da Tribo *Hominini*, da Subtribo *Hominina*, do Gênero *Homo*, da Espécie *Homo sapiens*, da Subespécie *Homo sapiens sapiens*. Isto significa que

tenhamos nos afastado da mesma, pois como espécime o homem, mais precisamente o *Homo sapiens sapiens*, mantém relações de parentescos com todos os organismos vivos, quer sejam animais ou vegetais. Deste modo pretendemos aqui elaborar uma epistemologia capaz de prover uma reflexão sobre as inter-relações entre o Serviço Social e a questão socioambiental, tratada anteriormente, e que estabelecem interfaces com os “sistemas sociais”, por sua vez objetos de atenções dos Assistentes Sociais. Portanto, buscar-se-á evidenciar neste capítulo, como tem se dado a aproximação entre o meio ambiente, os sistemas sociais e o Serviço Social no século XXI a partir da concepção marxista.

“É preciso recordar que qualquer sistema social é um sistema de ações e de comunicações composto por limites, que o distinguem do que ele não é ou que opõem ao seu contrário: o legal e o ilegal, o interno e o externo, a paz e a violência, o sagrado e o profano, a ordem e a desordem, a liberdade e o cativeiro... E é precisamente desta distinção que emergem os limites do social” (WEBER, 2011: p. 260).

Para tratarmos desta temática será necessário abordar as atribuições legais aplicável ao Serviço Social e assim, partiremos da legislação que implantou a profissão de Assistente Social, a Lei 8662/1993, em seus artigos 4º e 5º, a saber:

“Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;
- IV - (Vetado);
- V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

temos parentescos com organismos unicelulares e pluricelulares, como as flores, as árvores e todos os vegetais, assim como com os insetos, pássaros e todos os animais mamíferos ou não, vertebrados ou invertebrados. O *Homo sapiens sapiens* surge da natureza e nela vive e age. A Terra é seu habitat, mas não seu reino, pois tudo está conectado a tudo. Assim, a biosfera é uma cadeia de inter-relacionamentos ativos.

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional”²⁶⁴.

Ao observarmos tais atribuições legais observamos que tanto no Artigo 4º que trata das competências do Assistente Social quanto no Artigo 5º que define suas atribuições privativas, existe a possibilidade de atuação profissional com a atenção socioambiental, tanto no âmbito da intervenção, quanto no planejamento e nas ações educacionais. O mesmo se pode afirmar em relação ao Código de Ética dos Assistentes Sociais, aprovado em 13 de março de 1993, nomeadamente, em seus Princípios Fundamentais:

- “I- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

²⁶⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm, acesso em 31/10/2016, 19:40 h.

XI- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (BRASIL, 2012, p. 23-24).

Diante do exposto, adentraremos a seguir ao item 2º do Código de Ética, que nos parece central para a construção dos argumentos que se fazem necessários em função de ser também primordial no exercício profissional, e que é o item II do Código de Ética, a saber: II- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo. Assim, no bojo desta discussão sobre os sistemas sociais e o meio ambiente, adentraremos ao tema dos Patrimônios Comuns da Humanidade e suas correlações com os Direitos Humanos e, a partir deste contexto, analisaremos a seguir, a ação do Estado em suas preservações, bem como na elaboração e gestão de Políticas Públicas para os diversos sistemas sociais. Espera-se, com isto, contribuir com novas discussões acerca das práticas do Serviço Social e da questão socioambiental. Assim, iniciaremos a discussão pelos Direitos Humanos e o Meio Ambiente, como se segue.

4.1- Da primeiridade e segundidade dos Direitos Humanos em relação aos Patrimônios Comuns da Humanidade.

Pretendemos abrir aqui uma reflexão, considerada pertinente à temática ambiental, e que se refere à necessidade da rediscussão da visão tradicional que se tem sobre os Direitos Humanos²⁶⁵, todavia associada aos Patrimônios Comuns da

²⁶⁵ Karel Vasak apresentou na Conferência Internacional de Direitos Humanos de Estrasburgo, ocorrida na França em 1979, o desenvolvimento de uma Teoria Geracional dos Direitos Humanos, dividindo-as em três gerações vinculadas com os princípios do Iluminismo: liberdade, igualdade e fraternidade. A primeira geração estaria relacionada como os direitos de liberdade individual, civil e política. A segunda estaria relacionada com a igualdade econômica, social e cultural. A terceira, por sua vez, seria a dos direitos de fraternidade e de solidariedade. Ocorre que tal teoria acabou avançando para outras gerações. Teríamos, então, a quarta geração, correspondente à tecnologia, envolvendo a bioética e os limites da manipulação genética com respeito aos princípios da dignidade humana, o pluralismo e nele o direito à informática, e a quinta geração que englobaria o direito à paz. Fonte: <https://jus.com.br/artigos/31948/quantas-dimensoes-ou-geracoes-dos-direitos-humanos-existem> acesso em 19/07/2016, 12: 03 h. Tal teoria abre a possibilidade para o continuísmo de gerações de Direitos Humanos. Os Direitos Humanos também podem ser divididos filosoficamente com referências aos legados do zoroastrismo, confucionismo, cristianismo, budismo, liberalismo, iluminismo, socialismo, e pauperismo, dentre outras possibilidades, porém as questões ambientais não foram seus focos, como veremos.

Humanidade²⁶⁶. Consideramos pertinente tal discussão, pois os Assistentes Sociais são profissionais que mediam as relações de Direitos entre o Estado e os cidadãos, de modo que se faz necessário esmiuçarmos, na medida do possível, esta relação de direitos, em consonância com o século XXI, posto que:

“Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992, p. 5).

Para tal faremos uso dos conceitos de primeiridade e segundidade, aqui utilizados para definir, especificamente, o presente imediato, original e espontâneo que precede uma síntese, tal como a compreensão superficial de um texto, que se difere da compreensão em profundidade de um determinado conteúdo, bem como sua reflexão posterior.

“A primeiridade é construída de experiências imediatas que contém as qualidades de sentimento que vão sedimentar as bases da estrutura arquitetônica do pensamento. [...]. A segunda experiência tem como característica comum tudo aquilo que vem antes da mente, como um elemento de esforço, representando a categoria da segundidade. Esta oposição [que também é dialética] está presente em nossas vidas como uma constante dualidade, não permitindo que a totalidade da qualidade de sentimento permaneça como um *continuum*²⁶⁷ em nossa interioridade. Essa passagem revela a experiência de alteridade, a ideia de outro, força bruta, que constitui o universo da segundidade como um modo de ser do fenômeno, que está em constante luta, não permitindo que o transcurso do mundo, sujeite-se à nossa vontade”. (SILVA, 2010: 16, 18).

Com base nestes fundamentos, consideramos licito afirmar que em todas as Declarações de Direitos Humanos e Fundamentais, surgidas com o advento do Antropocentrismo²⁶⁸, em nenhuma delas se constou que a arena primordial para a reivindicação e o exercício de tais Direitos é o próprio meio ambiente em que se vive, portanto, os Patrimônios Comuns da Humanidade. Temos, portanto, assim, uma

²⁶⁶ Trata-se do meio ambiente em que vivemos, englobando-se também os oceanos, os rios, os ecossistemas, as florestas, os mananciais, a atmosfera, as áreas de preservações ambientais, enfim, a própria Biosfera.

²⁶⁷ Continuidade. Aqui se refere à continuidade de determinações que estabelecem relações entre as partes.

²⁶⁸ Concepção surgida na modernidade e que tem como postulado o entendimento de que a humanidade deve permanecer no centro dos entendimentos humanos, isto é, a humanidade é o centro de referência como centro do universo.

histórica primeiridade. Cabe antecipadamente esclarecer que são distintos os Direitos Humanos, os Direitos Fundamentais e os Direitos Econômicos e Sociais.

Entendemos por Direitos Humanos as liberdades básicas de cada ser humano, tais como à vida, à liberdade de pensamento e de expressão, de locomoção, sexualidade, habitação, locomoção, etc.

Muito embora alguns filósofos como São Tomás de Aquino²⁶⁹ e Locke²⁷⁰ consideram os Direitos Humanos como sendo os próprios Direitos Naturais. Por sua vez, ao nos referirmos aos Direitos Fundamentais há que se esclarecer que é o conjunto de direitos previstos na Constituição de um determinado país e que muitas vezes pode entrar em conflito com os Direitos Humanos, por estarem relacionados ao contexto histórico e sociocultural de uma população, tais como acesso à educação, saúde, segurança, propriedade, locomoção, etc. E quanto aos Direitos Econômicos e Sociais, estes surgiram após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em função do estado de penúria a que estavam sujeitos os expropriados pelo conflito, mas também abrangeram a necessidade de proteção daqueles atingidos pela deterioração do quadro social em função do avanço do Liberalismo Econômico. Neste sentido se relacionam com a produção e distribuição do consumo e da renda, as relações de trabalho, a seguridade e amparo social ao trabalhador e sua família, ao lazer e descanso e afins e teve como referencial a situação de pauperização da classe trabalhadora no final do século anterior e que tantos problemas ocasionaram para toda a sociedade, inclusive para a saúde coletiva.

O ponto de partida para a moderna elaboração dos Direitos Humanos, foi o *Bill of Rights*, Carta de Direitos, aprovada pelo Parlamento da Inglaterra em 1689, no

²⁶⁹ “Para S. Tomás, a lei ou o direito natural é aquilo a que a natureza inclina. Por isso, o seu conceito é muito amplo: não só abarca o que é imutável em todos os tempos e para todos os homens, por corresponder à natureza humana – que é a mesma desde a criação, ainda que afetada pelo pecado original e pela evolução da humanidade –; mas também o que é conforme com ela, em maior ou menor grau. O que deriva dos primeiros princípios, mesmo proximamente, pode não ser conhecido universalmente e pode admitir dispensa divina; por outro lado, as leis humanas refletem mais ou menos a lei natural”. Disponível em: <http://www.cliturgica.org/portal/artigo.php?id=1125&PHPSESSID=83dde6dbe3a99b7aa16a796c564cbb02>, 14/07/2016, 15:19 h.

²⁷⁰ John Locke (1632-1704). Filósofo empirista inglês. Foi um dos ideólogos do Liberalismo e como tal prestou grande contribuição para a queda do Absolutismo na Inglaterra, vindo a influenciar posteriormente, Jean-Jacques Rousseau e Kant, que influenciaram Fichte, Hegel e Marx. Note-se que a ideia de liberdade está também associada à liberdade dos átomos de Epicuro.

esteio do Liberalismo, por meio da qual, para a defesa dos cidadãos contra os atos do rei, deliberou-se o que se segue:

"Os *Lords*, espirituais e temporais e os membros da Câmara dos Comuns, desde logo, o seguinte:

- 1- Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.
- 2- Que, do mesmo modo, é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para dispensar as leis ou o seu cumprimento, como anteriormente se tem verificado, por meio de uma usurpação notória.
- 3- Que tanto a Comissão para formar o último Tribunal, para as coisas eclesiásticas, como qualquer outra Comissão do Tribunal da mesma classe são ilegais ou perniciosas.
- 4- Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.
- 5- Que os súditos têm direitos de apresentar petições ao Rei, sendo ilegais as prisões vexações de qualquer espécie que sofram por esta causa.
- 6- Que o ato de levantar e manter dentro do país um exército em tempo de paz é contrário a lei, se não proceder autorização do Parlamento.
- 7- Que os súditos protestantes podem ter, para a sua defesa, as armas necessárias à sua condição e permitidas por lei.
- 8- Que devem ser livres as eleições dos membros do Parlamento.
- 9- Que os discursos pronunciados nos debates do Parlamento não devem ser examinados senão por ele mesmo, e não em outro Tribunal ou sítio algum.
- 10- Que não se exigirão fianças exorbitantes, impostos excessivos, nem se imporão penas demasiado severas.
- 11- Que a lista dos jurados eleitos deverá fazer-se em devida forma e ser notificada; que os jurados que decidem sobre a sorte das pessoas nas questões de alta traição deverão ser livres proprietários de terras.
- 12- Que são contrárias às leis, e, portanto, nulas, todas as doações ou promessas de doação do produto de multa ou de confisco infligidos a pessoas que não tenham sido antes julgadas e condenadas.
- 13- Que é indispensável convocar com frequência os Parlamentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis. Reclamam e pedem, com repetidas instâncias, todo o mencionado, considerando-o como um conjunto de direitos e liberdades incontestáveis, como também, que para o futuro não se firmem precedentes nem se deduza consequência alguma em prejuízo do povo"²⁷¹.

²⁷¹ Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/17th_century/england.asp, 13/07/2016, 21:14 h.

Ao definir tais Direitos, que consequentemente garantiram a propriedade, a liberdade e a segurança como Direitos Fundamentais, o Parlamento Inglês disparou um processo irreversível que avançou internacionalmente, a partir de uma corrente filosófica denominada Racionalismo²⁷² que era majoritária no Liberalismo e que resultou no surgimento de um outro sistema filosófico denominado Iluminismo, que à sua luz, culminou com a Declaração dos Direitos do Bom Povo da Virginia, surgida quase um século depois, em 16 de junho de 1776, e esta, por sua vez, avançou na afirmação de que “todos os homens possuem direitos inatos como a vida, segurança, propriedade privada, liberdade e felicidade” (COMPARATO, 2003, p.49), como se observa:

“Declaração de direitos formulada pelos representantes do bom povo de Virgínia, reunidos em assembleia geral e livre; direitos que pertencem a eles e à sua posteridade, como base e fundamento do governo.

I- Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança.

II- Que todo poder é inerente ao povo e, consequentemente, dele procede; que os magistrados são seus mandatários e seus servidores e, em qualquer momento, perante ele responsáveis.

III- Que o governo é instituído, ou deveria sê-lo, para proveito comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; que de todas as formas e modos de governo esta é a melhor, a mais capaz de produzir maior felicidade e segurança, e a que está mais eficazmente assegurada contra o perigo de um mau governo; e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o bem público.

IV- Que nenhum homem ou grupo de homens tem direito a receber emolumentos ou privilégios exclusivos ou especiais da comunidade, senão apenas relativamente a serviços públicos prestados; os quais, não podendo ser transmitidos, fazem com que tampouco sejam hereditários os cargos de magistrado, de legislador ou de juiz.

²⁷² Tal corrente afirma que tudo o que existe tem uma causa inteligível mesmo que não possa ser demonstrada empiricamente. A ela se associaram, entre outros, René Descartes (1596-1650) e Hegel, que alinhadamente ao racionalismo, afirmou de a razão causa as coisas, que em si foi um ponto de ruptura entre seus discípulos para a direita hegeliana e a esquerda hegeliana a que Marx e Engels se vincularam.

V- Que os poderes legislativo, executivo e judiciário do Estado devem estar separados e que os membros dos dois primeiros poderes devem estar conscientes dos encargos impostos ao povo, deles participar e abster-se de impor-lhes medidas opressoras; que, em períodos determinados devem voltar à sua condição particular, ao corpo social de onde procedem, e suas vagas se preencham mediante eleições periódicas, certas e regulares, nas quais possam voltar a se eleger todos ou parte dos antigos membros (dos mencionados poderes)., segundo disponham as leis.

VI- Que as eleições de representantes do povo em assembleia devem ser livres, e que todos os homens que deem provas suficientes de interesse permanente pela comunidade, e de vinculação com esta, tenham o direito de sufrágio e não possam ser submetidos à tributação nem privados de sua propriedade por razões de utilidade pública sem seu consentimento, ou o de seus representantes assim eleitos, nem estejam obrigados por lei alguma à que, da mesma forma, não hajam consentido para o bem público.

VII- Que toda faculdade de suspender as leis ou a execução destas por qualquer autoridade, sem consentimento dos representantes do povo, é prejudicial aos direitos deste e não deve exercer-se.

VIII- Que em todo processo criminal incluídos naqueles em que se pede a pena capital, o acusado tem direito de saber a causa e a natureza da acusação, ser acareado com seus acusadores e testemunhas, pedir provas em seu favor e a ser julgado, rapidamente, por um júri imparcial de doze homens de sua comunidade, sem o consentimento unânime dos quais, não se poderá considerá-lo culpado; tampouco pode-se obrigá-lo a testemunhar contra si próprio; e que ninguém seja privado de sua liberdade, salvo por mandado legal do país ou por julgamento de seus pares.

IX- Não serão exigidas fianças ou multas excessivas, nem infligir-se-ão castigos cruéis ou inusitados.

X- Que os autos judiciais gerais em que se mande a um funcionário ou oficial de justiça o registro de lugares suspeitos, sem provas da prática de um fato, ou a detenção de uma pessoa ou pessoas sem identificá-las pelo nome, ou cujo delito não seja claramente especificado e não se demonstre com provas, são cruéis e opressores e não devem ser concedidos.

XI- Que em litígios referentes à propriedade e em pleitos entre particulares, o artigo julgamento por júri de doze membros é preferível a qualquer outro, devendo ser tido por sagrado.

XII- Que a liberdade de imprensa é um dos grandes baluartes da liberdade, não podendo ser restringida jamais, a não ser por governos despóticos.

XIII- Que uma milícia bem regulamentada e integrada por pessoas adestradas nas armas, constitui defesa natural e segura de um Estado livre;

que deveriam ser evitados, em tempos de paz, como perigosos para a liberdade, os exércitos permanentes; e que, em todo caso, as forças armadas estarão estritamente subordinadas ao poder civil e sob o comando deste.

XIV- Que o povo tem direito a um governo único; e que, conseqüentemente, não deve erigir-se ou estabelecer-se dentro do Território de Virgínia nenhum outro governo apartado daquele.

XV- Que nenhum povo pode ter uma forma de governo livre nem os benefícios da liberdade, sem a firme adesão à justiça, à moderação, à temperança, à frugalidade e virtude, sem retorno constante aos princípios fundamentais.

XVI- Que a religião ou os deveres que temos para com o nosso Criador, e a maneira de cumpri-los, somente podem reger-se pela razão e pela convicção, não pela força ou pela violência; conseqüentemente, todos os homens têm igual direito ao livre exercício da religião, de acordo com o que dita sua consciência, e que é dever recíproco de todos praticar a paciência, o amor e a caridade cristã para com o próximo”²⁷³.

Estes direitos foram reafirmados dezoito dias depois, por ocasião da Revolução Americana, por meio da Declaração de Independência, em 4 de julho de 1776, consolidando assim certos direitos inalienáveis, como o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

“A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789 é a mais famosa das declarações. Por força da Constituição de 1958 – como ocorrida na de 1946 – está em vigor na França [...]. De fato, não foi ela a que mais cedo veio à luz: foi a Declaração de Direitos editada pela Virgínia, em 12 de junho de 1776, antes mesmo da independência das treze colônias inglesas da América do Norte. Esta somente foi estabelecida pela Declaração de 4 de julho de 1776, que contém igualmente o reconhecimento de direitos fundamentais em favor dos seres humanos [...] As declarações americanas influenciaram, sem dúvida, o curso dos acontecimentos franceses, pois eram de conhecimento dos revolucionários [da Revolução Francesa] que muito as apreciavam” (FERREIRA FILHO, 2012: pp.37-38).

Na esteira do Iluminismo ocorreu outro evento de maior alcance mundial, a Revolução Francesa (1789-1799), causada pela eminente falência do Estado e a insatisfação popular, mas estimulada pela burguesia, e que resultou na queda da

²⁷³ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-irginia-1776.html>, acesso em 14/07/2016, 15:52.

monarquia absolutista e no surgimento de uma república constitucional. Nela, dentre outras consequências, surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1783²⁷⁴ e implantada em 1789 e que trata genericamente: da segurança, da liberdade de locomoção, da liberdade de opinião, da liberdade de expressão, da liberdade de usar e dispor dos bens e da propriedade, da presunção da inocência, da legalidade criminal, da legalidade processual e da liberdade de resistir à opressão, como se poderá observar:

“Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

²⁷⁴ Segundo FERREIRA FILHO, a mesma surgiu a partir das iniciativas de Sieyès, Condorcet e La Fayette, sendo aprovada pelos deputados, em 19 de agosto de 1783, por 505 votos a favor e 245 dados ao projeto de Sieyès e 45 ao de La Fayette (2012: p. 39).

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11. A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

Retomando os aspectos da primeiridade e segundidade tratados neste capítulo, cabe ressaltar que naqueles momentos históricos das constituições das declarações de direitos estabelecidas na Inglaterra, EUA e na França, muito provavelmente pelas condições conflituosas em que tais documentos foram elaborados e publicados, não se refletiu que estes direitos somente são aplicáveis, no meio em que se vive e, portanto, no meio ambiente. Ou seja, a primeiridade, marcada pelos anseios dos anseios políticos de liberdade política, econômica e social, não permitiram uma maior reflexão sobre o meio em que viviam os cidadãos e este é o meio ambiente.

Assim, a primeiridade se estabeleceu sobre estes temas, o que se considera como pertinente, em relação ao contexto emocional da época. Porém, hoje, após mais de duzentos e trinta anos, a segundidade nos impulsiona a tal provocação. Em outras palavras, estes Direitos Humanos, quer sejam Fundamentais Naturais ou dos Cidadãos, como pretendidos, especificamente por ingleses, americanos ou franceses, implicam necessariamente numa relação de Direitos exercidos em relação aos Patrimônios Comuns da Humanidade.

Tal condição se aplica em função de neles se englobarem todos os bens naturais e de valores inestimáveis, tais como a biodiversidade, e tudo o que concerne ao meio ambiente, como a fauna, a flora, o ar, os rios, os mananciais, os oceanos, as florestas e tudo o que nelas contém. À guisa de exemplo citamos que o direito de ir e vir é o direito de ir e vir sobre o espaço, ou seja, sobre o meio ambiente. E isto ocorre igualmente sobre o direito de propriedade, ou de liberdade e desse modo em diante. Assim, são inseparáveis os Direitos Humanos e o Meio Ambiente.

“No que se refere aos Direitos Humanos, o desenvolvimento sustentável preconiza um novo equilíbrio entre (1) o norte e o sul; (2) o homem e a natureza; (3) as necessidades de gerações atuais e as das gerações futuras; (4) as necessidades e os recursos através do estabelecimento de uma nova relação com eles. A ideia de sustentabilidade não se aplica apenas aos recursos naturais; ela abarca também os campos econômico, ecológico e

social e, implicitamente, a sustentabilidade individual – a saúde e a vida. Nesta perspectiva, nenhuma das áreas pode desenvolver-se em detrimento de outra. O desenvolvimento sustentável deve, portanto, ter em conta a compatibilidade ecológica, econômica e social” (WEBER, 2011: p. 188).

Deste modo o postulado da segundidade que aqui se busca evidenciar, assinala para a necessidade de ampliação dos Direitos Humanos Fundamentais e dos Cidadãos em convergência com os Patrimônios Comuns da Humanidade, em função de suas interações cotidianas com o homem, pois nesta relação de reciprocidade, em que orbitam, se desdobram outras questões tais como: agrária, pecuária, fundiária, climática, recursos hídricos, energética, urbana, rural, alimentícia, assim como suas consequências em relação aos conflitos de gênero, de trabalho e renda, de segurança alimentar, do sistema prisional, dos imigrantes, do saneamento básico, e da saúde, dentre outros contextos.

Em função da conjuntura acima, foi editado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Federativa do Brasil, o PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos, estabelecido pelo Decreto 7.039 de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto 7.177 de 12 de maio de 2010²⁷⁵, e que se tornou necessária em função da terceira geração dos Direitos Humanos da ONU, de que diretamente se aplica aos princípio da defesa intransigente dos Direitos Humanos estabelecido no Código de Ética dos Assistentes Sociais.

O PNDH-3 inova ao incorporar o meio ambiente saudável e as cidades sustentáveis como Direitos Humanos, propõe a inclusão do item “direitos ambientais” nos relatórios de monitoramento sobre Direitos Humanos e do item “Direitos Humanos” nos relatórios ambientais, assim como fomenta pesquisas de tecnologias socialmente inclusivas (BRASIL, 2010, p. 35).

Observe-se que, ainda que esta seja uma discussão atual, estes Patrimônios Comuns da Humanidade foram tratados no Direito Romano, mais precisamente no *Corpus Juris Civilis*, Código de Direito Civil, editado pelo Imperador Justiniano, em 528 d.C., na parte das *Res Humani Iuris*, Coisas do Direito Humano, a saber:

“As coisas do Direito Humano apresentam uma divisão tripartida, como segue: a) *res communes*; b) *res universitatis*; c) *res publicae*. As *res communes* [água, ar] são coisas que, no conjunto, são insuscetíveis de

²⁷⁵ Disponível em: http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/PNDH_III.pdf, acesso em 26/02/2017, 22:34 h.

apropriação individual, mas que podem ser usadas, conforme o destino delas [...]. Não são propriedades de ninguém. [...] *Res universitatis* são as coisas que pertencem às cidades [estádios, fóruns, circos, teatros, etc.] São as coisas que podem ser utilizadas por todos. [...] As *res publicae* são as coisas que pertencem ao Estado, são *res extra commercium*, sendo necessário distinguir as coisas destinadas ao uso público e as coisas do dinheiro público. As primeiras, como praças, as vias públicas, os rios perenes; as segundas, como tudo o que pertence ao Estado e ao particular. Nota-se certa semelhança com a divisão moderna que divide os bens em dominiais e patrimoniais” (CRETELLA JÚNIOR, 2003: pp. 115-116).

O conhecimento sobre os mesmos é preponderante pois se percebe, claramente, que a abordagem que Marx e Engels fazem da natureza em suas obras, se alinham diretamente como um patrimônio da humanidade, para ser utilizada racional e associativamente pelos homens, mas não como propriedade privada de ninguém.

É interessante que tal abordagem de Marx é muito similar a encontrada num discurso atribuído a um Cacique Seattle, líder da tribo Duwamish, do Estado de Washington, de 1885, em resposta ao presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce²⁷⁶, sobre a proposta de compra do território ocupado por aquela tribo, e que nos chegou por meio de um artigo do Jornal Seattle Sunday Star, de autoria do Dr. Henry Smith, em 29 de outubro de 1887, e que esteve presente no referido discurso²⁷⁷ que foi proferido ao encarregado dos negócios indígenas:

“O grande chefe de Washington mandou dizer que desejava comprar a nossa terra, o grande chefe assegurou-nos também de sua amizade e benevolência. Isto é gentil de sua parte, pois sabemos que ele não precisa de nossa amizade. Vamos, porém, pensar em sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará nossa terra. O grande chefe de Washington pode confiar no que o Chefe Seattle diz com a mesma certeza com que nossos irmãos brancos podem confiar na alteração das estações do ano. Minhas palavras são como as estrelas que nunca empalidecem. Como podes comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal ideia nos é estranha. Se não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água, como então podes comprá-los? Cada torrão desta terra é sagrado para meu povo, cada folha reluzente de pinheiro, cada praia arenosa, cada

²⁷⁶ Franklin Pierce (1804-1869). Décimo quarto Presidente dos EUA no mandato entre 1853 e 1857.

²⁷⁷ Disponível em: http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm, em 01/11/2016, 19:12 h.

véu de neblina na floresta escura, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo. A seiva que circula nas árvores carrega consigo as recordações do homem vermelho. O homem branco esquece a sua terra natal, quando - depois de morto - vai vagar por entre as estrelas. Os nossos mortos nunca esquecem esta formosa terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia - são nossos irmãos. As cristas rochosas, os sumos da campina, o calor que emana do corpo de um mustang, e o homem - todos pertencem à mesma família. Portanto, quando o grande chefe de Washington manda dizer que deseja comprar nossa terra, ele exige muito de nós. O grande chefe manda dizer que irá reservar para nós um lugar em que possamos viver confortavelmente. Ele será nosso pai e nós seremos seus filhos. Portanto, vamos considerar a tua oferta de comprar nossa terra. Mas não vai ser fácil, porque esta terra é para nós sagrada. Esta água brilhante que corre nos rios e regatos não é apenas água, mas sim o sangue de nossos ancestrais. Se te vendermos a terra, terás de te lembrar que ela é sagrada e terás de ensinar a teus filhos que é sagrada e que cada reflexo espectral na água límpida dos lagos conta os eventos e as recordações da vida de meu povo. O rumorejar d'água é a voz do pai de meu pai. Os rios são nossos irmãos, eles apagam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se te vendermos nossa terra, terás de te lembrar e ensinar a teus filhos que os rios são irmãos nossos e teus, e terás de dispensar aos rios a afabilidade que darias a um irmão. Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um lote de terra é igual a outro, porque ele é um forasteiro que chega na calada da noite e tira da terra tudo o que necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de a conquistar, ele vai embora, deixa para trás os túmulos de seus antepassados, e nem se importa. Arrebata a terra das mãos de seus filhos e não se importa. Ficam esquecidos a sepultura de seu pai e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe - a terra - e seu irmão - o céu - como coisas que podem ser compradas, saqueadas, vendidas como ovelha ou miçanga cintilante. Sua voracidade arruinará a terra, deixando para trás apenas um deserto. [...]"²⁷⁸.

Assim, são decorridos cerca de quinze séculos desde que estes Patrimônios Humanos se tornaram Direitos Humanos, pelo Direito Romano, portanto clássicos, nas relações jurídicas, mas que se perderam originalmente na modernidade nas Declarações de Direitos, dos EUA e da França, que se tornaram referenciais para a

²⁷⁸ Idem.

construção das relações de tais Direitos na contemporaneidade, necessitando assim serem repensadas rumo à necessidade de reconstrução dos Direitos Humanos à luz dos Patrimônios da Humanidade²⁷⁹, como ocorrido na Declaração de Estocolmo Sobre o Ambiente Humano, de 1972:

“1- O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas, em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna, gozar de bem-estar e é portador solene de obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. A esse respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o “apartheid”, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira permanecem condenadas e devem ser eliminadas.

2- Os recursos naturais da Terra, incluídos o ar, a água, o solo, a flora e a fauna e, especialmente, parcelas representativas dos ecossistemas naturais, devem ser preservados em benefício das gerações atuais e futuras, mediante um cuidadoso planejamento ou administração adequada” (ONU, 1972, em anexo).

Esta declaração se desdobrou no Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (CRFB, 1986).

E ainda, no que se refere ao Brasil, salienta-se a Declaração do Rio de Janeiro, na Convenção da ONU, Rio 92, na qual se definiu em seu Princípio I:

“Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (ONU, 1992).

Com base então, nos aspectos dos Direitos Humanos e Fundamentais do Cidadão, revistos a partir do acesso aos bens que constituem os Patrimônios Comuns da Humanidade e do direito do cidadão ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, temas estes altamente pertinentes ao Serviço Social, lançamo-nos à revisão da atuação profissional dos Assistentes Sociais em seus cotidianos de trabalho, a partir

²⁷⁹ Esta revisão em busca da ruptura totalitária dos Direitos Humanos em busca de uma reconstrução dos mesmos, também encontra amparo em LAFER, ao tratar dos “Direitos de Titularidade Coletiva” (1998: p. 131).

do que aqui denominamos, em busca da segundidade, como “Direitos da Humanidade”, resultando da congruência dos Direitos Humanos como a dos Patrimônios Comuns da Humanidade. Sobre tal situação temos a seguinte contribuição, relativa ao Código de Ética dos Assistentes Sociais:

“As lutas de DH têm a particularidade de abordar o conjunto de direitos e seus portadores sob a perspectiva da universalidade. Isso supõe uma concepção de homem, de direitos e de universalidade. Em geral, as visões que orientam grande parte dos movimentos de DH são a-históricas, ou seja, tratam do homem como um ser universal, cujas condições sociais, econômicas e políticas são determinadas por uma essência metafísica ou por aptidões naturais. Os direitos, nesse caso, ou são vistos como direitos naturais, anteriores à sociabilidade e imunes às determinações de classe ou são tomados como parte de uma essência humana universal igualmente a-histórica e imutável, isto é, com a mesma visão abstrata que fundamentou os Códigos de Ética anteriores a 1986” (BARROCO, 2012: p. 65).

Com base no descrito e na deontologia do Serviço Social brasileiro que, conforme visto, tem em seu Código de Ética a “defesa intransigente dos Direitos Humanos”, tal defesa necessita, então, realmente estar associada à universalidade destes mesmos direitos, englobando assim, o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que se alinha também com o direito a uma vida saudável e produtiva e, para isto, a harmonia com a natureza se torna um fator básico e necessário a ser cuidado no exercício profissional dos Assistentes Sociais em seus cotidianos.

Um fato que corrobora com tal necessidade de atenção ética dos Assistentes Sociais sobre o meio ambiente, consta nas convenções mundiais da ONU sobre os Direitos Humanos, nas quais os especialistas no tema são uníssomos em afirmar que “se falharmos na proteção ao ambiente, falharemos na proteção aos Direitos Humanos”, tal como ocorrido no dia 22 de abril de 2013, em Genebra, Suíça, por ocasião do 43º aniversário do Dia da Terra, em que em conjunto, peritos nestes direitos declararam:

“Agora é tempo de aproveitar esta ocasião para reconhecer a importância fundamental entre um ambiente limpo e seguro para a realização de um vasto conjunto de direitos humanos fundamentais. É também essencial que a comunidade internacional reconheça o papel crítico que o direito dos direitos

humanos pode desempenhar para garantir a proteção ambiental” (ONU, 2012)²⁸⁰.

Cabe ressaltar que, a opção por Marx como um referencial teórico do Serviço Social no Brasil deve abranger realmente a totalidade de sua obra e não apenas um recorte ideológico adotado em um momento conjuntural e que precisa ser repensado em sua pertinência no início do século XXI. Neste sentido, para que a defesa intransigente dos Direitos Humanos possa ser efetivamente exercida como um dos princípios fundamentais do exercício ético profissional, faz-se necessário o despertar da categoria para a preservação ambiental, pois como visto, nestes direitos se encontram os mecanismos de preservação da vida e da saúde, portanto à moradia adequada, à água potável, ao saneamento ambiental, dentre outros aspectos pertinentes à questão socioambiental. Sendo assim, há que se concluir que tal exercício ético implica não só na opção pelos desvalidos e vulneráveis, mas também ao igualmente marginalizado e vulnerável meio ambiente, que por sua vez é o lócus de interações das demandas dos Assistentes Sociais. Neste sentido cuidar do meio é também atender aos pleitos que se apresentam ao Serviço Social, bastando apenas o olhar atento ao meio ambiente nos sistemas sociais em que atuam.

Deste modo, considera-se como relevante repensar o modo como os Assistentes Sociais exercem os princípios fundamentais e as suas atribuições específicas, deontológica e legalmente definidas e, que em si, representam o conjunto de deveres profissionais a serem cumpridos no atendimento de suas demandas, razão esta pela qual buscamos aqui, academicamente, apresentar argumentos suficientemente necessários para demonstrar que não existe a necessidade de alterações destes princípios e atribuições, mas um novo olhar sobre os saberes e os fazeres dos Assistentes Sociais no Brasil a partir da conscientização crítica de que Marx foi um importante protagonista tanto na denúncia da degradação socioambiental quanto em propor formas de mitigações para os relacionamentos sociais a partir de uma ética sociometabólica na relação do homem com a natureza.

²⁸⁰ Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31103-se-falharmos-no-ambiente-falhamos-na-proteccao-dos-direitos-humanos-alertam-especialistas-da-onu-no-dia-da-terra->, acesso em 26/02/2017, 22:50 h.

“A conscientização leva inevitavelmente a criticar o tipo de ação que desenvolvemos no presente; e a propor um novo tipo de ação para o futuro. Daí o caráter revolucionário de toda conscientização” (FLORES, 1991, p. 77).

Assim, ousamos, tal como Zaratustra²⁸¹, a nos lançar na “praça pública” no intuito de defender a presente tese no intuito de estimular novas reflexões no âmbito do Serviço Social sobre os sinais dos tempos, quiçá estimular outra reconceituação profissional, que se crê como absolutamente necessária para os enfrentamentos das demandas que se apresentam neste século XXI.

Tal convicção se admite em função do convívio do autor como o Serviço Social, tanto em trabalhos voluntários na Secretaria de Promoção Social de Guarulhos, quanto na formação acadêmica de milhares de profissionais durante os últimos oito anos, bem como pelo estudo das matrizes curriculares no Brasil e no exterior, constatando-se a necessidade de superação de determinadas estagnações fragmentárias do pensamento marxiano no intuito de recuperar seus referenciais originais, com fulcro nos aspectos sociometabólicos, conforme se buscará demonstrar no próximo capítulo.

²⁸¹ Alusão à obra de Nietzsche: Assim Falou Zaratustra. Trata-se de um personagem profético que é o arauto do além-do-homem, o mensageiro do eterno retorno e que se atira à praça pública para falar aos transeuntes, mas não é compreendido, mesmo assim se mantém na busca de seu propósito, “Quero ensinar aos homens o sentido da sua existência, que é o super-homem [homem além-do-homem] o relâmpago que brota da sombria nuvem do homem. Estou, porém, longe deles, e o meu sentido nada diz aos seus sentidos. Para os homens sou uma coisa intermediária entre o doido e o cadáver” (NIETZSCHE, 2002, p. 31).

Capítulo V

Dos Assistentes Sociais no Brasil

e da Questão Socioambiental do Século XXI

Adentraremos aqui aos parâmetros de enfrentamentos da questão socioambiental pelos Assistentes Sociais, o que implica no atendimento das demandas cotidianas legalmente atribuídas aos mesmos, todavia, por meio do viés sociometabólico da relação entre o meio ambiente e os entes humanos, observando-se, porém, os estresses relacionados com as pressões socioambientais, bem como as respostas adaptativas a tais processos em seus próprios locais de intervenções.

Reitera-se, para fins desta tese, que a questão socioambiental é entendida como parte da mesma “miséria social” identificada por Marx em 1844 e como “questão social” por Engels em 1845, todavia ao se desdobrar, deixou de atingir no século XXI somente o proletariado e tomou proporção planetária no século XXI.

Diante do exposto, emerge deste quadro a via do meio ambiente como epistemologia²⁸² profissional dos Assistentes Sociais nos sistemas sociais em que atuam. Neste sentido cabe ressaltar que os limites de cada sistema social estão associados exatamente aos conflitos que surgem em função dos desequilíbrios dos ecossistemas em que se inserem.

Sendo assim, é preciso ter como referencial histórico que o Serviço Social surgiu concomitantemente na Europa e nos EUA, na tentativa de intervir e equalizar as limitações de cada sistema social, ora valorizando ações desejáveis, ora eliminando as que não eram consideradas como tais, sempre embasadas por ideologias ou crenças, tais como ações religiosas, filantrópicas, da caridade, da solidariedade, da fraternidade ou mesmo da amenização dos dramas sociais ou dos trabalhadores visando evitar colapsos sociais, ou ainda interagindo nos aspectos

²⁸² Aqui se trata da busca do conhecimento verdadeiro em oposição à opinião infundada ou irrefletida em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano nas relações que se estabelecem entre o humano, sujeito indagativo que investiga e o objeto de estudo humano enquanto realidade-sujeito-objetiva. Trata-se de uma teoria do conhecimento por meio dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história, ou seja, uma teoria da ciência.

sanitárias de modo profilático na tentativa de evitar a proliferação de doenças e a mortandade infantil, dentre outras demandas²⁸³, as quais se reitera que constituem também ações sociais sobre um determinado meio ambiente²⁸⁴.

Sobre o surgimento do Serviço Social na França temos uma contribuição de Verdès-Leroux, nação traumatizada pela Revolução Francesa de 1789, quando as classes subalternas tomaram o poder em suas mãos, resultando na chamada Década do Terror que levou centenas de pessoas à decapitação com a consequente perda de territórios nacionais.

“A Assistência Social – contramovimento que se propõe a afastar a classe operária do socialismo, pela demonstração da inutilidade de recorrer à revolução para melhorar sua condição – é concebida, financiada e conduzida por elementos da fração da classe dominante despojada de poder político, após a derrota de 16 de maio de 1877: uma fração constituída por grandes burgueses e aristocratas, agarrados às tradições autoritárias e à religião, contrários à República ou adesivistas resignados. Nesse primeiro período, a assistência social é, essencialmente, um assunto de mulheres, quer se trate de esposas de aristocratas que dominam os comitês de patrocínio – e capazes, assim, de atrair, graças aos seus nomes, donativos e boas vontades, - quer se tratem de delegadas junto ao povo – solteiras na sua maior parte, oriundas da burguesia abastada, culta, dentro dos limites julgados convenientes para elas – e em busca, a todo o custo, de uma alternativa para sua vida familiar, como bem o mostram a frequência de seu engajamento anterior nas grandes ofensivas contra o regime e, mais particularmente, a adesão à Liga da Pátria Francesa, no decorrer do caso Dreyfus. Em suas origens, essas novas ações constituem para elas, mais do que um trabalho, uma forma de intervenção política – considerada inferior, mas, apesar de tudo, reconhecida” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 11-12).

Já na Inglaterra, neste quadro flagelante surgem os Trabalhadores Sociais, como uma forma de intervenção governamental e privada na busca de soluções para tal população, em especial no que tange às condições sanitárias e de saúde a que estavam submetidas às famílias do operariado. Estas intervenções ocorriam

²⁸³ Englobam-se aqui todas as motivações para a ação dos Assistentes Sociais em todas as épocas e em quaisquer segmentos, tais como a ação social, assistência social (infância e adolescência, mulheres, idosos, minorias, imigrantes, desvalidos, etc.), previdência social, Direito Social, Justiça Social, bem como às suas ações em grupo, na família, áreas da saúde e escolar, dentre outras.

²⁸⁴ O meio ambiente não se restringe somente ao ambiente natural das floras e das faunas e que constituem os ecossistemas por excelência. É preciso compreender como todos os ambientes que haja vida, ainda que em condições precárias, são também meio ambientes.

principalmente por meio de visitadoras, o que requeria qualificação de pessoal naquelas tarefas, surgindo assim as bases da profissão no país.

Tal contexto implicou no treinamento especializado destes trabalhadores sociais, na medida em que tal atividade foi se expandindo, principalmente na área da saúde, pois a precarização e a intensificação da degradação social ultrapassaram a medida daquilo que até então era tratado com base no altruísmo e na caridade. Isto resultou na necessidade de ações técnicas e estruturalmente aplicadas, objetivando minimizar os infortúnios e promover as famílias necessitadas a um nível satisfatório de coesão social, capaz de fornecer a autonomia para a continuidade da vida.

“A tarefa de racionalizar a assistência impusera-se ao final da primeira metade do século XIX, pois os trabalhadores revelavam-se inarredáveis de sua causa, não obstante tivessem sofrido importantes derrotas naquele momento. Da aliança da alta burguesia inglesa com a Igreja e com o Estado nascera, sob a iniciativa da primeira, a Sociedade de Organização da Caridade. Em seus esforços de racionalizar a assistência, ela criara a primeira proposta para o Serviço Social, no terço final do século XIX. Entendia a sociedade que só coibindo as práticas de classe dos trabalhadores, impedindo suas manifestações coletivas e mantendo um controle sobre a ‘questão social’ é que se poderia assegurar o funcionamento social adequado” (MARTINELLI, 2011, p. 99).

Segundo dados fornecidos pela entidade Ação Família, da Inglaterra, que no passado recebera o nome de Associação para o Bem Estar Familiar, e anteriormente o nome pela qual foi fundada em 1869, sob a denominação de SOC - Sociedade de Organização da Caridade, pode-se constatar que se tratava de uma típica sociedade inspirada nos moldes do Liberalismo Social²⁸⁵, que não pode ser confundido como Liberalismo Econômico de Adam Smith e de David Ricardo.

Seu surgimento se deu em função da necessidade de aumentar a cooperação e a eficácia entre as instituições de caridade existentes naquele país, no intuito de organizar as doações caridosas.

²⁸⁵ Liberalismo Social é uma corrente filosófica da Economia Política surgida na Inglaterra e que enfatiza a colaboração social mútua por meio de instituições liberais, em oposição à utilização da força para resolver as controvérsias socioeconômicas, e tem como finalidade a busca da superação das dificuldades dos desfavorecidos, possibilitando aos mesmos a liberdade, que é perdida em função da falta de oportunidades de emprego, educação, saúde etc. e que podem ser tão prejudiciais para a liberdade como a compulsão e coerção. Cabe enfatizar que politicamente rejeitam tanto o capitalismo quanto o socialismo, posicionando-se politicamente no centro, e defendem a intervenção estatal na resolução dos problemas sociais e econômicos.

“Seus fundadores reconheceram a necessidade de assistência caritativa, mas acreditavam que a esmola indiscriminada nem sempre alcançavam as famílias mais necessitadas, nem tinham a certeza de que o dinheiro estava sendo utilizado com sabedoria. Assim, passaram a organizar a ajuda financeira por meio de comitês locais que se espalharam por todo o país. Estes descobriram que apenas a ajuda financeira às famílias não era suficiente para retirá-las da crise em que se encontravam, e passaram a oferecer também apoio psicológico por ‘estudos de casos sociais’. Este foi o início da profissão do Trabalhador Social no país” (Family Action, 2014)²⁸⁶

Muito se tem escrito sobre a influência católica na origem dos Cursos de Serviço Social, no entanto, o protagonismo evangélico na implantação dos Cursos de Serviço Social, notadamente os de tradição calvinista e presbiteriana, como ocorrido na Holanda e nos EUA – Estados Unidos da América, são evidentes e há certa concorrência na constituição dos primeiros cursos de Serviço Social em âmbito mundial. Encontramos em Freitas, a seguinte afirmação:

“O surgimento da formação educacional no Serviço Social tem uma longa tradição na Holanda. A primeira escola de Serviço Social foi fundada em Amsterdã em 1899 e é a mais antiga do mundo. A educação dos Assistentes Sociais foi posteriormente concentrada em academias sociais, em que o currículo se centra em intervir e melhorar o bem-estar dos pobres. Os principais temas concentrados na melhoria das condições materiais apoiam os pais e as crianças, diminuir o analfabetismo e promover a escolaridade. Ao todo, o objetivo último era o de melhorar os padrões de mentalidade moral dos pobres. Estas normas morais foram relacionadas com os diversos movimentos religiosos e ideológicos que coloriram o palco social e político na Holanda no início do século XX. Católicos, protestantes, socialistas e humanistas posteriores foram organizados em ‘pilares’ da construção da sociedade holandesa, em que diversas ideologias puderam institucionalizar seus interesses a nível social, cultural e política. Esta pilarização influenciou a educação do trabalho social e levou à criação de escolas de Serviço Social católicas, protestantes e socialistas na década de 1920” (Freitas, 2003, p.1).

Esta afirmação de Freitas, de que a primeira escola de Serviço Social surgiu na Holanda²⁸⁷ aponta para um tipo de contrato social entre diversos segmentos da

²⁸⁶ Fonte: Pesquisa feita em <http://www.family-action.org.uk/section.aspx?id=1155>, acesso em 11/11/2016, 18h37m.

²⁸⁷ Este relato do surgimento da Escola de Serviço Social na Holanda em 1899 apresenta uma contradição em relação a alguns referenciais teóricos brasileiros, sobre suas origens, que resultaram na fixação de um senso comum entre os profissionais brasileiros, notadamente em relação às influências da Igreja Católica nos rumos

sociedade holandesa, por ocasião do reinado da Rainha Guilhermina, tais como religiosos cristãos, humanistas e políticos preocupados com a condição social dos vulneráveis como um fator de degeneração do Estado, portanto, carente de ações de proteção institucionalizada. No entanto, tal afirmação, de ser em Amsterdã a fundação do primeiro curso, se conflita com os referenciais obtidos da Associação Nacional dos Assistentes Sociais dos EUA, ao afirmar em seu site²⁸⁸, que a primeira Escola de Serviço Social se originou na cidade de Nova Iorque, conforme segue:

“Desde a primeira aula em que o Serviço Social foi oferecido no verão de 1898 na Universidade de Columbia, os Assistentes sociais abriram o caminho para desenvolvimento das organizações privadas e de caridade, para servir as pessoas necessitadas. Os Assistentes Sociais continuam a atender as necessidades da sociedade e resolver problemas sociais públicos de nosso país. Hoje os americanos gozam de muitos privilégios porque os Assistentes Sociais desde o início entraram em ação contra a miséria e as injustiças, inspirando outros ao longo do caminho. Muitos dos benefícios que nós conseguimos foram concedidos porque os Assistentes Sociais trabalham com as famílias e as instituições contra o abuso e a negligência. Garantimos os direitos civis de todas as pessoas, independentemente de sexo, etnia, credo ou orientação sexual, todos são protegidos” (NASW, 2014)²⁸⁹.

Estes protagonismos evangélicos, notadamente presbiteriano e calvinista, nos são importantes para o entendimento da associação da caridade cristã com a Teologia Natural, ambas na busca de soluções para a proteção da obra de Deus, ou seja, a sociedade e o meio ambiente. Tais objetivos se encontram nos primórdios das fundações destes cursos de Serviço Social, conforme encontramos em Lutero:

“Deus julga considerando o fundo do coração; por isso Sua Lei exige também do fundo do coração e não se dá por satisfeita com obras, mas pune, ao

desta profissão, pois na Holanda o segmento religioso predominante era o cristianismo evangélico calvinista e não o católico. Um fator importante naqueles tempos foi a implantação pacífica de uma constituição liberal em 1848, por influência de Johan Rudolph Thorbecke, durante o reinado de Guilherme II, que possibilitou o crescimento econômico industrial associado a um forte sindicalismo, resultante em ampla e avançada legislação social no país entre 1867 e 1901, destacando-se a mitigação da pobreza, a melhoria das condições de vida das famílias em vulnerabilidade social e econômica, o sufrágio universal, o voto feminino, a igualdade entre o ensino público e o privado, e a liberdade de imprensa, o que contribuiu para o avanço das ciências e da filosofia, culminando também na fundação do Partido Socialista Holandês em 1894. Seguiu, assim, a Holanda os princípios do chamado Tratado de Tolerância, firmado em 1581, pelo qual nenhuma pessoa residente no país seria molestada por motivos religiosos, destoando-a dos demais países europeus naquela época, pois livrava seus cidadãos de toda a autoridade dogmática.

²⁸⁸ National Association of Social Workers: <http://www.naswdc.org/pressroom/features/general/history.asp>, acesso em: 11/11/2016: 21:32 h.

contrário aquelas obras que não vêm do fundo do coração, por serem hipocrisia e mentira. Por essa razão, todas as pessoas são chamadas de mentirosas em SI 115²⁹⁰ {=116, 11}, pois ninguém cumpre, nem consegue cumprir a Lei de Deus do fundo do coração e porque todos encontram dentro de si mesmos a indisposição para o bem e a disposição para o mal. Onde não houver uma livre disposição para o bem, o fundo do coração não estará com a Lei de Deus; ali com certeza também haverá pecado e a merecida ira de Deus, embora exteriormente pareçam existir muitas boas obras e uma vida honrada” (LUTERO, 1998, p. 83 e 85).

Diante deste quadro se torna necessária uma reflexão mais abrangente sobre as relações humanas e seus componentes ideológicos com o meio ambiente, objetivando as melhorias do estado de bem-estar social²⁹¹ de indivíduos e grupos, com foco em suas autonomias e liberdades²⁹², desde que não degradem o meio ambiente.

Deparamo-nos, atualmente, com a preocupação da preservação de nossos patrimônios naturais, os quais vêm merecendo grandes atenções por parte da comunidade científica, empresas, organismos internacionais, órgãos governamentais e não governamentais, que iniciaram desde a década de 70 a busca pela conscientização ecológica planetária, que apesar de ainda não ser unânime, é pelo menos intensa.

À guisa de exemplo, e no que se refere ao que se tratou na Introdução desta tese, temos as degradações ambientais provocadas pelas demandas esportivas, religiosas, turísticas e folclóricas, portanto culturais, pelas quais florestas nativas, em especial na região da Mata Atlântica são invadidas por populações tradicionais e por demais exploradores, para a extração ilegal de madeiras que são utilizadas para a manufatura de objetos artesanais por populações que sobrevivem financeiramente destes danos ambientais.

²⁹⁰ SI 115, 11: “Vocês que temem Adonai, confiem em Adonai, Ele é seu auxílio e escudo”. SI 116, 11: [Sou completamente miserável] “mesmo quando em meu pânico eu declarar: ‘Tudo o que é humano é enganoso’”(MESSIANIC JEWISH PUBLISHERS, BIBLIA JUDAICA, 2010, p. 927-928).

²⁹¹ Este estado, também denominado de *welfare state*, existe em todos os países desenvolvidos e se define por meio de políticas sociais, em especial as de previdência e de seguridade social, em que se inserem também o seguro desemprego, a licença maternidade, as pensões públicas, a aposentadoria por invalidez e por tempo de trabalho e benefícios sociais afins.

²⁹² Diante de vários conceitos para o vocábulo, concebemos aqui seu sentido de liberdade no sentido de agir dirigido por si próprio conforme a coerência de cada contexto social.

“O ‘morador’ humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d’água ou campos. Ali, onde dois ou mais ecossistemas se juntam, caçadores-coletores conseguem reunir recursos variados. Quando sediam suas moradias na própria floresta, abrem uma clareira ampla de terra batida, larga o bastante para evitar o perigo de quedas de árvores e formar uma terra de ninguém onde insetos nocivos e reptéis predadores possam ser avistados e eliminados. Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam” (DEAN, 1996, p. 30).

Agrava-se ainda mais o problema, na medida em que algumas espécies são mais indicadas para eventuais trabalhos em função de suas características botânicas, tais como flexibilidade, elasticidade, resiliência, sonoridade, cor e outros atributos, todavia, como somente podem ser identificadas em laboratórios especializados, em sua fase adulta. Assim, as populações tradicionais, muitas vezes economicamente subalternas, acabam danificando muitas espécies além daquelas recomendadas, alimentando assim um comércio empírico e ilegal de madeiras, muitas vezes extraídas jovens, antes de sua maturidade reprodutiva, ou seja, antes de gerarem sementes, o que implica no processo de eliminação seletiva de espécies nativas. Em outras palavras, trata-se de um comércio ilegal de madeiras em que os atores sociais não conhecem exatamente o produto que está sendo negociado ou utilizado nas cadeias produtivas, de modo que muitas espécies são derrubadas e mercantilizadas sem que se tenha a certeza se são ou não as especificadas.

“Mesmo para os moradores da floresta é difícil decidir sobre a identidade de determinada árvore e empregam nomes que incluem diversas espécies e até diversos gêneros. Os botânicos precisam de flores [e de folhas, e sementes além de exames microscópicos de suas células] para identificar uma árvore com certeza, mas muitas árvores florescem com pouca frequência, na maioria das vezes em intervalos desconhecidos de dois, três, quatro ou mais anos. Desta forma, a floresta multiforme apresenta a seus curiosos hóspedes humanos intermináveis enigmas e confusões” [...] “Há abundante evidência da coevolução de plantas e animais na polinização e dispersão das sementes e, até na defesa das plantas. Algumas destas, por exemplo, oferecem abrigo e mesmo néctar a formigas que as protegem da predação e que cortam ervas que concorrem com seus brotos” (DEAN, 1996, pp. 32-33).

A seguir temos uma descrição das principais espécies impactadas pelas demandas mercantilistas a que se sujeitam populações vulneráveis aos crimes ambientais, em função da extração ilegal de madeiras das florestas nativas:

Tabela nº 3: Nomes populares e científicos de espécies e famílias de árvores extraídas ilegalmente das florestas nativas para demandas comerciais nas áreas da educação física, esportes, turismo, folclore e religiosidade. Fontes: IBAMA/ IPT/ MAINIERI, 1978; LORENZI, 2002; (VIEIRA, 2007, p. 35)²⁹³.

Nº	Nome Popular	Nome Científico	Família
01	Angelim	<i>Lonchocarpus araripensis</i>	Leguminosae
02	Angelim Pedra	<i>Hymenolobium petraeum</i>	Leguminosae
03	Acapu	<i>Vouacapoua americana</i>	Olacaceae
04	Araçá	<i>Eugenia sp</i>	Combretaceae
05	Almescla	<i>Protium heptaphyllum</i>	Burseraceae
06	Aroeira	<i>Astronium gracile</i>	Anacardiaceae
07	Açoita Cavalo	<i>Lueheopsis duckeana</i>	Tiliaceae
08	Biriba	<i>Eschweilera ovata</i>	Lecythidaceae
09	Caixeta	<i>Quaeta albiflora</i>	Vochysiaceae
10	Cafezeiro-do-mato	<i>Casearia decandra</i>	Flacourtiaceae
11	Candeia	<i>Piptocarpha rotundifolia</i>	Compositae
12	Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Meliaceae
13	Conduru / Falso Pau Brasil	<i>Brosimum rubescens</i>	Moraceae
14	Copaíba	<i>Copaifera sp</i>	Leguminosae
15	Goiabão / Guapeba	<i>Pouteria pachycarpa</i>	Sapotaceae
16	Guariúba	<i>Clarisia racemosa</i>	Moraceae
17	Guatambu	<i>Aspidosperma macrocarpum</i>	Apocynaceae
18	Imbiriba	<i>Eschweilera Blanchethiana</i>	Lecythidaceae
19	Ipê-bóia	<i>Zolernia latifolia</i>	Leguminosae
20	Ipê-tarumã	<i>Qualea megalocarpa</i>	Vochysiaceae
21	Itaúba Preta	<i>Mezilaurus itauba</i>	Lauraceae
22	Jatobá	<i>Peutogyne confertifolia</i>	Leguminosae
23	Louro Freijó	<i>Cordia goeldiana</i>	Boraginaceae
24	Mamoninha	<i>Pouteria sp</i>	Sapotaceae
25	Marupá	<i>Simarouba amara</i>	Simaroubaceae
26	Massaranduba	<i>Nectandra cissiflora</i>	Lauraceae
27	Matá-matá Branco	<i>Eschweilera coriaceae</i>	Lecythidaceae
28	Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>	Meliaceae
29	Morototó	<i>Schefflera morototoni</i>	Araliaceae
30	Murici-da-mata	<i>Byrsonima stipulacea</i>	Malpighiaceae
31	Murta	<i>Blepharocalyx sacifolius</i>	Myrtaceae
32	Pau Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	Leguminosae
33	Pau D'arco	<i>Tabebuia echinata</i>	Tabebuia serratifolia
34	Pau Ferro	<i>Ocotea sp</i>	Lauraceae
35	Pau Macaco	<i>Posoqueria acutifolia</i>	Rubiaceae
36	Pau Pereira	<i>Aspidosperma australe</i>	Apocynaceae
37	Pau Pombo	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae
38	Pau Rosa	<i>Physocalymma scaberrimum</i>	Lytraceae
39	Pitiá	<i>Aspidosperma spruceanum</i>	Apocynaceae
40	Pitomba	<i>Pouteria egrégia</i>	Sapotaceae
41	Sapotinha	<i>Pouteria gardinerii</i>	Sapotaceae
42	Sapucaia	<i>Lecythis lanceolata</i>	Lecythidaceae
43	Taipoca / Tatapirica	<i>Tapirira guianensis</i>	Anacardiaceae
44	Tatajuba	<i>Bagassa guianensis</i>	Moraceae
45	Tuari	<i>Couratari obongifolia</i>	Lecythidaceae
46	Vinhático-do-campo	<i>Enterolobium gummiferum</i>	Leguminosae

²⁹³ Fonte: (VIEIRA, 2007, p. 35-36). Relatório de Pós-Doutorado em Administração, na área de Gestão Socioambiental, FEA/USP.

Sobre as madeiras acima, extraídas ilegalmente, identificadas no Anexo 2, crê-se que a atuação dos CRAS – Centros de Referências em Assistência Social, instalados em áreas rurais ou limítrofes entre ecossistemas possa identificar populações que sobrevivem destas práticas criminosas em função da eventual vulnerabilidades socioeconômicas, resultando em impactos sobre as florestas nativas. Neste sentido, a ampliação destes órgãos, pode mitigar ou extinguir tais problemas, mas isto implica na ampliação dos CRAS nestas áreas, resultando na ampliação do mercado de trabalho, mas também na necessidade do desenvolvimento de competências profissionais socioambientais.

Tal situação ocorre em função de algumas variáveis, dentre as quais se destacam: o desconhecimento científico das populações tradicionais; o equívoco de espécies em função de coletores desconhecerem a mata; o atendimento imediato de demandas sem maiores cuidados com a seleção; a coleta noturna para fugirem das autoridades policiais; e a coleta premeditada de espécies diferentes que possam ser negociadas como apropriadas. Neste caso simplesmente se extrai a madeira que estiver mais próxima, sem rigoroso controle de qualidade, pois a receptação também é crime. Ou seja, ambos, coletores, receptadores, atravessadores, comerciantes e compradores se alinham com “a consistente conformidade com as expectativas dos consumidores” (SLACK, 1999, p. 414), pois quem as adquire, em sua maioria realizam negócios sem que efetivamente tenham um conhecimento aprofundado em madeiras.

Assim, a noção de sustentabilidade que se insere no debate mundial em todos os seus segmentos profissionais, classes e áreas do saber, adentram também nas políticas de urbanização e de ocupação do solo, contextos estes em que transitam os Assistentes Sociais brasileiros, todavia em função das grades curriculares acabam despreparados para tais enfrentamentos que se lhes batem à porta neste século XXI.

“O Serviço Social passa a integrar o escopo de profissões interpeladas a oferecerem respostas ao agravamento da ‘questão ambiental’, a partir de uma forte mediação da educação ambiental, embora a mobilização e organização das comunidades de usuários dos serviços institucionais também integrem as demandas postas à profissão. Neste contexto, emerge como necessidade imperiosa a reflexão teórica acerca da realidade imediata, a fim de identificar as suas determinações causais historicamente constituídas. [...] Do ponto de vista ambiental, este desafio implica indagar-se acerca dos determinantes dos processos sobre os quais somos chamados a

intervir, bem como suas vinculações com os fenômenos imbrincados no agravamento da 'questão ambiental' e da desigualdade social" (SILVA, 2010: p. 157).

Neste quadro, a ideia de finitude se torna cada vez mais presente. Urge, portanto, que a capacitação acadêmica e profissional possa contemplar o entendimento do funcionamento da biosfera, dos ecossistemas, das interações entre as áreas urbanas e as florestas nativas, da Ecologia Humana, das radiações atmosféricas, das matrizes energéticas e dos ciclos dos gases de efeito estufa, do ciclo do carbono, da reciclagem e da logística reversa e, principalmente, como intervir nesta realidade em todas as áreas do saber. Ou seja,

"os Assistentes Sociais precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poderem intervir com o máximo de rigor e profissionalismo" (IRIGALBA, 2004, p. 25).

Há, portanto, neste início de terceiro milênio, uma nova causa e um novo enfrentamento que se apresenta aos Assistentes Sociais, pois em função do quadro acima deverão intervir na reconfiguração dos desdobramentos ambientais nos sistemas sociais em que atuam, resultando assim, na questão socioambiental. Em função disto, apresentam-se evidências da necessidade de reflexões sobre as novas demandas que se apresentam aos Assistentes Sociais neste século, bem como sobre o modo de se exercer eticamente a profissão nesta nova conjuntura.

"A partir das primeiras aproximações do Serviço Social com a tradição marxista, por ocasião do 'movimento de reconceituação' iniciou-se um processo de construção de uma orientação teórico-prática que direcionasse a intervenção do Assistente Social para uma prática transformadora e crítica vinculada politicamente com a classe trabalhadora. Embora as primeiras aproximações da profissão com a perspectiva crítico-didática tenham se dado de forma equivocada, em consequência da não aproximação das fontes originais do pensamento marxiano por 'marxistas que nunca leram Marx', com o amadurecimento teórico da profissão, nas décadas de 1980 e 1990, foi possível um aprofundamento deste debate a partir de uma produção teórica mais fundamentada e voltada para uma íntegra apreensão do pensamento crítico-dialético" (ALVES, 2011, p. 267).

Com base no exposto e decorrido cerca de três décadas, crê-se na necessidade de nova reconceituação à luz dos sinais dos tempos, pois esta citada por

Alves ocorreu durante a Guerra Fria, ou seja, antes da Queda do Muro de Berlim, portanto em um mundo bipolar. Ocorre que nestes trinta anos, o mundo mudou, bem como as novas demandas sociais, assim como as dinâmicas socioeconômicas, de modo que o realinhamento no ideário profissional e acadêmico se torna urgente. Neste sentido, reitera-se que a questão social de outrora, que era na realidade uma questão socioambiental, agravou-se com o passar do tempo. Assim, constata-se que:

"quase todas as sociedades estão enfermas. Produzem má qualidade de vida para todos, seres humanos e demais seres da natureza. E não poderia ser diferente, pois estão assentadas sobre o modo de ser do trabalho entendido como dominação e exploração da natureza e da força do trabalhador" (BOFF, 2002, pp.136-137).

Urge, deste modo, rever quais são os fatores ambientais que estão resultando em afetações nos sistemas sociais, no intuito de se buscar novas competências profissionais, para o enfrentamento da questão socioambiental, com a finalidade de superar ou mitigar as pressões socioambientais existentes nos mesmos, como função teleológica²⁹⁴ do Serviço Social neste terceiro milênio.

Ocorre que independentemente dos intermináveis debates entre os epicuristas²⁹⁵ e os estoicos²⁹⁶, percebe-se que o *Homo sapiens sapiens* constitui uma espécie que poderá ser extinta nas próximas décadas, assim como ocorrido com outros homínídeos bípedes²⁹⁷. Em meio a este processo de finitude da vida humana no planeta há que se refletir sobre o mundo a ser deixado para as próximas gerações, ou seja, filhos, netos e bisnetos das atuais famílias, pois das ações no presente dependerão aqueles que estiverem por vir. Neste sentido, as atitudes tomadas devem ser corresponsáveis, o que implica na reflexão e revisão de todas as teorias, ideologias e paixões, não em busca do encontro do responsável por todos os males, mas sim pelo que se poderá considerar como a noção da construção do bem comum, ou seja, com foco na solução da questão em si.

²⁹⁴ Doutrina filosófica que estuda os fins últimos de um determinado contexto ou conhecimento.

²⁹⁵ Os epicuristas entendiam que uma vez que não exista nenhum Deus, a finalidade da natureza era o prazer supremo, no entanto para que tal condição fosse atingida todos os homens precisariam ter escolhas responsáveis, caso contrário encontrariam a angústia no uso da mesma.

²⁹⁶ Por sua vez, os estoicos acreditavam que tudo era Deus, e nesta condição a conduta humana deveria ser orientada para a busca da virtude ao nos relacionarmos com este em todas as coisas.

²⁹⁷ Citam-se aqui: *Homo neandertal*, *Homo cromagnon*, *Homo pequinensis*, *Homo erectus*, *Homo ergaster*, *Homo denisovan* e o *Homo habilis*, todos extintos.

Entretanto, isto implica em transitar na busca de novos entendimentos sobre os contextos sociais em relação ao meio ambiente. Tal situação alude também ao estabelecimento de inéditos parâmetros de percepção da atuação profissional, o que em si se torna um desafio a ser superado, pois requer em uma construção coletiva.

“O Serviço Social precisa abarcar a ‘questão ambiental’, intervir nos processos a ela relacionados, movido pelo espírito investigativo – com atenção especial à pesquisa e ao estudo sistemático da realidade concreta, – buscando identificar e analisar os movimentos que a vinculem à ‘questão social’ em cada situação específica” (SILVA, 2010: p. 159).

Sendo assim, concorda-se que neste contexto os Assistentes Sociais brasileiros precisam adquirir e desenvolver competências capazes de converter certezas provisórias²⁹⁸ em firmeza e segurança diante do quadro adverso que se avizinha com as mudanças climáticas em âmbito mundial.

Apresentam-se, na atualidade, indícios da necessidade de esforços conjuntos em todas as áreas de atuações profissionais²⁹⁹ para o alcance de tais objetivos. Neste sentido, os que se apresentam para o Serviço Social se constituem tanto na busca da revisão das propostas formativas para os Assistentes Sociais, uma vez que sobre os mesmos recairão grande parte dos problemas sociais advindos das condições climáticas que já afetam e continuarão a afetar exponencialmente o planeta.

Crê-se, neste sentido, na necessidade de um compromisso ético que possa proporcionar ferramentas acadêmicas para o enfrentamento das novas demandas socioambientais que se apresentam no século XXI no Brasil, como é o caso da região megalopolitana³⁰⁰ paulista, processo este que já se espalha em outras regiões do Brasil, a exemplo de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, causando graves afetações ao meio ambiente. Em outras palavras, faz-se necessária a transição do atual “projeto ético político social” para um eficiente “projeto ético político

²⁹⁸ Estas certezas provisórias se dão no dia a dia da atuação profissional, em especial daqueles que atuam em áreas de mananciais e de preservações ambientais e que buscam resolver eventuais situações associadas à temática, com base em sentidos comuns, por não terem tais competências construídas academicamente.

²⁹⁹ Busca-se aqui esclarecer que independentemente da área de atuação profissional que alguém possa exercer, existe a necessidade de um repensar suas relações com o meio ambiente, pois o simples hábito da escovação de dentes com dentífricos implica em impactos ambientais. Há, portanto, a responsabilidade de todos para com todos.

³⁰⁰ Extensa região pluripolarizada constituída de múltiplas metrópoles conturbadas.

socioambiental”, no intuito de instrumentalizar os Assistentes Sociais a lidarem com estes novos desafios que se apresentam ao Serviço Social.

A intervenção dos Assistentes Sociais na questão socioambiental está associada com o que estes profissionais desenvolvem nas áreas onde atuam, tais como as que englobam os processos de gestão de entidades e ONG's³⁰¹, planejamento e gestão de projetos, habitação, a busca de mediações e consensos em comunidades específicas, assim como aquelas atuações pautadas em ações de caráter educativo, subsidiadas por conhecimentos e atribuições de suporte profissional.

Este novo olhar, que busca possibilitar uma diferente percepção da atividade profissional e suas funções ambientais se justifica em função dos Assistentes Sociais estarem imersos diuturnamente nos conflitos advindos da questão socioambiental, no entanto o desenvolvimento de competências profissionais específicas para lidarem com tais aspectos passa ao largo da formação destes profissionais no Brasil. Sendo assim, apresentam-se dois pontos cruciais a serem equacionados. O primeiro é a necessidade da revisão das matrizes curriculares e dos conteúdos programáticos para o alcance de competências para os desafios socioambientais do século XXI. O segundo a busca do fornecimento de ferramentas de trabalho para o desenvolvimento de mediações sobre as expressões da questão socioambiental, caso contrário tende-se a entrar em um ciclo vicioso: não se intervém porque não se conhece e não se conhece, portanto não se intervém.

Há, portanto, que se equacionar esta questão, pois toda questão aponta para a necessidade de seu equacionamento. Assim, relembra-se que a razão pela qual Engels preferiu denominar como “questão social” a expressão “miséria social”, tinha como fulcro a busca por resoluções do problema, ou seja, seu equacionamento. Deste modo, a questão socioambiental também necessita das intervenções do Serviço Social na busca das mitigações possíveis nos locais de intervenções a que aos mesmos couber.

Estas ferramentas se dão tanto por ajustes nas matrizes curriculares quanto no incentivo à pesquisa e produção acadêmica que associe o Serviço Social à questão

³⁰¹ Organizações Não Governamentais.

socioambiental, bem como à mediação socioambiental nos sistemas sociais, pois são escassas as obras que tratam deste assunto³⁰².

Diante do exposto, passamos agora a tratar diretamente da necessidade da percepção pelos Assistentes Sociais de que o campo de atuação desses profissionais é a própria biosfera. Ou seja, as demandas de trabalho afetas aos mesmos, em muitos casos de ocupações de áreas de mananciais e de preservações ambientais, como são os casos dos entornos das represas Billings e da Guarapiranga, são resultados de afetações causadas por suas clientelas ao próprio meio em que vivem.

A seguir abordaremos a temática do exercício profissional diretamente nas áreas acima especificadas, como segue.

5.1- Do Serviço Social em áreas de mananciais de preservação ambiental.

Um dos principais mecanismos de afetação dos mananciais é a falta de opções de moradias em locais fundiariamente regularizados. Isto resulta em pressões demográficas exercidas sobre áreas que deveriam ser preservadas pelo próprio Estado, mas pelo que se constata por meio da observação e experiência nos demonstra a omissão do mesmo, muitas vezes em função de interesses políticos. E quando não há esta efetiva garantia por parte do mesmo, surgem as invasões de tais áreas derivando em novas demandas ao Serviço Social. Ou seja, se os Assistentes Sociais não se tornarem agentes de sua própria história, acabarão sendo consequência da mesma. Isto é, se não contribuírem para a resolução dos problemas poderão se tornar parte do próprio problema. Com isto se deseja afirmar que a não ação do Serviço Social no planejamento macro da sociedade, em especial no que se associa com a regularização fundiária, os torna reféns da questão socioambiental, e com isto ao invés de a equacionarem acabam por se tornar parte do problema. E agrava-se ainda mais o problema, na medida em que ao darem atenção ao meio

³⁰² Foram encontradas as seguintes obras: 1- Serviço Social e Meio Ambiente, de J. Andrés Dominguez Gómez, Octávio Vázquez Aguado e Alejandro Gaona Pérez, também editado pela editora Cortez em 2009; 2- Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social, de Maria das Graças e Silva, publicado em 2010 pela editora Cortez; e 3- Dinâmicas e Práticas do Trabalhador Social, de Philippe Weber, editado pela Porto, em 2011.

ambiente, não conseguirão atender ao princípio ético da defesa intransigente dos Direitos Humanos, colocando assim, em cheque este próprio princípio ético.

Um problema que se apresenta em função da ausência do Estado é o surgimento do chamado “Estado Paralelo”³⁰³, que agrava não só a questão socioambiental, como a própria atuação dos Assistentes Sociais e, concomitantemente, a degradação dos mananciais e ambientes marinhos e fluviais, e das florestas urbanas. Deste modo se ampliam os níveis de danos aos ecossistemas e suas condições de vida, tornando exponencial a necessidade de proteção societária por parte dos Assistentes Sociais.

À guisa de exemplo inserimos aqui entrevistas interessantes de dois líderes comunitários que atuam na região do Distrito de Pedreira, Cidade de São Paulo, e que por razões de segurança solicitaram para não ser identificados. O primeiro será identificado como LC1 e o segundo como LC2.³⁰⁴

Segundo LC1³⁰⁵, presidente de uma associação de moradores no entorno do Pedreira, segundo o qual, o que ocorre lá é um “ecossistema voltado para atos ilícitos”. Do mesmo temos o seguinte depoimento pessoal:

“A única palavra que encontro para descrever o Distrito de Pedreira é ‘niilismo’³⁰⁶, pois o que se observa é a completa morte do sentido de vida das pessoas lá existentes. Há uma ausência de finalidade da existência humana, pois o que se considera como valores importantes a serem preservados, tais como princípios éticos na relação entre pessoas, empresas, prestadores de serviços, policiais, políticos, órgãos de governos, se tornam etéreos e se dissolvem na mesma medida em que afetam as condições do meio ambiente. Esta população se torna refém do crime organizado, de políticos

³⁰³ Alusão ao domínio de tais regiões pelo crime organizado.

³⁰⁴ Estas entrevistas foram coletadas no Relatório de Pós-Doutorado em Ciências da Educação. Fonte: Vieira, 2014.

³⁰⁵ Sigla utilizada para o primeiro colaborador na obtenção de dados sobre a realidade no Distrito de Pedreira, o qual não autorizou a divulgação de seu nome por razões de segurança pessoal e familiar.

³⁰⁶ O niilismo é uma interpretação cética da realidade pela qual se entende que a vida não vale a pena ser vivida pois não tem nenhuma finalidade. Tal concepção atinge diversas manifestações humanas, tais como a filosofia, as artes, as teorias sociais, a ética e as relações morais, atingindo principalmente os adolescentes e jovens adultos que perdem a esperança no futuro. Shakespeare, na obra Macbeth é um referencial: “Apaga-te, apaga-te, chama breve! A vida é apenas uma sombra ambulante, um pobre ator que por uma hora se empavona [se assusta] e se agita no palco, sem que depois seja ouvido; é uma história contada por idiotas, cheia de fúria e barulho, que nada significa” (SHAKESPEARE, 1997, p. 102). Nos tempos atuais, o niilismo está muito associado ao pensamento do filósofo Nietzsche por contestar a verdade os valores morais considerados pelo mesmo como sem importâncias em função da morte de Deus.

inescrupulosos, de policiais corruptos e coniventes, de empresários corrompidos e gananciosos, de gestores municipais despreocupados com a ética no serviço público, e assim, se tornam abandonadas e sem quaisquer soluções do poder público. Deste modo se tornam reféns das centenas de igrejas evangélicas que se encontram na região, e que prometem a salvação, mediante o pagamento do dízimo, dividido em dez parcelas e cobrado adiantadamente em maquinhas de cartões de crédito, transformando assuntos religiosos em negócios lucrativos, para os quais as pessoas pagam para obterem o acolhimento divino. E se em uma igreja não encontrem tal apoio simplesmente mudam para outra onde tornam a pagar novamente pela suposta salvação, tornando difícil avistarem a solução para a solução dos problemas que as afetam. Estes são os traços destruidores da sociedade ali existente, em função da incapacidade coletiva em superar tal condição. Trata-se de um verdadeiro ‘ecossistema’ que se retroalimenta de atos ilícitos e, cujo resultado é a afetação dos mananciais” (LC1 in VIEIRA, 2014, p. 135).

Ao ser questionado sobre as atividades do crime organizado em Pedreira, LC1 nos deu ainda o seguinte depoimento:

“As atividades criminosas aqui são diversas. Vão desde o comércio clandestino de materiais de construções, ao tráfico de drogas, de gás, aos gatos³⁰⁷ na água, luz e TV a cabo, passando pelo roubo de veículos e desmanches³⁰⁸ a céu aberto, bem como pela especulação imobiliária. Neste caso ocupa-se indevidamente uma região de manancial e nela é comum a construção de grandes moradias, com mais de 100 metros de área construída. Estas serão negociadas com outras pessoas a preços mais elevados e assim vão transferindo tais imóveis a outros especuladores. Há também guerras entre gangues³⁰⁹ rivais que disputam as parcelas ou o domínio dos lucros destas ilegalidades” (LC1 in VIEIRA, 2014, p. 136).

LC1 ainda aborda a situação em que vivem as pessoas, ao tratar do que considera como niilismo em Pedreira, e as práticas sexuais das novas gerações, conforme nos relata:

“Aqui encontramos muitas moças novas com menos de 18 anos, com dois ou três filhos de país que não conhecem ou que estão presos ou já foram

³⁰⁷ Nome popular dado às ligações clandestinas. Não podem ser oficializadas pelos órgãos que atuam com o estado, pois isto implicaria na existência de um endereço em uma área de manancial, o que é proibido por lei.

³⁰⁸ Nome popular que é dado aos locais que comercializam peças usadas de automóveis, em geral roubados e desmontados para não deixar provas. Em Pedreira estes desmanches ocorrem nas próprias ruas, durante o dia, aos olhos da própria polícia, que se mantém inerte.

³⁰⁹ Alusão ao vocábulo quadrilha, aqui designado para pessoas que se associam ao crime organizado.

assassinados em embates com o crime organizado. Um ponto que desperta atenção é o da influência do Funk na região. Muitas moças em idades entre 12 e 16 anos participam de competições sexuais com outros rapazes. Entre as moças a campeã é a que mantiver o maior número de relações sexuais em uma noite. Entre os rapazes aqueles que demorarem mais para ejacular nas mesmas. Assim, numa noite acaba mantendo relacionamento com cerca de 8 a 15 parceiros em média, o que resulta em gravidez precoce. E ao se perguntar quem é o pai a resposta é o ‘tiquinho’³¹⁰ que se pensa ser ‘Tiquinho’ o apelido de alguém, mas na realidade é ‘um tiquinho de um, ou tiquinho de outro’ e assim por diante (LC1 in VIEIRA, 2014, p. 136).

Este depoimento de LC1 nos demonstra o aumento populacional existente no referido Distrito em função das novas famílias formadas por menores de idade com vários filhos de pais diferentes, o que implica na crescente pobreza estrutural e nas diferentes estratégias de sobrevivências pela novel população.

Um depoimento importante nos foi fornecido pelo líder comunitário LC2, sem o qual não teríamos conseguido adentrar a determinados espaços pois dependíamos do mesmo para a obtenção de acessos em função do risco de represálias dos moradores.

A presença de LC2 foi importante para o estabelecimento de contatos com pessoas de várias comunidades e favelas locais e escutar seus dramas pessoais, em geral associados à questão da moradia, ficando evidente a preocupação de serem despejados de suas localidades e perderem anos de economias investidas naquele contexto em que, de certo modo já fixaram raízes.

As favelas representam um quadro trágico. Barracos de madeira construídos sobre nascentes dos mananciais que recebem os dejetos humanos oriundos de tais habitações. E nelas, fezes, peixes e alevinos convivem até a exaustão, e sobre as quais crianças brincam. Sobre tais esgotos são fixadas moradias improvisadas, feitas com o que se pode utilizar para paredes, piso e cobertura. Uma fala de LC2 será sempre marcante sobre o legado desta pesquisa, ao se referir aos moradores de uma das favelas locais:

“Muitos ficam com medo de vir aqui, mas são gente como a gente. Gente como todos. A única diferença é que aqui todos repartem tudo. Quando um

³¹⁰ Tiquinho é a forma popular alusiva aos vocábulos diminutivos: pouquinho ou pedacinho. No caso indicam um pouquinho de um e de outro.

chora, todos choram. Quando um ri, todos riem. Quando alguém tem algo para compartilhar ninguém fica sem. E assim vão vivendo, dia a dia” (LC2 in VIEIRA, 2014, p. 137).

Sobre os aspectos da criminalidade, LC2 deu um depoimento similar ao de LC1, ao afirmar que:

“Aqui os desmanches de carros são feitos nas próprias ruas, na frente das residências das pessoas e da polícia. E os chassis de motos e de veículos são jogados na represa. Quando a polícia precisa mostrar algum serviço, alguém avisa os bandidos anteriormente e estes retiram os principais veículos das vias, antes da chegada da polícia, que levam os restantes como materiais apreendidos. Com isto quem avisou recebe um dinheiro dos criminosos como retribuição, criando uma nova ética, e voltam às mesmas atividades no dia seguinte, com o conhecimento da própria polícia que limpa o local para a entrada de novos veículos que serão desmanchados” (LC2 in VIEIRA, 2014, p. 137).

Em relação aos aspectos ambientais, LC2 também trouxe uma importante contribuição, ao afirmar que a responsabilidade pela proteção das áreas dos mananciais das Represas Billings e Guarapiranga é de competência da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., que é uma empresa estatal vinculada ao governo do Estado de São Paulo, que por sua vez não limpa os assoreamentos causados por resíduos sólidos da construção civil, vindos em sua maioria da demolição de moradias irregulares, bem como também não cuida das nascentes dos afluentes que abastecem as represas.

Da parte da EMAE, apenas limita-se a inserir em seu site uma mensagem politicamente correta em relação a tais aspectos:

“Em função do crescimento desordenado da região metropolitana de São Paulo, existe uma pressão urbana para ocupação das áreas da EMAE existentes nas bordas do Reservatório Billings. Com o objetivo de preservação dessas áreas, a EMAE criou um modelo de integração com as comunidades locais, utilizando as áreas suscetíveis a invasões e degradações, as margens da represa. O objetivo é a recuperação da área de borda do manancial, promovendo o uso do espaço pela comunidade de forma sustentável e condizente com a lei, do ponto de vista ambiental. Para o desenvolvimento dessa proposta, buscaram-se compatibilizar os conceitos de preservação ambiental com as necessidades da comunidade local, em especial espaços para lazer. Dessa forma, a primeira experiência integrou

adensamento vegetal da área com a instalação de pista de caminhada e equipamentos de lazer e de educação ambiental. Essa visão foi ampliada, consolidando-se em '*Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas*', cujo objetivo é se ampliar gradativamente pela orla do Reservatório Billings. A identidade desses projetos reside no formato de gestão integrada que a EMAE faz junto com a população e com os órgãos governamentais e não governamentais, de forma planejada, por meio de mutirões, estimulando o comprometimento das partes envolvidas, garantindo maior perenidade ao projeto. Os resultados alcançados são positivos, pois as áreas estão sendo protegidas e, em alguns casos, a mata ciliar está em recuperação" (EMAE in VIEIRA, 2014, p. 138)³¹¹.

O posicionamento público da EMAE não aborda a questão central da ocupação ilícita das áreas de mananciais e nem há ações efetivas de desassoreamento das bordas das represas. E no depoimento de LC2 não há esta integração da empresa com a população local, salvo permitir que tais áreas sejam ocupadas em função da ausência do Estado.

O que se observa no Brasil é que o atual modelo de gestão do Estado não atende os pressupostos da sustentabilidade. Há um conflito na gestão de atividades entre as várias ações governamentais. Ou seja, ainda que não ocorra a regularização fundiária, se a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos atribuir um Código Postal para o logradouro, a Empresa de Energia Elétrica que presta serviços ao município tem a obrigação legal de colocar iluminação pública, ainda que a própria Prefeitura não o queira, pois cabe à mesma os custos de implantações e de custeio do consumo. E assim, conseqüentemente, havendo iluminação, chegam as empresas de telefonia e de TV a cabo. Logo surgem as creches e escolas, e os sistemas de atendimento à saúde pública e de policiamento. Ganham com este modelo os políticos, os comerciantes e os especuladores imobiliários. Por sua vez, perdem os moradores que não possuem a titularidade de suas propriedades, e em especial o meio ambiente que é afetado gravemente em função deste contexto e não é recuperado ou compensado.

Enquanto isto, os Assistentes Sociais se limitam a "assistir passivamente" a tudo e a preencher cadastros infundáveis, o que os coopta a apenas serem digitadores

³¹¹ Fonte: <http://www.emae.com.br>, acesso em 04 de julho de 2014.

cadastrais, todavia em suas responsabilidades legais há muito que se fazer nestes contextos.

Apresentam-se então como fatores de preocupação com os emergentes padrões de formação acadêmica o claro entendimento de que fazem parte da existência humana dois pilares de sustentação: um é o utópico e o outro é o histórico-temporal. Ou seja, aquilo que se almeja atingir e o que será possível alcançar.

Um ponto que merece nossa atenção é o de que culturalmente o homem passou a criar o hábito de modificar o ambiente em que vive resultando na concepção de ruptura entre natureza e cultura³¹². Tal situação nos é abordada por Chauí:

“Com Kant, consolida-se a ideia de que a natureza é o reino da causalidade ou da necessidade enquanto a cultura é o reino da vontade humana, da ação dotada de finalidade e da liberdade, tais como se exprimem na ética, na política, nas artes, nas ciências e na filosofia. Em outras palavras, Kant distinguiu o reino da natureza – isto é, das coisas submetidas às leis naturais de causalidade, que são universais e necessárias – e o reino da moral – ou seja, das ações humanas realizadas por uma escolha voluntária ou por liberdade e segundo finalidades racionais. A partir de então, a separação entre os reinos da necessidade e o reino da liberdade foi interpretada como separação entre natureza e cultura ” (CHAUI, 2003, p. 247).

Consideramos este pensamento como antropocêntrico, na medida em que promoveu a ruptura entre o homem e a natureza, ao estabelecer o entendimento de que este está acima da mesma. Trata-se, portanto, tal afirmação, de um paradigma construído a partir de um sofisma formal, porquanto estabeleceu uma premissa inválida, que colocou o homem acima da natureza, o que foi um equívoco histórico, pois:

“A natureza é o conjunto de tudo o que existe e é percebido pelos humanos como meio no qual vivem. A natureza, aqui, tanto significa o conjunto das condições físicas em que vivemos como as coisas que contemplamos com emoção (a paisagem, o mar, o céu, as estrelas, terremotos, eclipses, tufões, erupções vulcânicas, etc.) A natureza é o mundo visível como meio ambiente

³¹² Reportamo-nos novamente ao conceito de cultura de Herskovits, ou seja, a separação entre o que foi criado pelo Homem além do patrimônio natural. Citam-se microclimas construídos, florestas plantadas, controles biológicos de do que se considera como pragas, vacinas, utilização de diversos materiais para a construção de habitações, de vestuários, de produção e distribuição de energias, regulação de cheias e vazões, irrigação controlada, exploração espacial e outros modos de se adaptar às várias condições postas ao Homem.

e como aquilo que existe fora de nós e que provoca ideias e sentimentos em nós” (CHAUÍ, 2003, p. 245).

Num olhar mais detalhado observarmos que aquilo que se aplica ao homem também é válido para as espécies animais, e em alguns casos até vegetais³¹³. Assim, a seleção natural, ocorrida ao longo de milhões de anos é o argumento incontestável sobre tal aspecto.

Nesta pretendida revolução sobre o olhar, deve-se permitir o alcance sobre a relação entre o homem e a natureza. Atualmente a ciência nos demonstra que todos os animais são dotados de inteligência relativa segundo sua própria natureza e, por conseguinte, de liberdade e razão³¹⁴ suficientes para o meio em que vivem, as quais também estabelecem todos os quais suas relações de causalidade com o meio ambiente em que habitam. Este também é o caso de animais domésticos, como cães e gatos, assim como de pássaros que aprenderam a conviver nos ambientes urbanos³¹⁵. E não podemos deixar de considerar também os animais sociais, como gorilas, lêmures, chimpanzés, lobos, lontras, castores, abelhas, formigas, marimbondos e vespas, dentre muitas outras espécies, para as quais se aplicam as mesmas particularidades³¹⁶. Estes são alguns exemplos de que o homem não está acima do mundo natural, mas conectado ao mesmo por meio da biosfera. E como não poderia deixar de ser, na formação acadêmica esta relação com a natureza acabou

³¹³ Até plantas carnívoras rejeitam presas nocivas às mesmas. Outras buscam a energia solar. Há que se ampliar a visão sobre a vida e suas possibilidades.

³¹⁴ Um fato interessante é o de que biólogos que trabalham em zoológicos, ao testarem alguma jaula ou área reservada para animais, normalmente utilizam como primeiros habitantes, orangotangos, pois conseguem com maior facilidade do que outros animais encontrar modos abrirem as mesmas. Sendo assim, faz-se necessário rever tanto a posição do Homem na natureza quanto os aspectos pertinentes à razão e à liberdade animal.

³¹⁵ Algumas espécies de corvos se adaptaram nas cidades utilizando as rodas os veículos e o asfalto para quebrarem nozes, que as jogam da fiação elétrica, mas como se apresentam consideráveis riscos de atropelamentos para recolherem suas amêndoas, passaram a fazê-lo sobre as faixas de pedestres, ao observarem que por lá, veículos não passam quando os semáforos se fecham. Trata-se de um exemplo de aplicação da lei da causa e efeito e de livre arbítrio e de fins e valores estabelecidos por estes próprios pássaros, que a cada geração vão incorporando tais comportamentos em função do próprio processo de seleção natural, mas muitos ainda insistem em denominar isto como “instinto”, pois seria muito difícil para o Homem aceitar que não é o único animal racional no planeta. A obra de Darwin está repleta de pesquisas deste gênero, pois até com lesmas identificou padrões de escolhas próprias.

³¹⁶ O conjunto destes estudos se dá por meio da Etologia, em especial sobre os trabalhos de Marc HAUSER, Peter TYACK e Frans WALL da Universidade de Harvard, que estudaram a inteligência animal, assim como suas formas de comunicações, emoções, formas de cultura, sociabilidade e linguagem, tanto de vertebrados e invertebrados, aves, insetos, mamíferos e outros animais, indicando que são dotados de capacidades de atenções, aprendizagens, imitações, escolhas, memória, imaginação, personalidades, emoções, usos de ferramentas e raciocínios em graus diferentes, de modo que já não se usa o vocábulo “instinto” para definir os comportamentos animais, pois cada espécie possui um kit mínimo de inteligência.

se perdendo na modernidade, resultando em um cartesianismo que atinge o âmbito universitário em geral.

“De maneira muito sumária e generalista, podemos dizer que o ser humano sofreu uma evolução em sua relação com o meio natural (talvez seja conveniente lembrar que foi o meio natural que mais sofreu essa evolução). Desde a relação dependente, respeitosa e até mitificada no início da vida social, até a relação prepotente, tirânica e míope que culmina com o livre mercado do capitalismo selvagem, passaram-se séculos e séculos de complexas relações do ser humano com seu meio (neste caso, podemos dizer, com os recursos que o meio natural lhe propicia) (GÓMEZ, AGUADO & PÉREZ, 2009: p. 22).

Neste sentido, os novos olhares sobre as funções do Serviço Social com responsabilidade socioambiental não o dissociam de suas atribuições legais. Abrem-se, no entanto, em função disto, novos parâmetros de práticas profissionais e de formações acadêmicas que se fazem necessárias neste início do século XXI, no qual, em âmbito mundial, se discute a preservação dos mecanismos de suportes da vida humana no planeta.

“Alguns dos profissionais que possuem melhores condições para ser formados nesse campo são os Assistentes Sociais, que precisam analisar seu próprio papel e buscar a formação necessária em matéria ambiental ou em metodologia de participação social, para poder intervir com o máximo de rigor e profissionalismo” (GÓMEZ, AGUADO & PÉREZ, 2009: p. 25).

Em outras palavras, o campo de atuação dos Assistentes Sociais é também o da biosfera, com predominância de atividades direcionadas às degradações ambientais produzidas pelo próprio homem, em muitos dos casos, clientelas da Assistência Social, por sua vez forçadas muitas vezes a exercer pressões sobre o meio ambiente causando impactos ambientais dentre os quais a degradação dos ambientes marinhos e áreas de mananciais, assim como de florestas, danificando ecossistemas e suas próprias condições de vida, em busca da sobrevivência, constituindo, ainda que de modo degradado, sistemas sociais diversos.

“É preciso recordar que qualquer sistema social é um sistema de ações e de comunicações composto por limites, que o distinguem do que ele não é, ou que o opõem ao seu contrário: o legal e o ilegal, o interno e o externo, a paz e a violência, o sagrado e o profano, a ordem e a desordem, a liberdade e o

cativeiro... E é precisamente desta distinção que emergem os limites do sistema social” (WEBER, 2011: p. 173).

Há que se considerar ainda, para o entendimento e correlação entre o Serviço Social e os sistemas sociais, que muitas vezes os Assistentes Sociais exercem suas funções exatamente em locais de limites ambientais destes sistemas. Assim, devem buscar valorar ações consideradas desejáveis para eliminar ou atenuar tais impactos buscando, deste modo, meios para a superação da condição, possibilitando novas opções. Todavia o caráter que tais escolhas se dão se fundamentam ora em aparatos ideológicos, ora de conveniências ou mesmo de interesses pessoais, conforme valores pessoais, familiares, religiosos, econômicos ou afins, em interações com outros indivíduos com os quais compartilham um determinado contexto ambiental. No âmbito biológico isto se define como um micro-habitat³¹⁷ ou mesmo um nicho ecológico³¹⁸. E é exatamente este o novo prisma que se busca evidenciar nas práticas do Serviço Social, ou seja, o de que as demandas da Assistência Social se dão nestes mesmos ambientes.

Assim, ao considerarmos que o Serviço Social atua também nos sistemas sociais em desequilíbrio ambiental, deve-se conceber preliminarmente que estes profissionais fazem parte da biosfera e nela interagem com outros seres vivos. Disto podem decorrer relações harmoniosas ou não, dependendo das pressões que ocorrem sobre os sistemas sociais, ou seja, sobre os habitats extrapolando seus limites, como se dá em relação à devastação de florestas nativas, a comercialização seletiva aves ornamentais e de animais marinhos³¹⁹, colocando-os em sinal de alerta ou à beira da extinção, a devastação de biomas inteiros, como se dá, em especial nas áreas de mananciais e de preservações ambientais da região megalopolitana de São Paulo, ao redor das Represas Billings e Guarapiranga, ocupadas com altíssima densidade demográfica, como no Distrito de Pedreira, que como visto, conta com aproximada mente 150.000 famílias invasoras de uma área de manancial que destruiu

³¹⁷ Vizinhança onde vive uma determinada espécie animal, no caso o *Homo sapiens sapiens*.

³¹⁸ Forma de vida de uma de uma determinada espécie, também aplicável ao *Homo sapiens sapiens*, em um ecossistema específico com possibilidade de afetações a outras espécies ou populações, como é o caso das afetações humanas sobre o meio ambiente.

³¹⁹ É típico exemplo da caça de aves ornamentais, tais como canários-da-terra, papagaios e araras, dentre outras, assim como da pesca de baleias e do *Gadus morhua*, mais conhecido como “bacalhau da Noruega”, bem como de peixes ornamentais.

o bioma natural. Outros casos são o da substituição de florestas por pastos para a pecuária e a monocultura no agronegócio, causando também prejuízos à biosfera.

Tal contexto nos desperta para a atenção socioambiental do Serviço Social em virtude do agir humano no meio físico. Isto é, não só no mundo natural e biológico, mas nas estruturas construídas pelo homem, em associação a grupos sociais, família, instituições, estruturas políticas, religiosas, jurídicas, educacionais, econômicas e laborais, com interações comportamentais, usos, costumes, sistemas legislativos e demais ordenamentos simbólicos, que se dão em função da própria natureza humana, que paradoxalmente, ao longo dos séculos foi perdendo suas relações com a biosfera e se adaptando em ambientes urbanos ou rurais, mas não mais os silvestres, ainda que deles, organicamente ainda se mantém dependente em função os efeitos climáticos da natureza sobre o planeta.

Em função desta consciência ambiental e da possibilidade do uso da ciência e da tecnologia, criam-se em alguns os imperativos morais de proteção da vida silvestre e da busca da mitigação dos efeitos da ação humana nos diversos biomas, ao mesmo tempo em que em outros causam graves afetações.

Estas afetações são supra ideológicas, não se podendo atribuir culpa exclusiva ao capitalismo, uma vez que é sabido que em função de totalitarismos das equivocadas interpretações do pensamento marxiano, também resultaram em graves impactos ambientais como as ocorridas na URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e suas aliadas, por ocasião da Guerra Fria (1945-1989), assim como na China.

Atualmente a Rússia, que detinha o poder central na URSS, sofre com os efeitos danosos do aquecimento global em virtude de várias de suas ilhas no Mar Ártico terem desaparecido em função do aquecimento global, que elevou o nível dos oceanos em virtude do degelo das camadas polares³²⁰, a exemplo das ilhas Kotelný, e Nova Sibéria, que ficam parcialmente submersas. Tal efeito também já afeta gravemente a orla marítima da cidade de São Petersburgo, bem como pela elevação

³²⁰ Fonte: <https://br.sputniknews.com/russia/201611266959351-aquecimento-global-ilhas-russas/>, acesso em 30/11/2016, 06:46 h.

de suas águas subterrâneas, o que vem impactando sua infraestrutura e as moradias de seus habitantes³²¹. Este é o preço cobrado pela natureza.

E com o avanço das populações humanas sobre os ecossistemas muitos impactos foram causados afetando o equilíbrio ecológico, em função do atual estágio civilizacional humano, ser incompatível com a preservação ambiental, exigindo assim muitos ajustes, dos quais boa parte pode estar ao alcance dos Assistentes Sociais em suas relações dinâmicas com suas clientelas nos diversos sistemas sociais.

“Os representantes contemporâneos da abordagem ecológica no trabalho social, Carel B. Germain³²², Alex Gitterman³²³ e Martin Bloom³²⁴ propõem o modelo ecológico, não como um modelo formal, mas como uma metáfora que permita ao trabalhador social compreender de que forma ele pode, com sua intervenção, desencadear respostas do meio ambiente que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento das pessoas. Essa concepção baseia-se, naturalmente, na abordagem sistêmica, por conseguinte, na compreensão dos fenômenos de interação circular do indivíduo com o seu meio” (WEBER, 2011: p. 183).

Neste sentido, as perspectivas de desempenho dos Assistentes Sociais segundo Germain, Gitterman e Blomm se alinham com a busca da harmonização das demandas do Serviço Social com interfaces à dimensão do cuidado com o meio ambiente, ou seja, prevenido as interferências do homem na natureza naquilo que é pertinente às demandas de suas clientelas nos sistemas sociais.

Este é o caso do litoral brasileiro que em função dos efeitos climáticos já sofre afetações em várias cidades como é o caso de Santos³²⁵, cuja linha média da maré já

³²¹ Fonte: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20161104/282265254991488>, acesso em 30/11/2016, 06:53 h.

³²² Pioneira da Associação Americana de Trabalho Social. Docente do Curso de Serviço Social das Universidades da Califórnia, Columbia e Connecticut. É uma das principais pensadoras do Serviço Social nas últimas décadas e foi reconhecida internacionalmente por seus extensos escritos acadêmicos e pesquisas sobre o comportamento humano no ambiente social e sua origem da perspectiva ecológica. Fonte: <http://www.naswfoundation.org/pioneers/g/CarelB.Germain.htm>

³²³ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Connecticut e Diretor do Programa de Doutorado. Sua produção acadêmica deriva de suas muitas publicações e apresentações sobre o trabalho social em áreas como o modelo de vida, vulnerabilidade e resiliência, ajuda mútua, educação, trabalho social e supervisão. Suas áreas de especialização incluem saúde e saúde mental, a prática do trabalho social, e trabalho em grupo. Fonte: <http://ssw.uconn.edu/faculty-listing/alex-gitterman-ed-d>

³²⁴ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Connecticut. Atua nas áreas de prevenção primária, prática, pesquisa e envelhecimento. Fonte: http://books.google.com.br/books/about/Primary_Prevention_Practices.html?id=8M0XB4a6Tj8C&redir_esc=y

³²⁵ Fonte: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2015/10/estudo-aponta-que-nivel-do-mar-deve-subir-36-cm-no-litoral-de-sp-ate-2050.html>, acesso em 30/11/2016, 07:00 h.

avançou em 80 m. Os cientistas estimam que o nível do mar deverá subir entre 45 e 80 cm até 2.100³²⁶, o que desalojará milhões de pessoas que precisarão avançar rumo ao planalto, afetando as florestas nativas e a fauna e, por conseguinte reduzirá as fontes de água potável e diminuirá as áreas de produções de alimentos, requerendo ainda novos custos sociais para a construção da gigantesca demanda de moradias, cenário este que imediatamente se transformará no aumento exponencial de atendimentos do Serviço Social.

A preocupação com a questão socioambiental passou a integrar o cenário mundial a partir do Programa Internacional “O Homem e a Biosfera”, lançado pela UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação e Cultura, em 1971, e que tinha como objetivo estudar as consequências da ação do homem no meio ambiente, tais como chuvas ácidas, afetações na camada de ozônio, aumento da temperatura do planeta em função dos gases de efeito estufa, extinção de espécimes da vida animal e o esgotamento dos recursos não renováveis e os desmatamentos.

Um aspecto que também merece atenção é a poluição dos rios, mares e oceanos, muitas vezes por combustíveis fósseis e rompimento de dutos e emissários submarinos, assim como pelo derrame nas águas de resíduos industriais e dejetos orgânicos. E muitas vezes, em função das cadeias alimentares, as próprias populações humanas acabam ingerindo os resultados das próprias poluições que causam em especial aquelas em maior vulnerabilidade social e econômica. Saliente-se ainda o uso de detergentes não biodegradáveis e de fertilizantes que levam nitrogênio e fósforo para os afluentes e regiões costeiras, que passam a diminuir a quantidade de oxigênio das águas, causando a proliferação de algas, que resultam no sufocamento de espécies marinhas e fluviais.

Nisto residem fatores de atenção dos Assistentes Sociais, pois ao mesmo tempo em que populações extrapolam limites ambientais, ficam expostas aos perigos de suas próprias afetações, como visto acima, o que implica na possibilidade de problemas de saúde física e psíquica, e de perturbações psicossociais pelo convívio em um ambiente de degradação ambiental.

³²⁶ Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/12/27/santos-ja-se-prepara-para-avanco-do-mar.htm>, acesso em 30/11/2016, 07:11.

E aqui se salienta que nas áreas de mananciais e de preservações ambientais invadidas, como é o caso das regiões da Billings e da Guarapiranga, já citadas, as atividades do Serviço Social podem estar cuidando das consequências e mas não das suas causas, em seus atendimentos nas UBS – Unidades Básicas de Saúde; nas AMA – Assistência Médico Ambulatorial; nos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social ou nos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, resultando assim em um ciclo insolúvel, caso atenções não sejam dadas à questão socioambiental. Trata-se, portanto de um contexto a ser repensado, à luz da Ecologia Humana, que busca identificar os fatores típicos de pessoas e instituições produzidas e reproduzidas em suas atuações, tais como os fenômenos urbanos, as relações étnicas e os comportamentos coletivos, pois:

“Os clientes que solicitam ajuda de um serviço precisam, muitas vezes, de gerir um problema criador de estresse, ainda que não o reflitam nestes termos. O paradigma *stress-coping*, desenvolvido por Richard S. Lazarus e Suzanne Folkman, tem em conta as características da pessoa e a sua interação com o meio ambiente. Esse paradigma inscreve-se na abordagem ecológica. O que é o *coping*? Literalmente *to cope* significa ‘fazer frente’. Isto significa que a pessoa gere as suas interações com o meio ambiente de forma a ter uma vida digna. Trata-se de uma adaptação dinâmica. A avaliação da situação faz-se pela análise do sentido atribuído ao cliente, ao problema. Será o problema estressante? No caso de se tratar de um problema estressante, terá ele a ver com uma perda ou um desafio? Se se identificar uma situação de perda ou de desafio, o objetivo do *coping* será eliminar, reduzir ou permitir tolerar o fator de estresse. Consideramos um problema da vida cotidiana como um desafio se pensarmos em dispor dos recursos pessoais e ambientais para o dominar” (WEBER, 2011: p. 185).

Todavia o que observamos no cotidiano dos Assistentes Sociais, muitas vezes é a cooptação dos mesmos pelos aparatos do Estado e dos governos estaduais e municipais, os quais não conseguem exercer suas funções primordiais de conhecer a realidade social que os cercam, pois por exigências governamentais ficam preenchendo intermináveis cadastros de benefícios sociais, que se traduzem em meras estatísticas, muitas vezes para serem utilizadas politicamente, principalmente em pleitos eleitorais pelos partidos que detêm o poder. E com isto acabam ficando estáticos em seus locais de trabalho, dominados pela burocracia estatal, em detrimento dos sistemas sociais em que atuam.

Dos órgãos governamentais o Assistente Social também é afetado em fatores contraproducentes, por meio dos órgãos que os empregam diretamente, bem como por aquelas organizações não governamentais que por sua vez contratam tais profissionais. Ambas estabelecem critérios quantitativos como fatores de produtividade, cujas metas são os atendimentos quantitativos dos clientes, todavia se estes superam suas condições e não necessitam mais dos mecanismos do Serviço Social, poderá resultar em prejuízos para tais organizações.

Assim, os Assistentes Sociais dedicam cada vez mais tempo aos serviços burocráticos internos para justificarem suas práticas profissionais, forçados a utilizar sistemas de informações que os mantêm cada vez mais reféns de uma burocracia governamental que não tem como aferir critérios qualitativos de superação da questão socioambiental e, como visto, também não há interesse político. E assim, se restringem a si próprios na medida em que cumprem, muitas vezes, desvios de funções, ao obedecerem a critérios crescentes estabelecidos por mecanismos centrais de deliberações, que não podem ser contrariados, os quais legitimam seus discursos por meio da satisfação do cliente, mas paradoxalmente, a principal função do Serviço Social é a de fazer com que clientes não sejam mais usuários da Assistência Social. Ou seja, promover a autonomia dos utentes.

“A questão da pobreza, agora incorporada ao debate ambiental, é, progressivamente, remetida à esfera das políticas compensatórias, na proporção em que se agravam os indicadores sociais em todos os quadrantes do planeta” (SILVA, 2010: p. 166).

Entretanto, como não há planejamento macro da sociedade, a atuação nas causas dos conflitos socioambientais dos limites dos sistemas sociais, os Assistentes Sociais ficam, como vimos, grande parte de seus exercícios profissionais a preencher cadastros governamentais dos que necessitam a Assistência Social³²⁷, com isto são também proteladas as atenções ao meio ambiente.

“A sociedade pós-industrial mantém-se fortemente impregnada do modelo industrial, apesar das perspectivas que as novas tecnologias oferecem. O

³²⁷ Este processo é absolutamente interessante ao retornarmos no tempo e observarmos as deliberações da Primeira Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em Paris, França, em 1928, e que estabeleceu quatro formas de Assistência Social: a Assistência Paliativa, a Assistência Curativa, a Assistência Preventiva e a Assistência Curativa. Ou seja, na década de 20 haviam uma dinâmica planejada para as ações do Serviço Social, situação esta que não se observa efetivar na atualidade, mantendo-se apenas o que seria a Assistência Paliativa, pois as demandas se tornaram mercadorias no âmbito da Assistência Social.

setor terciário não é exceção. O trabalho social também não. Na prática, pensar em termos de rede descentralizada, não é fácil. Arreigados às suas prerrogativas, os dirigentes dos serviços e das organizações hierarquizadas, verticais, a coberto de uma pseudomodernismo em que a informática não passa, de fato, de um instrumento de controle linear de gesto para medir a quantidade. Frustrados por não poderem ‘apresentar números’, os ‘gestores’ do social fabricam números! Esta obsessão pela quantificação domina o trabalho de terreno e conduz, inevitavelmente, ao excesso de burocracia. Os efeitos perversos não são raros: incitamento dos clientes para que permaneça o maior número de noites no internato, retenção da clientela dos serviços para a obtenção de mais subsídios, manipulação das estatísticas, inúmeras ações e medidas que vão contra um trabalho social orientado para a autonomia” (WEBER, 2011: p. 178).

Diante deste quadro os Assistentes Sociais acabam não gerindo suas próprias atuações, que por sua vez são deliberadas por aqueles que planejam e gerem o SUAS – Sistema Único de Assistência Social. E deste modo se implanta um taylorismo social³²⁸, na medida em que tais profissionais do Serviço Social dedicam mais tempo ao atendimento de dispositivos burocráticos governamentais, do que com a clientela que de Direito deveriam atender. Assim há uma inversão de funções, pois os Assistentes Sociais acabam tendo como clientes os mecanismos governamentais e não a própria população que precisa ser assistida. Cabe salientar que esta situação também é comum em outros segmentos profissionais como o de médicos, enfermeiros, policiais e outros funcionários públicos.

“É importante considerar que a passagem de um modelo economicista como o atual para um modelo construído a partir dos princípios e valores da sustentabilidade deve ser proposta como uma transição de longo prazo, progressista, respaldada por amplos consensos e por uma crescente aprendizagem social que levem a mudanças nos padrões de produção e consumo, na adoção de tecnologias, na regulamentação e no estabelecimento de normas, na organização institucional e na percepção cultural da sociedade” (GÓMEZ, AGUADO & PÉREZ, 2004: p. 29).

Este repensar a passagem do modelo economicista para o de valores da sustentabilidade implica, necessariamente, em esforços estruturais em busca de um

³²⁸ Referência à disciplina produtiva e incontestável.

pacto de governabilidade e de ação do Serviço Social, voltados para o equilíbrio socioambiental.

5.2- Das adaptabilidades do Serviço Social no Brasil aos sinais dos tempos

Um fato interessante é o de que desde sua origem no Brasil, o Serviço Social não se manteve estático diante das necessidades de cada época e sempre se adaptou aos desafios das diversas vertentes dos contextos históricos que atravessou. Assim, pretende-se demonstrar nesta tese que diante da necessidade do repensar todos os segmentos humanos à luz dos princípios da sustentabilidade, criam-se legítimas condições para novas reflexões teóricas à luz das constatações marxianas do metabolismo entre a natureza e sociedade, inclusive readequações aos enfrentamentos cotidianos no que aqui buscamos definir como uma imprescindível renovação do olhar dos Assistentes Sociais sobre seus objetos de intervenções profissionais, razão esta que nos move na elaboração desta tese.

Para uma melhor abordagem, sistematizamos aqui as quatro fases características do Serviço Social brasileiro, a saber:

- ⇒ Primeira fase: Primórdios (1936-1945)
- ⇒ Segunda fase: Influência do Nacional Desenvolvimentismo (1945-1964)
- ⇒ Terceira fase: Regime Militar (1964-1985)
- ⇒ Quarta fase: Contemporaneidade, a redemocratização (1985 em diante)

A primeira fase compreende o período entre 1936 e 1945, em que ocorrem os primórdios do Serviço Social no Brasil, abrangendo desde a implantação da Escola de Serviço Social da PUC, a primeira do país, até o final da Segunda Guerra Mundial. Neste tempo houve uma forte influência da Igreja Católica, pelos aspectos anteriormente especificados, em função da Ação Social Católica.

Tal etapa ocorreu durante os chamados anos Getúlio Vargas, e se deram em parte durante a ditadura civil que se instalou no país no período em que o mesmo

esteve na Presidência da República, entre 1930 e 1945. Nesta época houve a aproximação dos EUA ao governo brasileiro, em função de aspectos estratégicos relativos à guerra na Europa, e com isto o país passou a receber uma grande influência americana, além do que ainda existia a cultura médica social higienista que se encontrava presente desde os primórdios da República, em 1889.

Salienta-se ainda que tal situação não ocorreu somente no Brasil, mas também na América e na Europa, pois os médicos consideravam a estreita ligação entre a questão social e a disseminação de doenças em função da precariedade dos hábitos higiênicos, convencendo assim os governantes que passaram a apoiar medidas profiláticas, que afetaram as grades curriculares da Escola de Serviço Social, que abrangiam disciplinas da área da Saúde, tais como Anatomia, Enfermagem, Puericultura, Obstetrícia, Higiene, Higiene Industrial, Psiquiatria, Psicologia, Psicotécnica e Psicologia dos Anormais. Sobre o programa e a técnica de ensino utilizada na Escola de Serviço Social, temos a seguinte contribuição de Yazbek:

“Conforme assinalam Nadir Kfoury e Helena Iracy Junqueira, o que ocorre é a eliminação gradativa de matérias consideradas dispensáveis (como Primeiros Socorros, Educação Familiar, etc.) e uma maior concentração de estudos no próprio Serviço Social e nas disciplinas que se voltam para a compreensão do homem e da vida social. Esse processo verifica-se principalmente na época em que começa a haver maior intercâmbio com os EUA” de (YABEK, 1980, p. 44)

Yazbek ainda nos apresenta a intensa carga horária de estágios que gradativamente foram implantados no transcorrer deste período, englobando 400 horas no primeiro ano com visitas a 25 instituições sociais, com mais 400 horas de estágios no segundo ano, que eram distribuídas em 1/3 das disciplinas teóricas e as demais em trabalhos práticos, além da dedicação exclusiva no terceiro ano para trabalhos práticos orientados pela Escola, finalizando com a apresentação de um trabalho de conclusão de curso. Ao se analisar as transições das matrizes curriculares durante este período, pode-se constatar que se agrupavam em quatro eixos temáticos:

- ⇒ Vida Humana – integrada por disciplinas de base, tais como Sociologia, Economia, Psicologia, etc.;

- ⇒ Princípios Éticos – caracterizada pela reflexão filosófica moral e das relações de trabalho;
- ⇒ Capacitação Profissional – associava disciplinas de síntese, tais como Serviço Social, Fundamentos Teórico-Metodológicos, Estudos de Casos, Estágios e Atividades Supervisionadas;
- ⇒ Doutrina Cristã – caracterizada pela capacitação pertinente à visão católica de mundo e das relações com o próximo, com o objetivo de ressaltar os aspectos relativos à solidariedade e a dignidade humana, que em si tinha também a finalidade de sintetizar no egresso os demais eixos temáticos.

YAZBEK (1980, pp. 56-59) ainda nos apresenta as disciplinas que integravam as matrizes curriculares durante o período, as quais aqui foram sistematizadas em tabelas para a melhor identificação de suas competências, conforme segue:

Tabela nº 4: Matrizes curriculares da Escola de Serviço Social segundo Yazbek (1936-1940) (1980: 56-59).

MATRIZES CURRICULARES – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – 1936-1940				
1936	1937	1938	1939	1940
Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia
Psicologia	Psicologia I e II	Psicologia	Psicologia I e II	Psicologia I e II
Higiene	Higiene	Higiene	Higiene I e II	Higiene
Serviço Social	Serviço Social I e II	Serviço Social I e II	Serviço Social I, II e III	Serviço Social I, II
Estatística	Estatística	Estatística I e II	Estatística I e II	Estatística
Anatomia	Anatomia	Anatomia	Anatomia	---
Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	Enfermagem	---
Higiene Industrial	---	Higiene do Trabalho	Higiene do Trabalho	Higiene do Trabalho
	Direito	Direito	Direito	Direito
	Direito do Trabalho	Direito do Trabalho	---	Direito do Trabalho I e II
	Moral I e II	Moral	Moral	Moral
	Técnica	---	Técnica	---
	Psicotécnica	---	Psicotécnica I e II	Psicotécnica
		Economia I e II	Economia I e II	Economia I e II
		Direito do Menor	Direito do Menor	Direito do Menor
			Psicologia dos Anormais I e II	---
			Português	---
			Lógica I, II e III	---
			Puericultura	Puericultura
				Religião I e II
				Psiquiatria
				Orientação
				Ética Profissional I e II
				Pedagogia

Tabela nº 5: Matrizes curriculares da Escola de Serviço Social segundo Yazbek (1941-1945) (Ibidem).

MATRIZES CURRICULARES – ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – 1941-1945
--

1941	1942	1943	1944	1945
Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia	Sociologia
Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia	Psicologia
Higiene	Higiene I e II	Higiene	Higiene	Higiene
Serviço Social I e II	Serviço Social	Serviço Social I e II	Serviço Social	Serviço Social I e II
Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística
Anatomia	Anatomia	---	---	---
Enfermagem	---	---	---	---
---	Higiene de Trabalho I e II	---	---	Higiene do Trabalho
Direito	Direito	Direito	Direito	Direito
---	---	Direito do Trabalho I e II	Direito do Trabalho	Direito do Trabalho
Moral	Moral	Moral	Moral	Moral
---	---	---	---	---
Psicotécnica	Psicotécnica	---	Psicotécnica I e II	Psicotécnica
Economia I e II	Economia	Economia	---	---
Direito do Menor	Direito do Menor	Direito do Menor	Direito do Menor	Direito do Menor
Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura	Puericultura
Religião I, II e III	---	Religião I, II e III	Religião I e II	Religião I e II
Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria	Psiquiatria
Orientação Profissional	Orientação Profissional	Orientação Profissional	---	---
Ética Profissional	Ética Profissional	Ética Profissional	Ética Profissional	Ética Profissional
Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
Curso Familiar	---	---	---	---
	História do Serviço Social	---	---	---
	Direito Administrativo I e II	---	---	---
	Obstetrícia	---	---	---
	Psicologia do Adolescente	Psicologia do Adolescente	---	Psicologia do Adolescente
		Correspondência	---	---
		Contabilidade	---	Contabilidade
		Serviço Social de Menores	Serviço Social de Menores	Serviço Social de Menores
		Higiene Pré-natal	Higiene Pré-natal	Higiene Pré-natal
			Economia Política	---
				Pesquisa Social
				Administração e Problemas Econômicos
				Serviço Social de Grupo
				Organização Social da Comunidade
				Serviço Social da Indústria
				Administração

O que se verifica na análise nas grades curriculares apresentadas nas tabelas 3 e 4 é uma verdadeira disputa entre áreas do saber. Nelas se constata que disciplinas são inseridas e retiradas constantemente. Nelas se nota a nítida disputa neste período entre a Religião, a Saúde, o Direito, a Economia, o Serviço Público, a Administração e as demandas sociais que passaram a surgir. Em alguns anos até a própria disciplina

específica do Curso, a de Serviço Social, foi sobrepujada pela de Religião, contemplada com um semestre a mais, como ocorrido em 1941, 1943 e 1944. E nestes dez anos, entre 1936 e 1945, somente cinco disciplinas se mantiveram constantes em todas estas mudanças: Sociologia, Psicologia, Higiene, Serviço Social e Estatística.

Tal constatação nos demonstra claramente que em dez anos houve a formação de egressos com perfis muito diferenciados em relação ao Serviço Social e sua função, no entanto, o eixo temático que mantinham em comum era a Ação Social Católica, de base neoaristotélica.

“Esta polarização entre conhecimento e experiência passou a operar como padrão de hierarquização de saberes e, sobretudo, de experiências e de coletivos sociais e profissionais. Nessa hierarquia se supõe que os coletivos superiores produzem experiências e conhecimentos nobres, enquanto os coletivos tidos como inferiores, atolados nas vivências comuns do trabalho e da sobrevivência produzem saberes comuns” (ARROYO, 2011, p. 116).

Com base neste entendimento, considera-se que tais grades polarizaram disputas territoriais que se pretenderam ser hegemônicas no novel Serviço Social brasileiro, fazendo com que o currículo fosse verdadeiramente um território em disputa. Em outras palavras, a inserção e a retirada de grupos de disciplinas voltada para a área da Saúde, o Direito, a Administração Pública e a Religião, revela a ação grupos de força que buscaram exercer influências no perfil dos egressos. Não obstante, Arroyo nos apresenta o que denomina como estratégias de reconhecimento sobre as experiências humanas e profissionais em conflito, como se verifica:

“Reconhecer que todo conhecimento é uma produção social, produzido em experiências sociais e que toda experiência social produz conhecimento que pode nos levar a estratégias de reconhecimento. Superar visões distanciadas, segregadoras de experiências, de conhecimentos, e de coletivos humanos e profissionais. Reconhecer que há uma pluralidade e diversidade e não uma hierarquia de experiências humanas e de coletivos, que essa diversidade de experiências é uma riqueza porque produzem uma rica diversidade de conhecimentos e de formas de pensar o real e de pensar-nos como humanos” (ARROYO, 2011, p. 117).

Diante disto resta afirmar que, muito embora com perfis de egressos diferenciados nestes dez anos de primeira fase do Serviço Social, todas as turmas

formadas não deixaram de ser de Assistentes Sociais que construíram cada qual, com suas visões de mundo e experiências, a história profissional brasileira, e que se tornou referencial para outros países³²⁹.

Cabe ainda ressaltar que no âmbito da Assistência Social, importantes conquistas foram realizadas nesta época, tais como a implantação do CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social³³⁰ e a LBA - Legião Brasileira de Assistência³³¹.

Durante este período o Serviço Social tinha três pilares de sustentação: Previsão, Provisão e Prevenção, caracterizando-se como uma prática positivista, na medida em que se buscava prever os fenômenos sociais para se agir sobre a realidade, o que se considerava como função científica naquele momento (e ainda hoje), de modo que a ciência seria utilizada para a transformação da realidade, como nos demonstra o médico psiquiatra Silva, professor da cadeira de Serviços Sociais da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ambas atualmente integradas à Universidade de São Paulo:

“Às obras de Assistência Social convergem, presentemente, os maiores esforços para, em cooperação, atenderem às várias modalidades de assistência. Assim, busca-se atenuar os sofrimentos oriundos da miséria (assistência paliativa); reconduzir o indivíduo e a família às condições normais de existência (assistência curativa); prevenir os flagelos sociais (assistência preventiva); melhorar as condições sociais e elevar o nível de existência (assistência construtiva). Mas, para que tal programa possa ser executado com eficiência, há necessidade, como bem acentua R. Sand, perfeita unidade de ação. Urge que se coloquem numa só direção os serviços de higiene, assistência, previdência e trabalho, para que não se verifiquem invasões de atribuições e para que todos os esforços convirjam numa só direção” (SILVA, 1937, p. 18).

Como se observa, neste período buscava-se, de modo orgânico, sistematizar um conjunto de ações de distintos órgãos e aplicar uma ação de intervenção social por meio de fases distintas, ou seja, de um programa sistematizado que buscava resolver o problema de imediato, buscar uma solução, prevenir para que a mesma

³²⁹ Aqui se reporta às pós-graduações que a partir da década foram organizadas no Chile, Argentina e Portugal, e coordenadas por Instituições brasileiras.

³³⁰ Criado em 1938 e integrado ao Ministério da Educação e Saúde pelo Decreto-Lei 525/38.

³³¹ Criada em 1942 Reconhecida pelo Decreto-Lei 4830/42 e desativada pela Medida Provisória 813/95. Tinha sua ação voltada às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, sobretudo no fornecimento de gêneros alimentícios e no atendimento à segurança alimentar.

não voltasse a ocorrer e que buscava edificar a superação da condição por meio da melhoria da vida dos atendidos. Na atualidade não mais se vê tal sistemática, de modo que o Estado se posiciona como mero fornecedor de ações paliativas, que se repetem dia a dia, sem que um planejamento efetivo e o estabelecimento de metas claras e objetivas que sejam alcançadas.

A segunda fase se inicia com a fim da Grande Guerra Mundial, em sua segunda fase denominada de Segunda Guerra Mundial, com o retorno da FEB - Força Expedicionária Brasileira³³², uma nova mudança política no Brasil ocorreu, com a saída de Getúlio Vargas que governara o país entre 1930 e 1945. Este período é denominado por Estado Nacional Desenvolvimentista e se caracterizou como um processo de desenvolvimento econômico que teve por finalidade integrar o país à nova ordem mundial. Há, no entanto, a se enfatizar que se tratou de um processo e não de algo que se iniciou exatamente naquele momento, pois áreas de mudanças já se faziam repercutir, no entanto o estado de guerra inviabilizava transformações mais profundas no cenário político.

Tratava-se de uma nova ideologia que permeava os segmentos governamentais, acadêmicos e da iniciativa privada, que se desdobraram em função de um capitalismo fundamentado na unidade nacional em prol de um Brasil mais forte, que buscava associar todas as classes sociais, incluindo a burguesia industrial e setores da classe média e operária. Tal movimento se propunha a identificar e a promover setores nacionais atrasados e improdutivos, com a finalidade de promovê-los, disseminando a ideia de que tal necessidade se fazia premente para garantir a liberdade nacional e o que se considerava como atraso no país, mas que agora deveria integrar a comunidade dos países, de modo soberano, portanto, autônomo e independente, ainda que estes dois conceitos sejam discutíveis e subjetivos, pois na realidade o que se buscava era o fortalecimento do bloco ocidental em relação à Guerra Fria.

No bojo destes objetivos nacionais, o Serviço Social também teve o seu destaque, pois de 1945 até 1964. Nesta época foram criadas em 1946 pela Confederação Nacional da Indústria, duas entidades associadas a estes objetivos

³³² Nome do contingente militar brasileiro integrado enviado para a Europa, em combates realizados na Itália, contra as tropas alemãs entre 1944 e 1945.

nacionais: o Sesi – Serviço Social da Indústria e o Sesc – Serviço Social do Comércio. Ambos tinham por finalidade implantar o estado de bem-estar social em cada segmento de atuação, nomeadamente, a indústria e o comércio, e que se difundiram em todo o território nacional. Com isto novas esferas de atuações foram colocadas ao alcance dos Assistentes Sociais, que integravam outras duas entidades: o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial³³³ e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial³³⁴, que passaram a servir de alicerce para o desenvolvimento econômico brasileiro, que caminhou a passos largos durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, período denominado de Nacional Desenvolvimentismo, pois procurou acelerar a infraestrutura nacional para tornar o Brasil um país economicamente viável.

Naquela fase se destacou também o processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, que culminou com a fundação do CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social, o qual também recebeu influências do Dr. René Sand, como se constata:

“No I Congresso Pan-Americano de Serviço Social realizado em 1945, no Chile, o médico francês Dr. René Sand, fundador do ICSW em 1928, recomenda que fossem criados “Comitês” para os países da América Latina, ao enfatizar as exigências da necessidade de Justiça Social para os povos destes países. Os Congressistas participantes indicaram o Brasil para sediar em 1947 o II Congresso Pan-Americano de Serviço Social, na cidade do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, tendo a Delegação Brasileira representada pelo Dr. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, assumido o compromisso de realizar o evento, assim como fundar no Brasil o Comitê Representativo da Conferência Internacional de Serviço Social – ICSW que ocorreu em 1947. Entretanto a Conferência só foi possível realizar no período de 2 a 9 de julho e 1949, no Rio de Janeiro (DF) com o tema “Família e Serviço Social”. Com a publicação do registro no Diário Oficial de 22/8/1957, o CBCISS passou a ter existência jurídico-administrativa, tendo como atribuições: Preparar e inscrever os brasileiros nas Conferências Internacionais promovidas pelo ICSW, de dois em dois anos; Divulgar, no Brasil, as conclusões das conferências; Incentivar, no Brasil, a cooperação e

³³³ Fundado em 1942, com a finalidade de qualificar os jovens para funções especializadas da indústria. Ainda hoje é uma entidade de referência na área.

³³⁴ Fundado em 1946 com a finalidade de desenvolver recursos humanos para as diversas áreas do comércio, conforme suas demandas específicas. Ainda hoje é referência nacional na área, tendo recentemente implantado também a formação de nível superior.

o intercâmbio entre instituições e profissionais que atuam no campo dos serviços sociais” (CBCISS, 1986)³³⁵.

Assim, embora não fosse efetivado o Congresso Pan-Americano em 1947 foi realizado em São Paulo, o Primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, que propôs uma nova definição para a profissão:

“Serviço Social é a atividade destinada a estabelecer por processos científicos e técnicos o bem-estar da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constitui recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais” (FONTOURA, 1959, p. 123).

Esta definição embora acompanhe princípios cristãos, seguia também as diretrizes do desenvolvimento industrial pertinentes ao Nacional Desenvolvimentismo, na medida em que legitimava processos científicos e técnicos na busca do estado de bem-estar social.

Tal definição acompanhava também a concepção dos EUA sobre o Serviço Social ao articular a personalidade e o meio social. Entretanto, também se alinhou com a procura do ajuste social às condições sociais existentes e a eventual correção de falhas ou males sociais objetivando a promoção do estado de bem-estar social, que também encontra amparo na implantação do Serviço Social em diversos países, desde então.

“Nas várias definições salientadas por Fontoura, o discurso constituinte se refere ao ajuste às condições sociais existentes e à correção de falhas ou males da sociedade ou à promoção do bem-estar. A proposta de Fontoura e de outros autores é a de, por um lado, considerar uma evolução da caridade para a ação social e para o Serviço Social, incluindo neste uma ruptura com a filantropia e a piedade e incluindo uma visão técnica e científica da intervenção social” (FALEIROS, 2011, p. 750).

O Nacional Desenvolvimentismo se manteve como propulsor do modelo econômico durante os regimes governamentais deste período, cujo pensamento se associou às diretrizes curriculares para os Cursos de Serviço Social que se implantaram no Brasil, em que a técnica e a cientificidade eram norteadoras da profissão. No entanto, novos rumos se fizeram presentes na nação brasileira, durante

³³⁵ Disponível em: <http://www.cbciss.org/html/historia.htm>, acesso em 22/06/14, 14:10 h.

os anos que se seguiram, causando também mudanças de direções na profissão, como será abordado adiante.

A terceira fase também é uma continuação do Nacional Desenvolvimentismo³³⁶, no entanto representou uma ruptura política por meio de um Golpe Cívico-Militar que se instalou no Brasil entre 1964 e 1986, sob a forma de contrarrevolução, e que foi marcado por um período no qual os Presidentes da República eram eleitos por votos indiretos do Colégio Eleitoral formado por Senadores e Deputados Federais democraticamente eleitos por voto popular direto. Durante este período foram eleitos cinco presidentes que tinham exercido cargos militares no generalato³³⁷, a saber: Marechal Castelo Branco, Marechal Costa e Silva, General Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e General João Figueiredo³³⁸.

Alguns passaram a denominar este período como “Ditadura Militar”, muito embora existam reservas ao uso desta expressão, pois numa ditadura não existem eleições, mas nesta época haviam eleições por meio do bipartidarismo, de modo indireto para a Presidente da República, a quem caberia nomear governadores e prefeitos das capitais estaduais. Sendo assim, a terminologia mais indicada é a do “Regime Cívico-Militar”³³⁹ ou simplesmente “Regime Militar”, pois havia participação da sociedade civil nos rumos governamentais.

Segundo o Ministério do Exército, durante este período a ideologia marxista passou a ser difundida por meio de agentes de influências, que

³³⁶ Segundo Iamamoto, “A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a propriedade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social – tudo isso potencialmente viável, bastando que se traga à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante” (IAMAMOTO, 2012, p. 359).

³³⁷ Passavam para a reserva para se tornarem presidentes, de modo que para fins gerais eram civis.

³³⁸ A tomada do poder se deu a partir da declaração de vacância do cargo de Presidente da República em Exercício, do Presidente João Goulart, o Jango, em 31 de março de 1964, decretado pelo Congresso Nacional, formado por Senadores e Deputados Federais. Jango sofrera forte oposição popular, advinda principalmente da classe médica, assim como de segmentos mais precários, bem como da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Imprensa e do empresariado em geral, ao tentar implantar reformas de base no país, dentre elas a urbana, agrária, educacional e econômica, que aos poucos direcionavam o país para o socialismo-marxista, do qual era militante. Estas ações foram criando fortes antagonismos, a ponto de motivar o presidente a fugir do país para não ser preso, asilando-se no Uruguai, aonde veio a falecer.

³³⁹ Esta expressão “cívico-militar” não se associa diretamente à cidadania, mas sim pelo fato de que neste período foram estabelecidas alianças entre militares e segmentos civis da sociedade para a construção de um pacto de governabilidade e no qual se buscou eliminar quaisquer indícios de implantação do socialismo no Brasil.

“eram pessoas, comunistas ou não, colocadas em posições tais, nos jornais, no magistério, no clero, na administração pública ou empresarial, etc., capazes, por seus pronunciamentos ou ações, de alcançar ressonância favorável para os objetivos do Movimento Comunista Internacional. Estes princípios mostram que os próprios comunistas sabem que não é possível fazer Guerra Revolucionária com a simples pregação da ideologia comunista, incapaz de aglutinar as massas. É necessário fornecer à população outras ideias mais condizentes com seus anseios e aspirações imediatas e, portanto, mais fáceis de serem compreendidas. Daí o aparecimento de ‘bandeiras’, ‘ideias-força’ e ideologias intermediárias, isto é, aquelas que servirão para alcançar o poder e, por seu intermédio, implantar o comunismo” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1968, pp. 16-17).

Vivia-se a fase de franco crescimento econômico e não faltavam empregos. Esta fase foi chamada de “Milagre Econômico Brasileiro”, que perdurou entre 1968 e 1973, em que o PIB –Produto Interno Bruto que variava entre 9,8% a 14% ao ano. Entretanto, havia a concentração de renda nas mãos de alguns e não havia soluções para o crescimento da pobreza no país. Foram os chamados “anos de chumbo”. Segundo dados da Comissão da Verdade, estabelecida pela Lei nº 12528, de 18 de novembro de 2011, foram estimados em 434 o número de pessoas mortas e/ou desaparecidas durante aquele período.

Foi nesta época que ocorreu a reconceitualização profissional fundamentada na opção pelos pobres, considerados como resultado das desigualdades econômicas do país. Assim, a tentativa de ruptura com o conservadorismo e o alinhamento ao pensamento marxista foram as opções seguidas pela categoria. Ressalte-se que a adoção dos fundamentos de Marx não foi integral, mas um recorte político-ideológico com base nas lutas das classes sociais, conforme explicitado. Tratava-se de uma expressão coletiva de busca de mudança da ordem social estabelecida e à redemocratização do país por meio de eleições diretas, o que se deu a partir de 1986.

Não se pode afirmar que algum Assistente Social tenha se alinhado com os movimentos revolucionários que existiram naquele período³⁴⁰, mesmo porque a

³⁴⁰ Movimentos armados que buscavam implantar as diretrizes da II Internacional Comunista. “No segundo Congresso, realizado entre julho e agosto de 1920, a IC aprovou o seu estatuto e estabeleceu vinte e uma condições de admissão ao organismo, que se tornaram célebres. Elas impunham total subordinação à Rússia, pátria-mãe do comunismo, que deveria orientar e conduzir a revolução mundial” (Augusto, 2001, p. 27). Dentre

participação individual não poderia levar em consideração como sendo a expressão de uma categoria. Todavia o marxismo adotado naquele período foi o das lutas de classes³⁴¹ e não o amplo de visão sociometabólica tendo a natureza como fonte de toda a economia, conforme se observa nas obras de Marx, mesmo porque não eram tempos que considerassem como ecológicos, mas de resiliência.

Neste período foram organizados cinco importantes encontros nacionais de Serviço Social, que foram decisivos no repensar o consciente coletivo da profissão: o Seminário de Araxá, MG, em 1967; o Seminário de Teresópolis, RJ, em 1970; o Seminário de Sumaré, realizado na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 1978; o Seminário do Alto da Boa Vista, também na cidade do Rio de Janeiro, RJ, em 1984; e o Congresso da Virada, realizado em São Paulo, em 1979. Durante este período emergiu o chamado Método BH, que perdurou entre 1970 e 1975. E ao final desta fase, surge a primeira busca do estabelecimento de um perfil nacional de egressos para a formação de Assistentes Sociais, cujos objetivos se associaram com a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação, que dentre outras tinham como objetivo a consolidação do Estado Nacional no Brasil

O Seminário de Araxá, realizado em 1967, no Estado de Minas Gerais, contou com um número muito reduzido de participantes, e do ponto de vista da construção da legitimidade profissional, resultou em muitas contradições em relação ao seu resultado.

“Não tinha a criticidade necessária para avaliar as situações e adequar o Serviço Social a estas. A criticidade apareceu aos poucos, não pela avaliação formal das situações em si, mas pela constatação de que os esforços não respondiam aos resultados desejados. Não houve nunca, senão em experiência limitada, um estudo científico avaliador do Serviço Social.” (VIEIRA, 1997, p. 156).

Em relação ao tema de estudos desta tese, a questão socioambiental, o Seminário de Araxá trouxe uma interessante contribuição ao definir ações do Serviço Social, compreendidas em corretivas, preventivas e promocionais, e em que se constatou que promover é capacitar, definiu a inserção do Serviço Social como:

os vários movimentos de guerrilhas citam-se: PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, COLINA – Comando de Libertação Nacional, MPL – Movimento Popular de Libertação e MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro.

³⁴¹ Alusão ao Manifesto do Partido Comunista, escrito em parceria com Friedrich Engels.

“o processo de desenvolvimento, tomado este em sentido lato, isto é, aquele que leva à plena utilização dos recursos naturais e humanos e, conseqüentemente, a uma realização integral do homem. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global. [...] “Os 38 Assistentes Sociais de cujas reflexões resultaram no ‘Documento de Araxá’ partiram de um patamar consensual na apreciação de profissão como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (NETTO, 2009, p. 168 e 176).

Há, todavia, um obstáculo nesta definição de Araxá, por legitimar a “plena utilização dos recursos naturais” e não a “responsável utilização dos recursos naturais”, o que indica mais uma vez que o pensamento marxiano não foi adotado em sua totalidade pela categoria. Assim, diante dos aspectos apontados por Netto sobre Araxá, entendemos que há um ponto de partida historicamente definido para o debate sobre a atuação dos Assistentes Sociais em relação à questão sociometabólica entre a natureza e a sociedade, todavia de modo insustentável, e contrário ao pensamento marxiano, pois Marx criticou a plena utilização dos recursos naturais, ao defender o seu uso racional, pois se trata de um fator imprescindível à sobrevivência humana. Isto porque tais recursos não podem ser considerados de uso exclusivo desta geração, pois não são totalmente da mesma, como visto em Epicuro. Por outro lado, neste mesmo Seminário, chegou-se ao consenso sobre as estruturas sociais inadequadas, o que nos reporta diretamente à questão sobre o metabolismo entre a sociedade humana e o meio ambiente em que se vive nos sistemas sociais.

O Seminário de Teresópolis, por sua vez, ocorrido em 1970, no Estado do Rio de Janeiro, buscou refletir sobre a Metodologia do Serviço Social e sua reformulação. Netto ainda nos informa que três foram os documentos encaminhados como diretrizes para este encontro, o que implica no direcionamento do mesmo por um grupo organizador. O primeiro foi: Introdução às questões de metodologia: Teoria do diagnóstico e da intervenção em Serviço Social, de Costa (1978). O segundo foi: Bases para a reformulação da metodologia do Serviço Social, de Soeiro (1978). E: A teoria metodológica do Serviço Social: Uma abordagem sistemática, de Dantas (1978). Em relação aos mesmos Netto, que se filia à tradição marxista, tem uma posição muito crítica ao considerar que o primeiro dessoou da hegemonia de Araxá,

o segundo como escolástico e o terceiro como neopositivista. Sobre este último, de Dantas, afirmou que se tornava “de fácil registro verificável no corte que realiza entre a ‘perspectiva científico-pragmática’ e a ‘perspectiva sistemática’” (NETTO, 2011, p. 183).

Em período posterior ao Seminário de Teresópolis, um novo movimento começou a existir no Serviço Social e que passou a ser denominado como “Intensão de Ruptura”. Segundo Netto:

“Emergindo no quadro da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos setenta – sua formulação inicial, e aliás a mais abrangente, tem por cenário a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais – esta perspectiva permanecerá como inteiramente marginal até o fim daquela década; só na virada do decênio é que ganha repercussão para além dos muros da academia e começa a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional, tornando-se em meados da década de oitenta um interlocutor tão destacado no debate dos assistentes sociais, que, inclusive, pode oferecer ao observador desavisado a impressão [falsa] de desempenhar na representação profissional um papel hegemônico” (NETTO, 2011, pp. 247-248).

Ainda em Netto (2011) eclodiram nesta ocasião no Estado de Minas Gerais, fortes movimentos sindicais de fundamentação marxista que passaram a influenciar os trabalhadores da região metropolitana de Belo Horizonte, mais precisamente em Contagem, onde existe um polo industrial. Estes movimentos deram causa para ações revolucionárias armadas³⁴² que passaram a existir no chamado “Quadrilátero Ferrífero” que abrange várias cidades, dentre as mesmas: Sabará, Santa Barbara, Mariana, Congonhas, Ouro Preto, Itaúna e Juiz de Fora, dentre outras. Deste modo,

³⁴² Destacaram-se na região, no período de 1968 até 1975: o COLINA – Comando de Libertação Nacional, o POLOP – Organização Revolucionária Marxista Político Operária e a VPR-Palmares, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Augusto, 2001). E a guisa de informação, nestes três movimentos armados houve a participação da atual presidente do Brasil, a mineira Dilma Rousseff, que atualmente conduz uma política econômica neoliberal. Na época estes movimentos mantinham vínculos estreitos com os segmentos universitários, que forneciam elementos para a militância armada que se envolvia em confrontos com as tropas regulares do governo brasileiro. Em função disto o pensamento marxista passou a ser fortemente difundido tanto na UFJF quanto na UFMG (Augusto, 2001), e o Serviço Social era um curso de interesse para tais movimentos, em função da potencialidade dos Assistentes Sociais mobilizarem as massas populares. Um ponto que desperta muita atenção é o fato de uma das mais notáveis Assistentes Sociais que representam este segmento marxista é a Profa. Dra. Marilda Villela Iamamoto, ter feito seu Curso de Serviço Social nomeadamente na UFJF entre 1967 e 1971, ou seja, durante cinco anos.

houve a difusão regional do pensamento marxista-socialista que começou, a partir de então, a tomar vulto.

“Muito especialmente, ali existia uma forte tradição estudantil, não só democrática, mas com impulsões revolucionárias e socialistas – e da qual emergiram importantes quadros que, na contestação à ordem imposta pelo golpe, construíram um itinerário de heroísmo, mesmo que balizado por posturas políticas que o tempo revelou equivocadas” (NETTO, 2011, p. 262).

Este movimento propunha a ruptura com a igreja, com o conservadorismo e o capitalismo, além de uma mudança radical na ordem social e política nacional. E passou fazer movimentos que buscaram atribuir aos Assistentes Sociais as causas do proletariado e as lutas das classes populares sob a perspectiva marxista, mas somente naquilo que se concebia aos interesses ideológicos. Isto é, sem levar em consideração os referenciais originais da obra de Marx da concepção materialista da natureza e que resultaram no materialismo histórico dialético, que tratam da teleologia do uso dos recursos naturais. Ou seja, houve um recorte histórico na obra de Marx, em que se apropriou somente do que era conveniente àquele grupo naquele momento. E isto representava somente a ação sem a essência do pensamento marxiano, razão esta pela qual todas as iniciativas existentes até então, na URSS, na China, na Albânia e em Cuba, viriam a fracassar algumas décadas depois.

Não obstante, os resultados das formulações daquela inovação foram difundidos para várias regiões do Brasil, e

“o que então se passa pluraliza os núcleos de aglutinação dos pesquisadores e tem um efeito multiplicador óbvio, na medida em que os protagonistas provinham de diferentes regiões do país e a elas frequentemente retornavam”. [...] “No momento seguinte, a dominância clara pertence ao ‘marxismo acadêmico’: insulada e neutralizada a universidade, a referência à tradição marxista, ainda com fortes trações de redução epistemologista, funda um padrão de análise textual da documentação profissional com as dimensões próprias da política e da história refratadas por uma lente pragmática – no entanto obedecendo a exigências intelectuais rigorosas” (NETTO, 2011, p. 264, 269).

O que Netto nos indica acima são dois processos que vão ocorrer no âmbito do Ensino Superior e Universitário. O primeiro, já visto, foi o recorte da obra original de Marx, que passou a ocorrer do mesmo modo como se dá por meio da Arte, em que o

objeto, neste caso a obra de Marx, se oferece ao sentimento e à percepção de alguém que a analisa e que a reproduz a partir de concepções pré-determinadas em relação aos pressupostos que deseja evidenciar. Ou seja, ao atribuir significados ao mundo por meio de seu próprio senso de percepção reelabora um recorte da perspectiva estética a partir do ponto de vista em que apreendeu do autor. Um destes exemplos é o da pobreza, que academicamente tem um significado muito diferente de quem a vive pessoalmente, muito embora para se estudar uma doença não se faz necessário que o pesquisador esteja doente, portanto, nisto reside uma dialética.

A abordagem marxista desprovida de sua totalidade e originalidade a partir do pensamento epicuriano, resultou em nenhum equacionamento da questão social a partir do marxismo-socialista em quaisquer países em que foram instalados regimes autoritários fundamentados no fim da propriedade privada, a exemplo de Cuba em que miséria e a pauperização são constantes³⁴³.

A apropriação ilegítima do pensamento marxista para a instalação de regimes ditatoriais foi absolutamente ineficiente para se indicar os caminhos pelos quais a chamada “questão social” poderia ser equacionada, limitando-se, seus defensores, somente a apontar denúncias contra os responsáveis, mas não soluções eficazes para a reconstrução de rumos eficientes para o nosso atual e problemático estágio civilizacional. Por outro lado, a extinção do atual sistema capitalista poderia resultar na morte de bilhões de pessoas entregues ao Darwinismo Social³⁴⁴.

Tal caminho nos aponta para uma dificuldade profissional, na medida em que a empiria³⁴⁵ nos demonstrou muitos discursos vazios dos estudantes de Serviço Social no Brasil, submetidos a tais paradigmas e que sempre repetem as mesmas frases: “tudo é culpa do capitalismo”, “tudo é culpa da burguesia”, “tudo é culpa do sistema”, “tudo é culpa da igreja” e “somos seres sociais”, todavia, apresentados os culpados, não há efetiva propositura sobre os caminhos necessários para equacionar a questão.

³⁴³ O autor esteve em três países socialistas: Cuba, Azerbaijão e na República Democrática da Alemanha, em que se pode constatar divisões de classes sociais e a popularização da miséria, assim como a fome estrutural em função da falta de abastecimento para todos.

³⁴⁴ Aplicação dos postulados de Darwin ao *Homo sapiens sapiens*, resultado apenas na sobrevivência dos mais aptos, o que implicaria no cumprimento das perspectivas malthusianas.

³⁴⁵ Reitera-se o convívio acadêmico de mais de oito anos na formação acadêmica de Assistentes Sociais.

Ocorre que, quando passam a perceber as pressões socioambientais em seus cotidianos, transcender dos discursos acadêmicos para a resolução dos problemas cotidianos se torna um verdadeiro desafio, resultando em sofrimento ético-político³⁴⁶, conforme se observa no depoimento de duas Assistentes Sociais que atuam no Distrito de Pedreira, em São Paulo, as quais pediram para ser identificadas por trabalharem em órgãos governamentais e temer represálias políticas, e que doravante serão denominadas por AS1 e AS2. Delas conseguimos extrair o seguinte depoimento verbal:

“Aqui em Pedreira existem cerca de 142.000 famílias que precisam ser cadastradas no Cadastro Único do Programa Social Fome Zero³⁴⁷. Nós aqui passamos o dia inteiro em frente ao computador preenchendo os cadastros destas famílias e não conseguimos cumprir nossas funções, que é a de visitar as famílias, as comunidades e nem sequer conseguimos cumprir as demandas que vem do Tribunal de Justiça e que possuem data marcada para o retorno de pareceres que nos são determinados pelos juízes. E, de repente, praticamente do nada, aparecerem mais de 8.000 famílias, integradas por jovens mães solteiras de 12, 14 anos e algumas com 16 e 17 anos já com dois ou três filhos. Neste mês conseguimos cadastrar 24 famílias e com as mesmas será feito um vídeo institucional que será utilizado na propaganda eleitoral que será veiculada no próximo mês. Estamos todas muito felizes com este resultado” (AS1, 2014).

No depoimento desta Assistente Social fica evidente que o Estado está cooptando o trabalho dos profissionais do Serviço Social, por meio de ONGs, que contratam seus serviços e que precisam apresentar resultados de produções pelas quais foram acordadas, numa clara relação mercantilista, reduzindo drasticamente suas esferas de atuações, o que limita o exercício ético profissional. Sendo assim, evidencia-se que o projeto ético político social tão apregoado pela profissão, acaba sendo mediado por outras instâncias de poder, mantendo-se em seu sentido literal, ou seja, algo que se projeta num futuro, ainda que incerto. Fica claro também que não

³⁴⁶ Conforme Sawaia: “o sofrimento ético-político é o sofrimento da potência negativa, são as afecções que marcam a atividade de um corpo, que diminuem a potência de ação e nos mantêm na servidão em todas as esferas da vida” (SAWAIA, 2011, p. 42)

³⁴⁷ Trata-se de um programa social implantado pelo Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, que na realidade substituiu o programa Comunidade Solidária, implantado por seu antecessor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido Social Democrata Brasileiro. Tem por finalidade a distribuição de renda para 44 milhões de pessoas. Fonte: www.planalto.gov.br. Atualmente tem sido utilizado como massa de manobra política nas eleições majoritárias em que o partido da situação alega que tal programa será desfeito pela oposição caso esta vença as eleições.

conseguem sair de seus locais de trabalho, sendo transformados em burocratas a serviço de um Estado tecnocrata.

E ao ser perguntada sobre sua formação acadêmica relativa ao trabalho em que realiza numa área de preservação ambiental, a mesma alegou que:

“Eu não tive nenhuma formação da Faculdade para tratar deste assunto e tenho dificuldades para entender o que se passa aqui. Vejo muitas famílias construírem em locais que não podem ser construídos por afetarem suas próprias seguranças e depois a Prefeitura aparece para demolir tudo, e acabam perdendo dinheiro porque ninguém as indeniza. Vejo muito disto por aqui e acabam recorrendo a nós, que não temos o que fazer nestes casos” (AS1, 2014).

Na mesma linha de raciocínio vem a segunda Assistente Social da mesma região. Dela conseguimos extrair o seguinte depoimento sobre sua formação acadêmica em relação ao meio ambiente:

“Eu não obtive nenhuma formação acadêmica para lidar com as questões ambientais. Na realidade praticamente nada que aprendi na Faculdade consegui colocar em pratica no meu dia a dia como Assistente Social, quanto mais nos aspectos ambientais. Quando tenho alguma dúvida sobre como proceder fico ligando para outros colegas para saber como resolveram seus problemas semelhantes. Ou entro em contato com outros profissionais que vejo que podem me auxiliar. A Faculdade de Serviço Social é na realidade um Curso de História voltado para o lado social. É isto o que estudamos a história social e econômica e nada mais do que isto. A Faculdade não ensina como resolver os problemas do dia a dia da população. Estes problemas não se resolvem com histórias, mas com ações. E isto não se ensina na Faculdade de Serviço Social. Quando saímos da Faculdade e entramos no mercado de trabalho é que percebemos que nada do que aprendemos será utilizado, pois a teoria da prática é outra. Vim para cá com uma bagagem de oito anos de experiência, mas aqui os problemas ambientais são muitos. E vejo que os grandes causadores dos problemas são também as pessoas que vivem aqui. A deficiência de Educação, sobretudo de Educação Ambiental é gritante. É a própria população que agrava os seus próprios problemas” (AS2, 2014).

O depoimento desta segunda Assistente Social nos aponta para um quadro de esgotamento de possibilidades para lidar com as atuais demandas do Serviço Social, sobretudo nas metrópoles neste início do século XXI. O mundo mudou, o capitalismo

mudou³⁴⁸, as relações de produções mudaram, bem como a Revolução Industrial que já se encontra em sua quarta fase em função dos avanços da tecnologia. Assim, evidenciam-se como necessárias outras estratégias de enfrentamento das questões do cotidiano, e em que se insere a questão socioambiental, e que implicam na necessidade de se observar nos sinais dos tempos as exigências de novas competências acadêmicas para a capacitação dos enfrentamentos que ora se apresentam, quiçá de nova reconceituação profissional a partir da integralidade das relações sociometabólicas identificadas em Marx.

As declarações destas duas Assistentes Sociais nos demonstra um modelo de formação acadêmica muitas vezes presenciado e fundamentado em um marxismo fragmentado e mítico, por meio de falas radicais e deterministas, tais como: “tem que ser assim”; “não pode ser de outro jeito”; “você só pode usar este autor”; “não acredito que você pense diferente”; “é uma afronta você não agir assim”; “se não for deste jeito você não servirá para ser Assistente Social”; “você só poderá usar o materialismo histórico dialético em suas produções acadêmicas”; “para você ser assistente social precisará estar filiada a algum partido de esquerda”; e assim por diante³⁴⁹. Ressaltamos, a este propósito, o que se refere:

“Não deixa de me assombrar como algumas ideias ou algumas tendências se agarram, com bastante profundidade, nas práticas pelo menos superficiais, de certas instituições e de seus membros responsáveis. Não importa o nível intelectual dos grupos e indivíduos ou da força, digamos assim, ‘burocrática’ de sua estrutura organizacional; uma vez introduzida se estende e chega a ser adotada como um pensamento e uma prática comum. Quando isso ocorre não se costuma ir à origem dela, nem sequer se analisa com detalhe seu substrato racional e muito menos nos questionamos sobre e que tem de razoável. Não apenas aderimos à ideia, e a aderimos a nosso vocabulário e

³⁴⁸ O capitalismo na era de Marx era formado por indústrias de pequeno porte, de modo geral familiares, com poucas centenas de empregados. Assim não teve condições de antever o impacto que as novas formas de gestão e de cooperação que se seguiriam ao desenvolvimento tecnológico e que trariam nova reconfiguração no capitalismo em âmbito mundial resultando em verdadeira revolução econômica sem precedentes e que chegou aos atuais dias causando grandes aflições à insustentabilidade das condições de vida humana no planeta.

³⁴⁹ Cabe salientar que nem nas Ciências Exatas existe um único modo de resolver expressões algébricas ou equações. 94 multiplicado por 97 ou 120 dividido por 64 podem ser resolvidos por diferentes técnicas e os resultados serão iguais. Sendo assim, não há sentido em haver tal determinismo científico no Serviço Social, quando na realidade o que se busca é a resolução do problema social do cliente. Desde que se resolva o problema, não há pelo que se estabelecer pressupostos deterministas ou preconceituosos em relação ao modo como a se buscou buscar a superação daquela questão. Ou seja, não é a epistemologia que tem que apresentar o resultado, mas sim o resultado é que tem que esclarecer sua epistemologia.

nossa ação, como também esperamos que novas propostas nos ajudem a melhorar a maneira como devemos adotá-la. Um desses casos é, a meu entender, o movimento em prol das competências em educação e, especialmente, na educação superior” (SACRISTÁN, 2011, p. 198).

Nesta contribuição de Sacristan se sintetiza o que buscamos construir nesta tese. Os Assistentes Sociais brasileiros que adotaram a via marxista como metodologia de trabalho, não o fizeram a partir de sua integralidade, mas a partir de recortes sócio históricos e ideológicos deixando de lado a análise global deste autor, em especial da análise dos referenciais teóricos que o mesmo se utilizou para a elaboração de sua tese, nomeadamente da concepção materialista da natureza. E isto ao ser reproduzido no ambiente acadêmico resultou em um “telefone sem fio”³⁵⁰ pelo qual foi perdida a essência da proposta de Marx: o uso racional dos recursos naturais em função da felicidade humana e não de sua angústia.

Assim, é nossa crença de que muitos problemas e conflitos que ocorreram no século XX e que ainda se encontram nos confrontos acadêmicos poderiam ser evitados em função da análise global do pensamento marxiano e de sua essência, ao contrário do que observamos ao se fragmentar o pensamento deste autor³⁵¹. Deste modo, há que se perguntar o que se busca efetivamente no ambiente acadêmico: a promoção das lutas de classes ou o equacionamento de situações problemáticas? E a partir de que pressupostos teóricos? Estamos a formar líderes revolucionários ou agentes de construção social a partir do equacionamento das questões emergentes que se apresentam a cada época e em cada região?

Netto (2011) ao denunciar este marxismo de base leninista, que por sua vez também foi um recorte cientificista de Marx e, portanto, positivista, adotado em Minas Gerais, nos traz a seguinte contribuição:

“O simplismo e o vulgarismo desses ‘fundamentos’ são tão evidentes e flagrantes – e conexos ao cariz dogmático da inspiração marxista que os nutre – que não vale a pena perder tempo com eles; mas é preciso ao menos

³⁵⁰ Alusão a um jogo pedagógico pelo qual uma mensagem verbal é transmitida entre dez participantes e a mensagem final é sempre diferente da original, em função do modo de apreensão da mesma por cada indivíduo.

³⁵¹ Um fato interessante é o de que o marxismo adentra ao Serviço Social nesta época por meio dos textos de Althusser, mas depois este autor é deixado de lado por suas concepções estruturalistas, passado assim a adotar o referencial em Gramsci, todavia nem Althusser e nem Gramsci são Marx, e assim este marxismo que adentra à profissão, já vem fragmentado segundo as convicções e conveniências destes autores, que já recortaram o pensamento marxiano segundo suas próprias perspectivas e pretextos.

sugerir que é no seu diapasão que a reflexão epistemológica converte-se no epistemologismo mais formalista, num andamento intelectual que, diluindo as dimensões ontológicas originais da fonte marxiana, indica a hipoteca (neo)positivista que pesa sobre este epistemologismo” (NETTO, 2011, pp. 282-283).

Por fim, surge ainda no Método de BH, a questão da mediação como categoria ontológica central, que é algo estranho ao pensamento marxiano, por ser radical, e que sustenta a concepção teórico-metodológica com que integravam os eixos ensino, pesquisa e extensão, e que se dava, conforme nos indica Netto (2011, p. 286), “com lastro empirista”, ou seja, na observação e experiência. Este aspecto, que se associa ao recorte histórico e ideológico abordado, traz um componente relativo à necessidade de adaptação deste hibridismo no meio acadêmico. E foi exatamente isto o que ocorreu nos cursos de Serviço Social da UFJF e da UFMG naquele momento, pois havia a necessidade de se criar uma teoria capaz de servir ao ambiente acadêmico.

Ao tratarmos deste objeto nos reportamos às contribuições de Silva (2003) ao abordar o tema da Educação de adultos, inclusive a universitária:

“A teoria humanista identifica o carácter único da experiência pessoal, centrando a aprendizagem no aprendente, na ajuda positiva, na autoaprendizagem, na auto realização e no desenvolvimento pessoal. A teoria da aprendizagem social valoriza a modelagem como via para adquirir e modificar condutas e, fundamentalmente, atitudes. As teorias de aprendizagem que acabámos de enunciar e caracterizar sinteticamente serve de referencial para a aprendizagem tanto da criança como no adulto” (SILVA, 2003, p. 55).

Com base neste entendimento, nos é lícito afirmar que houve a adaptabilidade entre o pensamento marxiano do século XIX, ao denunciar a gravidade da questão social durante a segunda fase da Revolução Industrial, em relação ao ensino deste mesmo pensamento, recortado, num ambiente acadêmico para estudantes de universidades federais de Minas Gerais no século XX, e que por sua vez eram contextos muito diferentes entre si e bem distintos do século XXI.

Assim, naquelas condições foram encontrados caminhos teóricos para a explicação da questão social na contemporaneidade. Isto ocorreu após um diagnóstico do atual quadro que então se vivia na ocasião, com o objetivo de centrar o foco da aprendizagem nas expectativas libertárias dos estudantes em relação ao

regime político que então se vivia. Em outras palavras, priorizou-se a formação de discípulos em detrimento da capacitação profissional, não sendo assim surpresa, que tal inovação tenha alcançado uma crise entre 1972 e 1975. Crê-se, com isto que Netto (2011, p. 247) denomine este período como de “intensão de ruptura” do conservadorismo e não como uma efetiva ruptura, mesmo porque não foi hegemônico desde sua origem, pois o conservadorismo se manteve mesmo naquele período.

A seguir analisaremos os dois outros simpósios nacionais que buscaram realinhar o Serviço Social a partir de sua base original católica.

Sobre os Seminários de Sumaré (realizado em 1978) e do Alto da Boa Vista (realizado em 1984), ambos na cidade do Rio de Janeiro e organizados pela Igreja Católica, houve menor legitimidade do que os anteriores. Netto (2011) nos afirma que em Sumaré houve um total de 25 participantes, dos quais 9 tinham estado em Araxá e 7 em Teresópolis. No Alto da Boa Vista participaram 23 profissionais e 1 estudante, dos quais 1 estivera em Araxá, 2 em Teresópolis e 3 no Sumaré. Tais esvaziamentos nos apontam para um problema estrutural de legitimidade nestes quatro encontros.

Netto considera que nos dois últimos encontros, houve uma “reconceituação do conservadorismo”. Tal constatação reside no fato da tentativa de se firmar a Fenomenologia³⁵², que nos reporta ao Existencialismo³⁵³, como um princípio de ação de resgate do que se denomina como “conservadorismo”, e que se verifica em relação a Sumaré e Alto da Boa Vista:

“Se, por um lado, temos consciência de que o método fenomenológico não abarca toda a realidade do Serviço Social, por outro lado estamos também convencidos de que do ponto de vista metodológico, da ação com o cliente, e na supervisão de alunos, a única verdade está na possibilidade do Serviço Social segundo a fenomenologia” (CARVALHO, 1987, p. 84).

Esta contribuição de Carvalho é muito relevante, pois se tem observado grande preconceito de alguns docentes brasileiros em utilizar a fenomenologia como um método de trabalho, os quais buscam transferir, por doutrinação, tais preconceitos aos

³⁵² Escola filosófica que busca descrever o que aparece, sem se importar, efetivamente, com as causas. Acredita-se que o termo tenha surgido a partir das obras de Christian Wolff. Esta abordagem concebe o entendimento de que é possível alcançar o conhecimento da essência das coisas e, portanto, interessa-se pelo que se percebe sobre as coisas, sobre o que surge ou aparece.

³⁵³ Conjunto de correntes filosóficas que buscam fazer a análise crítica sobre o que é a existência ou existencial. Destacam-se: Descartes, Heidegger e Sartre. Pode ser concebida como uma moral da ação do homem, pois considera que a única coisa que o define é o seu ato.

seus alunos, caracterizando-o como uma derivação do positivismo, no entanto sem fundamentar suas possibilidades e restrições.

Para fins desta tese nos é importante destacar os aspectos da legitimidade nas decisões destes quatro encontros, pois deste contexto resultaram desdobramentos no âmbito acadêmico. Se associarmos este quadro com os diferenciados perfis de formações nas turmas de egressos formados pela Escola de Serviço Social de São Paulo, cujas matrizes foram tratadas, será possível constatar a existência de diferentes perfis de atuações e diretrizes de trabalho dentre os Assistentes Sociais, do mesmo modo como ocorre entre outras profissões, a exemplo médicos, teólogos, sociólogos, arquitetos e psicólogos, dentre outros. Todavia implicam em desdobramentos na definição das matrizes curriculares dos Cursos de Serviço Social que passaram a se proliferar no Brasil, cuja diversidade é uma característica das dinâmicas culturais.

Analisaremos a seguir o chamado Congresso da Virada, ponto de orgulho para muitos Assistentes Sociais brasileiros por considerarem que por meio do mesmo houve a ruptura com o conservadorismo e que ocorreu no III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, promovido pelo CFESS Conselho Federal de Serviço Social e realizado em São Paulo, em 1979, portanto, entre o Simpósio de Sumaré e o do Alto da Boa Vista.

Este Congresso teve como temática o “Serviço Social e a Política Social” e se propôs a marcar a ruptura do Serviço Social com a prática conservadora. A partir de então o Serviço Social adquiriu um novo direcionamento político demarcando o início do que chamam os Assistentes Sociais de PEP – Projeto Ético Político Profissional³⁵⁴.

Na realidade este Congresso resultou na tentativa de implantação de um Serviço Social crítico, de reconceituação das bases teórico-metodológicas da profissão e que buscava ser construído coletivamente. E assim, representou também uma tentativa de revisão dos procedimentos de formação de Assistentes Sociais, requisitadas em função das demandas emergentes. Entretanto, desde o início representava um problema em função da diversidade de perfis de egressos que

³⁵⁴ A semântica do vocábulo “Projeto” apresenta problemas, pois designa “algo ou efeito de lançar” (Cunha, 2010, p. 524), ou seja, algo que virá em seguida. Sendo assim, apresenta-se como problema semântico o fato de que este Projeto Ético Político sempre se dará no futuro e nunca no presente. Trata-se, portanto, de algo a ser revisto.

existiam até então. Nele houve uma histórica atuação dos Assistentes Sociais lá presentes e que por meio de votação, destituíram a mesa de Honra composta pelo Presidente da República, pelo Governador do Estado e por Ministros de Estado e a trocaram por lideranças do Movimento Sindical e de Movimentos Populares. Foi sem sombra de dúvidas uma grande ousadia para os tempos em que se viviam, o que simbolizou também a força e a coesão da categoria.

“Acrescentaria ainda Elma Ribeiro. Foi ela que me introduziu na assembleia, quando tomamos a direção do Congresso, e propôs a moção para substituir a Comissão de Honra, composta pelo General Figueiredo; Paulo Maluf, governador de São Paulo; Jair Soares, Ministro da Previdência; Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, que cassou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Lula; e Antônio Salim Curiati, prefeito biônico da Capital. Como se vê, a Comissão de Honra escolhida pela direção do Congresso era formada pelas principais figuras da ditadura militar dos níveis federal, estadual e municipal. Aprovada a moção apresentada por Elma Ribeiro, eles foram afastados e substituídos pelos sindicalistas cassados; os/as trabalhadores/as demitidos/as e perseguidos/as pelo regime; a Comissão pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia” (CFESS, 2012, p. 41).

Cabe ressaltar que esta intensão de ruptura com o conservadorismo, efetivamente não se deu na prática, pois tal condição passa, obrigatoriamente, pelas visões individuais de mundo de cada profissional ou docente, assim como por suas concepções sobre o que consideram como funcional ou não na prática do Serviço Social, além, é claro, de suas motivações para operar tais propósitos.

Três anos depois surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores, inclusive os de Serviço Social, e que tiveram como propósito padronizar por parâmetros gerais, todos os Cursos Superiores no Brasil, como veremos a seguir. E na sequência analisaremos como se deu esta ação governamental na definição de diretrizes de formação de Assistentes Sociais no Brasil.

A quarta fase, compreendida a partir de 1986, na qual temos o fim do Regime Cívico-Militar teve duas ações que foram marcantes para os novos tempos, a saber, a Anistia Ampla Geral e Irrestrita dos punidos pelo Ato Institucional nº 5, que cassou direitos sociais e políticos dos perseguidos pelo regime, assim com a Abertura Política, encerrando assim aquele período da nação.

Obviamente, houve a necessidade de mudança da Carta Magna da Nação por meio de uma Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, em função da ampla participação popular que foi possibilitada.

Este período é caracterizado pela não censura do pensamento marxista e de outras vertentes que eram proibidas durante o período anterior, assim como pela adoção do neoliberalismo nos governos que se seguiram, e que se caracterizaram tanto pela liberdade econômica quanto pela ampliação de políticas sociais que buscaram mitigar demandas reprimidas em relação às desigualdades sociais que cada vez mais se evidenciavam na medida em que também aumentava o crescimento demográfico, o que exigiu formas de enfrentamentos políticos por iniciativa do Estado evitando assim as iniciativas de movimentos revolucionários.

Diante deste contexto, a cidadania participativa passou a se firmar por meio de movimentos sociais que surgiram em diversos segmentos sociais para a reivindicação de Direitos Sociais que buscavam se firmar no seio da sociedade, e que buscavam terras rurais, moradias urbanas, políticas afirmativas étnicas, de gênero, de sexualidade, direitos pueris e púberes, de idosos, e acessos educacionais, dentre outras igualmente relevantes que foram se formando conforme se evidenciavam necessidades sociais e que resultaram em quatro consequências:

- ⇒ a grande empregabilidade de Assistentes Sociais para o atendimento das crescentes demandas;
- ⇒ a organização do mercado de trabalho por meio a criação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e dos Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS, por meio da Lei Federal 8662 de 7 de junho de 1993;
- ⇒ o surgimento de uma legislação específica para o setor, por meio da chamada LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Federal 8742 de 07 de dezembro de 1993, que estabeleceu que a Assistência Social é um direito social não contributivo do cidadão e dever do Estado;
- ⇒ o considerável crescimento dos Cursos de Serviço Social que somam até o presente momento³⁵⁵, 561 instituições que os ofertam, das quais 523 são

³⁵⁵ Segundo semestre de 2016.

ministrados na modalidade presencial e 38 a distância, por tecnologias educacionais mediadas por computadores³⁵⁶.

Com base no acima exposto e nos argumentos aqui apresentados, nos é lícito reiterar que o Serviço Social no Brasil sempre foi dinâmico e conectado aos cotidianos da nação brasileira. E de certo modo arredo aos domínios conservadores em função da defesa dos Direitos Humanos, todavia, há um aspecto importante a ser tratado que é o modo pelo qual os saberes e os fazeres são reproduzidos no Ensino Superior.

Analisa-se aqui como as atribuições e competências profissionais legalmente definidas, assim como seus alinhamentos com o Código de Ética e sua deontologia, além da revisão de suas bases teóricas na contemporaneidade, em que, em geral, se mantém a defesa profissional discursiva de base marxista, no entanto, o que se detecta é o esvaziamento de tal pensamento nas cátedras acadêmicas, uma vez que em função do que presenciamos nos últimos oito anos de docência na graduação em Serviço Social, na região metropolitana de São Paulo além do contato com outros do ensino privado neste período, observamos que os estudantes já não leem e nem discutem as obras de Marx e nem de marxistas clássicos como Althusser³⁵⁷, Gramsci³⁵⁸, Lukács³⁵⁹, Adorno³⁶⁰, Benjamin³⁶¹, Sartre, Marcuse³⁶², Löwy³⁶³ e Tratemberg³⁶⁴, dentre tantos outros dignos de destaques por suas grandes contribuições à construção do pensamento contemporâneo. No entanto, ao não serem tratados em sala de aula, ora por deficiências estruturais trazidas pelos discentes, ora por falta de domínio temático dos próprios docentes³⁶⁵, resultam em lacunas na

³⁵⁶ Fonte: Pesquisa avançada, <http://emec.mec.gov.br>, acesso em 27/02/2017, 20:32 h.

³⁵⁷ Louis Althusser

³⁵⁸ Antonio Gramsci

³⁵⁹ Georg Lukács

³⁶⁰ Theodor Adorno

³⁶¹ Walther Benjamin

³⁶² Herbert Marcuse

³⁶³ Michael Löwy

³⁶⁴ Mauricio Tratemberg

³⁶⁵ Embora pareça uma afirmação radical, reportamo-nos aqui àqueles que mesmo lecionando no Ensino Superior não conseguem ser aprovados nos processos de seletivos ao Mestrado e ao Doutorado em função de falta de domínio teórico sobre os clássicos de sua área profissional. Outro exemplo é o do grande número de reprovações em concursos públicos por aqueles que não conseguem obter médias suficientes para suas classificações por falta de domínio teórico sobre os fundamentos da própria profissão, mas que conseguem adentrar ao mercado de trabalho pela via das ONGs- Organizações Não Governamentais ou instituições religiosas.

fundamentação teórica no âmbito acadêmico³⁶⁶ e isto resulta em um marxismo mítico que se preserva em seus postulados básicos do século XIX reduzido à luta entre o capital e o trabalho, sem maiores reflexões conjecturais.

Na atual realidade do Ensino Superior se observam muitas dificuldades em todas as áreas e cursos na compreensão de textos simples pelos estudantes. Esta situação chega a resultar em graves conflitos em sala de aula, pois muitos alunos criam graves repulsas aos seus professores em função destes utilizarem textos de livros clássicos ou de artigos científicos, que não conseguem ser compreendidos pelos mesmos. E não raramente são organizados abaixo-assinados para a substituição de docentes ou para que mudem seus procedimentos didáticos ou pedagógicos, e muitas vezes tais situações são acomodadas pelas coordenações, que se comportam como gerencias comerciais, em função de diretrizes das Instituições de Ensino que não desejam perder suas receitas, de modo que a compreensão de textos referenciais importantes se torna um grande desafio aos docentes, discentes, gestores e instituições, pois o que se constata é o uso da Educação cada vez dissonante de suas funções para a consolidação do Estado Nacional.

Vive-se, portanto, uma formação acadêmica superficial em que o empirismo se faz presente, e no qual tal marxismo mítico, tido como solucionador de todos os problemas contemporâneos é resumido ao simples confronto entre ricos e pobres, e ao qual se associam frases docentes de que se deve pensar assim e não de modo diferente, mas não se apresentam seus fundamentos. Com isto a formação acadêmica perde completamente o seu sentido, e não raramente resulta em desencantamentos, como nos demonstra a empiria.

Disto resulta este marxismo ora “defendido” por profissionais veteranos, ora “reproduzido em discursos” pelas gerações mais novas, mas “incompreensível” entre muitos estudantes, ainda que mantenham tal defesa em suas falas³⁶⁷. Forma-se,

³⁶⁶ Fatos interessantes em nossa experiência profissional foram constatados nas apresentações de muitos Trabalhos de Conclusões de Cursos que assistimos, nos quais na exposição de metodologia os estudantes apresentavam o “materialismo histórico dialético” como “obrigação metodológica”, em todas as mais diferentes temáticas, mas que no desenvolvimento do mesmo em absolutamente nada se abordava sobre o “materialismo”, resultando apenas em debates “históricos dialéticos”, que em si distorcem o pensamento marxista, contribuindo para a “ingenuidade acadêmica”, isto após dois semestres de orientações, o que é no mínimo muito problemático.

³⁶⁷ Trata-se de uma característica da “consciência ingênua” ao se conceber como entendimento de que os problemas que afetam a sociedade poderão ser resolvidos de “modo simplista”. Ou seja, não se aprofunda a causalidade do fato em si e se apresentam soluções superficiais.

então um “labirinto de espelhos”³⁶⁸ cuja estética agrada ao coletivo, mas do ponto de vista do “*ethos*”³⁶⁹ e da “*mos*”³⁷⁰ resultam em angústias entre aqueles que analisam mais criticamente o quadro social, pois encontram dificuldades teóricas fundamentais para transpor o discurso em ação, e assim se sentem impotentes diante do contexto. As consequências deste processo se apresentam com o chegar ao mercado de trabalho em que se evidenciam os sofrimentos éticos, os traumas vicariantes, as depressões e mesmo a falta de esperança na construção do bem comum que se deseja, via de regra, acarretando na impotência de ações diante da questão social e na desesperança da atuação profissional, o que agrava o custo social da formação acadêmica. Deste modo a empiria passa prevalecer sobre a metodologia na tentativa de resoluções de problemas cotidianos, como visto no depoimento das duas Assistentes Sociais entrevistadas, uma delas que, inclusive, argumentou que a graduação em Serviço Social é na realidade um Curso de História Econômica, o que em si deve ser motivo de novas reflexões.

Em outros, porém o deslumbre discursal formado para o vazio, ou seja, sem a capacidade de reflexão temática, se torna notório em seus comportamentos, impedindo assim um “pan-óptico”³⁷¹ sobre os fundamentos da profissão. Diante disto abre-se um problema, pois há que se exercer eticamente a profissão, no entanto o “ensinar a resolver”, tem sido o desafio que se apresenta no cotidiano acadêmico, em função da precarização do ensino em todas as áreas do saber³⁷². Em outras palavras, o que se verifica na prática é que os cursos superiores formam Assistentes Sociais, mas não ensinam efetivamente como ser Assistente Social. Portanto, parte-se da compreensão de que a crítica pela crítica ao capitalismo, por si só é incapaz de prover o equacionamento ou mitigação da questão social e, conseqüentemente, da questão

³⁶⁸ Figura de linguagem utilizada para representar uma condição em que o indivíduo dentro do mesmo observa várias imagens fragmentadas do mesmo ser, que não condizem com a realidade, dificultando encontrar um caminho coerente capaz de dar uma solução para o indivíduo que se encontra no centro do problema.

³⁶⁹ Vocábulo grego do qual se originou a palavra “ética”, que se refere ao comportamento do indivíduo entre seus pares do grupo social, em função da construção do bem coletivo.

³⁷⁰ Vocábulo latino do qual se originou a palavra “moral” e que aborda a temática dos comportamentos aceitáveis ou não em um determinado grupo social.

³⁷¹ Alusão à visão totalizante de assunto, que por sinal é uma característica marxiana.

³⁷² Uma observação digna de destaque foi a palestra proferida pela Dra. Myrian Veras, em 22 de maio de 2013, em uma grande Universidade na cidade de São Paulo, na qual afirmou que os Assistentes Sociais se tornaram eruditos na defesa da profissão a ponto de estarem preparados para o debate com economistas, políticos e gestores públicos, mas se esqueceram de como trabalhar com a população ao desconsiderarem toda a experiência prática classificando-a como funcional-estruturalista, portanto, positivista.

socioambiental, portanto, são absolutamente necessárias as fundamentações pertinentes à construção do exercício ético-profissional, de modo que não seja somente um projeto, mas uma realidade.

Assim, constata-se que em função de processos de desterritorialização³⁷³ e de destemporalização³⁷⁴ da matriz de pensamento marxista, por sua vez recortado ideologicamente no espaço e no tempo, permaneceu preservado no Brasil no âmbito da formação acadêmica e, normalmente, não se abordam os referenciais teóricos que atualizaram o Socialismo Científico, nomeadamente o Marxismo, em outros espaços, de modo que se cria um hiato incapaz de acompanhar as novas dinâmicas das expressões da questão social no país, e nem as múltiplas formas que o capitalismo adotou com o passar do tempo³⁷⁵. Tal situação acabou por manter referenciais teóricos de formação profissional, pré-queda do Muro de Berlim, época da chamada sociedade industrial, necessitando deste modo de novos olhares e reflexões sobre o cotidiano.

Ao tratarmos da desterritorialização estamos nos referindo ao fato da retirada do pensamento marxista de seu contexto original de interpretação das demandas sociais e econômicas na Europa do século XIX, em especial da condição dos trabalhadores ingleses na segunda fase da Revolução Industrial. Este pensamento necessita ser readequado ao ser inserido em outro território, caso contrário tenderá a ser reproduzido igualmente, o que se constatou em outro, todavia as dinâmicas sociais e os contextos culturais serão diferentes³⁷⁶.

³⁷³ Retirar de um território um determinado pensamento ou prática cultural e buscar sua inserção. Este processo resulta em readequação ou acomodação ao novo território. Exemplo: desterritorialização do Yoga, da Índia para o Brasil, lá conectado a uma visão de mundo, aqui uma forma de ginástica, modismo ou status.

³⁷⁴ Retirar do tempo. Em função do processo acima, ao se retirar tal manifesto do território há uma tendência a se preservar a época de sua desterritorialização, de modo que a nova manifestação ficará estacionária naquele tempo, como poucas alterações no novo território. Exemplo: o Candomblé no Brasil preservou muitos de seus sentidos do século XVII e XVIII, os quais foram aos poucos sendo eliminados seletivamente em função das dinâmicas dos processos culturais. Estes dois processos podem ser observados em relação ao legado de Karl Marx, na Europa e no Brasil, cujos graus de importâncias deste autor são diferentes em função do decorrer de seus contextos históricos. À guisa de exemplo, temos o Positivismo, que ainda se encontra impávido na própria bandeira nacional.

³⁷⁵ Aqui se reporta aos diferentes tipos de capitalismo não existentes na época de Marx e de Engels: financeiro, especulativo, corporativo, cooperativo, cambial, e comercial, dentre outras reconfigurações.

³⁷⁶ Um exemplo disto é o caso do Yoga, desterritorializado da Índia para o Brasil, lá conectado a uma visão de mundo, mas aqui uma forma de ginástica, modismo ou status. Há que se perceber o pensamento marxiano também por meio deste processo.

Por outro lado, a destemporalização merece também nossa atenção. Ao nos referirmos a tal situação estamos nos reportando ao fato de preservarmos no tempo um determinado processo por considerá-lo eternamente adequado sem levarmos em conta as dinâmicas sociais e culturais que o contexto desenvolveu com o passar do tempo³⁷⁷. Ao ser associado com a desterritorialização, tende a causar distorções no processo de análise conjuntural tal qual um desvio ótico em uma lente. No que tange ao pensamento marxiano tal fato ocorre todas as vezes que se são feitas críticas generalizadas ao capitalismo no século XXI, idênticas ao modo como Marx as fez no século XIX, sem que se observe que na atualidade este processo econômico é muito diferente do existente naquela época, assim como a própria condição dos trabalhadores e do proletariado³⁷⁸, estes, hoje, praticamente diferentes.

Assim, ao abordarmos o pensamento marxiano no Brasil, temos que levar em conta tanto a desterritorialização quanto a destemporalização, pois seus sentidos são muito diferentes na Alemanha e no Brasil, cujos graus de importância deste autor são diferentes em função dos contextos históricos decorridos nestes dois países, a exemplo do ocorrido com o Positivismo, na França e no Brasil, neste último cujo lema ainda continua na Bandeira Nacional.

Deste modo, com base nesta evidência, constata-se a existência da reprodução de um marxismo superficial que permeia as instituições de formação profissional, e que se torna incapaz de dar respostas aos novos tempos no Brasil, em que se inserem os profissionais diante do impacto entre a formação acadêmica e o exercício profissional em função da realidade das novas demandas que se apresentam para o Serviço Social na contemporaneidade.

³⁷⁷ Um exemplo disto é o do Candomblé, que ao ser desterritorializado, da Nigéria para o Brasil, teve dois desenvolvimentos diferentes. Na Nigéria teve continuidade ao desenvolvimento do contexto social, econômico, político e religioso existente naquele país, que com o passar do tempo passou a sofrer um processo de eliminação seletiva, tornando-se muito diferente do praticado no Brasil, em que seus sentidos foram preservados na época de sua diáspora, ocorrida entre os séculos XVII e XVIII. Todavia o Candomblé no Brasil preservou saberes e fazeres daquela época, a tal ponto que se tornou referencial histórico para os próprios africanos que estudam o Candomblé. Este mesmo processo se deu nas diferentes vertentes do Judaísmo em Israel e na Etiópia.

³⁷⁸ Definição daquele que não tem outro tipo de subsistência exceto sua força de trabalho. Hoje se torna praticamente inexistente no Brasil em função da amplitude dos programas sociais governamentais e de empresas que incluem os critérios de responsabilidade social em seus planos de negócios.

Resta-nos agora, a rediscussão sobre como a questão socioambiental se alinha também os objetivos buscados pela ONU ao propor a Agenda 21³⁷⁹ e as Metas do Milênio³⁸⁰, no que relaciona com o desenvolvimento econômico sustentável, cuja temática será tratada no próximo capítulo, em que analisaremos os compromissos governamentais assumidos pelo Brasil nas convenções climáticas mundiais e como nelas se inserem as atribuições legais dos Assistentes Sociais.

³⁷⁹ Plano de Ação proposto pela ONU para a redução dos impactos ambientais para todos os segmentos sociais e que se constituiu num dos principais triunfos da Conferência ECO-92, realizada no Rio de Janeiro.

³⁸⁰ Metas de Desenvolvimento Sustentável propostas pela ONU em 2.000 e assinadas por pacto que reuniu 192 países e que estabeleceram oito prioridades a serem cumpridas.

Capítulo VI

Dos Compromissos Socioambientais do Brasil e suas Implicações com o Serviço Social

Neste capítulo trataremos dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à comunidade internacional sobre o desenvolvimento sustentável e à preservação da biosfera, todavia em prospecção das eventuais aplicabilidades do Serviço Social no cumprimento dos desafios que se apresentam, porém, sem deixar de levar em consideração as suas atribuições legais dos Assistentes Sociais.

No bojo desta temática chamamos novamente a atenção para o princípio profissional da defesa intransigente dos Direitos Humanos, pois dele deriva uma rede de atendimentos legalmente atribuídos aos Assistentes Sociais e que, numa visão macro, notadamente marcada pelos indicativos de finitude da existência humana no planeta, nas consequentes afetações à biodiversidade, encontramos também possibilidades de intervenções destes profissionais com possíveis responsabilidades socioambientais e, ainda que Iamamoto não adentre especificamente no sociometabolismo com a natureza como ponto de partida para as relações econômicas, nos fornece um panorama sobre as possibilidades de empregabilidades dos Assistentes Sociais, ao abordar a questão social, que aqui nesta tese se busca evidenciar como questão socioambiental, como segue:

“O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio assistenciais – indissolúveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública e outras dimensões” (IAMAMOTO, 2012, p. 163).

Cabe salientar que tais inquietações citadas por Iamamoto nos levam diretamente aos Temas Transversais da Educação, nomeadamente aos da ética, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da saúde e o dos temas locais. E destes, por

consequente, em visão macro da questão, aos desafios colocados pela ONU – Organização das Nações Unidas, relativos à Agenda 21 e às Metas do Milênio, em que se identificam que as mitigações dos impactos ambientais ora empreendidos pelo homem estão intrinsecamente relacionados com as esferas de atribuições legais do Serviço Social, quer em função dos aspectos da construção da Sustentabilidade Social, ou das demandas que já se fazem presentes no cotidiano destes profissionais, bem como em relação ao futuro, pois as consequências destes impactos anunciados pelas Convenções Climáticas, que debatem o aquecimento planetário e seus efeitos, em função do aumento dos gases de efeito estufa, o degelo nas áreas polares, o aumento dos oceanos, desertificação de florestas, a redução de fontes de água potável e o insustentável consumo dos recursos naturais, dentre outros contextos que já se fazem perceber, e que possuem a capacidade de potencializar os dramas humanos que serão enfrentados pelos Assistentes Sociais, cujas perspectivas apontam para um cenário ainda mais dificultoso, pois:

“A proteção ambiental está diretamente relacionada à garantia dos direitos sociais, já que o gozo desses últimos (como por exemplo, saúde, moradia, alimentação, educação, etc.), em patamares desejáveis constitucionalmente, está necessariamente vinculado a condições ambientais favoráveis, como, por exemplo, o acesso à água potável (através de saneamento básico, que também é direito fundamental social integrante do conteúdo mínimo existencial), à alimentação sem contaminação química (por exemplo de agrotóxicos e poluentes orgânicos persistentes), a moradia que não apresente poluição atmosférica, hídrica ou contaminação do solo (como por exemplo de cercanias de áreas industriais) ou mesmo riscos de desabamentos (como ocorre nos morros desmatados e margens de rios assoreados)” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 74).

Esta citação de Fensterseifer, um advogado, Defensor Público no Estado de São Paulo, Mestre em Direito Público, coloca em cheque³⁸¹, o princípio fundamental ético-profissional do Serviço Social da defesa intransigente dos Direitos Humanos. Em outras palavras, se os Assistentes Sociais seguirem os princípios da proteção ao meio ambiente em suas atribuições legais, vão se perfazer como profissionais éticos comprometidos com a sociedade e o meio em que vivem suas clientelas, caso

³⁸¹ Confirma-se aqui o uso do vocábulo “cheque” e não “xeque”, pois o que se busca propor uma checagem das práticas dos Assistentes Sociais, portanto uma revisão de seus saberes e fazeres, inclusive os referenciais teóricos da profissão.

contrário, se desconsideram a atenção ao meio ambiente, relegarão o próprio código de ética e o tão apregoadado projeto ético-político profissional, posto que, como se reitera, tanto nos Direitos Humanos quanto nos Direitos Fundamentais e Básicos, quais se inserem diretamente a proteção ao meio ambiente. Este é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, na medida em que a boa qualidade ambiental se constitui num princípio de cuidado para com a dignidade humana. Assim, segundo o mesmo se faz necessário transitar do Estado Liberal de Direito para o Estado Socioambiental de Direito, o que se concorda nesta tese e, a partir deste pressuposto, transpor o projeto ético-político para um projeto ético-político socioambiental, pois

“A pobreza e a miséria geralmente andam acompanhadas pela degradação ambiental, tornando aqueles cidadãos mais prejudicados pela falta de acesso aos seus direitos sociais básicos, razão pela qual tais demandas sociais devam ser pautadas de forma ordenada e conjunta, a fim de contemplar uma tutela integral e efetiva da dignidade humana a todos os integrantes da comunidade estatal. Tal compreensão está alinhada à tese da unidade e interdependência de todas as dimensões de direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos)” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 75-76).

Neste momento, cabe aclarar quais são os Direitos Fundamentais, os Direitos Básicos e o Direitos Humanos em função dos constructos que se buscam fundamentar nesta tese.

Os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988, estão definidos no Artigo 5º e seus setenta e oito itens que se encontram no Título II, constante em seu Capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, na forma como segue o artigo inicial:

“ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CRFB, 1988)³⁸².

Os Direitos Sociais, do mesmo modo, estão também no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, especificamente no Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais, em seus artigos 6º e 7º, que no caso do último, abrange também 34 itens,

³⁸² Texto integral do artigo em anexo. Fonte:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 18/11/2016, 12:37 h.

todavia para não tornar o texto muito amplo, seguem-se somente os textos iniciais dos artigos, a saber:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (CRFB, 1988)”³⁸³.

Os Direitos Humanos, por sua vez, são resultados dos efeitos do desenvolvimento do Iluminismo nos séculos XVIII e XIX, em especial nos EUA e na França, mas evoluíram para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 10 de dezembro de 1948, que é integrada por trinta artigos, pelos quais países se obrigam a cumpri-los por meio da aceitação de Convenções Internacionais, e que aqui serão inseridos em função de suas importâncias em relação ao 2º Princípio Fundamental do Código de Ética dos Assistentes Sociais: “A defesa intransigente dos Direitos Humanos”, pois precisaremos tratar de cada um deles em relação à questão socioambiental.

Cabe, no entanto, enfatizar que, tais profissionais ao adotarem no Código de Ética, a defesa intransigente dos Direitos Humanos e não especificamente os Direitos Fundamentais e Sociais da Constituição da República Federativa do Brasil, automaticamente se atrelaram ao cenário internacional, não se limitando ao Brasil, de modo que acabaram também por ser responsáveis, na forma adotada, pela responsabilidade global e não somente pátria, pois não existem Direitos Humanos nacionais, mas sim, universais. E aqui se reitera que a terceira geração de tais direitos, engloba a proteção ao meio ambiente, logo, os sujeita a tal compromisso com a relação sociometabólica entre a natureza e a sociedade. Portanto, já estão deontologicamente, ética e moralmente comprometidos com a preservação socioambiental mundial, todavia, por nossa empiria, não nos parece que isto é percebido pela categoria em seus discursos, em suas práticas, nem nas graduações, nem nas pós-graduações.

³⁸³ Texto integral do artigo em anexo. Fonte:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 18/11/2016, 12:38 h.

“O processo histórico-civilizatório das sociedades determina e legitima os direitos que devem integrar o rol destacado dos Direitos Fundamentais, tendo-se em conta um horizonte normativo-conceitual mutável e aberto materialmente em face dos novos desafios existenciais postos a cada novo avanço civilizatório. [...] O caráter histórico-relativo dos Direitos Fundamentais, compreendidos no presente estudo como os Direitos Humanos positivados no ordenamento jurídico interno dos Estados Nacionais por meio da sua ‘constitucionalização’, permite a constatação de que a sociedade modifica e incorpora novos valores na medida em que as demandas históricas a impulsionam para novos caminhos e necessidades, objetivando sempre a plena realização de uma vida digna e saudável para todos os seus membros” (FENSTERSEIFER, 2008, p. 143).

Temos, assim, um Código de Ética aprovado em 1993, portanto, com mais de vinte e seis anos, que se encontra consolidado e muito legitimado profissionalmente, todavia neste mesmo período, houve em função das dinâmicas socioambientais, uma necessidade de readequação dos Direitos Fundamentais, bem como dos Sociais em que se inserem o direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, bem como a assistência aos desamparados que, em maior ou menor grau se relacionam diretamente ao meio ambiente.

“A comunicação entre os Direitos Fundamentais Sociais e do Direito Fundamental ao Ambiente também é um dos objetivos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável no horizonte constituído pelo Estado Socioambiental de Direito, na medida em que, de forma conjunta com a ideia de proteção ao ambiente, também se encontra presente no seu objetivo central o atendimento às necessidades básicas dos pobres do mundo e a distribuição equânime dos recursos naturais (por exemplo, o acesso à água, alimentos, etc.) (FENSTERSEIFER, 2008, p. 73).

A atenção dos Assistentes Sociais para a busca do equacionamento da questão socioambiental, conseqüentemente de procura da mitigação ou da equidade da relação metabólica entre a sociedade e natureza, na forma definida por Marx. Tal observância é imprescindível para a harmonia social e representam novos enfrentamentos da categoria no que tange às ações que visem implementar, executar e avaliar políticas socioambientais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, assim como de programas e

projetos que sejam do âmbito profissional com a participação da sociedade civil, por meio da necessária orientação aos indivíduos, grupos e a população em geral no que tange à defesa de seus direitos não só civis, mas também ambientais, de modo a contribuir com a análise da realidade social em que vivem e trabalham. Neste contexto, as políticas socioambientais necessitam ser compreendidas também no esteio das políticas sociais e setoriais.

No bojo destas ações também se incluem a assessoria a movimentos ecológicos devidamente fundamentados em estudos socioeconômicos, junto a órgãos da administração pública direta e indireta, bem como a empresas privadas e outras entidades. Para isto se torna também necessário que os Assistentes Sociais possam estar instrumentalizados a realizar vistorias socioambientais e a expedir relatórios de impactos socioambientais sob a esfera de suas atuações profissionais, bem como pareceres ou consultorias sob suas atribuições. E em função disto, tornam-se necessárias novas competências acadêmicas, tanto na graduação quanto nos diversos níveis das pós-graduações, no intuito da reprodução de tais saberes e fazeres, em especial nos campos de estágios curriculares e extracurriculares e que sobretudo possam se desdobrar em novos núcleos de pesquisas científicas que se objetivem a dar conta dos enfrentamentos da questão socioambiental.

Sendo assim, o engajamento dos Assistentes Sociais na busca destes equacionamentos se torna capaz de trazer novas dinâmicas de trabalho, assim como de elevação do nível de empregabilidade no setor, na medida em que também estarão cuidado da “Nossa Casa Comum”, o planeta Terra e as futuras gerações não só de suas clientelas, mas de suas próprias descendências, pois o desenvolvimento sustentável é um princípio para as futuras gerações.

“O homem é parte integrante da biosfera e é o único organismo capaz de compreendê-la. Sua evolução cultural garante-lhe uma posição especial, de destaque. Nas demais espécies a importância do indivíduo cessa com o término de sua capacidade de se reproduzir e, portanto, de transmitir a outra geração de seu patrimônio genético, isto é, as informações codificadas no seu genoma. No homem, toda a experiência adquirida pelo indivíduo e pela espécie pode ser codificada e processada de várias maneiras e transmitida por um indivíduo enquanto viver. O acervo de conhecimentos históricos, científicos, artísticos, tecnológicos constitui um patrimônio não-genético, transmitido diretamente de uma população a outra e dos ancestrais aos

descendentes. Ao contrário do que se diz, o homem não é o único animal capaz de destruir o ambiente, mas é o único capaz de observá-lo. O progresso não compromete, necessariamente, o grau de qualidade de vida ou o equilíbrio dos ecossistemas: os conhecimentos que traz podem ser utilizados em um sentido ou em outro. Estão nas mãos do homem tecnológico as soluções para os problemas que vem criando. Depende de sua própria vontade de adotá-las, ou não” (AVILA-PIRES, 1983, p. 150).

Ao alinharmos o pensamento do ecologista humanista Avila-Pires com o do advogado ambientalista Fenstersaifer observamos perspectivas possíveis aos Assistentes Sociais em relação ao enfrentamento da questão socioambiental, pois possuem em comum a necessidade para o despertar do protagonismo e da vontade política em se tomar uma atitude em defesa da biosfera. Isto, pois, na medida em que cuidarem da dignidade humana, em estrito cumprimento de suas atribuições legais, juntamente com a atenção ao uso racional dos recursos naturais, tais a água potável e a energia elétrica, bem como da segurança alimentar, dos transportes (combustíveis), da moradia segura (materiais da construção civil), dentre outros, de modo a estimular a responsabilidade socioambiental em seus atendimentos nos sistemas sociais em que atuam, reduzindo os impactos do metabolismo entre a sociedade e a natureza. E nisso se reitera a necessidade de renovação do olhar destes profissionais sobre seus saberes e os fazeres no enfrentamento das demandas cotidianas.

Tal conjunto de Direitos leva em consideração exatamente o ideário do Serviço Social, tais como a defesa da dignidade humana em todos os seus contextos, bem como a igualdade jurídica e de gênero, como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, evitando assim que seus desrespeitos corroborem em tantos atos bárbaros que tornaram nula a essência da consciência humana no passado, de modo que os limites da lei sejam cumpridos, impedindo assim espaços para a tirania e a opressão que motivem rebeliões e conflitos, tendo como finalidade estimular a fraternidade e a cooperação entre as nações que habitam Nossa Casa Comum, o planeta Terra, buscando promover o progresso social e as melhores condições de vida ambientalmente compatíveis.

Após as considerações acima, temos, agora, as condições necessárias para a inserção e tratamento dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, em 10 de dezembro de 1948, e que os

Assistentes Sociais se comprometeram ética e moralmente, portanto, deontologicamente a defender com intransigência. Ou seja, com rigidez, austeridade, disciplina e intolerância a qualquer tentativa de flexibilização dos mesmos. Salienta-se, no entanto, que embora sejam trinta artigos serão todos inseridos em função da relevância dos mesmos com o metabolismo entre a natureza e a sociedade tratado por Marx, inclusive pela relação de defesa intransigente dos mesmos, ainda que alguns estejam diretamente associados com a questão socioambiental, buscando assim evidenciar as conexões existentes entre os Direitos Humanos, os Direitos Fundamentais, os Direitos Sociais, os Direitos Ambientais e estes com a questão socioambiental, a saber:

“Artigo I- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo II- 1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III- Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV- Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI- Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII- Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII- Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX- Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X- Todo ser humano tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XI- 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII- Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo XIII- 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo XIV- 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XV- 1. Todo homem tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo XVI- 1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes. 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XVII- 1. Todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII- Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Artigo XIX- Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo XX- 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo XXI- 1. Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo XXII- Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo XXIII- 1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV- Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV- 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI 1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução

elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII- 1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. 2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Artigo XXVIII- Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo XXIX- 1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. 2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos³⁸⁴.

Em relação ao Direitos Humanos acima especificados, evidenciamos os contextos nos quais as relações sociometabólicas se destacam diretamente e que devem ser deontologicamente atendidos pelos Assistentes Sociais, nos quais se inserem também princípios de Ecologia Humana³⁸⁵, tais como a igualdade na dignidade humana; a ação de uns para com os outros com espírito de fraternidade; o

³⁸⁴ Fonte: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>, acesso em 19/11/2016, 16:34 h.

³⁸⁵ Trata-se de uma disciplina que precisaria estar inserida nas grades curriculares de formação de Assistentes Sociais e que tem como objeto de estudo a relação do ser humano com o seu ambiente natural.

direito à vida e à segurança pessoal e social conforme os tratados de cooperações internacionais em que o Brasil se compromete, em especial, os de natureza à proteção da biosfera e das condições climáticas³⁸⁶, bem como econômicos e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. Integram tais direitos um padrão de vida capaz de assegurar às comunidades a saúde e o bem-estar socioambiental, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis à segurança mesmo em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle³⁸⁷.

No bojo destes direitos se inserem em relação à maternidade e à infância, mesmo as nascidas dentro ou fora dos matrimônios, cuidados e assistências especiais, conforme a ordem social e internacional, ambientalmente convencionada e que possa ser plenamente realizada, bem como deveres socioambientais para com a comunidade em que se habita.

Por fim, ressaltam-se ainda que no exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito ao devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade justa e democrática, e que não devem ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios da ONU, de modo que nenhuma disposição pode ser interpretada à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades estabelecidas.

Tais atribuições legais dos Assistentes Sociais em associação com os enfrentamentos da questão socioambiental podem ser visualizadas na sistematização que se segue:

³⁸⁶ A exemplo da Agenda 21, das Metas do Milênio e de outras convenções afins.

³⁸⁷ Tais itens estão diretamente relacionados diretamente com a distribuição de recursos naturais.

Tabela nº 6: Correspondências das atribuições legais do Serviço Social na perspectiva socioambiental.

Fonte: o autor.

Defesa Intransigente dos Direitos Humanos	
Atividade	Correspondências Socioambientais
Habitação	Regularização fundiária em áreas de urbanismos legalizados, evitando assim a ocupação de locais de riscos tais como encostas de morros, atuação direta no planejamento urbano municipal para prevenir os adensamentos demográficos.
Famílias	Buscar meios para prover as funções básicas e subsidiárias da família em objetivando a coesão sociais, assessorar sempre que possível a educação sexual, o planejamento familiar, os aspectos pertinentes da puericultura, bem como a mediação de conflitos sob suas atribuições.
Educação	Atuação direta com os temas transversais da educação: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e temas locais. Difusão de noções de higiene e de bem-estar social e da coleta seletiva objetivando as reciclagens e a saúde local.
Saneamento	Ações voltadas ao saneamento básico, prevenção de doenças por agentes nocivos, orientação da destinação de águas servidas com possíveis tratamentos para reusos, preservação do meio ambiente e de áreas de mananciais, abastecimento de água potável.
Assistência Social	Serviços assistenciais as atividades sustentáveis continuadas que visem à melhoria de vida da população por meio de ações integradas voltadas para as necessidades básicas, nomeadamente com crianças e adolescentes, idosos, pessoas em situação de rua, prevenção da pauperização, segurança alimentar, suportes prisionais, etc.
Empresas	Responsabilidade socioambiental das empresas e das comunidades tanto em relação ao seu público interno e suas famílias, quanto em seus entornos, de modo a melhorar a vida da coletividade. Análise dos impactos empresariais em busca de mitigações. Responsabilidade social corporativa.
Consultorias	Estímulo às atividades produtivas com base no desenvolvimento sustentável e o estímulo de parcerias com o Ministério do Meio Ambiente.
Saúde	Atuar nas causas que resultam em doenças e mortes, tais como na reciclagem de resíduos, nos hábitos de higiene, nos saneamentos básicos, na água potável, na busca de regularizações fundiárias em locais que não afetem o meio ambiente.
ONG's	Estímulo às atividades produtivas com base no desenvolvimento sustentável e em parcerias com o Ministério do Meio Ambiente.
Presídios	Estímulo às atividades produtivas com base no desenvolvimento sustentável
Ministério Público	Atuação junto ao Ministério Público do Meio Ambiente assessoria à fiscalização e proteção de direitos difusos e coletivos, e de políticas públicas que se objetivam à preservação de mananciais, áreas de preservações ambientais em especial na habitação, áreas rurais e urbanismos e de proteção conjunta à fauna e a flora pela ação de populações em vulnerabilidades econômicas.

Com base no exposto trataremos a seguir de dois compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no contexto internacional da preservação do meio ambiente e da biodiversidade, e que se estabelecem por meio da Agenda 21 e das Metas do Milênio, observados separadamente em suas correlações com o Serviço Social.

O que nos move neste sentido é uma fala muito repetida pelos Assistentes Sociais no âmbito acadêmico: “a função do Serviço Social é a de mediar as relações

de Direitos entre o Estado e os cidadãos”. Ora, se tal função é efetivamente discursada, faz-se necessário atentar para dois fatores, para que não se torne efetivamente apenas um discurso, a saber:

- ⇒ As relações de Direitos implicam também no acervo dos Direitos Ambientais que permitam o bem-estar social, a saúde e a dignidade humana;
- ⇒ O Estado ao assumir compromissos socioambientais internacionais implica em que todos os seus segmentos, sobretudo governamentais, corroborem no cumprimento das agendas e protocolos firmados e, no caso do Serviço Social, alinham-se não só a internacionalização dos Direitos Humanos, quanto aquilo em que se tornam pertinentes nas entregas do que foi comprometido pela nação.

Diante do exposto, iniciaremos pela Agenda 21, em que trataremos das correlações com as atribuições legais dos Assistentes Sociais, como seguirá.

6.1- A Agenda 21 e suas relações com o Serviço Social

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência ECO-92 realizada na Cidade do Rio de Janeiro em 1992 e promovida pela ONU em conjunto com o governo brasileiro, e que se constitui num documento que estabeleceu a importância de cada país em se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual entidades governamentais, não-governamentais e empresas, assim como todos os segmentos da sociedade, em cooperarem para as soluções dos problemas socioambientais que afetam o planeta. Por meio desta convenção, cada país precisa desenvolver sua própria agenda e no Brasil as mesmas estão a cargo do Ministério do Meio Ambiente – MMA, tanto na colaboração internacional quanto na execução da Agenda 21 Local.

Por meio da mesma se efetivou um poderoso instrumento internacional que compromissou 196 nações, sendo assim, um ponto de partida para se repensar o planejamento econômico com base no desenvolvimento sustentável, abrindo-se a possibilidade para a construção de políticas de planejamento de âmbito global, nacional e local, de forma gradual e negociada democraticamente, tendo como meta

um novo paradigma econômico e civilizatório a partir da participação da sociedade civil e que priorizam a inclusão social, a educação, a saúde, a redistribuição de renda, a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais, a ética na política objetivando a harmonização destes princípios. Sendo assim, tais temas se relacionam diretamente com as atribuições legais do Serviço Social no Brasil, embora raramente se aborde tal temática no âmbito profissional.

A Agenda 21 Local é definida como um instrumento de planejamento participativo para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que prima pelo desenvolvimento econômico sustentável e busca conciliar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, portanto, implica diretamente o Serviço Social, não só em suas atribuições legais, quanto na observância dos Direitos Humanos, no que se é pertinente às condições de vida digna e ao bem-estar social e saudável.

Foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS) do Ministério do Meio Ambiente e construído a partir das diretrizes da Agenda 21 Global e entregue à sociedade no final de 2002, portanto, quatorze anos atrás, e que é integrado por órgãos governamentais e a sociedade civil, que constituem um Fórum responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que por sua vez elenca e estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos e no qual também são definidos os meios de implementação e as responsabilidades governamentais e da sociedade civil em tais ações, assim como o acompanhamento e revisão desses projetos e práticas.

Para a implantação da Agenda 21 Local e o Programa Agenda 21, o Ministério do Meio Ambiente publicou uma cartilha com o passo-a-passo a ser seguido e que indica um roteiro organizado com as seguintes etapas:

- ⇒ mobilizar para sensibilizar governo e sociedade;
- ⇒ criar um Fórum de Agenda 21 Local;
- ⇒ elaborar um diagnóstico participativo;
- ⇒ elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano local de desenvolvimento sustentável;

- ⇒ criar de um banco de dados de gestão descentralizada para o compartilhamento de informações.

A Agenda 21 Local pode ser construída e implementada em municípios ou em quaisquer outros arranjos territoriais, tais como bacias hidrográficas, regiões metropolitanas e consórcios intermunicipais, sempre em parceria entre os governos locais e a sociedade civil.

Os apoios governamentais advêm do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), que dá suporte para projetos desde 2001, e atende uma rede com mais de 167 municípios³⁸⁸ e que integram os Planos Plurianuais do Governo Federal e que se fundamentam em três ações finalísticas:

- ⇒ elaborar e implementar as Agendas 21 Locais;
- ⇒ formação continuada em Agenda 21 Local;
- ⇒ fomentar a projetos de Agendas 21 Locais.

Um dos excelentes exemplos de implantação de ações da Agenda 21 Local é o que foi implantado na Cidade do Guarujá, denominado Guarujá 2034, e que tratou de compromissos assumidos pela municipalidade nas seguintes dimensões:

- ⇒ Ambiental Territorial;
- ⇒ Social, Cultural e Comunitária;
- ⇒ Econômica;
- ⇒ Política e Governança Social;

No que se é pertinente aos aspectos sociais há uma contribuição que vincula essencialmente as atribuições legais dos Assistentes Sociais com a Agenda 21, como segue:

“Falar em dimensão social de uma localidade é pensar conceitos de desenvolvimento humano sustentável, vulnerabilidade social, pobreza e inclusão. O conceito de desenvolvimento humano é deliberadamente aberto e suficientemente robusto para propiciar um paradigma para o novo século. Ele é relevante transversalmente às épocas, às ideologias, às culturas e às classes. Contudo, precisa sempre ser especificado por contextos, locais, regionais e nacionais. O desenvolvimento humano requer princípios como equidade e sustentabilidade e o respeito máximo à garantia dos direitos a

³⁸⁸ Fonte: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>, acesso em 20/11/2016, 14:07 h.

eles inerentes, por isto, faz-se fundamental a criação de mecanismos capazes de sustentar resultados positivos no combate aos processos de empobrecimento humano em suas variadas dimensões, sejam elas ambientais, econômicas, políticas e sociais” (Guarujá, 2010, p. 136).

Ocorre que se compararmos o atual número de municípios brasileiros que é de 5.570, com o de atendidos, nomeadamente, de 167, isto nos apresenta um percentual de apenas 3% de implementações e isto representa um descuido e um descaso para com as crianças, os pobres, os marginalizados, a incerteza dos desempregados e aposentados, as famílias e suas habitações, bem como para com a coisa pública, a sociabilidade nas cidades e nos campos, assim como com a forma de se organizar a sociedade e em especial para com a fragilidade de nossa casa comum, o Planeta Terra, indicando claramente que os Direitos Humanos no Brasil, especificamente no que se concerne à saúde, dignidade humana e bem-estar social não estão sendo operados, principalmente por aqueles que fizeram de suas deontologias, o compromisso ético e moral de sua defesa intransigente destes direitos humanos.

Constituem compromissos da Agenda 21 Global e, conseqüentemente local:

“1- Preâmbulo.

Seção I. Dimensões sociais e econômicas

2- Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento das políticas internas conexas;

3- Luta contra a pobreza;

4- Evolução das modalidades de consumo;

5- Dinâmica demográfica e sustentabilidade;

6- Proteção e fomento da saúde humana;

7- Fomento do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos;

8- Integração do meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões.

Seção II. Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento

9- Proteção da atmosfera;

10- Enfoque integrado do planejamento e da ordenação dos recursos das terras;

11- Luta contra o desmatamento;

12- Ordenação dos ecossistemas frágeis: luta contra a desertificação e a seca;

13- Ordenação dos ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das zonas montanhosas;

14- Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável;

15- Conservação da diversidade biológica;

- 16- Gestão ecologicamente racional da biotecnologia;
- 17- Proteção dos oceanos e dos mares de todo tipo, incluídos os mares fechados e semifechados e as zonas costeiras, e o uso racional e o desenvolvimento de seus recursos vivos;
- 18- Proteção da qualidade dos recursos de água doce: aplicação de critérios integrados para o aproveitamento, ordenação e uso dos recursos de água doce;
- 19- Gestão ecologicamente racional dos produtos químicos tóxicos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de produtos tóxicos e perigosos;
- 20- Gestão ecologicamente racional dos rejeitos perigosos, incluída a prevenção do tráfico internacional ilícito de rejeitos perigosos;
- 21- Gestão ecologicamente racional dos rejeitos sólidos e questões relacionadas com as matérias fecais;
- 22- Gestão inócua e ecologicamente racional dos rejeitos radioativos.

Seção III. Fortalecimento do papel dos grupos principais

- 23- Preâmbulo;
- 24- Medidas mundiais em favor da mulher para atingir um desenvolvimento sustentável e equitativo;
- 25- A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável;
- 26- Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades;
- 27- Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais associadas na busca de um desenvolvimento sustentável;
- 28- Iniciativas das autoridades locais em apoio ao Programa 21;
- 29- Fortalecimento do papel dos trabalhadores e seus sindicatos;
- 30- Fortalecimento do papel do comércio e da indústria;
- 31- A comunidade científica e tecnológica;
- 32- Fortalecimento do papel dos agricultores.

Seção IV. Meios de execução

- 33- Recursos e mecanismos de financiamento;
- 34- Transferência de tecnologia ecologicamente racional, cooperação e aumento da capacidade;
- 35- A ciência para o desenvolvimento sustentável;
- 36- Fomento da educação, a capacitação e a conscientização;
- 37- Mecanismos nacionais e cooperação internacional para aumentar a capacidade nacional nos países em desenvolvimento;
- 38- Acordos institucionais internacionais;
- 38- Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais;
- 39- Informação para a adoção de decisões;

Sobre a Agenda 21 poderemos destacar algumas ações que fazem parte das atribuições intrínsecas aos Assistentes Sociais, de cunhos sociais, econômicos, bem como de fortalecimento de coletividades, tais como os estímulos aos associativismos de trabalhadores objetivando o desenvolvimento sustentável de comunidades por meio de ações racionais de usos dos recursos naturais³⁹⁰; a luta contra a pobreza³⁹¹; as conscientizações sobre as modalidades de consumo³⁹²; a implantação de ações objetivando o planejamento familiar³⁹³; a proteção e fomento da saúde humana³⁹⁴; os empoderamentos objetivando as tomadas de decisões coletivas que se objetivam às melhorias de vidas das populações³⁹⁵.

Integram também tais ações a prevenção de queimadas ou incêndios³⁹⁶; o planejamento sobre o uso racional dos recursos naturais³⁹⁷, inclusive o ordenamento de ocupação da terra em áreas impróprias para a construção³⁹⁸; o estímulo aos

³⁸⁹ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>, acesso em 01/03/2017, 12:04 h.

³⁹⁰ Exemplos são as cooperativas agrícolas ou de catadores de materiais recicláveis. Trata-se da necessidade de dignificar uma importantíssima atividade profissional que não é percebida pela população e nem mesmo pelos órgãos governamentais, pois os catadores estão associados à imagem de mendigos, de indigentes, de sujos e sobretudo de indesejados. Neste sentido, os Assistentes Sociais precisam estar duplamente comprometidos, em primeiro lugar na defesa intransigente dos Direitos Humanos e em segundo lugar na luta constante contra quaisquer tipos de discriminações. Sobre os catadores temos a seguinte contribuição: “Nesse olhar, mostra-se a cidade [Santo André] através de uma imagem identificada como o progresso contínuo, no qual os trabalhadores aparecem destituídos de sua condição de sujeitos, pois não podem inventar e escrever seus próprios territórios, porque são apenas colaboradores nessa tarefa da limpeza pública” (SOUZA, 2011, p. 193).

³⁹¹ Estudo das relações produtivas regionais para a adequação de mecanismos de inclusão produtiva.

³⁹² Há uma ampla possibilidade de consumos de alimentos que não são de conhecimentos populares simplesmente porque culturalmente não conhecem seus usos. Há comunidades que não se utilizam de folhas de beterraba, ou cascas de melancia ou ainda que pensam que espinafre é mato, por exemplo.

³⁹³ Este é um aspecto de grande importância pois há uma relação direta entre o número de filhos e o empobrecimento das famílias com consequências na educação, na saúde e na capacitação profissional.

³⁹⁴ Cabe ressaltar que a saúde não é a ausência de doenças, mas um completo estado de bem-estar físico, mental, psicológico, social, ambiental, econômico, social e espiritual.

³⁹⁵ Isto se dá por meio das orientações comunitárias objetivando a busca de soluções comuns para a coletividade.

³⁹⁶ Incêndios e queimadas ainda são recursos comuns para a limpeza de terrenos, inclusive em áreas urbanas, mas são crimes que afetam a fauna, a flora e as condições atmosféricas. Outro aspecto deste problema ocorre em constantes incêndios em favelas, que acabam com a economia doméstica e podem vitimar também pessoas e animais. As ações preventivas a tais atos são absolutamente necessárias a assistência social destas populações.

³⁹⁷ Ao tratarmos de recursos naturais devemos ter em mente se tratar de água, energia elétrica, gás, alimentos, vestuários, materiais de construções tais como madeira, blocos, cimentos, fiações elétricas, etc.

³⁹⁸ Tal aspecto será tratado adiante como exemplo de metabolismo entre a natureza e sociedade com exemplos no Distrito de Pedreira, São Paulo, SP e em cidades do Rio de Janeiro.

reflorestamentos³⁹⁹ e ao combate aos desmatamentos⁴⁰⁰, bem como a proteção à fauna e à flora por meio da inclusão produtiva de pessoas que delas fazem uso em função de vulnerabilidades econômicas⁴⁰¹, evitando assim a desertificação, a seca e seus impactos em ecossistemas frágeis; estímulos à agricultura familiar⁴⁰² e o uso de biodigestores que possam servir para a reutilização de nutrientes retirados do solo⁴⁰³; atuação nos planejamentos urbanos para evitar que a falta de saneamento básico afete a saúde de populações e a poluição de rios, mares e oceanos, bem como a preservação de fontes de água doce; combate ao tráfico de pessoas e de animais silvestres⁴⁰⁴; tratamento adequado dos resíduos sólidos e de matérias fecais. Inserem-se também no bojo das relações entre o Serviço Social e a Agenda 21 a proteção à mulher, à maternidade, à infância e à juventude; o fortalecimento dos trabalhadores, sindicatos, associações e de organizações não-governamentais, assim como do comércio, indústria e agricultura, bem como de populações indígenas sempre estas o requerem; estímulos e assessorias pertinentes a comunidade que desejarem

³⁹⁹ Um dos exemplos deste aspecto se dá conforme ocorrido na Cidade de Extrema, MG, em que os proprietários de terras que antes não tinham perspectivas econômicas, foram cadastrados por agentes governamentais e passaram a ser remunerados pelo plantio de árvores em suas propriedades, e assim as nascentes de água que estavam secando, foram renovadas e passaram a abastecer as bacias hidrográficas que abastecem o sistema Cantareira da SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, de modo que passaram a mitigar a crise hídrica na região norte da metrópole paulistana e que agora se encontra interligada com outros sistemas. Fonte: <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2015/03/21/crise-hidrica-reflorestamento-de-nascentes-ganha-pautas-municipais/>, acesso em 21/11/2016, 14:52 h.

⁴⁰⁰ Muitas populações acabam desmatando árvores por meros desconhecimentos de suas importâncias na preservação da água no subsolo e na melhoria das condições atmosféricas. Muitas árvores são derrubadas nos ambientes urbanos simplesmente por aspectos estéticos, porque as folhas caem e sujam locais indesejados. Muitos as envenenam pois é crime a derrubada de árvores e, neste sentido, a atuação socioambiental dos Assistentes Sociais, sobretudo no âmbito da Educação, tem muito a contribuir na melhoria das condições de vida e do bem-estar social das populações.

⁴⁰¹ Um dos aspectos fundamentais da fauna a ser preservada é o caso das abelhas nativas ou inseridas, pois elas são responsáveis pela polinização agrária, ou seja, sem abelhas não há alimentos e sem alimentos não existe sustentabilidade em nossas vidas. Além disto resultam em uma série de produtos tais como o mel, geleia real, própolis, cera, fármacos, cosméticos e alimentos que podem resultar em melhoria da qualidade de vida e a inclusão produtiva em associações com os entornos de áreas de transições rurais para urbanas ainda existentes na macrometrópole paulistana.

⁴⁰² Há um repleto campo de possibilidades para tais ações, inclusive em áreas urbanas nos tetos e lajes das residências, inclusive para o próprio sustento familiar.

⁴⁰³ Os dejetos humanos podem ser tratados e retornados ao meio ambiente por meio de custos absolutamente irrelevantes. São excelentes fertilizantes. Tal possibilidade foi apontada por Marx no final do século XIX.

⁴⁰⁴ É muito comum nos referenciais teóricos do Serviço Social a crítica à burguesia e consequentemente ao capitalismo, mas ao longo destes anos não encontrei produções bibliográficas que tratassem do enriquecimento de pessoas que se utilizam do crime organizado para o alcance de seus objetivos, tais como o tráfico de drogas e de armas e, em especial de pessoas e de animais silvestres.

participar de projetos da Agenda 21 Local e ainda o fomento da educação, e a capacitação e conscientização socioambiental das comunidades⁴⁰⁵.

Sobre o tráfico de pessoas, este autor conviveu com este grave problema, ao longo de duas décadas durante o trabalho na aviação civil. Faz-se necessário o enfrentamento desta questão por parte dos Assistentes Sociais em função da ausência de uma efetiva política pública que trate diretamente deste deprimente e desesperado drama das vítimas que caem nas redes internacionais do tráfico de homens, mulheres, crianças e até de órgãos humanos. É de se lamentar o fato das entidades do Serviço Social buscarem o enfrentamento da burguesia e do capitalismo, mas se calarem diante do crime organizado internacionalmente, tais como os trilionários tráficos de drogas, de armas, de pessoas e de órgãos humanos. Neste contexto encontramos uma denúncia da Assistente Social Sousa, na seguinte contribuição:

“Nem nas referências diretas nem nas entrelinhas surge qualquer indício de participação institucional ativa e estruturante ou de intervenção social articulada pelas políticas públicas. Emerge, assim, como protagonistas das práticas de enfrentamentos, as polícias, e o sistema judicial como aparente suporte, bem como o voluntarismo da sociedade organizada em espaços de assistência e apoio com critérios de vocação filantrópica, condicionados aos recursos humanos e financeiros nem sempre estáveis e adequados à missão que se pretende implementar” (SOUSA, 2013, p. 239-240).

Sobre as fontes de água doce há que se esclarecer que no Distrito de Pedreira, em São Paulo, por ser área de manancial e de “des-proteção” ambiental, as famílias não possuem seus títulos de propriedades. Neste local é comum se observar ao lado de nascentes o despejo de dejetos humanos nos mesmos locais em que famílias residem e crianças brincam, afetando assim a saúde coletiva de populações em vulnerabilidade social e econômica, além dos impactos ambientais que são causados. Em muitas áreas deste local, que servem de locais de brincadeiras de crianças, alevinos⁴⁰⁶ e girinos⁴⁰⁷ nadam ao lado de excrementos humanos.

⁴⁰⁵ Sobre todos estes itens, já são atividades que são realizadas diuturnamente pelos Assistentes Sociais. O que se busca evidenciar aqui é que tais atividades podem ser realizadas também por apoios do Ministério do Meio Ambiente, em associações com projetos da Agenda 21 Local.

⁴⁰⁶ Alevinos são filhotes de peixes, recém-saídos dos ovos.

⁴⁰⁷ Larvas de sapos, rãs ou pererecas.

A atuação dos Assistentes Sociais no enfrentamento da questão socioambiental, implica em ações articuladas em quatro momentos, na forma como foi considerada a atuação do Serviço Social na 1ª Conferência Internacional de Serviço Social, realizada em Paris, França, em 1928, conforme nos informa Fontoura, a saber:

- “1- Assistência Paliativa – destinada a avaliar os sofrimentos provenientes da miséria e da moléstia; é momentânea e passageira.
- 2- Assistência Curativa – destinada a recolocar os indivíduos e suas famílias nas condições normais e de existência; cuida apenas do presente.
- 3- Assistência Preventiva – destinada a prevenir os flagelos sociais (moléstias, crimes, desajustamentos domésticos) através da higiene, dos serviços de orientação, colocação e diversão; ataca o mal pelas raízes.
- 4- Assistência Construtiva – destinada a melhorar as condições sociais e a elevar o nível da existência. Enquanto as três anteriores são negativas ou passivas, esta última é ativa” (FONTOURA, 1959, p. 6).

Cabe ressaltar que naquilo que se é pertinente na construção dos argumentos desta tese, que o enfrentamento dos Assistentes Sociais na perspectiva socioambiental em relação a Fontoura, se identificam tanto no Serviço Social Preventivo quanto o Construtivo. E ainda que se trate de um retorno à concepção da década de 20 do século passado, não se trataria de um retrocesso, mas que readequação a algo pertinente às necessidades de nossa época, porquanto que, se temos uma questão social que aqui se defende como uma questão socioambiental, e cujo processo que é um início continuado, como visto, então não estamos tratando de polos opostos e inconciliáveis. Estas são faces complementares de um mesmo aspecto da sociedade humana e suas perspectivas, de modo que o aludido Congresso de 1928, em Paris, pode nos indicar caminhos para o equacionamento da questão ora apresentada, desde que os Assistentes Sociais cumpram outro princípio ético: “combater todas as formas de discriminações”. Sendo assim, não se trataria de um “eterno retorno”, como anunciado por Nietzsche, em que, em síntese, o mundo se reconstrói a partir de sua destruição, mas sim um refletir possibilidade de equacionamento da questão socioambiental.

Vistas, então, as propostas da ECO-92, estabelecidas pela Agenda 21, adentraremos agora nas Metas do Milênio, que também estão diretamente relacionadas com as atribuições legais do Serviço Social no Brasil, conforme segue:

6.2- Metas do Milênio e suas relações com o Serviço Social

As chamadas Metas do Milênio são também denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, e constituem um documento que consolidou várias conferências mundiais debatidas ao longo da década de 90, cujo consenso se deu em setembro de 2.000, com a presença de 147 chefes de Estados membros da ONU e que estabeleceram oito objetivos para o terceiro milênio da era cristã, que deveriam ser atingidos até 2015, o que em si representou uma meta muito ousada e até certo ponto ingênua, em função do exíguo tempo de solução para problemas estruturais ocorridos ao longo dos milênios anteriores, mas que tinham como meritório e principal alvo a erradicação da pobreza no mundo e que na ocasião se constituíam em oito metas:

- “1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- 2 - Atingir o ensino básico universal.
- 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil.
- 5 - Melhorar a saúde materna.
- 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.
- 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento”⁴⁰⁸.

Ocorre que em setembro de 2015, exatamente quinze anos após o estabelecimento destes objetivos, houve nova reflexão sobre os mesmos e foram ampliados para dezessete metas, desta vez com o compromisso de 193 líderes mundiais, todavia com a nomenclatura e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, e que baseiam nas Metas do Milênio e na Agenda 21, deliberando-se assim, as seguintes metas para os próximos quinze anos, e que igualmente buscam acabar com a pobreza e a fome, promover a saúde e o bem-estar social em harmonia com a proteção ao meio ambiente, como forma de mitigar as mudanças climáticas, a saber:

- “1- Erradicação da pobreza – Terminar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo.

⁴⁰⁸ Fonte: <http://www.institutoatkwqh.org.br/compendio/?q=node/19>, acesso em 21/11/2016, 19:42 h.

- 2- Erradicação da fome – Terminar com a fome, alcançar a segurança alimentar e uma nutrição melhorada e promover uma agricultura sustentável.
- 3- Saúde e Qualidade – Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos e em todas as idades.
- 4- Educação de qualidade – Assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de formação contínua para todos.
- 5- Igualdade de gênero – Alcançar uma igualdade de gênero e atribuir competências a todas as mulheres e raparigas.
- 6- Água limpa e saneamento – Assegurar a disponibilidade e uma gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- 7- Energias renováveis – Assegurar o acesso às energias a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos.
- 8- Empregos dignos e crescimento económico – Promover um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- 9- Inovação e boa infraestrutura – Construir uma infraestrutura sólida, promover uma industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10- Redução das desigualdades – Reduzir a desigualdade nos países e entre países.
- 11- Cidades e comunidades sustentáveis – Tornar as cidades e povoaamentos humanos inclusivos, seguros, sólidos e sustentáveis.
- 12- Consumo responsável – Assegurar um consumo e padrões de produção sustentáveis.
- 13- Combate às mudanças climáticas – Implementar ações urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
- 14- Vida debaixo da água - Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, lagos e recursos marinhos no sentido de um desenvolvimento sustentável.
- 15- Vida sobre a terra – Proteger, restaurar e promover uma utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação e parar e reverter a degradação da terra e interromper a perda de diversidade.
- 16- Paz e Justiça – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, assegurar o acesso de todos à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- 17- Parcerias pelas metas – Reforçar os meios de implementação e revitalizar as parcerias globais no sentido de um desenvolvimento sustentável”⁴⁰⁹.

⁴⁰⁹ Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>, acesso em 21/11/2016, 20:21 h.

Novamente se alinham os objetivos da ONU com as atribuições específicas do Serviço Social e seus princípios fundamentais, a exemplo da busca da erradicação da pobreza e da fome, a promoção da saúde, do bem-estar social, da boa qualidade de vida e a educação necessária e pertinente⁴¹⁰, bem como a promoção de ações de igualdade jurídica de gênero e de respeito à diversidade de opções de sexualidades.

Faz parte constante também de tais atribuições o acesso à água potável, ao saneamento básico e às fontes de energias a preços acessíveis, tais como o gás, a energia elétrica e combustíveis. Inserem-se neste contexto as lutas por empregos dignos e o equitativo crescimento econômico de todos os segmentos sociais e, neste caso, de modo sustentável, para se garantir o consumo racional e a preservação planetária na justa medida às futuras gerações. E isto implica promover políticas de estímulos à inovação e a infraestrutura adequada para o alcance de objetivos que não sejam somente econômicos, mas também socioambientais, buscando assim ampliar a consolidação das cidades sustentáveis, bem como ações de fixação de trabalhadores nos campos, por meio de empregos igualmente dignos para que tenham boas condições de moradias e de proteções às suas famílias, por meio dos acessos à saúde e ao bem-estar social, pois se os trabalhadores agrícolas não plantam as cidades não se alimentam. Assim, postos, e alcançados tais objetivos comuns da ONU e do Serviço Social, garantem-se as defesas intransigentes dos Direitos Humanos, na mesma medida em que se mitigam os impactos socioambientais nas florestas nativas, mananciais, nos rios e nos oceanos preservando-se a biosfera, bem como a recuperação de ecossistemas frágeis, tendo como consequência a paz

⁴¹⁰ Sobre a atuação do Serviço Social no cotidiano escolar, temos a contribuição de Backx, para a qual se faz necessária a transposição para os aspectos socioambientais que são inerentes ao caso: “O Serviço social e o conhecimento que mobiliza, tanto do ponto de vista explicativo quanto do interventivo, ganham sentido no movimento histórico das relações sociais no processo de reprodução da vida social; essas relações são constituídas e constituem diferentes dimensões da vida humana. Tais dimensões aparecem para o profissional sob a forma de situações isoladas e, de um modo geral, configuradas não só pela demanda individual, mas também pela institucional e, por isso, destituídas de um sentido de totalidade. É no cotidiano escolar que se apresentam situações que revelam diferentes dimensões da questão social [aqui socioambiental] que interferem no processo de ensino-aprendizagem. Cabe ao Assistente Social a tarefa de imprimir finalidade à sua ação de forma crítica e consequente, a partir das determinações mais gerais e particulares do seu campo profissional. Nesse sentido, revela-se a importância do projeto ético político como norteador da ação profissional em suas diferentes dimensões” (BACKX, 2006, p. 129-130). Cabe-nos, neste contexto, salientar que o citado processo de reprodução da vida social é por definição, socioambiental, e neste sentido, o projeto ético-político dos Assistentes Sociais, na defesa intransigente dos Direitos Humanos, portanto da dignidade da vida humana, do bem-estar social e da saúde, implica na elaboração de programas institucionais no âmbito escolar a partir dos Temas Transversais da Educação, já tratados, contextos estes que se alinham com a Agenda 21 e com as Metas de Milênio e do Desenvolvimento Sustentável.

e a justiça social almejada em todos os tempos. Em outras palavras, na forma indicada por Marx, na temática transversal ambiental que se encontram em suas obras. Weber nos contribuiu também com este mesmo contexto:

“A abordagem ecológica [pelo Serviço Social] considera que o ser humano age num meio ambiente físico, numa sociedade e numa cultura. O meio ambiente físico é constituído pelo mundo natural, biológico e pelas estruturas construídas pelo homem. O ambiente social compreende o casal (ou outras díades), a família, os amigos, ou qualquer rede composta de duas ou mais pessoas, que constituem a rede profissional, as instituições, as estruturas sociais, políticas, jurídicas e econômicas. No que diz respeito à cultura, ela é constituída por formas adquiridas e por comportamentos que se articulam em torno de uma visão do mundo, de uma língua, de costumes, de leis. A cultura é, portanto, inerente à humanidade e opõe-se à natureza” (WEBER, 2011, p. 183).

No bojo da atenção socioambiental em Serviço Social há também um viés importante que é a educação ambiental nas comunidades em que atuam, pois, o bem-estar social e a saúde também dependem de como nos contextos domésticos se dão a diferenciação e a percepção entre lixo e resíduos⁴¹¹. Lixo normalmente é entendido como qualquer material que após utilizado é descartado para se deixar limpo o local, quer seja residencial, comercial ou industrial. E, neste sentido, ao se livrarem do lixo acabam poluindo o ambiente comprometendo as condições sanitárias.

Por outro lado, resíduo é o que permanece, remanesce e precisa ser selecionado, tratado e destinado corretamente, a exemplo dos resíduos secos, tais como papéis, plásticos, vidros e metais que podem ser vendidos para a reciclagem. Resíduos úmidos como restos de alimentos são reutilizáveis em composteiras domésticas e destinados como adubos, na mesma forma como Marx defendeu na obra: O Capital. Por sua vez, resíduos perigosos como medicamentos, pilhas, baterias, combustíveis, tintas, etc., precisam ser destinados para a logística reversa afim de serem reaproveitados pelas indústrias e, em alguns casos, também podem ser remunerados os seus descartes corretos.

Por fim, temos os rejeitos, e estes sim, devem ser destinados aos aterros sanitários para que tenham o devido tratamento. Assim, estes cuidados

⁴¹¹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/residuos-e-rejeitos-dispostos-em-aterros-sanitarios-aumentou-120-em-oito-anos>, acesso em 22/11/2016, 18:49 h.

socioambientais estão diretamente associados à atenção necessária dos Assistentes Sociais nas comunidades em que vivem, visando melhorar, deste modo a qualidade de vida de seus habitantes, em atenção aos Direitos Humanos no que se concerne à saúde e condições de vida digna e saudável, e em especial para se reverter as autoimagens das próprias populações subalternas.

“Numa sociedade marcada pela exclusão, as precárias condições de vida das classes subalternizadas estão carregadas de um patrimônio social e de relações sociais que, muitas vezes, vão cunhar e reiterar o lugar social de subalterno. Busca-se aqui avançar no conhecimento de como as condições materiais e espirituais de existência de um segmento das classes subalterna, os ‘assistidos’, vão gerando sobre ela, lentamente, uma imagem de si mesma que se constrói numa longa trajetória de exclusão e resistência” (YAZBEK, 2015, p. 85).

A mediação dos Assistentes Sociais na questão socioambiental é imprescindível não só para que a ética e deontologia possam ser cumpridas em suas atribuições básicas e conforme os princípios fundamentais da profissão, mas também em função da necessidade de se perceberem como agentes históricos de intervenções no processo sociometabólico entre a natureza e a sociedade⁴¹² identificado por Marx ao tratar dos princípios que movem a economia. Assim, por conseguinte, as relações entre os ser-social e seus pares, na busca do justo e equitativo benefício social, na medida em que também não poderão estar alienados em relação ao contexto socioambiental nacional e mundial, reduzidos, então, somente aos discursos contra a burguesia, o capitalismo, a igreja, o sistema, o governo, etc. pois o presente exige atitudes ambientalmente corretas, posto que:

“Em uma sociedade ambientalmente sustentável, o metabolismo entre homem-produtor e natureza não pode ser mediado pelo dinheiro, mas sim, pelas necessidades humanas. As condições reificadas da produção capitalista desnaturalizam o homem que perde seu vínculo orgânico com a natureza. Desse modo, conclui-se que trabalho não alienado é necessariamente trabalho ambientalmente sustentável” (GOMES, 2013, p. 33).

⁴¹² Cabe ressaltar que: partindo deste aspecto a ação humana para controlar a natureza e convertê-la em produtos para o alcance de suas finalidades, teleologicamente “é transposta para as relações dos homens entre si, inferindo em nível da reprodução social” (GUERRA, 2000, p. 55).

Um exemplo clássico deste metabolismo entre sociedade e natureza é encontrado classicamente no Distrito de Pedreira, São Paulo - SP, em função da invasão por cerca de 150.000 famílias ao longo das últimas décadas e, como poder público “ajeita” uma área irregular para a regularização fundiária, estimulando ainda mais sua ocupação demográfica, o que agrava ainda mais o contexto socioambiental. Ocorre que em 2014, a Prefeitura de São Paulo resolveu liberar a construção em 800.000 m² nesta área de preservação ambiental a edificação de 3.860 novas moradias, simplesmente decretando a área como ZEIS, que significa: Zona Especial de Interesse Social⁴¹³, na qual 84 lotes foram liberados para o comércio misto com residências, e assim passou a inserir naquela localidade de proteção ambiental mais 14.000 pessoas, que por meio de uma simples estratégia governamental, passando a impactar ainda mais aquela área de manancial. Para isto utilizou-se do Programa Minha Casa Minha Vida e, deste modo, implicou também os governos estadual e federal nesta ação que se deu em função de interesses políticos, em detrimento dos aspectos relacionados ao meio ambiente e da saúde, expondo a riscos a coletividade.

Tal afetação metabólica não para por aí, pois quanto mais vai se permite a ocupação ambientalmente irregular do solo, ou “político-financeiramente ajeitada”⁴¹⁴, mais vai se agravando o contexto e isto se dá por meio de inserção de escolas, de unidades básicas de saúde, áreas de esportes e lazer, pavimentação, transportes públicos, iluminação pública e outras intervenções locais⁴¹⁵. Tudo isto numa área em que não poderiam estar, pois na realidade Pedreira precisaria ser gradativamente desocupada por ser uma área de manancial, evidenciando que o Estado é um dos

⁴¹³ Define-se por ZEIS uma determinada parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo. Ocorre que as ZEIS só podem ser inseridas em locais urbano e nisto reside o poder da política político-partidária associada à especulação imobiliária, que resultam em projetos de lei que são aprovados, transformando áreas de preservações ambientais em áreas urbanas. Nisto se juntam os interesses por votos e o de reprodução do capital com o consequente enriquecimento de uma elite que controla os governos em detrimento do agravamento da questão socioambiental, como ocorrido em 12.000 alqueires da cidade de São Paulo, equivalentes a uma área de 290.400.000 m². Trata-se, portanto, de um outro tipo de metabolismo, notadamente, entre a política e as finanças, cujos lucros se dão sobre o uso da pobreza estrutural. Portanto, há que se transitar da questão social para a questão socioambiental, pois a visão da primeira reduz, e muito, a dimensão sociocultural no contexto sobre análise. Fonte: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/zeisplanodiretor.pdf>, acesso em 01/03/2017, 13:21 h.

⁴¹⁴ Temos aqui um problema da partidização política de alguns Assistentes Sociais, na medida em que apoiam ou condenam determinadas ações governamentais, não pelos princípios éticos do Serviço Social, mas pelo critério de estar no poder partidos com os quais se identificam ou não.

⁴¹⁵ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1552936-haddad-libera-construcao-de-moradias-em-area-de-manancial-em-sao-paulo.shtml>, acesso em 25/11/2016, 19:53 h.

maiores agentes de afetação ao meio ambiente. Portanto, antes de se analisar os impactos ambientais das indústrias, se faz necessário analisar também os cometidos pelos órgãos governamentais. E no caso de Pedreira, há uma microfísica reprodução do capital que vai gradativamente criando uma rede de relações socioeconômicas nas quais o crime organizado encontra um grande terreno para se desenvolver⁴¹⁶. E a salvação... Sobre isto temos ainda o depoimento do LC1: “a salvação se encontra nas centenas de igrejas que também ocupam irregularmente as áreas, mas que dividem o pagamento do dízimo em doze vezes no cartão de crédito”.

Outro exemplo de metabolismo entre sociedade e meio ambiente se encontra em relação a outras construções em locais impróprios, tais como em encostas de barrancos, em pés de serras, beiras de riachos e córregos e demais áreas de mananciais. Exemplos clássicos e reincidentes sobre o descaso governamental em relação às moradias em locais impróprios, a exemplo dos seguintes casos:

- ⇒ 1- Cidade de Caraguatatuba - SP, em 1967, desmoronamento de moradias em função de deslizamento de encosta de morro levou a óbito 463 pessoas;
- ⇒ 2- O maior desastre natural do Brasil, vitimou 770 pessoas e deixou desalojadas 7.780 pessoas e desabrigadas 6.060 pessoas, nas Cidades de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, ambas no estado do Rio de Janeiro
- ⇒ 3- Em 2008 houve 135 mortos em Santa Catarina pelo mesmo motivo⁴¹⁷.
- ⇒ 4- Cidade de Niterói, Morro do Bumba, ambas também no Rio de Janeiro, em abril de 2009, com 283 mortos de 45 famílias soterradas em função de um bairro construído sobre um aterro sanitário que deslizou em virtude das chuvas torrenciais ⁴¹⁸;
- ⇒ 5- Reincidência na Cidade de Petrópolis, em 2013, com 27 mortos em cinco bairros em função de moradias irregulares construídas em encostas de morros que desmoronaram em função das chuvas⁴¹⁹;

⁴¹⁶ Um dos exemplos da atuação do crime organizado se dá em função de fraudes nos cadastramentos de famílias em áreas como o Distrito de Pedreira e outros tantos existentes no Brasil, a exemplo das fraudes no Bolsa Família. Fonte: <http://jovempan.uol.com.br/noticias/brasil/politica/ministerio-publico-aponta-fraudes-de-r-25-bilhoes-no-bolsa-familia.html>, acesso em 29/11/2016, 16:08 h.

⁴¹⁷ Fonte: <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/tragedia-no-rio-o-maior-desastre-natural-do-pais.htm> acesso em 23/11/2016, 19:52 h.

⁴¹⁸ Fonte: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/apos-1-ano-da-tragedia-morro-do-bumba-e-chamado-de-cemiterio,ed4aaf17b94fa310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>, acesso em 23/11/2016, 19:36 h

⁴¹⁹ Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/19/sobe-o-numero-de-mortos-apos-temporal-em-petropolis-rj.htm>, acesso em 23/11/2016, 19:42 h.

⇒ 6- Reincidência em 2016, em Petrópolis, vitimou mais duas pessoas⁴²⁰.

A pergunta que se faz aqui, diante de tantos mortos, desalojados e desabrigados é: o que aconteceu com a defesa intransigente dos Direitos Humanos? Como foram cumpridos os princípios fundamentais e as atribuições legais do Serviço Social nestas localidades e outras tantas que tiveram estes mesmos problemas? E, sobretudo, por que não se viabilizaram locais corretos para a liberação de habitações, pois no caso do Distrito de Pedreira, dentre tantos outros, a região necessita ser desocupada e não adensada demograficamente pelas ações do Estado, pois existem danos consideráveis a serem mensurados, mas que são negligenciados por muitos agentes governamentais.

“Não existe nada pior do que alguém querendo fazer o bem, especialmente o bem para os outros. O mesmo se aplica aos que ‘pensam bem’, com sua irresistível tendência a pensar por e no lugar dos outros. Encouraçados em suas certezas, eles não têm espaços para dúvidas. E é claro não aprendem a complexidade da vida. [...] Em seu nome é que foram cometidos todos os etnocídios culturais e justificados todos os imperialismos econômico e político” (MAFFESOLI, 2004, p. 11-12).

O que Maffesoli nos aponta, neste caso, é que prover a assistência social simplesmente em função de um diletantismo e um eventual messianismo em se fazer o bem, se torna problemático caso não se verificar a complexidade do contexto em que tal assistência será fornecida, pois muitas vezes se poderá agravar um problema ao invés de equacioná-lo.

Neste sentido há uma contribuição considerada relevante de Alves, que ao tratar da história, da análise crítica e da avaliação das condutas dos Assistentes Sociais, os coloca diante de um paradoxo em relação ao cumprimento do projeto ético-político do Serviço Social. Sua constatação parte do legítimo entendimento de que como para Marx a realidade não é o que é, mas o que poderá vir a ser, então na teoria social de Marx a produção do conhecimento está diretamente associada com a transformação dos sujeitos históricos, portanto na superação das condições de vida ambientalmente postas. Sendo assim, jamais tais profissionais poderão manter suas clientelas na eterna dependência dos serviços assistenciais, o que corrobora com a

⁴²⁰ Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/deslizamento-de-terra-deixa-dois-mortos-em-petropolis-rj.html>, acesso em 23/11/2016, 19:46 h.

noção de que a função social do Serviço Social é a de intervir na realidade posta para que seus utentes ao superarem suas próprias condições não precisem mais do Serviço Social, o que implica diretamente no aspecto da sustentabilidade econômica da assistência social e, neste caso, o atendimento dos aspectos relacionados aos Direitos Humanos e ao Direito Ambiental, de tal modo que os situa diante de um dilema: ou são servidores a serviço do Estado burguês e contra os movimentos populares ou se tornam agentes de suas conquistas históricas, conforme segue:

“O entendimento que se tem sobre a política social é aquele que capta seu fundamento contraditório e histórico, ou seja, de um lado representa um recurso do Estado burguês para a contenção dos movimentos populares ameaçadores da ordem, seja reprimindo-os, seja se antecipando a eles, para a perpetuação da hegemonia; por outro lado, e, contraditoriamente, as políticas sociais [no caso socioambientais] representam conquistas históricas da classe trabalhadora organizada, a materialização, na medida dos interesses do capital, do atendimento de suas necessidades de reprodução. Porém, é fato que as políticas sociais não são desenvolvidas para provocar as transformações das determinações estruturais que precarizam as condições de vida das classes subalternas, mas para minimizar este contexto de privações materiais e sociais. Por tudo isso, é inequívoco afirmar que as expressões da ‘questão social’ [aqui socioambiental] não serão solucionadas no âmbito das políticas sociais. Esse é o limite concreto que inclusive deve ser aprendido pelas avaliações das políticas sociais, mas não no sentido fatalista de se deixar levar acriticamente pela lógica racional burguesa, subjugando as avaliações como instrumentos servis aos interesses conservadores da classe dominante. E assim, no sentido de que os processos de avaliação sejam conduzidos de forma a desvelar a realidade social em suas múltiplas determinações, que aparecem escamoteadas, inclusive, pelos ‘efeitos imediatos’ das políticas sociais [socioambientais]” (ALVES, 2011, p. 255).

Assim, Alves coloca os Assistentes Sociais diante de outro dilema: agir ética e moralmente para o equacionamento de suas atribuições ou deixar de agir e assim não cumprir a deontologia moral que se espera dos mesmos? Em outras palavras, equacionar a questão social, aqui socioambiental, ou simplesmente continuar os costumazes discursos de atribuições de culpas a este ou aquele segmento social, sem que efetivas soluções possam ser encontrada?

6.3- A construção de competências acadêmicas para o enfrentamento da questão socioambiental

Ao chegarmos ao final deste capítulo que buscou tratar das correlações entre o Serviço Social e a questão socioambiental no Brasil em associação aos compromissos assumidos pelo país com a comunidade internacional no âmbito da proteção do meio ambiente e da biosfera, faz-se necessário também tratar das competências acadêmicas que precisarão ser construídas para a efetiva defesa intransigente do Direitos Humanos em relação aos Direitos Ambientais no que se concerne aos enfrentamentos necessários ao século XXI.

De posse dos argumentos aqui apresentados e com base em nossa trajetória no âmbito universitário em que foi possível pesquisar a formação de Assistentes Sociais em dez países e em dez instituições de ensino que ofertam o curso de Serviço Social no Brasil em que nos foi possível estudar algumas matrizes curriculares, e ainda em consonância como o projeto de pesquisa apresentado por ocasião do processo seletivo para a realização deste doutoramento, nos será possível sugerir uma matriz curricular que será apresentada na conclusão desta tese, como uma sugestão para a reflexão acadêmica sobre o que até aqui foi argumentado e que se relaciona com os aspectos da Agenda 21 e das Metas do Milênio.

Ressalta-se, neste estudo, que foi possível também constatar que a responsabilidade socioambiental dos Assistentes Sociais não é dissonante do projeto ético-político de tais profissionais, podendo assim serem contempladas competências e habilidades específicas pertinentes ao equacionamento da questão socioambiental, com destaque para a mediação de conflitos socioambientais, como legítimos instrumentos de conduta profissional.

Expostos, portanto, os capítulos temáticos, seguir-se-á a conclusão desta tese.

Por uma Conclusão

Chegar ao final desta tese não foi tarefa fácil. Na realidade foi um grande desafio, teórico e moral, justamente por não ser graduado em Serviço Social, pois houve momentos em que o sentimento de leviandade esteve presente neste percurso. O impulso para seguir adiante ocorreu, porém, na possibilidade de contribuição à referida profissão, como um observador externo que manteve várias interfaces com a área, ora como voluntário em Secretarias Municipais de Assistência e Promoção Social, assim como docente de várias disciplinas na graduação em Serviço Social, ocasião em que convivi com muitos reconhecimentos profissionais, mas também com graves discriminações que me adoeceram, mas que foram úteis para a construção de conhecimentos que me estimularam a estudar a formação acadêmica dos Assistentes Sociais no Brasil e no exterior.

E... Agora... Em certo aspecto, a incredulidade por ter conseguido chegar até estas linhas finais desta tese de doutoramento, paira-nos o sentimento de Madalena Freire, em sua Mensagem ao Professor, e que se encontra inserida no início deste texto, sobre o medo e a coragem. O medo se dá na grande esperança de não decepcionar quem nos depositou a confiança necessária para percorrermos este caminho que efetivamente foi feito na caminhada. E a coragem, na busca da viva missão universitária de produzir certezas provisórias, dúvidas e constantes reflexões sobre o que se seguirá nesta conclusão, pois, particularmente, entendemos que a função de uma tese é a de prover conhecimentos por meio de polêmicas, que possam ser debatidas no meio acadêmico, pois é exatamente esta a essência da dialética, cuja finalidade é a própria construção do conhecimento pertinente, e que aqui se ousa à tal edificação.

Marx sempre nos causou grande inquietação. Primeiramente em função de que em todo o período de formação escolar e da graduação, ter se dado durante o Regime Militar, em que tal autor era demonizado e proibido, todavia, durante este mesmo período, a passagem pela Ordem Franciscana, em que a contemplação da natureza era um modo de se tentar encontrar as expressões de Deus, além do encontro com a Teologia da Libertação e de sua linda utopia, da possível construção nesta mesma

vida, de um mundo socialmente justo para a alegria humana, sempre nos inspirou a prosseguir.

Foi a partir do contato com a obra de Foster, porém, que consegui perceber que o Marx demonizado trazia uma mensagem ecológica imprescindível para o século XXI, ainda que não fosse o mesmo Marx que eu percebia na graduação em Serviço Social, por sua vez, ideologizado, fragmentado e partidarizado, o que nos instigou ao desafio do entendimento desta conjuntura e ao aprofundamento na obra deste autor, que embora do século XIX, tem muito a contribuir com os debates ambientalistas da contemporaneidade e, sobretudo, com o Serviço Social, por meio de sua visão ecológica.

Evidencia-se, portanto, que as conexões entre a responsabilidade social e a preservação ambiental se alinham com as atribuições legais já existentes no Serviço Social e se associam também como compromissos assumidos pela nação brasileira perante a comunidade internacional no que se relaciona com as convenções climáticas, nomeadamente com a Agenda 21, as Metas do Milênio e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como foi demonstrado. E é exatamente neste ponto de intersecção que se encontram as demandas dos Assistentes Sociais para as quais as contribuições ecológicas de Marx, necessitam ser urgentemente refletidas por estes profissionais, como também se buscou evidenciar quando se abordou a noção de falha metabólica identificada pelo mesmo autor na relação entre a sociedade e a natureza.

E com o avanço das populações humanas sobre os ecossistemas muitos impactos foram causados afetando equilíbrio ecológico mundial, em função do atual estágio civilizacional humano, notadamente capitalista, ser incompatível com a preservação ambiental, exigindo assim muitos ajustes, dos quais boa parte está ao alcance dos Assistentes Sociais em suas relações dinâmicas com suas clientelas nos diversos sistemas sociais, temáticas estas já estudadas pelo Serviço Social nos EUA e Europa, assim como na busca da harmonização das demandas profissionais com interfaces à dimensão do cuidado com o meio ambiente, ou seja, em prevenir as interferências do homem na natureza, naquilo que é pertinente às suas clientelas nestes mesmos sistemas.

Este é o caso do litoral brasileiro que em função dos efeitos climáticos já afeta várias cidades como é o caso de Santos, cuja linha média da maré já avançou em 80 m. Neste contexto, os cientistas estimam que o nível do mar deverá subir entre 45 e 80 cm até 2.100, o que desalojará milhões de pessoas que precisarão avançar rumo ao planalto, afetando as florestas, o que por conseguinte reduzirá as fontes de água potável e diminuirá as áreas de produções de alimentos, requerendo ainda novos custos sociais para a construção da gigantesca demanda de moradias, cenário este que imediatamente se transformará em demandas de atendimentos do Serviço Social, com outras graves consequências, como se demonstrou.

Diante do quadro em tela, passamos agora a tratar especificamente da fundamentação do corpo da tese, que primeiramente versou sobre influência epicuriana no pensamento marxiano e seus contributos ao debate socioambiental do século XXI; das conexões entre a teologia natural e o desenvolvimento sustentável; e das correlações entre a concepção materialista da natureza e o materialismo histórico dialético. E, com base nestes suportes teóricos, tratou-se da abordagem socioambiental na perspectiva profissional de opção marxista pelo Serviço Social brasileiro, ante suas demandas no século XXI, que se associam, como visto, com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nas convenções climáticas e de preservação da biosfera, que implicam diretamente os Assistentes Sociais, tanto em relação aos resultados dos impactos ambientais, quanto na preservação dos mesmos em função do princípio da defesa intransigente dos Direitos Humanos, pois nestes existem interfaces com o Direito Ambiental. E aqui ressalta-se que na terceira geração dos Direitos Humanos, se encontra integrada a defesa do meio ambiente. Diante do exposto, há que se rever a construção de competências acadêmicas para o enfrentamento da questão socioambiental no cumprimento das atribuições legais desta profissão.

O ponto central da tese é o de que a “miséria social” identificada por Marx em 1844 e a “questão social”, assim denominada por Engels em 1845, e que resultaram na pauperização da classe trabalhadora na Inglaterra e nos demais países europeus que se industrializavam no século XIX era, na realidade, uma questão socioambiental do século XIX, em função das disputas de classes pela posse dos recursos naturais e de suas transformações em produtos nas diversas cadeias produtivas industriais daquela época.

Tal afirmação foi tratada nos capítulos temáticos em que se demonstrou que no conjunto das disputas por estes recursos se encontravam o uso da natureza para a obtenção de segurança, saúde, moradia, trabalho, alimentos, medicamentos e energia, dentre outros itens igualmente importantes que moviam a economia, como detectado por Marx, pois se remetiam diretamente ao uso de terras agrícolas, às atividades agrárias e pastoris, ao uso das florestas para a obtenção de alimentos e de energia renovável por meio da aquisição de madeiras, assim como também pelos usos do carvão, metais, tecidos e posteriormente, energia elétrica, petróleo, querosene, e outros produtos, bem como para a própria renovação da energia para a força de trabalho, indispensável para a base econômica industrial.

Diante do exposto, demonstrou-se que não foi apenas uma “questão social” pois no centro da questão se encontrava o meio ambiente, conforme constatado por Marx em várias de suas obras aqui citadas, com especial referência ao O Capital, cujo entendimento foi também corroborado nas obras de Engels, com especial destaque para a Dialética da Natureza. Portanto, se corrobora com o fato de que realmente se tratou de uma questão socioambiental como se demonstrou, todavia como não houve o seu equacionamento naquele período histórico, e nem no século XX, em função das disputas econômicas do mundo bipolar, de tal modo que se agravaram os impactos ambientais.

E assim nos chega a contemporaneidade... Com um apelo para que todos os segmentos profissionais, bem como entidades governamentais e não governamentais possam rever suas práticas, seus saberes e fazeres em busca do que é ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. Neste sentido, como se observou, faz-se necessária a atualização dos referenciais teóricos do Serviço Social do Brasil em função dos sinais dos tempos e, neste sentido a via marxiana original, em sua base epicuriana, fornece um sólido e fértil momento de se repensar as ações desta profissão no século XXI.

A adoção da questão socioambiental ao invés da questão social, tradicionalmente adotadas pelo Serviço Social, torna-se importante em função das estratégias de abordagens de ambas, pois ao se tratar da questão social, os focos de análises são sociológicos, econômicos e políticos. Todavia ao tratarmos da questão socioambiental, além dos aspectos elencados, tornam-se importantíssimos os suportes antropológicos e sobretudo ecológicos para os enfrentamentos das

demandas cotidianas destes profissionais, o que se requer a ampliação de competências para o cuidado das mesmas atribuições legais já existentes, como também se demonstrou.

Urge, portanto, que o Serviço Social brasileiro se desperte para tal conjuntura que se apresenta posta aos Assistentes Sociais no século XXI, em função da necessidade de mitigação do alarmante quadro de desigualdade social advindo principalmente pela falta de acesso aos Direitos Sociais Básicos e Fundamentais, pois neles também se encontram os Direitos Ambientais. E, em função de tal desatenção temos consequentes implicações nos impactos ambientais, pois a pauperização, a pobreza e a miséria são também fatores de degradação ambiental. Ou seja, de um modo ou de outro, tais profissionais estarão envolvidos, resta então saber, se estarão academicamente preparados para isto ou não ?

Sendo assim, tal contexto implica em um imperativo ético e moral que se encontra posto a tais profissionais em nosso país, em virtude de terem como princípio fundamental de seu Código de Ética a defesa intransigente dos Direitos Humanos e, como também se demonstrou estão diretamente relacionados aos Direitos Ambientais em função de suas conexões com os Patrimônios Naturais da Humanidade. E com o avanço geracional dos Direitos Humanos, o meio ambiente adentrou ao universo deontológico de atenção dos Assistentes Sociais brasileiros, todavia com certo atraso pois a temática se encontra avançada nos EUA e na Europa.

Diante deste quadro, defende-se o entendimento, de que se faz necessária a urgente renovação do olhar dos Assistentes Sociais brasileiros para o meio ambiente pois nele realizam suas intervenções profissionais, e assim, que possam perceber nos sinais dos tempos, a necessidade de renovação dos referenciais teóricos de formações acadêmicas e de seus aprimoramentos, nomeadamente, nos cursos de graduações e de pós-graduações, e quiçá possam, a exemplo de outras épocas, igualmente importantes, refletirem sobre a eventual possibilidade de se buscar nova reconceituação profissional, capaz de dar conta do enfrentamento da questão socioambiental do século XXI.

Considera-se como absolutamente pertinente a proposta deste repensar profissional, diante da escassez dos recursos naturais e do exponencial aumento populacional, o que implica agora em novos desdobramentos do materialismo

histórico dialético, que por sua vez é indissociável das condições do meio ambiente, na medida em que neste se relacionam a economia e a sociedade. No entanto, ao se considerar apenas tal conjuntura como questão social, reduz-se a visão sobre o problema, pois se consideram apenas as consequências socioeconômicas em relação aos expropriados, pauperizados e desvalidos, e não as circunstâncias das causas e dos efeitos da questão em si, como também se demonstrou, pois se evidencia que jamais haverá o equacionamento da questão ora levantada se os aspectos socioambientais não forem efetivamente estudados, pesquisados, compreendidos e enfrentados em busca de soluções exequíveis.

Assim, a pertinência desta constatação que transpõe a questão social para a questão socioambiental, incide também na transposição dos debates acerca da temática, dos campos majoritários da Sociologia, da Política e da Economia, para outros complementares, como a Antropologia, dos Ecossistemas, e da Ecologia Humana, além dos temas fundiários, o que implica na necessidade de novas reflexões acadêmicas, bem como novas competências para os enfrentamentos cotidianos pelos profissionais do Serviço Social.

Neste sentido, apresentam-se fortes indícios de que os Assistentes Sociais brasileiros precisam buscar o equacionamento da questão socioambiental, neste território e nesta época, pois de nada adianta a crítica pela crítica ao capitalismo, ao sistema, à igreja, à burguesia, sem que soluções possíveis possam ser apresentadas e implantadas, pois uma questão é um enunciado que necessita ser examinado em busca de sua equalização, em outras palavras, de uma solução.

Ainda sobre a extração ilegal de madeiras de florestas nativas, que foi o ponto de partida para a elaboração dos argumentos que aqui se apresentam, sobre as madeiras extraídas ilegalmente das florestas nativas para o atendimento de demandas esportivas, folclóricas, religiosas e turísticas, crê-se que a ampliação dos CRAS em áreas rurais ou limítrofes entre ecossistemas possa contribuir para identificar populações que sobrevivem destas práticas criminosas em função de eventuais vulnerabilidades socioeconômicas, o que resulta em impactos sobre as florestas nativas. Todavia, ampliar o mercado de trabalho, por si só não basta, pois são necessários aportes teóricos para a ampliação de competências profissionais sobre o meio ambiente, consequentemente sobre o metabolismo entre a natureza e a sociedade nestas localidades.

Assim, com base no aqui exposto há que prospectar a pertinência dos conteúdos programáticos e competências definidas para a capacitação de Assistentes Sociais no Brasil em relação às demandas socioambientais requeridas para o século XXI. E, de tal modo, em cumprimento ao projeto de pesquisa que foi aprovado por ocasião do processo seletivo ao doutoramento, apresenta-se como contributo desta tese a seguinte proposta de grade curricular referencial, que se considera como a mais adequada ao perfil de formação de egressos para o contexto nacional, que os capacite a prover soluções perante aos novos desafios da contemporaneidade, a saber:

Tabela nº 7: Proposta de matriz curricular para os cursos de Serviço Social no Brasil na perspectiva socioambiental. Fonte: o autor.

Unidades Curriculares	PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR		
	Téorico- Metodológicos da Vida Social	Formação Sócio histórica da Sociedade Brasileira	Trabalho Profissional
Disciplinas	Sociologia	Formação Sócio Histórica do Brasil	Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social
	Teoria Política	Economia, Trabalho e Sociedade	Ética Profissional
	Antropologia	Classes e Movimentos Sociais	Planejamento e Administração em Serviço Social
	Fundamentos Filosóficos do Serviço Social	Direito e Legislação Social	Metodologia, Estatística e Pesquisa em Serviço Social
	Psicologia Social	Contexto Nacional das Populações Indígenas, Afrodescendentes e de Populações Tradicionais	Serviço Social e Processos de Trabalho
	Elaboração e Análise dos Indicadores Sociais	Contexto Nacional da Educação de Jovens, Adultos e em Comunidades Especiais	Política Social e Sistema Único de Assistência Social
	Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa	Realidade Brasileira e a Regularização Fundiária	Serviço Social Empresarial e do Terceiro Setor
	Ecologia Humana	Técnicas de Mediação e Mediação Socioambiental em Comunidades	Planejamento Estratégico, Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais
	Sustentabilidade Socioambiental	Realidade Brasileira em Educação Ambiental e Saúde	Política de Saúde e o Sistema Único de Saúde
	Antropologia da Saúde	Realidade Brasileira em Saúde Pública e Profilaxia de Doenças	Serviço Social em Hospitais e Locais de Atenção à Saúde
Disciplinas Optativas	Direito e Legislação Ambiental	Política Ambiental Nacional e Global	Serviço Social Público
	Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Saúde Coletiva	Envelhecimento e Contexto Nacional dos Idosos	Serviço Social nos Sistemas Correcionais e Prisionais
Trabalho de Conclusão de Curso	Devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar, conforme o interesse acadêmico dos alunos.		
Estágio Supervisionado	Atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. Ocorre ao longo do curso, conforme seu Projeto Pedagógico.		
Atividades Complementares	Monitorias, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica, cursos de curta duração (informática, idiomas, etc.) e outras atividades definidas no Projeto Pedagógico do Curso.		

Sobre tal matriz, encontram-se em verde, cinco disciplinas consideradas pertinentes ao desenvolvimento de competências socioambientais, e que constam na grade geral, a saber: Ecologia Humana; Sustentabilidade Socioambiental; Realidade Brasileira e a Regularização Fundiária; e Técnicas de Mediação e Mediação Socioambiental; as quais se consideram como pertinentes à formação básica do Assistente Social nesta temática. Junto a elas são disponibilizadas duas disciplinas optativas: Direito e Legislação Ambiental; e Política Ambiental Nacional e Global. Estas sete disciplinas se entendem como adequadas para o fornecimento de competências para o enfrentamento da questão socioambiental, assim como, associadas ao conjunto total da grade, se tornam apropriadas para o fornecimento de consultorias nesta área para entidades do Terceiro Setor e empresas que adotam os princípios da responsabilidade socioambiental, além dos órgãos governamentais em suas ações estratégicas e de planejamento social, resultando assim em novas dinâmicas de trabalho e de emprego do Serviço Social.

Considerando ainda o mercado de trabalho na área da Saúde e a necessidade da capacitação nesta área, são inseridas em vermelho, quatro disciplinas na grade geral: Realidade Brasileira em Saúde Pública e Profilaxia de Doenças; Antropologia da Saúde; Política de Saúde e o Sistema Único de Saúde; Serviço Social em Hospitais e Locais de Atenção à Saúde; que acrescidas das disciplinas optativas: Vigilância Sanitária, Epidemiologia e Saúde Coletiva; se tornam capazes de oferecer maior desenvoltura a tais profissionais, posto que muitos cursos não preparam seus egressos para o desempenho nesta área do saber. Ressalta-se ainda, que tais competências se associam igualmente aos aspectos da questão socioambiental, de modo que se tornam interdisciplinares e, igualmente relevantes nos Direitos Humanos, ao tratarem dos aspectos da saúde.

Ainda como fator de inovação em relação ao contexto das demandas sociais que se apresentam na conjuntura nacional brasileira neste início do século XXI, expõem-se quatro disciplinas em azul, constantes na grade geral: Contexto Nacional das Populações Indígenas, Afrodescendentes e de Populações Tradicionais; Contexto Nacional da Educação de Jovens, Adultos e em Comunidades Especiais; Serviço Social Empresarial e do Terceiro Setor; e Planejamento Estratégico, Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais. Salienta-se que nesta última, o que se busca é o desenvolvimento de ações de gestão, pertinentes à identificação de

pontos fortes e fracos; e a melhorar, fornecendo assim melhores condições de atuação no segmento empresarial e governamental. Além disto, também se interdisciplinam com as da Saúde, provendo melhores condições para o enfrentamento dos desafios da questão socioambiental. Estas se associam com outras três disciplinas optativas: Serviço Social Público; Envelhecimento e Contexto Nacional dos Idosos; e Serviço Social nos Sistemas Correcionais e Prisionais, ampliando assim as possibilidades de competências para cada uma destas áreas, conforme a construção curricular dos próprios aprendentes.

Acredita-se, portanto, que com a matriz curricular apresentada será possível a capacitação acadêmica de Assistentes Sociais com maiores capacidades de lidar com as demandas emergentes que se fazem presentes na contemporaneidade, abrindo ainda a possibilidade de reatualização de seus referenciais teóricos, bem como novos horizontes para a capacitação no âmbito das pós-graduações, resultando em novas e necessárias dinâmicas profissionais, bem como no aumento da empregabilidade destes profissionais, como se pretendeu demonstrar.

Oxalá possa assim contribuir para o repensar o futuro dos Assistentes Sociais, profissionais estes que optaram em fazer de seus sucessos profissionais o bem estar social, a justiça e a dignidade humana, para cujo ato de coragem, se dedica também esta tese.

Q. E. D.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social: História, Análise Crítica e Avaliação** 1ª ed. 1ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2011.
- AQUINO, Tomás. **Suma Teológica IV: os hábitos e as virtudes – os dons do Espírito Santo – os vícios e os pecados – a lei antiga e a lei nova – a graça**. Volume 4, seção I da II parte, questões 49 – 114. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Currículo, território em disputa** 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2011.
- AVILA-PIRES, Fernando de. **Princípios de Ecologia Humana**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.
- BACKX, Sheila. **O Serviço Social na Educação**. In: Serviço Social e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- BAVARESCO, Agemir & IBER, Christian. **Manual para o Seminário Filosofia e Interdisciplinaridade. Introdução à Ciência da Lógica de Hegel. A lógica do ser-aí: o ser-aí, finitude e infinitude. Dialética do ser-aí hegeliano**. Porto Alegre: PUCRS/PPG, 2013
- BECKETT, Samuel. **O Historiador Contemporâneo**, in QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de & LOKOI, Zilda Márcia Grícoli, A História do Historiador. São Paulo: Humanitas, 1999.
- BERGOGLIO, Jorge Mario. **Carta Encíclica Laudado Si do Santo Padre Francisco Sobre o Cuidado com a Casa Comum**. Vaticano: Tipografia Vaticana, 2015.
- BETTO, Frei. **O Paraíso Perdido: Nos Bastidores do Socialismo**. São Paulo: Geração Editorial, 1993.
- BIDET, Jacques & KOUVÉLAKIS, Eustache. **Dicionário de Marxismo Contemporâneo**. Paris: PUF, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. 8a Ed. Petrópolis: Vozes.

_____. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRAGANÇA, Dom Bertrand de Orleans e. **Psicose Ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã** 4ª ed. São Paulo: IPCO, 2014.

BRASIL: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão** 10ª ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CARVALHO, A. S.. **Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (1986). **Teorização do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Agir, 1986

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. Maria Lucia Barroco / Sylvia Helena Terra; São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia** 13ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicholas Caritat, Marquis de. **Sketch for a historical picture os progress of the human mind**. New York: Noonday Press, 1955.

COMPARATO, Fábio Conder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COURTOIS, Stéphane et al. **O Livro Negro do Comunismo: Crimes, Terror e Repressão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil e Biblioteca do Exército Editora, 2000.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de Direito Romano: O Direito Romano e o Direito Civil Brasileiro** 28ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DEAN, Warren. **A Ferro e a Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada** 3ª ed.. São Paulo: HUCITEC, 2001.

GABRIEL, Mary. **Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ **A situação da classe trabalhadora inglesa segundo as observações do autor e fontes autênticas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____ **Ludwig Feuerbach und der Ausgang der Klassischen Deutschen Philosophie**. In Werke. Band 21. Berlim: Dietz Verlag, 1962.

EPICURO. **Carta sobre a Felicidade: (a Meneceu)**. Tradução e Apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: UNESP, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que Serviço Social quer dizer? What does Social Work mean?** In Serviço Social e Sociedade, nº 108, p. 748-761, out/dez. São Paulo: Cortez, 2011.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos Fundamentais e Proteção do Meio Ambiente: a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito**. Porto Alegre: Editora do Advogado, 2008.

FERREIRA, Pedro Magalhães Guimarães. **Revisitando a existência e a natureza de Deus na primeira parte da *Summa Theologiae* de São Tomás de Aquino**. CTC PUC/RJ, 2006.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais** 14ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2012.

FLORES, Alberto vivar. **Antropologia da Libertação Latino Americana**. São Paulo: Paulinas, 1991.

FONTOURA, A.. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

FOSTER, Jonh Belamy. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A Ecologia da Economia Política de Marx**, in Lutas Sociais, PUC/SP, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.

FRANCISCO DE ASSIS. **Os Escritos de São Francisco de Assis**. Petrópolis: Vozes, 1963.

FREITAS, M. J.. **Social Professional Work and Education in the Netherlands**. In EUSW – European Platform for Worldwide Social Work, Parma University, april, 2003.

GALEANO, Eduardo Hughes. **Patas arriba: la escuela del mundo al revés**. Montevideo: Tauro: 1998.

GEMELLI, Agostinho. **O Franciscanismo**. Petrópolis: Vozes, 1944.

GOMES, Gustavo França. **Conflitos Socioambientais e o Direito à Água**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

GÓMEZ, J. Andrés Domínguez, AGUADO, Octávio Vázquez, PÉREZ, Alejandro. **Serviço Social e Meio Ambiente** 3ª ed.. São Paulo: Cortez.

GUERRA, Yolanda et al. **O Debate Contemporâneo da Questão Social**. In: Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ/ ESS, 2005.

HEGEL, George, Wilhelm Friedrich. **A Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes: 2012.

_____. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Werke in zwanzig Bänden: Theorie-Werkausgabe**. Frankfurt am Main: Shrkamp, 1970.

HERSKOVITS, Melville Jean. **O Homem e seu Trabalho: Antropologia Cultural**, vol. I. São Paulo: Mestre Jou, 1964.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raúl Carvalho** 37ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IRIGALBA, Ana Carmen. **A Prática da Ecologia Social: a necessidade de integrar o social e o ecológico**, in GÓMEZ, J. Andrés Domínguez, AGUADO, Octávio Vázquez, PÉREZ, Alejandro. **Serviço Social e Meio Ambiente** 3ª ed. São Paulo: Cortez.

KNIGHT, Amy. **Beria: Stalin's First Lieutenant**. Princenton: Princenton University, 1995.

LAFER, Celso. **A ruptura totalitária e a reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Rumo, 1988.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____ **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____ **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ **O que é o Ecosocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, György. **A crise da filosofia burguesa: Existencialismo ou Marxismo?** Paris: Nagel, 1948.

_____ **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

_____ **Para uma Antologia do Ser-social, 2**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUTERO, Martinho. **Da Liberdade do Cristão (1520): Prefácios à Bíblia**. São Paulo: UNESP, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **A Parte do Diabo: Resumo da Subversão Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAGALHÃES, Fernando. **10 Lições sobre Marx**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MANDEL, Ernest. **Marxist Economic Theory**. New York: Monthly Review Press, 1968.

MANIERI, Calvino. **Fichas de Características das Madeiras Brasileiras – Calvino Manieri e João Peres Chimelo** 2ª ed. São Paulo: IPT, 1978.

MARIÁS, Julián. **História da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** 16ª ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, 1843**. São Paulo: Boitempo, 2010-1.

_____ **Crítica ao Programa de Gotha: Glosas Marginais ao Partido Operário Alemão**. Londres: Carta de Marx para W. Bracke: 1875.

_____ **Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro**. São Paulo: Global, s/d.

_____ **Glosas Críticas Marginais ao Artigo o Rei da Prússia e a Reforma Social: de um Prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010-2.

_____ **Grundrisse, Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____ **Para a Crítica da Economia Política**, in Coleção Os Pensadores, Marx I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____ **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ **O Capital**, vol. 1. Nova York: Vintage, 1976.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro I, volume I, 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro I, 16ª ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro I, volume II, 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política**, livro 3, volume IV, 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. São Paulo: Zahar, 1973.

_____ **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social** 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental** 2ª ed. revista e ampliada. Campinas: UNICAMP, 2016.

MCLELLAN, D. **Karl Marx: vida e pensamento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

MESSIANIC JEWISH PUBLISHER. **Bíblia Judaica Completa: o Tanak [AT] e a B'rit Hadashah [NT]**. São Paulo: Vida, 2010.

MÉZÁROS, Istivan. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha: Guerra Revolucionária**. Brasília: Imprensa do Exército Brasileiro, 1968.

MONTBELLER, Filho G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: EDUFSG, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____ **A Via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NAPIER, Barry. **The Global Green Agenda. Environmentalism: Rebirth of Marxism-Facism**. 2ª ed. Swansea: Petra Press, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64** 16ª ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLA, Ubaldo. **Antologia ilustrada de Filosofia: das origens à idade moderna**. São Paulo: Globo, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

OLIVEIRA, Renato Almeida. **Considerações Acerca da Liberdade e da Ética na Tese A Diferença Entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro de Karl Marx**. In Polymatheia – Revista de Filosofia. Universidade Estadual do Ceará, Volume IV, nº 6, 2008.

OLIVEIRA, Richard Romeiro. **Política, Teologia e Filosofia nas Leis de Platão**. In **Síntese Revista de Filosofia**, v. 34, n. 110. Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Belo Horizonte, 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo, Cortez, Questões de Nossa Época nº 109, 2004.

PENA VERGA, Alfredo & NASCIMENTO, Elimar Pinheiro, orgs. **O Pensar Complexo: Edgar Morin e a Crise do Paradigma da Modernidade**, 3ª ed.. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PLEKHÂNOV, Georgi Valentinovitch. **Os princípios fundamentais do marxismo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

ROSANVALLON, Pierre. **Le moment Guizot**. Paris: Gallimard, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Difel, 1968.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educar por Competencias. O que há de novo?** São Paulo: Artmed, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Artmed, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SILVA, A. C. P. **Serviços Sociais**. São Paulo: s/ Ed, 1937.

SILVA, Adélio Alves da. **Considerações sobre primeiridade e continuidade na fenomenologia de Charles S. Pierce**. São Paulo: Lua Nova, 2010.

SILVA, A. M. C.. **Formação, Percursos e Identidades**. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SLACK, Nigel, et al. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUSA, Tânia Teixeira Laky de. **Tráfico Internacional de Mulheres: nova face de uma velha escravidão**. São Paulo: Max Limonad, 2013.

SOUZA, José Amilton de. **Catadores de Lixo: narrativas de vida, políticas públicas e meio ambiente**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. **Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção**. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. **Preservação das espécies vegetais utilizadas para a confecção de berimbaus do Brasil**. Relatório de Pós-Doutorado em Administração (Gestão Socioambiental), São Paulo: FEA/USP, 2007.

_____. **O currículo de formação em Serviço Social no Brasil e os desafios da questão socioambiental do século XXI**. Relatório de Pós-Doutorado em Ciências da Educação (Estudos Curriculares). Braga, Portugal: UMINHO, 2014.

VIEIRA, B. O. **História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

VON LIEBIG, Justus. **Über einige Eigenschaften der Ackerkrume**. Dresden: Cotta, 1858.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Escola do Serviço Social de 1936 a 1945**. In Cadernos PUC nº 6 – Serviço Social – Dezembro de 1980. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **Pobreza e exclusão social, expressões da Questão Social no Brasil**. In Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS 2ª ed.. Brasília, ABEPSS, Gráfica Odisseia, 2004.

_____. **Classes Subalternas e Assistência Social** 8ª ed.. São Paulo: Cortez, 2015.

WALLACE, Robert. **Various prospects of man king, nature and providence**. Londres: A. Miller, 1761.

WEBER, Philippe. **Dinâmicas e Práticas do Trabalhador Social**. Porto, Portugal: Porto, 2011.

WHEATCROFT, Stephen G. **Victims of Satalinism and the Soviet Secret Police: The Comparability and Reliability of the Archival Data. Not the Last Word**. asgow: Europe-Asia Studies, University of Glasgow 51 (2) 315-345.

Fontes Virtuais

http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf.

Acesso em: 18/10/2015, 15:43 h.

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/default_informacoes_territoriais.shtm Acesso em:

18/10/2015, 16:58 h.

http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf.

Acesso em: 15/10/2015, 12:12 h.

http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_pasargada_passar.pdf. Acesso em: 15/10/2015, 12:05 h.

<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/macrometropole/macrometropole.pps> Acesso em: 23/04/2016, 21:18 h.

<http://www.mma.gov.br/comunicacao/item/9410-a-pol%C3%ADtica-dos-5-r-s>. Acesso em: 23/04/16, 19:49

https://books.google.com.br/books?id=VuldIKRAT_oC&pg=PP11&lpg=PP11&dq=John+Millar&source=bl&ots=VEbTmUb1QF&sig=2Z_nLq86Ocn2XITQBfKHZp7P2fY&hl=pt

BR&sa=X&ved=0ahUKEwj7lb_H74TOAhWDQZAKHb_jBesQ6AEIXDAN#v=onepage&q=John%20Millar&f=false. Acesso em: 21/07/2016, 12:32 h.

<https://books.google.com.br/books?id=nYFybLCvXggC&pg=PA795&lpg=PA795&dq=S%C3%A3o+Tom%C3%A1s+de+Aquino+Alexandre+Hales&source=bl&ots=zZd0vjVf-&sig=43NOMwOp2Qk3-KYiXX8m0tlXz28&hl=pt->

BR&sa=X&ved=0ahUKEwix9Y2kie_NAhVEFpAKHRkkCVIQ6AEISTAI#v=onepage&q=S%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20de%20Aquino%20Alexandre%20Hales&f=false. Acesso em: 12/07/2016, 21:35 h.

<https://books.google.com.br/books?id=nYFybLCvXggC&pg=PA795&lpg=PA795&dq=S%C3%A3o+Tom%C3%A1s+de+Aquino+Alexandre+Hales&source=bl&ots=zZd0vjVf-&sig=43NOMwOp2Qk3-KYiXX8m0tlXz28&hl=pt->

BR&sa=X&ved=0ahUKEwix9Y2kie_NAhVEFpAKHRkkCVIQ6AEISTAI#v=onepage&

q=S%C3%A3o%20Tom%C3%A1s%20de%20Aquino%20Alexandre%20Hales&f=false. Acesso em 12/07/2016, 21:35 h.

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/bolcheviques-x-mencheviques.htm>. Acesso em: 13/07/2016, 13:38 h.

<http://www.scientific-socialism.de/GramsciLukacsKorschIdealSubjCAP2.htm>. Acesso em: 13/07/2016, 13:45 h

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/internacional/1471610481_835759.html. Acesso em: 13/07/2016, 15:17 h

<http://www.dw.com/pt/turquia-demite-militares-e-fecha-ve%C3%ADculos-de-imprensa/a-19431047>, acesso em 07/09/2016, 13:38 h.

<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinia%2042928/os+coveiros+do+capitalismo.s.html#>. Acesso em 29/07/2016, 20:55 h.

<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=94>. Acesso em 21/07/2016, 19:01 h.

<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2013/12/1390191-mao-tse-tung-biografia-trecho.shtml>, acesso em 21/07/2016, 19:16 h.

<http://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/eua-china-assinam-acordo-para-reduzir-emissao-de-gases-de-efeito-estufa-14537748>. Acesso em 07/09/2016, 14:02 h.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb. Acesso em: 07/09/2016, 14:14 h.

<http://www.naswfoundation.org/pioneers/g/CarelB.Germain.htm>. Acesso em: 22/07/2016, 11:42 h.

<http://ssw.uconn.edu/faculty-listing/alex-gitterman-ed-d>. Acesso em: 22/07/2016, 11:53 h

http://books.google.com.br/books/about/Primary_Prevention_Practices.html?id=8M0XB4a6Tj8C&redir_esc=y. Acesso em: 22/07/2016, 11:42h.

http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/35760/hoje+na+historia+1988+_+cientista+da+nasa+diz+que+efeito+estufa+causa+aquecimento+global.shtml. Acesso em 22/07/2016, 11:58 h.

<https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/todas-noticias/36510/maiores-rebanhos-bovinos-em-2014.htm>. Acesso em 07/09/2016, 14:34 h.

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gases-de-bovinos-causam-mais-efeito-estufa-que-os-automoveis,174754e>. Acesso em: 07/09/2016, 14:39 h.

<http://mundoestranho.abril.com.br/mundo-animal/por-que-a-vaca-e-sagrada-na-india/>. Acesso em: 07/09/2016, 14:44 h.

[http://istoe.com.br/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO+ /](http://istoe.com.br/255_AQUECIMENTO+GLOBAL+E+TERRORISMO+CLIMATICO+/). Acesso em: 12/09/2016, 13:03 h.

http://resistir.info/ambiente/Ecologia_politica.html. Acesso em 18/09/2016, 11:34 h.

<http://meioambienterio.com/2015/04/a-Ecologia-em-marx/>. Acesso em: 18/09/2016, 12:15 h.

<http://sbera.org.br/sigera2009/downloads/obras/038.pdf>. Acesso em: 12/10/2016, 12:11 h.

<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil>. Acesso em: 12/10/2016, 12:50 h.

<https://www.youtube.com/watch?v=V2sXjJTKnh4>. Acesso em: 12/10/2016, 12:57 h.

<http://tratamentodeagua.com.br/artigo/destinacao-final-de-lodos-de-etas-e-etes/>. Acesso em: 12/10/2016, 13:32 h.

<http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Ar/nitrogenio.php>. Acesso em: 12/10/2016, 20:01 h.

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_05.pdf. Acesso em 25/10/2016, 19:44 h.

<http://www.sober.org.br/palestra/12/13P563.pdf>. Acesso em: 26/10/2106, 16:16 h.

<http://pagina22.com.br/2008/10/18/por-tras-de-uma-curva/>. Acesso em: 26/10/2016, 17:48 h.

<http://www.stockholmresilience.org/research/researchnews/tippingtowardstheunknown/thenineplanetaryboundaries.4.1fe8f33123572b59ab80007039.html>. Acesso em: 30/10/2016, 20:57 h.

<http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Posts/Humanidade-ultrapassa-4-das-9-fronteiras-planetarias>. Acesso em 30/10/2016, 21:18 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em 31/10/2016, 19:40 h.

<https://jus.com.br/artigos/31948/quantas-dimensoes-ou-geracoes-dos-direitos-humanos-existem> acesso em 19/07/2016. Acesso em: 12: 03 h.

<http://www.cliturgica.org/portal/artigo.php?id=1125&PHPSESSID=83dde6dbe3a99b7aa16a796c564cbb02>. Acesso em: 14/07/2016, 15:19 h.

http://avalon.law.yale.edu/17th_century/england.asp. Acesso em: 13/07/2016, 21:14 h.

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html>. Acesso em: 14/07/2016, 15:52 h.

http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm. Acesso em: 14/07/2016, 15:57 h.

<http://www.family-action.org.uk/section.aspx?id=1155>. Acesso em: 11/11/2016, 18:37 h.

<http://www.naswdc.org/pressroom/features/general/history.asp>. Acesso em: 11/11/2016: 21:32 h.

<http://www.emae.com.br>. Acesso em: 04 de julho de 2014, 08:14 h.

<http://www.cbciss.org/html/historia.htm>. Acesso em: 22/06/14, 14:10 h.

www.planalto.gov.br. Acesso em: 22/06/15, 17:17 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18/11/2016, 12:37 h.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18/11/2016, 12:38 h.

<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 19/11/2016, 16:34 h.

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 20/11/2016, 14:07 h.

<http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2015/03/21/crise-hidrica-reflorestamento-de-nascentes-ganha-pautas-municipais/>. Acesso em 21/11/2016, 14:52 h.

<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/19>]. Acesso em: 21/11/2016, 19:42 h.

<https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 21/11/2016, 20:21 h.

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/residuos-e-rejeitos-dispostos-em-aterros-sanitarios-aumentou-120-em-oito-anos>. Acesso em: 22/11/2016, 18:49 h.

<http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/tragedia-no-rio-o-maior-desastre-natural-do-pais.htm>. Acesso em: 23/11/2016, 19:52 h.

<https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/apos-1-ano-da-tragedia-morro-do-bumba-e-chamado-de-cemiterio,ed4aaf17b94fa310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 23/11/2016, 19:36 h.

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/19/sobe-o-numero-de-mortos-apos-temporal-em-petropolis-rj.htm>. Acesso em 23/11/2016, 19:42 h.

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/deslizamento-de-terra-deixa-dois-mortos-em-petropolis-rj.html>. Acesso em 23/11/2016, 19:46 h.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1552936-haddad-libera-construcao-de-moradias-em-area-de-manancial-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em 25/11/2016, 19:53 h.

<http://www.workhouses.org.uk/poorlaws/1834act.shtml>. Acesso em 27/11/2016, 17:06 h.

<http://reacionaria.org/blog/reacablog/morre-fidel-castro-um-dos-maiores-assassinos-do-seculo-20/>, acesso em 29/11/2016, 10:48 h.

<http://www.unric.org/pt/actualidade/31160-relatorio-das-nacoes-unidas-estimaque-a-populacao-mundial-alcance-os-96-mil-milhoes-em-2050->, acesso em 29/11/2016, 15:24 h.

<http://jovempan.uol.com.br/noticias/brasil/politica/ministerio-publico-aponta-fraudes-de-r-25-bilhoes-no-bolsa-familia.html>, acesso em 29/11/2016, 16:08 h.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151212_acordo_paris_tg_rb,
acesso em 29/11/2016, 16:16 h.

Fonte: <http://ipco.org.br/ipco/quem-somos/#.WD3PSOYrLIU>, acesso em 29/11/2016,
17:00 h.

Fonte: <https://br.sputniknews.com/russia/201611266959351-aquecimento-global-ilhas-russas/>, acesso em 30/11/2016, 06:46 h.

Fonte: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20161104/282265254991488>, acesso em 30/11/2016, 06:53 h.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/12/27/santos-ja-se-prepara-para-avanco-do-mar.htm>, acesso em 30/11/2016, 07:03 h.

http://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf, acesso em 22/02/2017,
12:07 h.

<http://www.ilisp.org/noticias/ditador-socialista-assassino-e-homofobico-fidel-castro-morre-aos-90-anos/>, acesso em 23/02/2017, 19:48 h.

<http://super.abril.com.br/historia/qual-ditador-matou-mais-em-todos-os-tempos/>,
acesso em 23/02/2017, 19:49 h.

<http://super.abril.com.br/historia/qual-ditador-matou-mais-em-todos-os-tempos/>,
acesso em 23/02/2017, 19:49 h.

<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Criacao/noticia/2014/08/industrias-defendem-pesticida-suspeito-de-provocar-morte-de-abelhas.html>, acesso em
24/02/2017, 10:41 h.

<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>,

<http://www.ambientelegal.com.br/lama-da-samarco-e-o-surto-de-febre-amarela/>,
acesso em 26/02/2017, 15:34 h.

http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/PNDH_III.pdf, acesso em 26/02/2017, 22:34 h.

<http://www.unric.org/pt/actualidade/31103-se-falharmos-no-ambiente-falharmos-na-proteccao-dos-direitos-humanos-alertam-especialistas-da-onu-no-dia-da-terra>,
acesso em 26/02/2017, 22:50 h.

<http://emec.mec.gov.br>, acesso em 27/02/2017, 20:32 h

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>, acesso em 01/03/2017, 12:04 h.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamentos/zeisplanodiretor.pdf>, acesso em 01/03/2017, 13:21 h.

ANEXO 1

CARTA DA TERRA

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida.

A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.

Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões locais e globais estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos.

O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo

dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dídivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados.

d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem danos às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.

e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.

c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.

f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.

b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.

c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.

b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.

c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das, e entre as nações.

b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.

c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.

d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.

b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.

c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.

b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.

c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.

d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

IV.DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.

b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.

c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembleia pacífica, de associação e de oposição.

d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.

f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais onde possam ser cumpridas mais efetivamente.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.

c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das, e entre as nações.

b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.

e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.

f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para

cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

ANEXO 2

Árvores extraídas ilegalmente de florestas nativas para demandas comerciais: esportivas, folclóricas, religiosas e turísticas

(VIEIRA, 2007, pp. 63-75)

			
Tatajubá	Tauari	Taipoca / Tatapiririca	Vinhático-do-campo
<i>Bagassa guianensis</i>	<i>Couratari oblongifolia</i>	<i>Tapirira guianensis</i>	<i>Enterolobium gummiferum</i>
Moraceae	Lecythidaceae	Anacardiaceae	Leguminosae

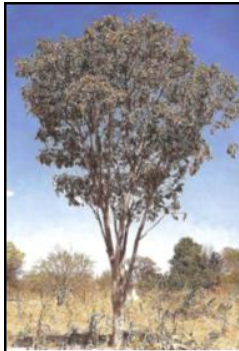
			
Pau Ferro	Pau Rosa	Pau de Macaco	Pau Pereira
<i>Ocotea</i> sp	<i>Physocalymma scaberrimum</i>	<i>Posoqueria acutifolia</i>	<i>Aspidosperma australe</i>
Lauraceae	Lythraceae	Rubiaceae	Apocynaceae

			
Pau Pombo	Pitiá	Sapotinha	Sapucaia
<i>Tapirira guianensis</i>	<i>Aspidosperma spruceanum</i>	<i>Pouteria gardinerii</i>	<i>Lecythis lanceolata</i>
Anacardiaceae	Apocynaceae	Sapotaceae	Lecythidaceae

			
Caixeta	Conduru / Falso Pau Brasil	Cedro	Cafezeiro-do-mato
<i>Quaeta albiflora</i>	<i>Brosimum rubescens</i>	<i>Cedrela odorata</i>	<i>Casearia decandra</i>
Vochysiaceae	Moraceae	Meliaceae	Flacourtiaceae
			
Candeia	Copaiba	Goiabão / Guapeba	Guatambu
<i>Piptocarpha rotundifolia</i>	<i>Copaifera</i> sp.	<i>Pouteria pachycarpa</i>	<i>Aspidosperma macrocarpon</i>
Compositae	Leguminosae	Sapotaceae	Apocynaceae

B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
											
Imbiriba	Ipê-bóia	Ipê-tarumã	Itaúba Preta								
<i>Eschweilera blanchethiana</i>	<i>Zolernia latifolia</i>	<i>Qualea megalocarpa</i>	<i>Mezilaurus itauba</i>								
Lecythidaceae	Leguminosae	Vochysiaceae	Lauraceae								
											
Jatobá	Louro-Freijó	Mamoninha / Abiurana	Matá-matá Branco								
<i>Peltogyne confertiflora</i>	<i>Cordia goeldiana</i>	<i>Pouteria</i> sp.	<i>Eschweilera coriacea</i>								
Leguminosae	Boraginaceae	Sapotaceae	Lecythidaceae								

			
Morototó	Massaranduba	Marupá	Mogno
<i>Schefflera morototoni</i>	<i>Nectandra cissiflora</i>	<i>Simarouba amara</i>	<i>Swietenia macrophylla</i>
Araliaceae	Lauraceae	Simaroubaceae	Meliaceae
			
Murici-da-mata	Murta	Pau-Brasil	Pau D'arco
<i>Byrsonima stipulacea</i>	<i>Blepharocalyx salicifolius</i>	<i>Caesalpinia echinata</i>	<i>Tabebuia serratifolia</i>
Malpighiaceae	Myrtaceae	Leguminosae	Bignoniaceae

			
Angelim	Angelim-pedra	Acapu	Araçá
<i>Lonchocarpus arariensis</i>	<i>Hymenolobium petraeum</i>	<i>Vouacapoua americana</i>	<i>Eugenia sp</i>
Leguminosae	Leguminosae	Olacaceae	Combretaceae
			
Almescla	Aroeira	Açaita Cavalo	Biriba
<i>Protium heptaphyllum</i>	<i>Astronium gracile</i>	<i>Lueheopsis duckeana</i>	<i>Eschweilera ovata</i>
Bruseraceae	Anacardiaceae	Tiliaceae	Lecythidaceae